

# **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana**

## **VOLUME VI**

(1901)

Dr. Sigmund Freud

## SOBRE A PSICOPATOLOGIA DA VIDA COTIDIANA (1901)

### ESQUECIMENTOS, LAPSOS DA FALA, EQUÍVOCOS NA AÇÃO, SUPERSTIÇÕES E ERROS

Nun ist die Luft von solchem Spuk so voll,  
Dass niemand weiss, wie er ihn meiden soll.  
*Fausto*, Parte II, Ato V, Cena 5

Desses fantasmas tanto se enche o ar,  
Que ninguém sabe como os evitar.

### INTRODUÇÃO DO EDITOR INGLÊS

ZUR PSYCHOPATHOLOGIE DES ALLTAGSLEBEN (Über Vergessen, Versprechen, Vergreifen, Aberglaube und Irrtum)

#### (a) EDIÇÕES ALEMÃS:

- 1901 *Monatsschr. Psychiat. Neurolog.* 10 (1) [Julho], 1-32, e (2) [Agosto], 95-143.
- 1904 Em forma de livro, Berlim: Karger. 92 págs. (Reimpressão revista.)
- 1907 2ª ed. (Ampliada.) Mesmos editores. 132 págs.
- 1910 3ª ed. (Ampliada.) Mesmos editores. 149 págs.
- 1912 4ª ed. (Ampliada.) Mesmos editores. 198 págs.
- 1917 5ª ed. (Ampliada.) Mesmos editores, iv + 232 págs.
- 1919 6ª ed. (Ampliada.) Leipzig e Viena: Internationaler Psychoanalytischer Verlag. iv + 312 págs.
- 1920 7ª ed. (Ampliada.) Leipzig, Viena e Zurique: Mesmos editores. iv + 334 págs.
- 1922 8ª ed. Mesmos editores. (Reimpressão da anterior.)
- 1923 9ª ed. Mesmos editores. (Reimpressão da anterior.)
- 1924 10ª ed. (Ampliada.) Mesmos editores. 310 págs.
- 1924 G.S., 4, 11-310.
- 1929 11ª ed. Mesmos editores. (Reimpressão da 10ª ed.)
- 1941 G.W., 4. iv + 322 págs.

#### (a) TRADUÇÃO INGLESA:

### ***Psychopathology of Everyday Life***

1914 Londres: Fisher Unwin; Nova Iorque: Macmillan. vii + 342 págs. (Tradução e Introdução de A. A. Brill.)

1938 Londres: Penguin Books. (Nova Iorque, 1939.) 218 págs. (Mesmo trad.)

1938 Em *The Basic Writings of Sigmund Freud*, Nova Iorque: Modern Library. Págs. 35-178. (Mesmo trad.)

1949 Londres: Ernest Benn. vii + 239 págs. (Mesmo trad.)

1958 Londres: Collins. viii + 180 págs. (Mesmo trad.)

A presente tradução inglesa, inteiramente nova, é da autoria de Alan Tyson.

Das outras obras de Freud, apenas uma, as *Conferências Introdutórias* (1916-17), rivaliza com esta em termos da grande quantidade de edições que teve em alemão e do número de línguas estrangeiras para as quais foi traduzida. Em quase cada uma das numerosas edições incluiu-se novo material no livro e, nesse aspecto, poder-se-ia pensar em semelhança com *A Interpretação dos Sonhos* e os *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, aos quais Freud fez constantes acréscimos durante toda sua vida. Na verdade, contudo, os casos não se assemelham. Nesses dois outros livros, o material novo, em sua maior parte, consistiu em ampliações importantes ou em correções dos dados clínicos e das conclusões teóricas. Em *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana*, a quase totalidade das explicações e teorias básicas já estava presente nas primeiras edições; a grande massa dos acréscimos posteriores consistiu meramente em exemplos e ilustrações adicionais (parcialmente fornecidos pelo próprio Freud, mas sobretudo por seus amigos e discípulos), destinados a esclarecer melhor o que ele já havia examinado. Sem dúvida, a Freud compraziam particularmente tanto as próprias anedotas quanto o fato de ele receber uma confirmação tão ampla de seus pontos de vista. Mas o leitor não consegue deixar de sentir, vez por outra, que a profusão de novos exemplos interrompe e até confunde o fio central da argumentação subjacente. (Ver, por exemplo, em [1]-[2] e [3])

Aqui, como no caso dos livros de Freud sobre os sonhos e os chistes, porém talvez em maior escala, o tradutor tem de enfrentar o fato de que uma grande parcela do material com que irá lidar depende de jogos de palavras totalmente intraduzíveis. Na versão anterior, Brill deu ao problema uma solução drástica; omitiu todos os exemplos que continham termos impossíveis de traduzir para o inglês e inseriu diversos exemplos próprios que ilustravam pontos semelhantes aos omitidos. Esse foi, sem dúvida, um procedimento inteiramente justificável naquelas circunstâncias. Na época da versão de Brill, a obra de Freud era quase desconhecida nos países de língua inglesa e era importante não criar obstáculos desnecessários à divulgação deste livro, expressamente projetado pelo próprio Freud para o leitor comum (em [1], nota de rodapé). O êxito com que Bill logrou esse objetivoevidencia-se pelo fato de que, em 1935, sua tradução já tivera dezesseis edições e muitas outras iriam seguir-se a elas. Ademais, os exemplos de Brill eram excelentes em sua maioria e, com efeito, dois ou três foram incluídos por Freud em edições posteriores do original alemão. Ainda assim, existem objeções óbvias a que se perpetue essa situação, especialmente numa edição que vise aos estudiosos mais aplicados dos textos de Freud. Em alguns casos, por exemplo, a omissão de parte do material ilustrativo de Freud inevitavelmente acarretava a omissão de algum comentário teórico importante ou interessante. Além disso,

embora Brill anunciasse em seu prefácio a intenção de “modificar ou substituir alguns dos casos do autor”, essas substituições, no texto, em geral não são explicitamente indicadas, e o leitor fica às vezes sem saber ao certo se está lendo Freud ou Brill. A tradução de Brill, convém acrescentar, foi feita a partir da edição alemã de 1912 e permaneceu inalterada em todas as reimpressões posteriores. Desse modo, ela passa ao largo do imenso número de acréscimos feitos ao texto por Freud nos dez ou mais anos subseqüentes. O efeito total das omissões devidas a essas diferentes causas é estarrecedor. Das 305 páginas de texto da última edição, tal como impressas nas *Gesammelte Werke*, cerca de 90 a 100 páginas (isto é, quase um terço do livro) até hoje nunca foram publicadas em inglês. O caráter integral da presente tradução, por conseguinte, é contrabalançado pela perda indubitável de facilidade de leitura, em virtude da política da Edição *Standard* de lidar com os jogos de palavras pelo método prosaico de fornecer as expressões originais em alemão e explicá-las com o auxílio de colchetes e notas de rodapé.

Encontramos a primeira menção feita por Freud a um ato falho na carta enviada a Fliess em 26 de agosto de 1899 (Freud, 1950a, Carta 94). Ali ele diz: “finalmente compreendi uma coisinha de que suspeitava há muito tempo” — o modo como um nome às vezes nos escapa e em seu lugar nos ocorre um substituto completamente errado. Um mês depois, a 22 de setembro (ibid., Carta 96), ele dá outro exemplo a Fliess, dessa vez o conhecido exemplo de “Signorelli”, publicado naquele mesmo ano em forma preliminar na *Monatsschrift für Psychiatrie und Neurologie* (1898b) e depois usado no primeiro capítulo da presente obra. No ano seguinte, a mesma revista publicou um artigo de Freud sobre as lembranças encobridoras (1899a), tema que ele tornou a examinar de modo bem diferente no Capítulo IV, adiante. No entanto, seu tempo estava inteiramente tomado pelo trabalho de terminar *A Interpretação dos Sonhos* e preparar seu estudo mais breve, *Sobre os Sonhos* (1901a), e ele só se dedicou seriamente a *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana* no fim do ano de 1900. Em outubro daquele ano (Freud, 1950a, Carta 139), ele pede a anuência de Fliess para a utilização, como epígrafe da obra, da citação do *Fausto*, que de fato veio a ser impressa na página de rosto. A 30 de janeiro de 1901 (Carta 141) ele informa que a obra está “em ponto morto, semi-acabada, mas logo terá prosseguimento”, e a 15 de fevereiro (Carta 142), anuncia que terminará a obra dentro de mais alguns dias. Na verdade, ela surgiu em julho e agosto, em duas edições do mesmo periódico de Berlim que havia publicado os estudos preliminares.

Três anos depois, em 1904, a obra foi publicada pela primeira vez em volume separado, praticamente sem nenhuma alteração, mas, daí por diante, fizeram-se acréscimos quase contínuos no decorrer dos vinte anos seguintes. Em 1901 e 1904 o livro tinha dez capítulos. Dois outros (que agora constituem os Capítulos III e XI) foram acrescentados pela primeira vez em 1907. Na biblioteca de Freud foi encontrado um exemplar da edição de 1904 com folhas de anotações inseridas, nas quais ele anotara sucintamente outros exemplos. A maioria destes foi incorporada às edições posteriores: outros, desde que parecessem interessantes, foram aqui incluídos em notas de rodapé nos lugares apropriados.

A especial simpatia com que Freud encarava os atos falhos se devia, sem dúvida, ao fato de eles serem, juntamente com os sonhos, o que lhe permitiu estender à vida psíquica normal as descobertas que antes fizera em relação às neuroses. Pela mesma razão ele os empregava regularmente como o melhor material preliminar para introduzir nas descobertas da psicanálise os estudiosos que não eram médicos. Esse material era simples e, pelo menos à primeira vista, imune a objeções, além de se referir a fenômenos

experimentados por qualquer pessoa normal. Em seus textos expositivos, Freud às vezes preferia os atos falhos aos sonhos, que envolviam mecanismos mais complicados e tendiam a conduzir rapidamente para águas mais profundas. Eis por que inaugurou sua grande série de *Conferências Introdutórias* de 1916-17 dedicando aos atos falhos as três primeiras — nas quais, por sinal, reaparecem muitos dos exemplos das páginas seguintes; e deu aos atos falhos prioridade semelhante em suas contribuições à revista *Scientia* (1913j) e à enciclopédia de Marcuse (1923a). Apesar de esses fenômenos serem simples e facilmente explicáveis, Freud pôde com eles demonstrar aquilo que, afinal, foi a tese fundamental estabelecida em *A Interpretação dos Sonhos*; a existência de dois modos distintos de funcionamento psíquico, por ele descritos como os processos primário e secundário. Ademais, outra crença básica de Freud encontrava apoio convincente no exame dos atos falhos — sua crença na aplicação universal do determinismo aos eventos psíquicos. É nessa verdade que ele insiste no último capítulo do livro: teoricamente, seria possível descobrir os determinantes psíquicos de cada um dos menores detalhes dos processos anímicos. E talvez o fato de esse objetivo parecer mais fácil de atingir no caso dos atos falhos tenha sido outra razão para que exercessem sobre Freud uma atração especial. De fato, ele tornou a referir-se exatamente a esse ponto em seu breve artigo “As Sutilezas de um Ato Falho” (1935b), um de seus últimos escritos.

## CAPÍTULO I - O ESQUECIMENTO DE NOMES PRÓPRIOS

Na edição da *Monatsschrift für Psychiatrie und Neurologie* de 1898 publiquei um pequeno artigo, sob o título “O Mecanismo Psíquico do Esquecimento” [Freud, 1898b], cujo conteúdo recapitularei aqui e tomarei como ponto de partida para discussão mais ampla. Nele apliquei a análise psicológica ao freqüente caso do esquecimento temporário de nomes próprios, explorando um exemplo altamente sugestivo extraído de minha auto-observação; e cheguei à conclusão de que essa situação específica (reconhecidamente comum e sem muita importância prática) em que uma função psíquica — a memória — se recusa a funcionar admite uma explicação de muito maior alcance do que a valorização usual que se dá ao fenômeno.

A menos que eu esteja muito enganado, um psicólogo a quem se pedisse para explicar a razão por que, em tantas ocasiões, deixa de nos ocorrer um nome próprio que pensamos conhecer perfeitamente se contentaria em responder que os nomes próprios sucumbem mais facilmente ao processo do esquecimento do que outros conteúdos da memória. Ele a

presentaria razões plausíveis para essa preferência dada aos nomes próprios, mas não suspeitaria que quaisquer outras condições desempenhassem um papel em tais ocorrências.

Minha preocupação com o fenômeno do esquecimento temporário de nomes nasceu da observação de certas características que podem ser reconhecidas com bastante clareza em alguns casos individuais, embora, na verdade, não em todos. Trata-se dos casos em que o nome não só é *esquecido*, como também *erroneamente lembrado*. Em nosso afã de recuperar o nome perdido, outros — *nomes substitutos* — nos vêm à consciência; reconhecemos de imediato que são incorretos, mas eles insistem em retornar e se impõem com grande persistência. O processo que deveria levar à reprodução do nome perdido foi, por assim dizer, *deslocado*, e por isso conduziu a um substituto incorreto. Minha hipótese é que esse deslocamento não está entregue a uma escolha psíquica arbitrária, mas segue vias previsíveis que obedecem a leis. Em outras palavras, suspeito que o nome ou os nomes substitutos ligam-se de maneira averiguável com o nome perdido: e espero, se tiver êxito em demonstrar essa ligação, poder esclarecer as circunstâncias em que ocorre o esquecimento de nomes.

O nome que tentei lembrar em vão, no exemplo escolhido para análise em 1898, foi o do artista que pintou os afrescos magníficos das “Quatro Últimas Coisas” na catedral de Orvieto. Em vez do nome que eu procurava — *Signorelli* —, impunham-se a mim os nomes de dois outros pintores — *Botticelli* e *Boltraffio* — embora fossem imediata e decisivamente rejeitados por meu juízo como incorretos. Ao ser informado por outra pessoa do nome correto, reconheci-o prontamente sem hesitação. A investigação das influências e das vias associativas pelas quais a reprodução do nome assim se havia deslocado de *Signorelli* para *Botticelli* e *Boltraffio* levou aos seguintes resultados:

(a) A razão por que o nome *Signorelli* foi esquecido não deve ser procurada numa peculiaridade do próprio nome, nem em qualquer característica psicológica do contexto em que ele se inseriu. O nome

esquecido era-me tão familiar quanto um dos nomes substitutos — Botticelli — e muito *mais* familiar do que o outro nome substituto — Boltraffio —, sobre cujo portador eu mal sabia dar outra informação senão a de que pertencia à escola de Milão. Além disso, o contexto em que o nome fora esquecido me parecia inofensivo e não me trouxe maiores esclarecimentos. Eu viajava em companhia de um estranho, indo de Ragusa, na Dalmácia, para um lugar na Herzegovina: nossa conversa voltou-se para o assunto das viagens pela Itália, e perguntei a meu companheiro de viagem se ele já estivera em Orvieto e se vira ali os famosos afrescos pintados por...

(b) O esquecimento do nome só foi esclarecido quando me lembrei do assunto que estávamos discutindo pouco antes, e revelou ser um caso de *perturbação do novo tema emergente pelo tema que o antecedeu*. Pouco antes de perguntar a meu companheiro de viagem se ele já estivera em Orvieto, conversávamos sobre os costumes dos turcos que vivem na *Bósnia* e na *Herzegovina*. Eu lhe havia contado o que ouvira de um colega que trabalhou em meio a essas pessoas — que elas costumam ter grande confiança no médico e total resignação ao destino. Quando se é obrigado a lhes dizer que nada pode ser feito por um doente, respondem: “*Herr* [Senhor], o que se há de dizer? Se fosse possível salvá-lo, sei que o senhor o teria salvo.” Nessas frases encontramos pela primeira vez as palavras e nomes *Bósnia*, *Herzegovinae* *Herr*, que podem ser inseridas numa seqüência associativa entre *Signorelli* e *Botticelli* — *Boltraffio*.

(c) Suponho que essa seqüência de pensamentos sobre os costumes dos turcos na Bósnia etc. adquiriu a capacidade de perturbar o pensamento subsequente por eu ter afastado a atenção dela antes que fosse concluída. De fato, lembro-me de ter querido contar uma segunda anedota, que em minha memória estava próxima da primeira. Esses turcos conferem ao gozo sexual um valor maior que o de qualquer outra coisa, e, na eventualidade de distúrbios sexuais, caem num desespero que contrasta estranhamente com sua resignação ante a ameaça de morte. Certa vez, um dos pacientes de meu colega lhe disse: “Sabe *Herr*, quando isso acaba, a vida não tem nenhum valor.” Suprimi a comunicação desse traço característico por não querer tocar nesse tema numa conversa com um estranho. Mas fiz algo mais: também desviei minha atenção da continuação dos pensamentos que poderiam ter-me surgido a partir do tema “morte e sexualidade”. Naquela ocasião, eu ainda estava sob a influência de uma notícia que me chegara algumas semanas antes, durante uma breve estada em *Trafoi*. Um paciente a quem eu me havia dedicado muito pusera fim a sua vida por causa de um distúrbio sexual incurável. Tenho certeza de que esse triste acontecimento e tudo o que se relacionava com ele não me vieram à lembrança consciente durante essa viagem a Herzegovina. Mas a semelhança entre “*Trafoi*” e “*Boltraffio*” força-me a supor que essa reminiscência, apesar de minha atenção ter sido de liberadamente desviada disso, passou a atuar em mim na época [da conversa].

(d) Já não me é possível considerar o esquecimento do nome *Signorelli* como um evento casual. Sou forçado a reconhecer a influência de um *motivo* nesse processo. Foi um motivo que fez com que eu me interrompesse na comunicação de meus pensamentos (a respeito dos costumes dos turcos etc.), e foi um motivo que, além disso, influenciou-me a impedir que se conscientizassem em mim os pensamentos ligados a eles, que tinham levado à notícia recebida em *Trafoi*. Eu queria, portanto, esquecer algo; havia *recalcado* algo. É verdade que não queria esquecer o nome do artista de Orvieto, mas sim outra coisa — essa outra coisa, contudo, conseguiu situar-se numa conexão associativa com seu nome, tanto que meu ato de vontade errou o alvo e esqueci *uma coisa contra minha vontade*, quando queria *esquecer intencionalmente a outra*. A aversão ao recordar dirigia-se contra um dos conteúdos; esqueci uma coisa contra minha vontade, quando queria

esquecer intencionalmente a outra. A aversão ao recordar dirigia-se contra um dos conteúdos; a incapacidade de lembrar surgiu no outro. Obviamente, o caso seria mais simples se a aversão e a incapacidade de lembrar estivessem com o mesmo conteúdo. Além disso, os nomes substitutos já não me parecem tão inteiramente injustificados como antes da elucidação do assunto: por uma espécie de compromisso, eles me lembram tanto aquilo que eu queria esquecer quanto o que queria recordar e me indicam que minha intenção de esquecer algo não foi nem um êxito completo nem um fracasso total.

(e) Muito notável é a natureza do enlace que se estabeleceu entre o nome perdido e o tema recalcado (o tema da morte e sexualidade etc., em que apareceram os nomes Bósnia, Herzegovina e Trafoi). O diagrama esquemático que agora intercalo, e que foi extraído do artigo de 1898 [Fig. 1], visa a dar uma imagem clara desse enlace:

O nome *Signorelli* foi dividido em duas partes. Um dos pares de sílabas (*elli*) ressurgiu inalterado num dos nomes substitutos, enquanto o outro, através da tradução de *Signor* para *Herr*, adquiriu numerosas

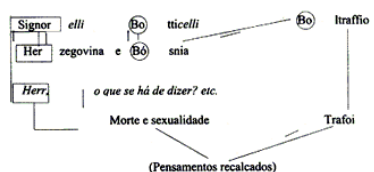


Fig. 1

e variadas relações com os nomes contidos no tema recalcado, mas, por esse motivo, não ficou disponível para a reprodução [consciente]. Seu substituto [para *Signor*] foi criado como se tivesse havido um deslocamento ao longo da conexão de nomes “*Herzegovina e Bósnia*”, sem qualquer consideração ao sentido ou aos limites acústicos das sílabas. Assim, os nomes foram tratados nesse processo como os pictogramas de uma frase destinada a se transformar num enigma figurado (ou rébus). De todo o curso de acontecimentos que por tais caminhos produziu, em vez do nome *Signorelli*, os nomes substitutos, nenhuma informação foi dada à consciência. À primeira vista parece impossível descobrir qualquer relação entre o tema em que ocorreu o nome *Signorelli* e o tema recalcado que o precedeu no tempo, salvo por esse retorno das mesmas sílabas (ou melhor, seqüências de letras).

Talvez não seja demais assinalar que as condições que os psicólogos presumem ser necessárias para reproduzir e para esquecer, por eles buscadas em certas relações e predisposições, não são incompatíveis com a explicação precedente. Tudo o que fizemos, em certos casos, foi acrescentar um *motivo* aos fatores reconhecidos desde longa data como capazes de promover o esquecimento de um nome; ademais, elucidamos o mecanismo da ilusão de memória. Também em nosso caso essas predisposições são indispensáveis para possibilitar ao elemento recalcado apoderar-se, por associação, do nome esquecido, arrastando-o consigo para o recalçamento. No caso de outro nome com condições mais favoráveis de reprodução, isso talvez não acontecesse. Com efeito, é provável que o elemento suprimido sempre lute por prevalecer em algum outro lugar, mas só tenha êxito quando depara com condições favoráveis. Em outras ocasiões, a supressão sobrevém sem qualquer perturbação funcional, ou, como podemos dizer com razão, sem qualquer *sintoma*.

As condições necessárias para se esquecer um nome, quando o esquecimento é acompanhado de ilusão de memória, podem ser resumidas da seguinte maneira: (1) certa predisposição para esquecer o nome, (2) um processo de supressão realizado pouco antes, (3) a possibilidade de se estabelecer uma associação



*externa* entre o nome em questão e o elemento previamente suprimido. É provável que não devamos superestimar a dificuldade de satisfazer esta última condição, de vez que, levando em conta os requisitos mínimos esperados desse tipo de associação, é possível estabelecê-la na grande maioria dos casos. Entretanto, existe a questão mais profunda da saber se tal associação externa pode realmente ser condição suficiente para que o elemento recalcado perturbe a reprodução do nome perdido — se não haveria necessidade de alguma ligação mais íntima entre os dois temas. Numa consideração superficial, tenderíamos a rejeitar esta última exigência e a aceitar como suficiente a contigüidade temporal entre ambos, mesmo com conteúdos completamente diferentes. Numa investigação aprofundada, porém, descobre-se com freqüência cada vez maior que os dois elementos enlaçados por uma associação externa (o elemento recalcado e o novo) possuem também alguma ligação de conteúdo; com efeito, tal ligação é demonstrável no exemplo de *Signorelli*.

O valor do conhecimento que adquirimos ao analisar o exemplo de *Signorelli* depende, é claro, de querermos declará-lo um caso típico ou uma ocorrência isolada. Devo pois afirmar que o esquecimento de nomes, acompanhado por uma ilusão de memória [Epinnerungstäuschung], ocorre com freqüência incomum tal como o esclarecemos no caso de *Signorelli*. Quase todas as vezes em que pude observar esse fenômeno em mim mesmo, pude também explicá-lo da maneira descrita acima, ou seja, como motivado pelo recalque. Devo ainda chamar a atenção para outra consideração que confirma a natureza típica de nossa análise. Penso não haver justificativa para se fazer uma separação teórica entre os casos em que o esquecimento de nomes é acompanhado por ilusão de memória e os outros em que não ocorrem nomes substitutos incorretos. Esses nomes substitutos surgem espontaneamente em alguns casos; noutros, nos quais não afloraram espontaneamente, pode-se obrigá-los a emergir mediante um esforço da atenção, e eles exibem então com o elemento recalcado e com o nome ausente a mesma relação que teriam caso tivessem aparecido espontaneamente. Dois fatores parecem decisivos para trazer à consciência os nomes substitutos: primeiro, o esforço da atenção e, segundo, uma condição interna ligada ao material psíquico. Poderíamos buscar esta última na maior ou menor facilidade com que se estabelece a necessária associação externa entre os dois elementos. Assim, boa parte dos casos de esquecimento de nomes *sem* ilusão de memória pode ser acrescentada aos casos em que se formam nomes substitutos, aos quais se aplica o mecanismo do exemplo de *Signorelli*. No entanto, certamente não ousarei afirmar que todos os casos de esquecimento de nomes devem ser classificados no mesmo grupo. Não há dúvida de que existem exemplos muito mais simples. Penso que teremos enunciado os fatos com suficiente cautela se afirmarmos: *junto aos casos simples de esquecimento de nomes próprios, existe também um tipo de esquecimento motivado pelo recalque.*

## CAPÍTULO II - O ESQUECIMENTO DE PALAVRAS ESTRANGEIRAS

O vocabulário corrente de nossa própria língua, quando confinado às dimensões do uso normal, parece protegido contra o esquecimento. Notoriamente, o mesmo não acontece com o vocabulário de uma língua estrangeira. A predisposição para esquecê-la estende-se a todas as partes da fala, e um primeiro estágio de perturbação funcional revela-se na medida desigual com que dispomos do vocabulário estrangeiro, conforme nosso estado geral de saúde e o grau de nosso cansaço. Numa série de casos, esse tipo de esquecimento exhibe o mesmo mecanismo que nos foi revelado pelo exemplo de *Signorelli*. Para provar isso, apresentarei uma única análise, mas que se distingue por algumas características úteis: trata-se do esquecimento de uma palavra que não era um substantivo numa citação latina. Peço permissão para fazer um relato amplo e explícito desse pequeno incidente.

No verão passado — também durante uma viagem de férias — renovei meu contato com um jovem de formação acadêmica, que logo constatei estar familiarizado com algumas de minhas publicações psicológicas. Nossa conversa recaiu — já não me lembro como — sobre a situação social da raça a que ambos pertencemos, e ele, impelido pela ambição, passou a lamentar-se por sua geração estar condenada à atrofia (segundo sua expressão), não podendo desenvolver seus talentos ou satisfazer suas necessidades. Concluiu seu discurso, de tom apaixonado, com o célebre verso de Virgílio em que ainfeliz Dido confia à posteridade sua vingança de Enéias: “*Exoriare...*” Melhor dizendo, ele quis concluí-lo desse modo, pois não conseguiu fazer a citação e tentou esconder uma evidente lacuna em sua lembrança trocando a ordem das palavras: “*Exoriar(e) ex nostris ossibus ultor.*” Por fim, disse, irritado: “Por favor, não me faça essa cara tão zombeteira, como se se estivesse comprazendo com meu embaraço, mas antes me ajude! Falta alguma coisa no verso. Como é mesmo que diz, completo?”

“Ajudarei com prazer”, respondi, e dei-lhe a citação correta: “*Exoriar(e) ALIQUIS nostris ex ossibus ultor.*”

“Que tolice, esquecer essa palavra! Por falar nisso, o senhor diz que nunca se esquece nada sem uma razão. Gostaria muito de saber como foi que esqueci esse pronome indefinido, ‘*aliquis*’.”

Aceitei o desafio prontamente, na esperança de conseguir uma contribuição para minha coleção. Disse-lhe, pois:

—Isso não nos deve tomar muito tempo. Só tenho que lhe pedir que me diga, *sinceramente e sem nenhuma crítica*, tudo o que lhe ocorre enquanto estiver dirigindo, sem nenhuma intenção definida, sua atenção para a palavra esquecida.

—“Certo; então me ocorre a idéia ridícula de dividir a palavra assim: *a e liquis*.”

—O que quer dizer isso?

—“Não sei.” — E o que mais lhe ocorre? — “Isso continua assim: *Reliquien* [reliquias], *liquefazer*, *fluidez*, *fluido*. O senhor já descobriu alguma coisa?”

—Não, ainda não. Mas continue.

—“Estou pensando” — prosseguiu ele com um sorriso irônico — “em *Simão de Trento*, cujas relíquias vi há dois anos numa igreja de Trento. Estou pensando na acusação de sacrifícios de sangue que agora está sendo lançada de novo contra os judeus, e no livro de *Kleinpaul* [1892], que vê em todas essas supostas vítimas reencarnações, reedições, por assim dizer, do Salvador.”

—Essa idéia não está inteiramente desligada do tema de nossa conversa antes que lhe escapasse da memória a palavra latina.

—“Exato. Estou pensando ainda num artigo que li recentemente num jornal italiano. Acho que o título era ‘O que diz Santo *Agostinho* sobre as mulheres’. Que entende o senhor com isso?”

—Estou esperando.

—“Pois agora vem algo que por certo não tem nenhuma ligação com o nosso tema.”

—Por favor, peço-lhe que se abstenha de qualquer crítica e...

—“Sim, já sei. Lembro-me de um magnífico senhor idoso que encontrei numa de minhas viagens na semana passada. Ele era realmente *original*. Parecia uma enorme ave de rapina. Chamava-se *Benedito*, se isso lhe interessa.”

—Bem, pelo menos temos uma seqüência de santos e padres da Igreja: São *Simão*, Santo *Agostinho*, São *Benedito*. Acho que havia um padre da Igreja chamado *Orígenes*. Além disso, três desses nomes são também prenomes, como *Paul* [Paulo] em *Kleinpaul*.

—“Agora o que me ocorre é São *Januário* e o milagre de seu sangue — parece que meus pensamentos avançam mecanicamente.”

—Deixe estar; São *Januário* e Santo *Agostinho* têm a ver, ambos, com o calendário. Mas que tal me ajudar a lembrar do milagre do sangue?

—“O senhor com certeza já ouviu falar nisso! O sangue de São Januário fica guardado num pequeno frasco, numa igreja de Nápoles, e num determinado dia santo ele se *liquefaz* milagrosamente. O povo dá muita importância a esse milagre e fica muito agitado quando há algum atraso, como aconteceu, certa vez, na época em que os franceses ocupavam a cidade. Então, o general comandante — ou será que estou enganado? será que foi Garibaldi? — chamou o padre de lado e, com um gesto inequívoco na direção dos soldados a postos do lado de fora, deu-lhe a entender que *esperava* que o milagre acontecesse bem depressa. E, de fato, o milagre ocorreu...”

—Bem, continue. Por que está hesitando?

—“É que agora *realmente* me ocorreu uma coisa... mas é íntima demais para ser comunicada... Além disso, não vejo nenhuma ligação nem qualquer necessidade de contá-lo”.

—Pode deixar a ligação por minha conta. É claro que não posso forçá-lo a falar sobre uma coisa que lhe seja desagradável; mas então não queira saber de mim como foi que se esqueceu da palavra *aliquis*.

—“Realmente? O senhor acha? Pois bem, é que de repente pensei numa dama de quem eu poderia receber uma notícia que seria bastante desagradável para nós dois.”

—Que as regras dela não vieram?

—“Como conseguiu adivinhar isso?”

—Já não é difícil. Você preparou bem o terreno. Pense nos *santos do calendário, no sangue que começa a fluir num dia determinado, na perturbação quando esse acontecimento não se dá, na clara ameaça de que o milagre tem que se realizar, se não...* Na verdade, você usou o milagre de São Januário para criar uma esplêndida alusão às regras das mulheres.

—“Sem me dar conta disso. E o senhor realmente acha que foi essa expectativa angustiada que me deixou impossibilitado de reproduzir uma palavra tão insignificante como *aliquis*?”

—Parece-me inegável. Basta lembrar sua divisão em *a-liquis*, e suas associações: *reliquias, liquefazer, fluido*. São Simão foi *sacrificado quando criança*; devo continuar, e mostrar como ele entra nesse contexto? O senhor pensou nele partindo do tema das relíquias.

—“Não, prefiro que não faça isso. Espero que o senhor não leve muito a sério esses meus pensamentos, se é que realmente os tive. Em troca, quero confessar que a dama é italiana e que estive em Nápoles com ela. Mas será que tudo isso não é apenas obra do acaso?”

—Tenho que deixar a seu critério decidir se todas essas relações podem ser explicadas pela suposição de que são obra do acaso. Posso dizer-lhe, no entanto, que qualquer caso semelhante que você queira analisar irá levá-lo a “acazos” igualmente notáveis.

Tenho diversas razões para dar valor a essa pequena análise e sou grato a meu ex-companheiro de viagem por ter-me presenteado. Em primeiro lugar, porque, nesse caso, pude recorrer a uma fonte que habitualmente me é negada. Para os exemplos aqui reunidos de perturbações de uma função psíquica na vida cotidiana, tenho de recorrer principalmente à auto-observação. Empenho-me em evitar o material muito mais rico fornecido por meus pacientes neuróticos, já que, de outro modo, poder-se-ia objetar que os fenômenos em questão são meras conseqüências e manifestações da neurose. Por isso, é particularmente valioso para meus objetivos que uma outra pessoa que não sofra de doença nervosa se ofereça como objeto de tal investigação. Essa análise é significativa em outro aspecto: ela esclarece o caso do esquecimento de uma palavra *sem* que apareça um substituto na memória. Confirma, portanto, minha afirmação anterior [em [1]] de que o surgimento ou não-surgimento de substitutos incorretos na memória não pode ser usado como base para qualquer distinção radical.

Entretanto, a grande importância do exemplo do *aliquis* reside em outro dos aspectos em que ele difere do caso de *Signorelli*. Neste último, a reprodução do nome foi perturbada pelo efeito prolongado de uma seqüência de pensamentos iniciada e interrompida pouco antes, mas cujo conteúdo não tinha nenhuma relação clara com o novo tema em que se incluía o nome de Signorelli. A contigüidade temporal forneceu a única relação entre o tema recalcado e o temado nome esquecido, mas isso bastou para que eles fossem concatenados numa associação externa. Por outro lado, no exemplo do *aliquis*, nada indica a existência de um tema assim, recalcado e independente, que tivesse ocupado pouco antes o pensamento consciente e deixado seus ecos numa perturbação. Nesse exemplo, a reprodução foi perturbada em virtude da própria natureza do tema abordado pela citação, por erguer-se inconscientemente um protesto contra a idéia desejante nela expressa. A situação deve ser interpretada da seguinte maneira: o falante vinha deplorando o fato de a geração atual de seu povo estar privada de seus plenos direitos; uma nova geração — profetizou ele, como Dido — haveria de vingar-se dos opressores. Nisso ele expressara seu desejo de ter descendentes. Nesse

momento intrometeu-se um pensamento contraditório: “Você realmente deseja descendentes com tanta intensidade? Isso não é verdade. Quanto não lhe seria embaraçoso receber agora a notícia de que espera descendentes do lugar que você sabe? Não: nada de descendentes... por mais que precisemos deles para a vingança.” Essa contradição então se afirma exatamente pelos mesmos meios que no exemplo de *Signorelli* — estabelecendo uma associação externa entre um de seus elementos de representação e um dos elementos do desejo repudiado; e dessa vez, de fato, ela o faz de maneira extremamente arbitrária, valendo-se de uma via associativa indireta que tem toda a aparência de artificialidade. Uma segunda coincidência essencial entre esse caso e o exemplo de *Signorelli* está em que a contradição se enraíza em fontes recalçadas e decorre de pensamentos que acarretariam um desvio da atenção.

Isto é o que tenho a dizer sobre as diferenças e a afinidade interna entre esses dois modelos típicos do esquecimento de palavras. Ficamos conhecendo um segundo mecanismo do esquecimento — a perturbação de um pensamento por uma contradição interna proveniente do recalçado. Dentre os dois processos, penso ser este o mais fácil de se entender; e tornaremos a encontrá-lo várias vezes no decorrer desta discussão.

### CAPÍTULO III - O ESQUECIMENTO DE NOMES E SEQÜÊNCIAS DE PALAVRAS

Observações como as anteriores [Capítulo II] sobre o processo de esquecimento de parte de uma seqüência de palavras numa língua estrangeira despertam nossa curiosidade de saber se o esquecimento de seqüências de palavras em nossa própria língua exige uma explicação essencialmente diversa. Com efeito, não costumamos surpreender-nos quando uma fórmula ou um poema sabidos de cor só conseguem ser reproduzidos sem fidelidade depois de algum tempo, com alterações e lacunas. Entretanto, de vez que esse esquecimento não atua uniformemente sobre a totalidade do que foi aprendido, parecendo, ao contrário desarticular partes isoladas, talvez valha a pena submeter à investigação analítica alguns exemplos de tal reprodução falha.

Conversando comigo, um colega mais jovem disse achar provável que o esquecimento de poemas em nossa própria língua bem poderia ter motivos semelhantes aos do esquecimento de elementos singulares de uma seqüência de palavras em língua estrangeira. Ao mesmo tempo, ele se ofereceu para ser objeto de uma experiência. Perguntei-lhe com que poema gostaria de fazer o teste, e ele escolheu “Die Braut von Korinth”, poema de que gostava muito e do qual acreditava saber pelo menos algumas estrofes de cor. No começo da reprodução ele foi tomado de uma incerteza realmente notável. “O texto é ‘Viajando de Corinto para Atenas’”, perguntou, “ou ‘Viajando para Corinto desde Atenas’?” Também eu hesitei por um momento, até observar, rindo, que o título do poema, “A Noiva de Corinto”, não deixava nenhuma dúvida sobre a direção em que viajava o rapaz. A reprodução da primeira estrofe sobreveio então sem dificuldade ou, pelo menos, sem qualquer falsificação marcante. Por algum tempo meu colega pareceu buscar o primeiro verso da segunda estrofe; logo continuou, recitando:

Aber wird er auch willkommen scheinen,  
Jetzt, wo jeder Tag was Neues bringt?  
Denn er ist noch Heide mit den Seinen  
Und sie sind Christen und - getauft.

Antes que ele chegasse a esse ponto, eu já estranhara, aguçando os ouvidos, e uma vez terminado o último verso, ambos concordamos em que alguma distorção havia ocorrido. Mas, como não conseguimos corrigi-la, corremos à biblioteca para consultar os poemas de Goethe e descobrimos, surpresos, que o segundo verso da estrofe tinha um teor completamente diferente, que fora, por assim dizer, expulso da memória do meu colega e substituído por algo aparentemente estranho. A versão correta dizia:

Aber wird er auch willkommen scheinen,  
*Wenn er teuer nicht die Gunst erkauf?*

“*Erkauft*” rima com “*getauft*” [“batizado” no quarto verso], e pareceu-me curioso que a constelação “pagão”, “cristão”, e “batizado” o tivesse ajudado tão pouco a recompor o texto.

“Você pode me explicar”, perguntei a meu colega, “como foi que eliminou tão completamente um verso de um poema que diz conhecer tão bem, e será que tem alguma idéia do contexto de onde retirou o substituto?”

Ele pôde dar uma explicação, embora, obviamente, com alguma relutância. “O verso ‘*Jetzt, wo jeder Tag was Neues bringt*’ me parece familiar; devo ter usado essas palavras há pouco tempo ao me referir a minha prática profissional, com cuja prosperidade, como o senhor sabe, estou agora muito satisfeito. Mas como se encaixou aí essa frase? Poderia indicar uma relação.

Evidentemente, o verso ‘*Wenn er teuer nicht die Gunst erkaufte*’ me desagradou. Ele se relaciona com uma proposta de casamento que foi rejeitada da primeira vez e que, tendo em vista a grande melhoria em minha situação material, penso agora em repetir. Não lhe posso dizer mais nada, mas, se for aceito agora, por certo não me será agradável pensar que, tanto antes quanto hoje, uma espécie de cálculo pesou na balança.”

Isso me pareceu esclarecedor, mesmo sem que eu pudesse conhecer maiores detalhes. Continuei, porém, com minhas perguntas: “De qualquer modo, como foi que você e seus assuntos particulares se mesclaram com o texto da ‘Noiva de Corinto’? Será que existem em seu caso diferenças de credo religioso como as que desempenham um papel importante no poema?”

(Keimt ein Glaube neu,  
Wird oft Lieb’ und Treu  
Wie ein böses Unkraut ausgerauft.)

Errei na suposição, mas foi curioso observar como uma única pergunta bem-dirigida deu-lhe uma súbita perspicácia, de modo que ele pôde dar como resposta algo de que certamente não tinha conhecimento até então. Lançou-me um olhar aflito e contrariado, murmurando para si uma passagem posterior do poema.

Sieh sie an genau!  
Morgen ist sie grau.

e acrescentou resumidamente: “Ela é um pouco mais velha do que eu.” Para evitar magoá-lo mais, interrompi a indagação. A explicação pareceu-me suficiente. Mas foi sem dúvida surpreendente que a tentativa de localizar a causa de uma falha inofensiva na memória esbarrasse em assuntos tão remotos e íntimos da vida particular do sujeito, investidos de um afeto tão penoso.

Eis aqui outro exemplo, fornecido por Jung (1907, 64), em que há esquecimento de uma seqüência de palavra num poema famoso. Citarei as palavras do próprio autor.

“Um homem tentava recitar o famoso poema que começa com ‘*Ein Fichtenbaum steht einsam.*’ No verso que começa por ‘*Ihn schläfert*’, ele estancou irremediavelmente, pois se esquecera por completo das palavras ‘*mit weisser Decke*’ [com um lençol branco]. O esquecimento de algo num verso tão conhecido pareceu-me surpreendente, e por isso o fiz reproduzir o que lhe ocorria em relação a ‘*mit weisser Decke*’.



Surgiu-lhe a seguinte série de associações: ‘Um lençol branco faz pensar numa mortalha - um lençol de linho para se cobrir um morto’ - (pausa) - ‘agora me ocorre um amigo íntimo - seu irmão teve há pouco morte repentina - dizem que morreu de um ataque cardíaco - ele *também* era muito corpulento - meu amigo *também* é corpulento, e já me ocorreu que isso *também* poderia acontecer com ele - provavelmente, ele faz muito pouco exercício - quando soube da morte de seu irmão, fiquei de repente angustiado com a idéia de que isso *também* poderia acontecer comigo; é que temos em nossa família uma tendência a engordar, e meu avô também morreu de ataque cardíaco; reparei que também estou gordo demais, e por isso comecei recentemente um regime para emagrecer.’

“Assim,” comenta Jung, “o homem se havia identificado de imediato, inconscientemente, com o pinheiro envolto na mortalha branca.”

O próximo exemplo [1] de esquecimento de uma seqüência de palavras, que devo a meu amigo Sándor Ferenczi, de Budapeste, difere dos precedentes por se referir a uma expressão cunhada pelo próprio sujeito, e não a uma frase tomada de um autor. O exemplo também nos apresenta o caso não muito comum em que o esquecimento se põe a serviço de nosso bom senso, quando este ameaça sucumbir a um desejo momentâneo. Por conseguinte, o ato falho adquire uma função útil. Uma vez recobrada nossa sobriedade, damos valor à correção dessa corrente interna, que antes só se pudera exprimir através de uma falha - um esquecimento, uma impotência psíquica.

“Numa reunião social alguém citou ‘*Tout comprende c’est tout pardonner*’. Comentei que a primeira parte da sentença bastava; o ‘perdoar’ era uma arrogância que deveria ser deixada a Deus e aos sacerdotes. Uma das pessoas presentes achou muito boa essa observação, o que me animou a dizer - provavelmente com a intenção de garantir a opinião favorável do crítico benevolente - que eu pensara recentemente em algo ainda melhor. Mas quando tentei repeti-lo, constatei que me havia escapado. Afastei-me imediatamente do grupo e anotei as associações encobridoras [ou seja, as representações substitutivas]. Primeiro me ocorreram o nome do amigo e o da rua de Budapeste que haviam testemunhado o nascimento da idéia que eu estava procurando; a seguir veio o nome do outro amigo, Max, a quem costumamos chamar de Maxi. Isso me levou à palavra ‘máxima’ e à lembrança de que dessa vez (como em meu comentário original) tratava-se de uma variação de uma máxima famosa. Curiosamente, meu pensamento seguinte não foi uma máxima, mas esta frase: ‘Deus criou o homem à sua imagem’, e depois a mesma idéia, ao contrário: ‘O homem criou Deus à sua imagem.’ Ato contínuo, surgiu a lembrança daquilo que eu procurava. Naquela época, na rua Andrassy, meu amigo me dissera: ‘Nada humano me é estranho’, ao que eu retrucara, aludindo às descobertas da psicanálise: ‘Você deveria ir mais longe e admitir que nada animal lhe é estranho.’

“Entretanto, depois de finalmente recordar o que procurava, foi-me ainda menos possível repeti-lo na roda social em que me encontrava. Entre as pessoas presentes estava a jovem esposa do amigo a quem eu relembra a animalidade do inconsciente, e tive de reconhecer que ela de modo algum estava preparada para acolher essas verdades tão desagradáveis. Meu esquecimento poupou-me uma série de perguntas incômodas por parte dela e uma discussão improfícua. Esse deve ter sido precisamente o motivo de minha ‘amnésia temporária’.



“É interessante que me ocorresse como associação encobridora uma frase em que a divindade é rebaixada à condição de uma invenção humana, ao passo que, na frase esquecida, havia uma alusão ao animal no homem. *Capitis deminutio* [isto é, a privação da condição que se possuía] é, portanto, o elemento comum a ambas. Evidentemente, todo o assunto não passa de uma continuação da cadeia de idéias sobre compreender e perdoar, instigada pela conversa.

“Nesse caso, a ocorrência tão rápida daquilo que eu buscava talvez também se tenha devido a minha retirada imediata para um aposento vazio, saindo da roda social em que isso era censurado.”

Empreendi desde então várias outras análises de casos de esquecimento ou reprodução errônea de uma seqüência de palavras, e o coincidente resultado dessas investigações inclinou-me a supor que o mecanismo de esquecimento acima demonstrado, nos exemplos do “*aliquis*” [em [1]] e de “A Noiva de Corinto”, [em [1]] tem validade quase universal. Geralmente é um pouco embaraçoso comunicar essas análises, de vez que, tal como as que acabo de citar, elas levam constantemente a assuntos íntimos e desagradáveis para a pessoa analisada. Por isso não pretendo aumentar o número desse exemplos. O comum a todos esses casos, independentemente do material, é o fato de o esquecido ou distorcido estabelecer uma ligação, por alguma via associativa, com um conteúdo de pensamento inconsciente - um conteúdo de pensamento que é fonte do efeito manifestado no esquecimento.

Volto agora ao esquecimento de nomes. Até aqui, não esgotamos o exame nem da casuística nem dos motivos subjacentes. Como esse é exatamente o tipo de ato falho que às vezes observo abundantemente em mim mesmo, não me é difícil apresentar exemplos. Os leves ataques de enxaqueca de que ainda padeço costumam anunciar-se horas antes por um esquecimento de nomes, e, no auge desses ataques, durante os quais não sou forçado a abandonar meu trabalho, é freqüente desaparecerem de minha memória todos os nomes próprios. Ora, são exatamente os casos como o meu que poderiam dar motivos para uma objeção de princípio aos nossos esforços analíticos. Acaso não se deveria concluir dessas observações, necessariamente, que a causa do esquecimento, em particular do esquecimento de nomes, está em distúrbios da circulação e da função cerebrais em geral, e não deveríamos, portanto, poupar-nos a busca de explicações psicológicas para esses fenômenos? De maneira alguma, no meu entender; isso seria confundir o mecanismo de um processo, que é idêntico em todos os casos, com os fatores favorecedores do processo, que são variáveis e não necessários. Em vez de uma discussão detalhada, porém, apresentarei uma analogia para lidar com essa objeção.

Suponhamos que eu tenha sido imprudente o bastante para passear de noite num bairro deserto da cidade, onde me hajam assaltado e roubado meu relógio e minha carteira. No posto policial mais próximo, comunico a ocorrência com as seguintes palavras: “Eu estava na rua tal e tal, e lá o *isolamento* e a *escuridão* tiraram meu relógio e minha carteira.” Embora, com essa afirmação, eu não dissesse nada de inverídico, o texto de minha comunicação me exporia ao risco de pensarem que não estou muito certo da cabeça. Esse estado de coisas só poderia ser corretamente descrito dizendo que, *favorecidos* pelo isolamento do lugar e *protegidos* pela *escuridão*, *malfeitores desconhecidos* roubaram meus objetos de valor. Ora, a situação no esquecimento de nomes não tem por que ser diferente; favorecida pelo cansaço, por distúrbios circulatórios e por uma intoxicação, uma força psíquica desconhecida rouba-me o acesso aos nomes próprios pertencentes à minha

memória - uma força que, em outros casos, pode ocasionar a mesma falha da memória quando se está com saúde e eficiência plenas.

Quando analiso os casos de esquecimento de nomes que observo em mim mesmo, quase sempre descubro que o nome retido se relaciona com um tema que me é de grande importância pessoal e que é capaz de evocar em mim afetos intensos e quase sempre penosos. Segundo a praxe conveniente e louvável da escola de Zurique (Bleuler, Jung, Riklin), também posso formular esse fato da seguinte maneira: o nome perdido tocou num “complexo pessoal” em mim. A relação do nome comigo me é inesperada e em geral se estabelece através de associações superficiais (tais como a ambigüidade verbal ou a homofonia); em termos genéricos, ela pode ser caracterizada como uma relação colateral. Alguns exemplos simples esclarecerão melhor sua natureza:

(1)Um paciente pediu que eu lhe recomendasse uma estação de águas na Riviera. Eu conhecia um lugar assim bem perto de Gênova e também me lembrava do nome de um colega alemão que ali trabalhava, mas o nome do lugar em si me escapou, por mais que eu achasse conhecê-lo também. Não me restou outro recurso senão pedir ao paciente que esperasse, enquanto eu consultava apressadamente as mulheres de minha família. “Como é mesmo o nome do lugar perto de Gênova onde o Dr. N. tem seu pequeno sanatório, aquele em que fulana esteve em tratamento por tanto tempo?” “Claro, justamente você é que havia de esquecer esse nome. O lugar se chama *Nervi*.” Devo admitir que já tenho um bocado de trabalho com os *nervos*.

(2)Outro paciente falava sobre uma estação de veraneio próxima e declarou que, além das duas hospedarias famosas de lá, havia uma terceira relacionada com certa lembrança dele; não tardaria em me dizer o nome. Contestei a existência dessa terceira hospedaria e apelei para o fato de ter passado sete verões ali, donde deveria conhecer o lugar melhor do que ele. Mas, estimulado por minha contradição, ele já se havia lembrado do nome. A hospedaria chamava-se “Hochwartner”. Tive então que ceder e até confessar-lhe que, por sete verões, eu morara bem perto dessa hospedaria cuja existência havia negado. Nesse caso, por que teria eu esquecido tanto o nome quanto a coisa? Creio que foi porque o som desse nome era parecido demais com o de um colega meu, especialista em Viena, e como no caso anterior, tocou em mim no “complexo profissional”.

(3)Noutra ocasião, quando estava prestes a comprar uma passagem na estação ferroviária de Reichenhall, não houve meio de me ocorrer o nome da estação principal seguinte, que era perfeitamente familiar e por onde eu já havia passado com muita freqüência. Fui até forçado a procurar o nome no guia dos horários. Era “*Rosenheim*”. Soube então de imediato em virtude de que associação o nome me havia escapado. Uma hora antes eu visitara minha irmã em sua casa, perto de Reichenhall; como o nome da minha irmã é Rosa, sua casa era também um “*Rosenheim*” [“lar de Rosa”]. O “complexo familiar” me havia roubado esse nome.

(4)Tenho uma multiplicidade de exemplos para ilustrar as atividades francamente bandidescas do “complexo familiar”.

Um dia veio a meu consultório um rapaz que era irmão mais moço de uma paciente. Eu o vira inúmeras vezes e costumava referir-me a ele pelo nome de batismo. Depois, quando quis falar sobre sua visita, percebi que havia esquecido seu nome (que eu sabia não ser nada incomum), e não houve meio que me ajudasse a recuperá-lo. Saí então para a rua e, pela leitura dos letreiros sobre as lojas, reconheci seu nome tão logo deparei com ele. A análise do episódio mostrou-me que eu traçara um paralelo entre o visitante e meu próprio

irmão, paralelo este que tentava culminar na pergunta recalcada: “Ter-se-ia meu irmão comportado de maneira semelhante nessas mesmas circunstâncias, ou teria ele feito o contrário?” O vínculo externo entre os pensamentos concernentes a minha própria família e à outra foi possibilitado pela situação fortuita de que, em ambos os casos, as mães tinham o mesmo nome: Amalia. Entendi também, posteriormente [*nachträglich*], os nomes substitutos, Daniel e Franz, que se haviam impostos a mim sem me fornecer nenhum esclarecimento. Estes, bem como Amalia, são nomes da [peça] *Die Räuber* [Os Ladrões], de Schiller, e foram alvo de uma piada feita por *Daniel* Spitzer, o “caminhante vienense”.

(5) Numa outra ocasião, eu não conseguia achar o nome de um paciente que pertencia a relações da minha juventude. Minha análise seguiu um caminho muito tortuoso antes de fornecer o nome que eu procurava. O paciente expressara um medo de perder a visão, o que despertou a lembrança de um rapaz que ficara cego com um tiro; e, por sua vez, isso se relacionava com a figura de mais outro jovem que se ferira com um tiro. Este último tinha o mesmo sobrenome do primeiro paciente, apesar de não ter com ele nenhum parentesco. Entretanto, só encontrei o nome depois de me conscientizar de minha transferência de uma expectativa angustiada desses dois casos juvenis para uma pessoa da minha própria família.

Portanto, meus pensamentos são perpassados por uma corrente contínua de “auto-referência” da qual, em geral, não tenho nenhum indício, mas que se denuncia através desses exemplos de esquecimentos de nomes. É como se eu estivesse obrigado a comparar comigo tudo o que ouço a respeito de outras pessoas; como se meus complexos pessoais fossem postos em alerta todas as vezes que tenho notícia de outra pessoa. É impossível que isso seja uma peculiaridade individual minha; deve conter, antes, uma indicação da maneira como entendemos o “outro” em geral. Tenho razões para supor que, nesse aspecto, as outras pessoas sejam bem parecidas comigo.

O mais belo desses exemplos foi-me contado por um Sr. Lederer, que passara por essa experiência pessoalmente. Durante sua lua-de-mel em Veneza, ele encontrou um senhor a quem conhecia superficialmente e teve de apresentá-lo à jovem esposa. No entanto, como havia esquecido o nome desse estranho, socorreu-se na primeira vez com um murmúrio ininteligível. Ao esbarrar no cavalheiro pela segunda vez, como era inevitável em Veneza, ele o afastou para um lado e lhe pediu que o tirasse de seu embaraço dizendo-lhe seu nome, que ele lamentava ter esquecido. A resposta do estranho atestou um conhecimento incomum da natureza humana. “Bem posso acreditar que tenha esquecido meu nome. É o mesmo que o seu; *Lederer!*” Não se pode evitar uma ligeira sensação de desagrado quando se esbarra no próprio nome numa pessoa desconhecida. Há pouco tempo senti isso claramente quando se apresentou em meu consultório um Sr. S. Freud. (Contudo, devo registrar a garantia de um de meus críticos de que, nesse aspecto, seus sentimentos são o oposto dos meus.)

(6) Os efeitos produzidos pela “auto-referência” também podem ser vistos no seguinte exemplo relatado por Jung (1907, 52):

“Um certo Sr. Y. apaixonou-se infrutiferamente por uma dama que pouco depois se casou com um Sr. X. A partir daí, apesar de conhecer o Sr. X há muito tempo e até manter relações comerciais com ele, o Sr. Y. passou a esquecer seu nome repetidamente, tanto que em várias ocasiões teve de indagar a outras pessoas qual era, quando queria corresponder-se com o Sr. X.”

Mas a motivação do esquecimento nesse caso é mais transparente do que nos anteriores, enquadrados na constelação da auto-referência. Aqui, o esquecimento parece ser consequência direta da antipatia do Sr. Y. por seu rival mais afortunado; não quer saber nada do rival: “nunca saber de sua existência”.

(7) O motivo do esquecimento de um nome também pode ser mais sutil, consistir no que se poderia chamar de um ressentimento “sublimado” contra seu portador. Assim, de Budapest, escreve a Srta. I. von K.:

“Formulei para mim uma pequena teoria. Tenho observado que as pessoas com talento para a pintura não têm sensibilidade musical e vice-versa. Faz algum tempo, conversando com alguém a esse respeito, comentei: ‘Até agora minhas observações sempre foram confirmadas, com a exceção de uma única pessoa.’ Quando quis lembrar o nome dessa pessoa, constatei que o havia esquecido irremediavelmente, apesar de saber que seu portador era um de meus amigos mais chegados. Passados alguns dias, ao ouvir por acaso mencionarem o nome, logo entendi que estavam falando do destruidor de minha teoria. O ressentimento que eu nutria inconscientemente contra ele se expressara pelo esquecimento de seu nome, costumeiramente tão familiar para mim.”

(8) O caso que se segue, relatado por Ferenczi, mostra uma maneira um pouco diferente de a auto-referência levar ao esquecimento de um nome. Sua análise é particularmente instrutiva pela explicação dada às associações substitutas (como Botticelli e Boltraffio, substitutos de Signorelli [em [1]]).

“Uma dama que ouvira falar de psicanálise não conseguia lembrar-se do nome do psiquiatra Jung.

“Em vez deste, ocorreram-lhe os seguintes nomes: K1 - (um sobrenome), Wilde, Nietzsche, Hauptmann.

“Não lhe forneci o nome e convidei-a a associar livremente o que lhe ocorre em relação a cada um desses nomes.

“A partir de K1, ela pensou imediatamente na Sra. K1 - e em como era uma pessoa cerimoniosa e afetada, mas com muito boa aparência para sua *idade*. ‘Ela *não envelhece*.’ Como caracterização comum para Wilde e Nietzsche, falou em ‘*doença mental*’. Depois, disse em tom zombeteiro: ‘Vocês, freudianos, vão continuar procurando as causas da doença mental até vocês mesmos ficarem loucos.’ Depois: ‘Não suporto Wilde e Nietzsche. Não os entendo. Ouvi dizer que ambos eram homossexuais; Wilde se relacionava com gente *jovem*.’ (Apesar de já ter enunciado nessa frase o nome correto - em húngaro, é verdade -, ela ainda assim não conseguiu lembrá-lo.)

“Sobre Hauptmann ocorreu-lhe primeiro ‘*Halbe*’ e, depois, ‘*Jugend*’; e só então, depois que lhe chamei a atenção para a palavra ‘*Jugend*’, foi que ela entendeu que estivera em busca do nome *Jung*.

“Essa dama, que perdera o marido aos trinta e nove anos e não tinha perspectiva de voltar a casar-se, decerto tinha razões suficientes para evitar tudo o que a fizesse lembrar da *juventude* ou da *idade*. É digno de nota que as ocorrências encobridoras do nome buscado estivessem exclusivamente associadas com o conteúdo, não havendo associações sonoras.”

(9) Eis um exemplo de esquecimento de nome com outra motivação muito sutil, explicado pelo próprio sujeito afetado:

“Quando eu fazia uma prova de filosofia como matéria complementar, o examinador interrogou-me sobre a doutrina de Epicuro e, depois disso, perguntou se eu sabia quem a havia retomado em séculos posteriores. Respondi com o nome de Pierre Gassendi, que eu ouvira descreverem como discípulo de Epicuro

dois dias antes, num café. Ante a pergunta surpresa sobre como eu sabia disso, respondi atrevidamente que há muito me interessava por Gassendi. A consequência foi um *magna cum laude* [com louvor] no diploma, porém, infelizmente, também uma obstinada tendência posterior a esquecer o nome de Gassendi. Creio que minha consciência pesada é culpada de minha impossibilidade de lembrar esse nome, apesar de todos os meus esforços. É que, na verdade, também naquela ocasião eu não deveria tê-lo sabido.”

Para que se avalie a intensidade da aversão de nosso informante à recordação desse episódio do exame, é preciso que se saiba do grande valor que ele confere a seu doutorado e das inúmeras outras coisas às quais este tem que servir de substituto.

(10) Intercalo aqui outro exemplo de esquecimento do nome de uma cidade. Talvez não seja tão simples quanto os já citados [em [1] e [2]] mas, para qualquer um que esteja algo familiarizado com essas investigações, parecerá digno de crédito e valioso. O nome de uma cidade da Itália escapou à memória do sujeito em consequência de sua grande semelhança fonética com um prenome de mulher a que se ligavam muitas lembranças carregadas de afeto, que sem dúvida não são integralmente relatadas aqui. Sándor Ferenczi, de Budapeste, que observou em si mesmo esse caso de esquecimento, tratou-o da maneira como se analisa um sonho ou uma idéia neurótica - por certo, com toda a razão.

“Estive hoje visitando uma família amiga e a conversa se voltou para as cidades do norte da Itália. Alguém observou que elas ainda exibem traços da influência austríaca. Algumas dessas cidades foram mencionadas e também eu quis citar uma delas, mas seu nome não me ocorreu, embora eu soubesse que ali havia passado dois dias muito agradáveis - um fato que não combinava muito com a teoria de Freud sobre o esquecimento. Em vez do nome buscado, as seguintes associações impuseram-se a mim: *Capua - Brescia - O Leão de Brescia*.

“Visualizei esse ‘Leão’ sob a forma de uma *estátua de mármore* postada diante de mim como um objeto concreto, mas logo reparei que ele se parecia menos com o leão do Monumento à Liberdade em Brescia (que só vi numa ilustração) do que com o outro famoso leão de mármore que vi no *monumento aos mortos em Lucerna - o monumento aos guardas suíços tombados nas Tulherias*, do qual tenho um réplica em miniatura na minha estante. E então me ocorre finalmente o nome buscado: era *Verona*.

“Ao mesmo tempo, entendi prontamente quem era a culpada dessa minha amnésia. Ninguém senão uma antiga empregada da família de quem eu era convidado nessa ocasião. Seu nome era *Veronika* (*Verona*, em húngaro) e eu tinha por ela uma intensa antipatia, por causa de sua fisionomia repulsiva, de sua voz *esganiçada e rouca* e sua confiança insuportável, a que ela achava ter direito por longo tempo de serviço. Também a maneira *tirânica* com que, em sua época, ela costumava tratar as crianças da casa me era intolerável. E então compreendi também o sentido das associações substitutas.

“Minha associação imediata com *Capua* foi *caput mortuum* [cabeça de morto]. Muitas vezes comparei a cabeça de Veronika a uma cabeça de defunto. A palavra húngara “*kapzsi*” (avaro) sem dúvida forneceu mais um determinante para o deslocamento. Descobri também, é claro, as vias associativas muito mais diretas que ligam *Capua* e *Verona* como idéias geográficas e como palavras italianas que têm o mesmo ritmo.

“O mesmo vale para *Brescia*, mas também aqui encontram-se vias colaterais entrelaçadas na associação de idéias.

“Naquela época minha antipatia era tão violenta que eu achava Veronika decididamente asquerosa, e mais de uma vez manifestei meu assombro de que, apesar disso, ela pudesse ter uma vida amorosa e ser amada por alguém. ‘Beijá-la’, dizia eu, ‘deve provocar náuseas!’ E por certo fazia muito tempo que se poderia vinculá-la à idéia dos guardas suíços *tombados*.

“É muito freqüente se mencionar Brescia, pelo menos aqui na Hungria, não em conexão com o leão, mas com outro *animal selvagem*. O nome mais odiado neste país, como também no norte da Itália, é o do general *Haynau*, comumente conhecido como a ‘*Hiena de Brescia*’. Assim, um fio de meu pensamento levava do odiado *tirano* Haynau, via Brescia, para a cidade de Verona, enquanto o outro levava, através da idéia do *animal de voz rouca que freqüenta os túmulos dos mortos* (o que contribui para determinar a emergência de um *monumento aos mortos*), para a cabeça de defunto e a voz desagradável de Veronika, tão grosseiramente insultada por meu inconsciente, pessoa que em sua época agira naquela casa de maneira quase tão tirânica quanto o general austríaco depois das lutas dos húngaros e italianos pela liberdade.

“A *Lucerna* liga-se à idéia do verão que Veronika passou com os patrões *nas cercanias da cidade de Lucerna*, junto ao lago do mesmo nome. A *Guarda Suíça*, por sua vez, lembra que ela sabia tyranizar não só as crianças, mas também os adultos da família, e se comprazia [*sich gefallen*] no papel de ‘Garde-Dame’ [governanta, dama de companhia, literalmente ‘guarda de senhoras’].

“Devo assinalar expressamente que essa minha antipatia por Veronika é - conscientemente - um coisa há muito superada. Desde aquela época, tanto sua aparência quanto suas maneiras mudaram muito, para melhor, e posso tratá-la (embora para isso tenha raras oportunidades) com sentimentos sinceramente amistosos. Como de hábito, meu inconsciente se aferra com mais tenacidade a minhas impressões [anteriores]: ele é “de efeito posterior” e rancoroso.

“As *Tulherias* são uma alusão a outra pessoa, uma dama francesa idosa que, em muitas ocasiões, realmente ‘*guardava*’ as mulheres da casa; era respeitada por todos, jovens e velhos - e sem dúvida um pouco *temida* também. Por algum tempo fui seu *élève* [aluno] de conversação em francês. A palavra *élève* recorda-me ainda que, estando em visita ao cunhado de meu atual anfitrião, no norte da Boêmia, achei muita graça ao saber que os camponeses do lugar chamavam os *élèves* da escola florestal de ‘*Löwen*’ [leões]. Também essa lembrança divertida pode ter desempenhado um papel no deslocamento da hiena para o leão.”

(11) Também o exemplo seguinte mostra como um complexo pessoal que domine a pessoa num dado momento provoca o esquecimento de um nome com base numa ligação muito remota.

“Dois homens, um mais velho e um mais moço, que seis meses antes haviam feito juntos uma viagem à Sicília, trocavam lembranças daqueles dias bonitos e memoráveis. ‘Vejam’, disse o mais jovem, ‘como se chamava o lugar onde pernoitamos antes de nossa excursão a Selinunte? Calatafimi, não é?’ O mais velho discordou: ‘Não, tenho certeza de que não era isso, mas também esqueci o nome, embora me lembre muito bem de todos os detalhes de nossa estada lá. Basta eu saber que alguém esqueceu um nome para que isso logo me faça esquecê-lo também. [Cf. adiante, em [1]] Quer que procuremos o nome? O único que me ocorre é Caltanissetta, que com certeza não é o correto.’ - ‘Não’, disse o mais jovem, ‘o nome começa com *w* ou então contém *w*.’ - ‘Mas não existe *w* em italiano’, objetou o mais velho. ‘Eu quis dizer *v*, e só falei *w* por estar muito acostumado com ele em minha língua.’ O homem mais velho manteve sua objeção ao *v*. ‘Aliás’, declarou, ‘acho



que já esqueci uma porção de nomes sicilianos, e essa é uma boa hora para fazermos algumas experiências. Por exemplo, qual era o nome daquele lugar elevado que na Antigüidade se chamava Enna? Ah, já sei - Castrogiovanni.' No instante seguinte o homem mais moço recuperou o nome perdido. 'Castelvetrano', exclamou, satisfeito por poder apontar o v em que havia insistido. Durante algum tempo, o mais velho não teve nenhuma sensação de reconhecimento, mas depois de ter aceito o nome, coube-lhe explicar por que o havia esquecido 'Evidentemente', disse, 'porque a segunda metade, "-vetrano", soa como "veterano". 'Sei que não gosto muito de pensar em *envelhecer* e tenho reações estranhas quando me lembram disso. Por exemplo, recentemente usei os mais curiosos disfarces para acusar um amigo muito estimado de ter perdido a juventude há muito tempo, e isso porque, numa ocasião anterior, em meio às observações mais lisonjeiras a meu respeito, esse amigo havia acrescentado que eu "já não era um homem jovem". Outro indício de que minha resistência estava voltada contra a segunda metade do nome Castelvetrano é que seu som inicial ressurgiu no nome substituto Caltanissetta.' 'E quanto ao próprio nome Caltanissetta?', perguntou o mais jovem. 'Esse', confessou o mais velho, 'sempre me pareceu ser um apelido carinhoso para uma mulher jovem.'

"Algum tempo depois, acrescentou: 'Evidentemente, o nome para Enna também era um nome substituto. E agora me ocorre que Castrogiovanni - o nome que se impôs ao primeiro plano com a ajuda de uma racionalização - soa como "*giovane*", jovem, assim como o nome perdido, Castelvetrano, soa como "*veterano*", velho.'

"O homem mais velho acreditou ter assim esclarecido seu esquecimento do nome. Não foram investigados os motivos da mesma falha de memória no mais moço."

Não só os motivos, mas também o mecanismo que rege o esquecimento de nomes merecem nosso interesse. Num grande número de casos um nome é esquecido, não porque ele próprio desperte esses motivos, mas porque - graças à semelhança fonética e à homofonia - ele toca em *outro* nome contra o qual se voltam esses motivos. Como é compreensível, esse relaxamento das condições facilita extraordinariamente a ocorrência do fenômeno. É o que mostram os seguintes exemplos:

(12)Relatado pelo Dr. Eduardo Hitschmann (1913a): "O senhor N. queria dar a alguém o nome da livraria Gilhofer e Ranschburg [de Viena]. Por mais que pensasse, entretanto, só lhe ocorria o nome Ranschburg, embora ele conhecesse muito bem a firma. Voltou para casa meio insatisfeito e achou o assunto suficientemente importante para perguntar a seu irmão (que aparentemente já estava dormindo) qual era a primeira metade do nome. O irmão o forneceu sem hesitação. Nisto ocorreu ao Sr. N. a palavra 'Gallhof', como associação a 'Gillhofer'. Gallhof era o lugar onde, alguns meses antes, ele dera um memorável passeio com uma jovem atraente. Como lembrança, a moça o presenteara com um objeto que trazia a inscrição 'Recordação da horas felizes em Gallhof ["*Gallhoerf Stunden*", literalmente "horas de Galhof"]'. Dias antes do esquecimento do nome, esse presente fora seriamente danificado, aparentemente de modo acidental, quando N. fechou uma gaveta depressa demais. N. reparou nisso com um certo sentimento de culpa, familiarizado que estava com o sentido dos atos sintomáticos. [Ver Capítulo IX.] Na época, seus sentimentos em relação à jovem eram algo ambivalentes: por certo a amava, mas estava hesitante frente ao desejo dela de se casarem."

(13)Relatado pelo Dr. Hanns Sachs: "Ao conversar sobre Gênova e seus arredores, um rapaz quis mencionar o lugar chamado *Pegli*, mas só com esforço conseguiu lembrar o nome, depois de muito refletir. A caminho de casa, ia meditando sobre o modo desagradável como lhe escapara um nome tão familiar e, ao

fazê-lo, foi conduzido a uma palavra de som muito semelhante: *Peli*. Ele sabia haver uma ilha com esse nome nos Mares do Sul, cujos habitantes ainda conservaram alguns hábitos notáveis. Lera sobre eles recentemente, numa obra de etnologia, e decidira nesse momento usar as informações para apoiar uma hipótese própria. Ocorreu-lhe então que Peli era também o cenário de um romance que ele havia lido com interesse e prazer - o *Van Zantens glücklichste Zeit* [A Época mais Feliz de Van Zanten], de Laurids Bruun. Os pensamentos que o haviam ocupado quase incessantemente durante o dia centralizavam-se numa carta, recebida naquela mesma manhã, de uma dama que lhe era muito querida. Essa carta o fizera temer que tivesse de renunciar a um encontro marcado. Depois de passar o dia inteiro com um péssimo humor, ele saíra à noite, decidido a não se atormentar mais com esses pensamentos irritantes, e sim a desfrutar, com a maior serenidade possível, da reunião social que tinha à frente e que lhe era de extremo valor. É claro que essa sua resolução poderia ser gravemente posta em risco pela palavra *Pegli*, por ser tão estreita a sua semelhança sonora com *Peli*; *Peli*, por sua vez, por ter adquirido um vínculo pessoal com ele através do interesse etnológico, corporificava não só a 'época mais feliz' de Van Zanten, mas também a sua, e portanto também os medos e angústias que ele alimentara o dia inteiro. É característico que essa simples interpretação só lhe chegasse assim que uma segunda carta transformou suas dúvidas na certeza feliz de revê-la em breve."

Se esse exemplo faz lembrar um outro que lhe é, por assim dizer, vizinho, no qual não se conseguia recordar o topônimo Nervi (Exemplo 1 [em [1]]), verifica-se como o duplo sentido de uma palavra pode ser substituído por duas palavras de som semelhante.

(14)Ao deflagrar-se a guerra contra a Itália, em 1915, pude fazer em mim mesmo a observação de que toda uma série de nomes de lugares italianos, que de hábito me eram prontamente acessíveis, subtraiu-se de repente de minha memória. Como muitos outros alemães, eu havia criado o hábito de passar parte das minhas férias em solo italiano, e não pude duvidar de que esse maciço esquecimento de nomes era a expressão de uma compreensível animosidade pela Itália, substituindo agora minha predileção anterior. Mas, além desse esquecimento de nomes diretamente motivado, também se identificou uma amnésia indireta com origem na mesma influência. Mostrei também uma tendência a esquecer topônimos não-italianos e, investigando esses incidentes, descobri que tais nomes tinham alguma ligação, por meio de vagas semelhanças de som, com os nomes inimigos proscritos. Assim, um dia me atormentei tentando lembrar o nome da cidade de *Bisenz*, na Morávia. Quando ele finalmente me ocorreu, reconheci de imediato que esse esquecimento devia ser posto na conta do Palazzo *Bisenzi*, em Orvieto. O Hotel Belle Arti, onde eu me hospedara em todas as minhas visitas a Orvieto, situa-se nesse "palazzo". As lembranças mais preciosas, é claro, tinham sido as mais prejudicadas pela mudança em minha atitude emocional.

Alguns exemplos ajudarão também a nos lembrar da diversidade de propósito a cujo serviço pode colocar-se o ato falho do esquecimento de nomes.

(15)Relatado por A. J. Storfer (1914): "Certa manhã, uma dama residente em Basiléia recebeu a notícia de que sua amiga de infância, Selma X., de Berlim, então em viagem de lua-de-mel, estava de passagem por Basiléia, mas ali permaneceria apenas um dia; por isso a dama de Basiléia apressou-se a chegar logo ao hotel. Quando as amigas se separaram, combinaram reencontrar-se à tarde e permanecer juntas até a hora da partida da dama berlinense.



“À tarde, a dama de Basiléia *esqueceu* o encontro marcado. Desconheço os determinantes desse esquecimento, mas, nessa situação (encontro com uma *amiga de infância recém-casada*), são possíveis diversas constelações típicas capazes de determinar uma inibição contra a repetição do encontro. O ponto de interesse nesse caso está em *outro* ato falho, que representa uma proteção inconsciente para o primeiro. Na hora em que deveria estar-se reencontrando com a amiga de Berlim, a dama de Basiléia se achava numa roda social em outro lugar. Ali, a conversa recaiu sobre o casamento recente da cantora vienense de ópera de sobrenome Kurz. A dama de Basiléia teceu alguns comentários críticos (!) sobre esse casamento, mas, ao querer referir-se à cantora pelo nome, descobriu com enorme embaraço que não conseguia lembrar-se de seu nome de batismo. (Como se sabe, há uma tendência especial a se mencionar também o prenome, nos casos em que o sobrenome é monossilábico.) A dama de Basiléia irritou-se ainda mais com seu lapso de memória porque já ouvira a Kurz cantar muitas vezes e, comumente, sabia muito bem seu nome (completo). Antes que alguém mencionasse o prenome desaparecido, a conversa tomou outro rumo.

“Na noite desse mesmo dia, nossa dama de Basiléia estava entre algumas pessoas que, em parte, eram as mesmas daquela tarde. Por coincidência, a conversa tornou a recair no casamento da cantora vienense e, sem qualquer dificuldade, a dama citou o nome ‘*Selma* Kurz’. E nesse instante exclamou: ‘Oh! Acabo de me lembrar: esqueci por completo que hoje à tarde tinha um encontro com minha amiga *Selma*!’ Uma olhadela no relógio mostrou que a amiga já devia ter partido.”

Talvez ainda não estejamos preparados para apreciar esse belo exemplo em todos os seus aspectos. É mais simples o caso seguinte, embora não se tratasse do esquecimento de um nome e sim de uma palavra estrangeira, por um motivo criado pela situação. (Já podemos notar que estamos lidando com os mesmos processos, quer eles se apliquem a nomes próprios, prenomes, palavras estrangeiras ou seqüências de palavras.) Foi o caso de um jovem que esqueceu a palavra inglesa correspondente a “ouro” - que é idêntica à palavra alemã (“*Gold*”) - para, desse modo, ter oportunidade de praticar uma ação que desejava.

(16)Relatado pelo Dr. Hanns Sachs: “Um rapaz travou conhecimento numa pensão com uma moça inglesa que lhe agradou. Na primeira noite após se conhecerem, ele conversava com a moça na língua materna desta, que conhecia razoavelmente bem, e quis empregar a palavra inglês para ‘ouro’. Apesar de seus imensos esforços, o vocábulo não lhe ocorreu. Em vez dele, a palavra francesa *or*, a latina *aurum* e a grega *chrysos* impuseram-se obstinadamente como substitutas, tanto que ele só conseguiu rejeitá-las a muito custo, embora soubesse com certeza que não tinham parentesco algum com a palavra procurada. Por fim, o único caminho que encontrou para se fazer entender foi tocar num anel de ouro na mão da moça, ficando muito envergonhado ao saber por ela que a palavra tão procurada para denotar ouro era exatamente idêntica à alemã, ou seja, ‘gold’. O grande valor desse contato, propiciado pelo esquecimento, não estava meramente na satisfação inobjetável da pulsão de pegar ou tocar - pois para isso existem outras oportunidades avidamente exploradas pelos enamorados -, porém, muito mais, no modo como contribuiu para esclarecer as perspectivas do flerte. O inconsciente da dama, sobretudo se sentisse simpatia pelo homem com quem ela conversava, adivinharia o objetivo erótico do esquecimento, oculto por sua máscara de inocência. A maneira de ela corresponder ao contato e aceitar sua motivação poderia, assim, tornar-se um meio - inconsciente para ambos, mas muito significativo - de chegarem a um entendimento sobre as possibilidades do flerte iniciado pouco antes.”

(17)Narro ainda, segundo J. Stärcke (1916), outra observação interessante que concerne ao esquecimento e à recuperação de um nome próprio. Esse caso se distingue pela ligação entre o esquecimento do nome e um equívoco na citação de algumas palavras de um poema, como no exemplo da “Noiva de Corinto” [em [1]].

“Z., um velho jurista e filólogo, contava numa roda como, em seus tempos de estudantes na Alemanha, conhecera um aluno excepcionalmente estúpido, e teve muitas anedotas a contar sobre essa estupidez. Mas não conseguiu lembrar o nome do estudante; achou que começava com *W*, mas depois reconsiderou essa idéia. Lembrou-se de que esse aluno estúpido mais tarde se tornara *comerciante de vinhos*. Depois, ao contar outra anedota sobre a estupidez do rapaz, tornou a exprimir seu espanto pelo fato de seu nome não lhe ocorrer, e disse: ‘Ele era tão burro que até hoje não entendo como consegui martelar-lhe o latim na cabeça.’ No momento seguinte, lembrou-se de que o nome procurado terminava em ‘*man*’. Nesse ponto, perguntamos se lhe ocorria algum outro nome terminado em ‘*man*’ e ele disse: ‘*Erdmann*’ [*homem da terra*].’ - ‘Quem é esse?’ - ‘Um outro estudante daquela época.’ - Sua filha, porém, observou que havia também um professor Erdmann. Uma averiguação mais rigorosa revelou que esse professor Erdmann era editor de uma revista e, recentemente, só aceitara publicar em forma abreviada um trabalho apresentado por Z., do qual discordava em parte etc., e Z. ficara bastante aborrecido com isso. (Ademais, descobri posteriormente que, anos antes, Z. provavelmente tivera expectativas de se tornar professor da mesma disciplina agora lecionada pelo professor Erdmann, e também nesse aspecto o nome talvez tivesse tocado num ponto sensível.)

“E então, de repente, ocorreu-lhe o nome do estudante estúpido: ‘Lindeman!’ Como já se lembrara de que o nome terminava em ‘*man*’, ‘*Linde* [*tília*]’, era o que permanecera recalcado por mais tempo. Ao se perguntar o que lhe ocorria ao pensar em ‘*Linde*’, ele disse a princípio: ‘Absolutamente nada.’ Quando insisti em que sem dúvida lhe ocorreria alguma coisa relacionada com essa palavra, ele respondeu, erguendo os olhos e fazendo um gesto com a mão no ar: ‘Ora, uma *tília* [*Linde*] é uma árvore bonita.’ Nada mais lhe ocorreu. Todos ficaram calados e cada um prosseguiu em suas leituras ou outros afazeres, até que, passados alguns momentos, Z. fez a seguinte citação em tom sonhador:

Steht er mit festen  
Gefügigen Knochen  
Auf der *Erde*,  
So reicht er nicht auf  
Nur mit der *Linde*  
Oder der *Rebe*  
Sich zu vergleichen.

“Dei um grito de triunfo: ‘Aí está o nosso Erdmann [*homem da terra*]!’ E disse: ‘O homem que “se ergue sobre a terra”, ou seja, o homem da terra ou *Erdmann*, não é suficientemente grande para se comparar nem com a *tília* (*Lindeman*) nem com a *videira* (o *comerciante de vinhos*). Em outras palavras, nosso *Lindeman*, o estudante estúpido que mais tarde se tornou comerciante de vinhos, certamente era um asno, mas nosso *Erdmann*, é ainda muito mais burro e nem sequer se pode comparar ao Lindeman.’ No inconsciente, essa

linguagem irônica ou insultuosa é bastante comum; por isso, pareceu-me que agora se havia encontrado a causa principal do esquecimento do nome.

“Perguntei, então, de que poema provinham os versos citados. Z. disse que era um poema de Goethe, que ele achava começar assim:

Edel sei der Mensch  
Hilfreich und gut!

e que continha também os versos:

Und hebt er sich aufwärts,  
So spielen mit ihm die Winde.

“No dia seguinte, verifiquei esse poema de Goethe e viu-se que o caso era ainda mais belo (apesar de ser também mais complexo) do que parecera a princípio.

“(a)Os primeiros versos citados dizem (cf. a citação acima):

Steht er mit festen  
*Markigen* Knochen.

“‘*Gefügige* Knochen [ossos *flexíveis*]’ seria uma combinação muito estranha, mas não quero ir mais a fundo nesse ponto.

“(b)Os versos seguintes dessa estrofe dizem (cf. a citação acima):

...Auf der *wohlgegründeten*  
*Dauernden* Erde,  
Reicht er nicht auf,  
Nur mit der *Eiche*  
Oder der Rebe  
Sich zu vergleichen.

Portanto, em todo o poema não há menção a tília alguma! A troca de ‘carvalho’ por ‘tília’ (em seu inconsciente) ocorreu apenas para possibilitar o jogo de palavras ‘terra - tília - videira’.

“(c)Esse poema se chama ‘Grenzen der Menschheit [Os Limites da Humanidade]’ e compara a onipotência dos deuses com o poder insignificante do homem. Mas o poema que começa por

Edel sei der Mensch  
Hilfreich und gut!

é outro e se encontra algumas páginas adiante [no livro]. Seu título é 'Das Gottliche. [A Natureza Divina]', e também ele contém pensamentos sobre os deuses e os homens. Como não se examinou a questão mais a fundo, posso no máximo supor que certos pensamentos sobre a vida e a morte, o temporal e o eterno, e a vida frágil e a morte futura do próprio sujeito também tenham desempenhado um papel na gênese desse caso."

Em alguns desses exemplos é preciso recorrer a todas as sutilezas da técnica psicanalítica para explicar o esquecimento de um nome. Quem quiser conhecer melhor essa tarefa poderá consultar um artigo de Ernest Jones, de Londres (1911a), já traduzido para o alemão.

(18) Ferenczi observou que o esquecimento de nomes também pode aparecer como um sintoma histérico. Nessa situação, ele mostra um mecanismo muito diferente do que é próprio dos atos falhos. A natureza dessa diferença é esclarecida por suas próprias palavras:

"Tenho agora em tratamento uma paciente, uma solteirona já envelhecida, a quem deixam de ocorrer os nomes próprios mais usuais e mais conhecidos dela, se bem que, afora isso, sua memória seja boa. No decorrer da análise, ficou claro que mediante esse sintoma ela visa a documentar sua ignorância. Essa exibição ostensiva de sua ignorância, contudo, é, na verdade, uma censura a seus pais, que não lhe permitiram receber instrução superior. Também sua torturante compulsão a fazer limpeza ('psicose da dona de casa') provém, em parte, da mesma fonte. Com isso ela quer dizer algo como: 'Vocês me transformaram numa empregada.'"

Eu poderia citar outros exemplos do esquecimento de nomes e levar seu exame muito mais longe, não fosse por querer evitar, neste primeiro estágio, a antecipação de quase todos os pontos de vista destinados à discussão de temas posteriores. Entretanto, talvez possa permitir-me resumir em algumas frases as conclusões extraídas das análises aqui relatadas:

O mecanismo do esquecimento de nomes (mais corretamente, de os nomes escaparem da memória, serem *temporariamente* esquecidos) consisteem que a pretendida reprodução do nome sofre a interferência de uma cadeia de pensamentos estranha, não consciente no momento. Entre o nome assim perturbado e o complexo perturbador existe uma conexão preexistente; ou essa conexão se estabelece, quase sempre de maneiras aparentemente artificiais, através de associações superficiais (externas).

Entre os complexos perturbadores, os mais eficazes mostram ser os auto-referentes (ou seja, os complexos pessoal, familiar e profissional).

Um nome com mais de um sentido e, portanto, pertencente a mais de um grupo de pensamentos (complexos) é muitas vezes perturbado em sua relação com uma seqüência de pensamentos, em virtude de sua participação em outro complexo mais forte.

Entre os motivos para essas interferências destaca-se o propósito de evitar que as lembranças despertem desprazer.

Em geral, podem-se distinguir dois tipos principais de esquecimento de nomes: os casos em que o próprio nome toca em algo desagradável e aqueles em que ele se liga a outro nome que tem esse efeito. Assim, os nomes podem ter sua reprodução perturbada por sua própria causa, ou por causa de seus vínculos ou associativos mais próximos ou mais distantes.

Um exame dessas proposições gerais nos mostra por que o esquecimento temporário de nomes é, dentre todos os nossos atos falhos, o que se observa com maior freqüência.

(19) Estamos, porém, muito longe de haver delineado todas as peculiaridades desse fenômeno. Outro ponto que quero assinalar é que o esquecimento de nomes é altamente contagioso. Numa conversa entre duas pessoas, muitas vezes basta que uma delas mencione ter esquecido tal ou qual nome para que este escape também à memória da outra. Nesses casos de esquecimento induzido, porém, o nome esquecido retorna mais facilmente. Esse esquecimento “coletivo” - a rigor, um fenômeno da psicologia das massas - ainda não se tornou objeto da investigação psicanalítica. Apenas em um caso, mas que é especialmente belo, Reik (1920) pôde dar uma boa explicação para esse curioso fenômeno.

“Num pequeno grupo de universitários em que também havia duas estudantes de filosofia, discutiam-se as numerosas questões suscitadas no campo dos estudos religiosos e no da história da civilização pela origem do cristianismo. Uma das moças que participava da conversa lembrou-se de que, num romance inglês que lera recentemente, encontrara um quadro interessante das múltiplas correntes religiosas que haviam agitado aquela época. Acrescentou que o romance retratava toda a vida de Cristo, desde seu nascimento até sua morte; mas o nome da obra se recusava a ocorrer-lhe. (Sua lembrança visual da capa de livro e da apresentação gráfica do título era ultraclara [ver em [1]].) Três dos homens presentes também afirmaram conhecer o romance e notaram que, curiosamente, tampouco eles eram capazes de reproduzir o nome.”

A moça foi a única a se submeter à análise para esclarecer o esquecimento desse nome. O título do livro era *Ben-Hur*, de Lewis Wallace. As idéias que lhe ocorreram como substitutas foram: “*Ecce homo - Homo sum - Quo vadis?*”. A própria jovem se apercebeu de haver esquecido o nome “porque ele contém uma expressão que nem eu nem nenhuma outra moça - especialmente na companhia de rapazes - gostamos de usar. À luz da interessantíssima análise, essa explicação assumiu um significado ainda mais profundo. Uma vez feita uma alusão a esse contexto, a tradução de “*homo*” (homem) adquire também um sentido pouco recomendável. A conclusão de Reik é a seguinte. “A moça tratou a palavra como se, ao pronunciar o título dúbio na presença de rapazes, estivesse reconhecendo desejos que havia rechaçado por lhe serem penosos e incompatíveis com sua personalidade. Em suma: dizer as palavras ‘Ben-Hur’ foi inconscientemente identificado por ela com uma proposta sexual e, por conseguinte, o esquecimento correspondeu ao rechaço dessa tentação inconsciente. Temos razões para supor que processos inconscientes semelhantes tenham determinado o esquecimento dos rapazes. O inconsciente deles apreendeu o sentido real do esquecimento da jovem e, por assim dizer, interpretou-o. O esquecimento dos homens mostra respeito por esse comportamento recatado. (.) É como se sua interlocutora, por seu repentino lapso de memória, tivesse dado um sinal claro que os homens, inconscientemente, entenderam muito bem.”

Há também [1] um esquecimento sucessivo de nomes em que toda uma cadeia deles é retirada da memória. Quando, na tentativa de reencontrar um nome perdido, buscam-se outros estreitamente ligados a ele, não é raro desaparecerem também esses novos nomes, que deveriam servir de pontos de apoio. Assim, o esquecimento salta de um nome para outro, como que para provar a existência de um obstáculo que não é facilmente superável.

## CAPÍTULO IV - LEMBRANÇAS DA INFÂNCIA E LEMBRANÇAS ENCOBRIDORAS

Num segundo artigo, publicado na *Monatsschrift für Psychiatrie und Neurologie* (1899a), pude demonstrar, num ponto inesperado, a natureza tendenciosa do funcionamento de nossa memória. Parti do fato notável de que, nas mais remotas lembranças da infância de uma pessoa, freqüentemente parece preservar-se aquilo que é indiferente e sem importância, ao passo que (amiúde, mas não universalmente), na memória dos adultos, não se encontra nenhum vestígio de impressões importantes, muito intensas e plenas de afeto daquela época. Disso se poderia presumir, já que é sabido que a memória faz uma seleção entre as impressões que lhe são oferecidas, que tal seleção se dá, na infância, com base em princípios inteiramente diferentes dos que vigoram na época da maturidade intelectual. Uma investigação atenta, contudo, mostra que tal suposição é desnecessária. As lembranças indiferentes da infância devem sua existência a um processo de deslocamento: são substitutas, na reprodução [mnêmica], de outras impressões realmente significativas cuja recordação pode desenvolver-se a partir delas através da análise psíquica, mas cuja reprodução direta é impedida por uma resistência. De vez que as lembranças indiferentes devem sua preservação, não a seu próprio conteúdo, mas a um vínculo associativo entre seu conteúdo e outro que está recalcado, elas podem fazer jus ao nome de “lembranças encobridoras” com que foram por mim designadas.

No artigo mencionado, apenas tangenciei, sem esgotá-la de modo algum, a multiplicidade dos vínculos e sentidos das lembranças encobridoras. No exemplo que ali analisei detalhadamente, enfatizei sobretudo a peculiaridade da relação *temporal* entre a lembrança encobridora e o conteúdo encoberto por ela. Naquele exemplo, o conteúdo da lembrança encobridora pertencia a um dos primeiros anos da infância, ao passo que as vivências dependiam por ela substituídas na memória, que haviam permanecido quase inconscientes, correspondiam a épocas posteriores na vida do sujeito. Designei esse tipo de deslocamento de *retroativo* ou *retrocedente*. Talvez seja mais freqüente encontrar a relação oposta: uma impressão indiferente de época recente se consolida na memória como lembrança encobridora, apesar de dever esse privilégio apenas a sua ligação com um evento anterior que as resistências impedem de ser diretamente reproduzido. Estas seriam lembranças encobridoras *adiantadas* ou *avançadas*. Aqui o essencial de que se ocupa a memória situa-se, na ordem temporal, *atrás* da lembrança encobridora. Por fim, temos ainda a terceira possibilidade, em que a lembrança encobridora vincula-se à impressão encoberta não só por seu conteúdo, mas também pela contigüidade temporal: estas são as lembranças encobridoras *simultâneas* ou *contíguas*.

Quanto de nossa reserva mnêmica pertence à categoria das lembranças encobridoras e qual o papel desempenhado por elas nos diferentes processos de pensamento neuróticos são problemas importantes que não abordei em meu artigo anterior, e nem os abordarei aqui. Importa-me apenas enfatizar a identidade entre o esquecimento de nomes próprios seguido de ilusão de memória e a formação das lembranças encobridoras.

À primeira vista, as diferenças entre os dois fenômenos são muito mais flagrantes do que as eventuais analogias. O primeiro fenômeno refere-se a nomes próprios; aqui, trata-se de impressões completas, de algo que se vivenciou quer na realidade, quer no pensamento. Ali temos uma falha manifesta da função mnêmica; aqui, é um ato da memória que nos parece estranho. Num, trata-se de uma perturbação momentânea — pois o nome agora esquecido pode ter sido corretamente reproduzido cem vezes antes, e voltará a poder sê-lo de amanhã em diante; noutro, trata-se de uma posse permanente e constante, pois as lembranças indiferentes da infância parecem ter o poder de nos acompanhar durante grande parte de nossa vida. Ou seja, o problema, nesses dois casos, parece ter um enfoque completamente diferente. Num, tem-se o esquecimento, no outro, a retenção, que desperta nossa curiosidade científica. Um estudo mais detalhado revela que, a despeito das diferenças entre os dois fenômenos quanto ao material psíquico e à duração, as coincidências entre ambos predominam em muito. Ambos se referem a falhas no recordar: o que a memória reproduz não é o que deveria ser corretamente reproduzido, mas algo diverso que serve de substituto. No caso do esquecimento de nomes, a lembrança se dá sob a forma de nomes substitutos; o caso da formação de lembranças encobridoras tem por base o esquecimento de outras impressões mais importantes. Em ambos, uma sensação intelectual nos dá notícia da interferência de algum fator perturbador, mas o faz de formas diferentes: no esquecimento de nomes, *sabemos* que os nomes substitutos são *falsos*; nas lembranças encobridoras, ficamos *surpresos* por possuí-las. Se a análise psicológica nos revela agora que a formação substitutiva se produziu da mesma maneira em ambos os casos, por deslocamento ao longo de uma associação superficial, são precisamente as dessemelhanças entre os dois fenômenos, quanto a seu material, duração e ponto focal, que contribuem para aguçar nossa expectativa de haveremos descoberto algo importante e de validade universal. E esse universal afirmaria que, quando a função reprodutora falha ou se extravia, isso indica, com muito mais freqüência do que suspeitamos, a interferência de um fator partidário, de uma *tendência* que favorece uma lembrança, enquanto se empenha em trabalhar contra outra. [1]

O tema das lembranças da infância me parece tão significativo e interessante que eu gostaria de dedicar-lhe mais algumas observações, que vão além dos pontos de vista apresentados até agora.

Até que ponto da infância recuam nossas lembranças? Conheço algumas investigações a esse respeito, como as de V. e C. Henri (1897) e de Potwin (1901). Eles mostram que existem grandes diferenças individuais entre as pessoas examinadas: algumas situam suas primeiras lembranças no sexto mês de vida, ao passo que outras nada lembram de sua vida até completarem seis ou mesmo oito anos de idade. Mas a que se prendem essas diferenças na retenção de lembranças da infância, e que significado deve ser-lhes atribuído? Evidentemente, não basta compilar material para responder a essas perguntas por meio de um questionário; falta, além disso, elaborar esse material, e desse processo a pessoa que fornece a informação precisa participar.

Em minha opinião, aceitamos com demasiada indiferença o fato da amnésia infantil — isto é, a perda das lembranças dos primeiros anos de vida — e deixamos de encará-lo como um estranho enigma. Esquecemos quão grande são as realizações intelectuais e quão complexos são os impulsos afetivos de que é capaz uma criança de uns quatro anos, e deveríamos ficar atônitos ante o fato de a memória dos adultos, em geral, preservar tão pouco desses processos anímicos, sobretudo já que temos todas as razões para supor que essas mesmas realizações infantis esquecidas não terão resvalado pelo desenvolvimento da pessoa sem



deixar marcas, mas terão, antes, exercido uma influência determinante sobre todas as fases posteriores de sua vida. E, malgrado essa eficácia incomparável, foram esquecidas! Isto sugere que existem, para o ato de lembrar (no sentido da reprodução consciente), condições especialíssimas de que não tomamos conhecimento até agora. É perfeitamente possível que o esquecimento da infância nos possa fornecer a chave para o entendimento das amnésias que, segundo nossas descobertas mais recentes, estão na base da formação de todos os sintomas neuróticos.

Dentre lembranças infantis conservadas, algumas nos parecem perfeitamente inteligíveis, ao passo que outras parecem estranhas ou incompreensíveis. Não é difícil corrigir alguns erros quanto a ambas as espécies. Quando as lembranças conservadas pela pessoa são submetidas à investigação analítica, é fácil determinar que nada garante sua exatidão. Algumas das imagens mnêmicas certamente são falsificadas, incompletas ou deslocadas no tempo e no espaço. É evidente que não são dignas de crédito declarações das pessoas indagadas, no sentido, por exemplo, de que sua primeira lembrança provém do segundo ano de vida. Além disso, logo se descobrem motivos que tornam compreensíveis a distorção e o deslocamento da experiência vivenciada, mas que, ao mesmo tempo, mostram que esses erros na recordação não podem ser causados simplesmente por uma memória traiçoeira. Forças poderosas de épocas posteriores da vida modelaram a capacidade de lembrar as vivências infantis — provavelmente, as mesmas forças responsáveis por nos termos alienado tanto da compreensão dos anos de nossa infância.

O recordar, nos adultos, sabidamente utiliza diversos materiais psíquicos. Alguns recordam em imagens visuais; suas lembranças têm um caráter visual. Outros mal conseguem reproduzir na lembrança os mais vagos contornos [visuais] do que foi vivenciado; de acordo com a sugestão de Charcot, tais pessoas são chamadas *auditifs e moteurs*, contrastando com os *visuels*. Nos sonhos, essas diferenças desaparecem: todos sonhamos predominantemente em imagens visuais. Mas esse desenvolvimento se inverte igualmente no caso das lembranças infantis; estas são plasticamente visuais, mesmo nas pessoas cujo recordar posterior carece de elementos visuais. O recordar visual, conseqüentemente, preserva o tipo de recordar infantil. No meu caso, as primeiras lembranças da infância são as únicas que têm caráter visual: são cenas elaboradas de modo francamente plástico, comparáveis apenas às representações no palco. Nessas cenas infantis, sejam elas de fato verdadeiras ou falsas, a pessoa costuma ver a si mesma como criança, com seus contornos e suas roupas infantis. Essa circunstância deve causar estranheza: em suas lembranças de vivências posteriores, os adultos *visuels* já não visualizam a si mesmos. Ademais, supor que, em suas vivências, a atenção da criança estaria voltada para ela própria, e não exclusivamente para as impressões do exterior, contradiz tudo o que sabemos. Assim, somos forçados por diversas considerações a suspeitar de que, das chamadas primeiras lembranças da infância, não possuímos o traço mnêmico verdadeiro, mas sim uma elaboração posterior dele, uma elaboração que talvez tenha sofrido a influência de uma diversidade de forças psíquicas posteriores. Portanto, as “lembranças da infância” dos indivíduos adquirem universalmente o significado de “lembranças encobridoras”, e nisto oferecem uma notável analogia com as lembranças da infância dos povos, preservadas nas lendas e mitos.

Quem já empreendeu uma investigação anímica de várias pessoas pelo método da psicanálise terá compilado, no decorrer de seu trabalho, inúmeros exemplos de todo tipo de lembranças encobridoras. Contudo, o relato desses exemplos é extraordinariamente dificultado pela natureza já apresentada das relações entre as



lembranças da infância e a vida posterior. Para que se possa mostrar que uma lembrança da infância deve ser encarada como lembrança encobridora, quase sempre é necessário expor a biografia completa da pessoa em questão. Raramente é possível retirar uma lembrança encobridora de seu contexto para descrevê-la em separado, como no belo exemplo que se segue.

Um homem de vinte e quatro anos conservou a seguinte imagem de seu quinto ano de idade: está sentado no jardim de uma casa de veraneio, numa cadeirinha ao lado da tia, que tenta ensinar-lhe as letras do alfabeto. A distinção entre o *m* e o *n* lhe traz dificuldades, e ele pede à tia que lhe diga como discernir uma da outra. A tia lhe indica que o *m* tem um pedaço inteiro a mais do que o *n* — o terceiro traço. Não parecia haver nenhuma razão para duvidar da veracidade dessa lembrança da infância; contudo, ela só adquirira sentido mais tarde, quando se mostrou apta a representar simbolicamente outra das curiosidades do menino. É que, assim como nessa época ele queria saber a diferença entre o *m* e o *n*, mais tarde se empenhou em descobrir a diferença entre os meninos e as meninas, e sem dúvida teria gostado de que justamente essa tia fosse sua mestra. Nessa ocasião, ele descobriu ainda que a diferença era semelhante — que o menino também tem um pedaço inteiro a mais do que a menina — e, adquirido esse discernimento, ele evocou a lembrança de sua correspondente curiosidade infantil.

Aqui está outro exemplo, de anos posteriores da infância. [1] Um homem com graves inibições em sua vida amorosa, agora com mais de quarenta anos, é o mais velho de nove filhos. Tinha quinze anos quando nasceu o mais novo dentre seus irmãos, mas afirma com absoluta certeza que nunca havia notado nenhuma das gestações de sua mãe. Sob a pressão de minha incredulidade, ocorreu-lhe a lembrança de, certa vez, aos onze ou doze anos, ter visto a mãe *desatar* a saia apressadamente diante do espelho. Acrescentou então, sem ser pressionado, que ela chegara da rua e inesperadamente sentira as contrações do parto. O desatar [*Aufbinden*] da saia era uma lembrança encobridora do parto [*Entbindung*]. Voltaremos a deparar com a utilização dessas “pontes verbais” em outros casos.

Gostaria ainda de mostrar, com um único exemplo, como uma lembrança da infância pode ganhar sentido através da elaboração analítica, quando antes não parecia ter nenhum. Quando, aos quarenta e três anos, comecei a dirigir meu interesse para os restos de lembranças da minha própria infância, ocorreu-me uma cena que por muito tempo (desde o passado mais remoto, ao que me parecia) vez por outra me chegava à consciência, e que eu tinha bons indícios para situar numa época anterior a meus três anos completos. Eu me via exigindo alguma coisa e chorando, parado diante de uma arca [*Kasten*], também “caixa” cuja porta meu meio-irmão, vinte anos mais velho do que eu, mantinha aberta. E então, de repente, linda e esguia, minha mãe entrou no quarto, como se estivesse voltando da rua. Foi com essas palavras que descrevi a cena, da qual tinha uma imagem plástica, mas com a qual não sabia mais o que fazer. Se meu irmão queria abrir ou fechar a arca — em minha primeira tradução da imagem eu a chamara de “armário” [*Schrank*] —, porque eu estava chorando, e o que tinha a chegada de minha mãe a ver com tudo isso, me era obscuro. A explicação que me sentia tentado a dar a mim mesmo era que se tratava da lembrança de alguma brincadeira implicate de meu irmão mais velho, que minha mãe teria interrompido. Não são raros esse mal-entendidos de uma cena infantil preservada na memória: a situação é lembrada, mas não se sabe ao certo em que está centrada, e não se sabe em qual de seus elementos deve recair o acento psíquico. O esforço analítico levou-me a uma concepção totalmente inesperada da cena. Eu sentia falta de minha mãe e passara a suspeitar de que ela estivesse

trancada nesse armário ou arca, e por isso pedira que meu irmão abrisse sua porta. Quando ele me atendeu e me certifiquei de que minha mãe não estava no armário, comecei a chorar. Esse era o momento preservado por minha memória, seguindo-se de imediato o aparecimento de minha mãe, que aliviou minha inquietação ou minha saudade. Mas como foi que o menino teve a idéia de procurar a mãe ausente no armário? Os sonhos da mesma época [da análise dessa lembrança] continham alusões vagas a uma babá de quem eu também guardava outras reminiscências, como, por exemplo, a de que ela costumava insistir em que eu lhe entregasse, conscienciosamente, as moedinhas que recebia de presente — detalhe que pode reclamar para si o valor de uma lembrança encobridora de vivências posteriores. Assim, resolvi que dessa vez facilitaria para mim o trabalho de interpretação e perguntaria a minha mãe, já agora idosa, sobre essa babá. Fiquei sabendo de muitos detalhes; entre eles, que essa pessoa esperta, mas desonesta, praticara grandes furtos na casa enquanto minha mãe convalescia do parto, e que por iniciativa de meu meio-irmão fora levada ao tribunal. Essa notícia me permitiu compreender a cena da infância como que por uma espécie de inspiração. O desaparecimento repentino da babá não me fora indiferente; perguntei justamente a esse irmão onde ela estava porque, provavelmente, eu havia notado que ele desempenhara um papel em seu desaparecimento; e ele respondeu da maneira esquiva e cheia de trocadilhos que lhe era característica, dizendo que ela estava “encaixotada” [“*eingekastelt*”]. Na época, entendi essa resposta à maneira infantil [ou seja, literalmente], mas parei de fazer perguntas, pois não havia mais nada a investigar. Quando minha mãe se ausentou pouco tempo depois, suspeitei que meu irmão malvado tivesse feito com ela o mesmo que fizera com a babá, e por isso o forcei a abrir a arca [“*Kasten*”] para mim. Agora compreendo também por que, na tradução da cena visual infantil, enfatizei a silhueta esguia de minha mãe: deve ter-me chamado a atenção como algo que ela acabara de recuperar. Sou dois anos e meio mais velho do que minha irmã nascida nessa época, e quando fiz três anos já não convivia com meu meio-irmão.

## CAPÍTULO V - LAPSOS DA FALA

O material [lingüístico] comum que usamos ao falar em nossa língua materna parece estar protegido contra o esquecimento, mas sucumbe com freqüência bem maior a uma outra perturbação, conhecida como “lapso da fala”. Os lapsos de linguagem que observamos nas pessoas normais dão a impressão de serem um estágio preliminar das chamadas “parafasias” que surgem em condições em condições patológicas.

Esse é um assunto em que me encontro na situação excepcional de poder reconhecer o valor de uma obra anterior. Em 1895, Meringer e C. Mayer publicaram um estudo sobre “Lapsos na fala de na escrita”, mas com pontos de vista muito distantes dos meus. Um dos autores, porta-voz do texto, é filólogo, e foram seus interesses lingüísticos que o levaram a tentar descobrir as normas que regem os lapsos da fala. Ele esperava poder inferir dessas regras a existência de “certo mecanismo mental em que os sons de uma palavra, de uma frase e também das palavras [inteiras] entre si acham-se ligados e entrelaçados de maneira muito peculiar” (ver em. [1]).

Os exemplos de lapsos da fala compilados pelos autores são inicialmente agrupados em categorias puramente descritas. São classificados como *transposições* (por exemplo, “a Milo de Vênus” em vez de “a Vênus de Milo”); *pré-sonâncias* ou *antecipações* (por exemplo, “es war mir auf der Schwest... auf der Brust so schwer”; *pós-sonâncias* ou *perseverações* (por exemplo, “ich fordere Sie auf, auf da Wohl unseres Chefs aufzustossen” em vez de “anzustossen”); *contaminações* (por exemplo, “er setzt sich auf den Hinterkopf”, resultante de “er setzt sich einen Kopf auf” e de “er stellt sich auf die Hinterbeine”); e *substituições* (por exemplo, “ich gebe die Präparate in den Briefkasten”, em vez de *Bütkasten*). Além dessas categorias principais há ainda algumas outras menos importantes (ou menos significativas, segundo nosso ponto de vista). Nesse agrupamento em categorias não faz diferença que a transposição, distorção, amalgamação etc., se refiram a sons isolados numa palavra, a sílabas ou a palavra inteiras da frase intencionada.

Para explicar os vários tipos de lapsos de fala por ele observados, Meringer postula que os sons da língua [fonemas] têm diferentes valências psíquicas. Quando inervamos o primeiro som de uma palavra ou a primeira palavra de uma frase, o processo excitatório já se estende aos sons posteriores e às palavras subseqüentes e, posto que essas inervações são simultâneas, elas podem excercer reciprocamente uma influência modificadora. A excitação do som psiquicamente mais intenso o faz ressoar antes ou perseverar e desse modo perturba o processo de inervação de menor valência. Por isso é preciso determinar quais são os sons de maior valência numa palavra. Meringer sustenta: “Se quisermos saber qual o som de maior intensidade numa palavra, deveremos observar a nós mesmos quando procuramos uma palavra esquecida, por exemplo, um nome. O primeiro [som] a voltar à consciência é sempre aquele que teve a maior intensidade antes do

esquecimento” (ver em. [1]). “Os sons de maior valência são o som inicial da sílaba radical e o som inicial da palavra, bem como a vogal ou vogais acentuadas” (ver em [1]).

Não posso deixar de contradizê-lo aqui. Quer o som inicial do nome seja ou não um dos elementos de maior valência da palavra, é certamente incorreto que, no caso de esquecimento de uma palavra, ele seja o primeiro a regressar à consciência. Portanto, a regra formulada acima não se aplica. Quando nos observamos ao procurarmos um nome esquecido, somos forçados, com relativa frequência, a expressar a convicção de que ele começa por determinada letra. E com igual frequência essa convicção se revela fundada ou infundada. A rigor, eu afirmaria que, na maioria dos casos, o som inicial que anunciamos é falso. Em nosso exemplo de “Signorelli” [ver em [1]], os nomes substitutos tinham perdido o som inicial e as sílabas essenciais; foi precisamente par de sílabas de menor valência — *elli* — que voltou à memória no nome substituto Botticelli.

O caso seguinte, [1] por exemplo, pode ensinar-nos quão pouco os nomes substitutos respeitam o som inicial do nome esquecido:

Um dia, foi-me impossível lembrar o nome do pequeno país cuja capital é *Monte-Carlo*. Seus nomes substitutos foram: *Piedmont*, *Albania*, *Montevideo* e *Colico*. *Albania* logo foi substituída por *Montenegro*, e então me ocorreu que a sílaba então me ocorreu que a sílaba “*Mont*” (pronunciada “*Mon*”) aparecia em todos os nomes substitutos, exceto o último. Isso me facilitou descobrir, partindo do nome do príncipe Alberto [o príncipe regente], o nome esquecido, *Mônaco*. *Colico* imita aproximadamente o ritmo e a seqüência de sílabas do nome esquecido.

Admitindo a suposição de que um mecanismo semelhante ao demonstrado no esquecimento de nomes também poderia desempenhar um papel nos fenômenos dos lapsos da fala, somos levados a formar um juízo mais aprofundado dos casos de lapsos da fala. A perturbação da fala que se manifesta no lapso pode ser causada, em primeiro lugar, pela influência de outro componente do mesmo dito — isto é, por uma antecipação ou uma perseveração do som —, ou por outra formulação das idéias contidas na frase ou no contexto que se tenciona enunciar. A esse tipo pertencem todos os exemplos acima, tomados de Meringer e Mayer. A perturbação poderia, contudo, ser de um segundo tipo, análogo ao processo do caso de “Signorelli”; poderia resultar de influências *externas* à palavra, frase ou contexto, e provir de elementos que não se pretende enunciar e de cuja excitação só tomamos conhecimento justamente através da própria perturbação. O que esse dois modos de formação dos lapsos da fala têm em comum é a simultaneidade da excitação, e o que os diferencia é situar-se a origem da perturbação dentro ou fora da frase ou contexto. A diferença, inicialmente, não parece tão grande no que concerne a certas deduções que podem ser feitas a partir da sintomatologia dos lapsos da fala. É evidente, contudo, que apenas no primeiro caso existe qualquer perspectiva de se extrair dos fenômenos dos lapsos da fala conclusões sobre um mecanismo que vincule os sons e palavras entre si, de modo a que eles influam mutuamente em sua articulação — isto é, conclusões como as que o filósofo esperava obter do estudo dos lapsos da fala. No caso de interferência de influências *externas* à frase ou ao contexto do que é dito, tratar-se-ia, antes de mais nada, de saber quais são os elementos interferentes, surgindo depois a questão de saber se também o mecanismo dessa perturbação pode revelar as presumíveis leis da formação da fala.

Não se pode afirmar que Meringer e Mayer tenham descuidado da possibilidade de as perturbações da fala resultarem de “influências psíquicas complicadas”, de elementos externos à palavra, frase ou seqüência de

palavras como tais. Eles tiveram de observar que, a rigor, a teoria da desigualdade da valência psíquica dos sons só é suficiente para esclarecer as perturbações do som, bem como as antecipações e perseverações de sons. Nos casos em que as perturbações da palavra não podem ser reduzidas a perturbações dos sons (como, por exemplo, nas substituições e contaminações de palavras), eles não hesitaram em procurar uma causa para o lapso *fora* do contexto intencionado, procedimento este que eles justificam através de alguns bons exemplos. Cito os seguintes trechos:

“Ru. estava falando de ocorrências que, em seu íntimo, considerava como ‘*Schweinereien*’ [repugnantes; literalmente, porcarias]. Tentou, porém exprimir-se de modo mais suave, e começou: ‘Mas então certos fatos vieram à “*Vorschwein*” ...’ Mayer e eu estávamos presentes e Ru. confirmou ter pensado em ‘*Schweinereien*’. O fato de essa palavra pensada logo ter-se tornado atuante, traindo-se em ‘*Vorschwein*’, é suficientemente explicado pela semelhança das palavras.” (Em [1])

“Assim como nas contaminações, também nas substituições — e provavelmente em grau muito maior — as imagens lingüísticas ‘flutuantes’ ou ‘errantes’ desempenham um grande papel. Mesmo quando ficam abaixo do limiar da consciência, elas ainda estão suficientemente próximas para serem eficazes, e é fácil serem acionadas por alguma semelhança com o complexo a ser falado, provocando então um desvio na seqüência de palavras, ou cruzando essa seqüência. Muitas vezes, as imagens lingüísticas ‘flutuantes’ ou ‘errantes’ são, como dissemos, os retardatários que se seguem a processos de linguagem recém-terminados (perseverações). (Em [1])

“A semelhança também pode causar um desvio quando outra palavra semelhante está pouco abaixo do limiar da consciência, *sem que se destinasse a ser pronunciada*. Isso é o que acontece nas substituições. Assim, espero que minhas regras venham a confirmar-se quando forem testadas. Para isso, entretanto, é necessário (se o falante for outra pessoa) *que se saiba com clareza tudo o que se passou nos pensamentos do falante*. Eis um caso instrutivo. Li., diretor de uma escola, disse em nossa presença: ‘Die Frau würde mir Furcht einlagen.’ Fiquei perplexo porque o I me pareceu inexplicável. Permitiu-me chamar a atenção do falante para seu lapso, ao dizer ‘einlagen’ em vez de ‘einjagen’, ao que ele logo retrucou: ‘Sim, a razão disso é que pensei: eu não estaria “in der Lage [na posição, em condições]” etc.’

“Aqui está outro caso. Perguntei a R. von Schid, como estava indo seu cavalo doente. Ele respondeu: ‘Ja, das *draut*... dauert vielleicht noch einen Monat.’ Não consegui entender o ‘*draut* com *r*, pois o *r* de ‘*dauert*’ não poderia ter tido esse resultado. Assim, chamei-lhe a atenção para isso, ao que ele explicou ter pensado: ‘das ist eine *traurige* Geschichte [isso é uma história *triste*].’ Logo, o falante tinha em mente duas respostas, e estas se misturaram.” (Em [1]).

É bastante óbvio que o exame das imagens lingüísticas “errantes” que estão abaixo do limiar da consciência sem que se tencione dizê-las, bem como o pedido de informação sobre tudo o que estaria na mente do falante, são procedimentos que se aproximam muito das condições de nossas “análises”. Também nós estamos à procura de material inconsciente, e até o investigamos pelo mesmo caminho; só que, para ir das idéias que ocorrem à pessoa interrogada até a descoberta do elemento perturbador, temos de seguir um caminho mais longo, através de uma série complicada de associações.

Quero ainda deter-me um pouco em outro processo interessante atestado pelos exemplos de Meringer. O próprio autor afirma que é uma espécie de semelhança entre uma palavra da frase que se tenciona dizer e outra palavra não destinada a ser dita que permite a esta última impor-se à consciência, acarretando uma distorção, uma formação mista ou uma formação de compromisso (contaminação):

jagen, dauert, Vorschein  
 lagen, traurig, ...schwein.

Ora, em *A Interpretação dos Sonhos* (1900a) demonstrei o papel desempenhado pelo trabalho de *condensação* na formação do chamado conteúdo manifesto do sonho a partir dos pensamentos oníricos latentes. Qualquer tipo de semelhança entre dois elementos do material inconsciente — uma semelhança entre as próprias coisas ou entre as representações de palavra — serve de oportunidade para a criação de um terceiro elemento, que é uma representação mista ou de compromisso. No conteúdo do sonho, esse terceiro elemento representa ambos os seus componentes, e é por se originar terceiro elemento representa ambos os seus componentes, e é por se originar dessa maneira que ele tantas vezes apresenta diversas características contraditórias. A formação de substituições e contaminações ocorrente nos lapsos da fala é, por conseguinte, um começo do trabalho de condensação que encontramos em diligente atividade na construção do sonho.

Num breve ensaio destinado a um círculo mais amplo de leitores, Meringer (1900) afirmou existir uma importância prática especial em determinados casos de troca de uma palavra por outra — a saber os casos em que a palavra é substituída por outra de sentido oposto. “É provável”, escreve ele, “que ainda se recorde a maneira como, não faz muito tempo, o Presidente da Câmara de Deputados do Parlamento austríaco *abriu* a sessão: ‘Senhores Deputados; Constato a presença dos membros dessa casa em *quorum* suficiente e, portanto, declaro *encerrada* a sessão!’ Somente a hilaridade geral despertou-lhe a atenção e o fez corrigir seu engano. Nesse caso específico, a explicação foi, sem dúvida, que o presidente *desejava* secretamente já poder encerrar a sessão, da qual pouco havia de bom a esperar. Mas esse pensamento colateral, como freqüentemente ocorre, irrompeu ao menos parcialmente, e o resultado foi ‘encerrada’ em vez de ‘aberta’ — ou seja, o contrário do que se pretendia dizer. Ora, numerosas observações me ensinaram que em geral é muito freqüente permutar entre si palavras de sentido oposto; elas já estão associadas em nossa consciência lingüística, acham-se muito próximas umas das outras e é fácil evocar-se a errada por engano.”

Não são todos os casos de permutação pelo oposto em que é tão fácil como nesse exemplo do presidente mostrar a probabilidade de que o lapso seja conseqüência de uma contradição que, no interior do falante, ergue-se com a frase proferida. Encontramos um mecanismo análogo em nossa análise do exemplo de *aliquis* [Em [1]]. Ali a contradição interna expressou-se no esquecimento de uma palavra, e não numa substituição por seu oposto. Minorando essa diferença, porém, podemos notar que, na verdade, a palavra *aliquis* é incapaz de ter um oposto como “abrir” e “encerrar”, e que “abrir” é uma palavra que não se pode esquecer, pois é parte integrante de nosso vocabulário usual.

Se os últimos exemplos de Meringer e Mayer mostram que a perturbação da fala pode surgir, de um lado, por influência da antecipação ou da perseveração de sons e palavras da mesma frase, os quais se tenciona falar, e de outro, pelo efeito de palavras externas à frase intencionada, *cujá excitação não se evidenciaria de outro modo*, a primeira coisa que deveremos averiguar é se essas duas classes de lapsos da



fala podem ser nitidamente separadas, e de que modo um exemplo de uma classe pode ser distinguido de um caso da outra. Neste ponto de argumentação, contudo, devemos ter em mente as concepções expressas por Wundt, que aborda os fenômenos dos lapsos da fala em sua ampla discussão das leis do desenvolvimento da fala.

Segundo ele, um traço que nunca falta a esses e outros fenômenos correlatos é a atividade de certas influências psíquicas. “Antes de mais nada, elas têm um determinante positivo sob a forma do fluxo desinibido de *associações sonoras e associações de palavras* evocadas pelos sons falados. A isso vem somar-se um fator negativo sob a forma de supressão ou relaxamento dos efeitos inibidores da vontade sobre esse fluxo, assim como da atenção, que se reafirma nesse ponto como função da vontade. Quer esse jogo das associações se manifeste pela antecipação de um som vindouro, ou pela reprodução de sons precedentes, ou pela intercalação de um som habitualmente pronunciado ou, por último, pela repercussão de palavras completamente diferentes sobre os sons pronunciados, por terem com eles algum vínculo associativo — tudo isso indica apenas diferenças na direção e, nomáximo, no âmbito das associações ocorrentes, e não diferentes em sua natureza geral. Em alguns casos, também pode haver dúvidas quanto à forma a que se deve atribuir determinada perturbação, ou quanto a estabelecer se não seria mais justificável, *de acordo com o princípio da complicação das causas*, atribuí-la a uma conjugação de vários motivos.” (Wundt, 1900, 380-1.). [Ver em [1].]

Considero plenamente justificadas e muito instrutivas essas observações de Wundt. Talvez pudéssemos enfatizar, mais decididamente do que Wundt, que o fator positivo que favorece o lapso da fala (o fluxo desinibido de associações), bem como o fator negativo (o relaxamento da atenção inibidora), têm invariavelmente um efeito conjunto, de modo que os dois fatores tornam-se apenas maneiras diferentes de encarar um mesmo processo. Acontece que, com o relaxamento da atenção inibidora — ou, em termos ainda mais claros, *em consequência* desse relaxamento — o fluxo desinibido de associações entra em atividade.

Entre os lapsos da fala que eu mesmo compilei, dificilmente haverá algum em que eu seja forçado a atribuir a perturbação da fala única e exclusivamente ao que Wundt [1900, 392] chama de “efeito de contato dos sons”. Quase invariavelmente descubro, ademais, uma influência perturbadora que provém de algo *externo* ao enunciado pretendido; e o elemento perturbador é um pensamento singular que permaneceu inconsciente, que se manifesta no lapso da fala e com freqüência só pode ser trazido à consciência através de uma análise detalhada, ou então é um motivo psíquico mais geral que se volta contra o enunciado inteiro.

(1)Minha filha fez uma careta ao morder uma maçã, e eu quis fazer-lhe a seguinte citação:

Der Affe gar possierlich ist,  
Zumal wenn er von Apfel frisst.

Mas comecei: “Der *Apfe*...” [palavra inexistente]. Isso parece uma contaminação de “*Affe* [macaco]” e “*Apfel* [maçã]” (uma formação de compromisso), ou poderia ser encarado como uma antecipação de “*Apfel*”, que estava para ser pronunciada. Entretanto, as coisas se passaram mais exatamente da seguinte maneira: eu já havia iniciado essa citação antes, então cometera um lapso na primeira vez. Só o cometi ao repeti-la. A repetição foi necessária porque a pessoa interpelada, estando absorta em outra coisa, não me escutou. Tenho de incluir essa repetição, junto com minha impaciência de terminar a frase, entre os motivos do lapso que se apresentou como produto da condensação.

(2) Minha filha disse: “Estou escrevendo para a Sra. Schresinger...” O nome dessa senhora é Schlesinger. Esse lapso da língua provavelmente está ligado a uma tendência a facilitar a articulação, pois é difícil pronunciar o *l* depois de um *r* repetido. Devo acrescentar, contudo, que minha filha fez esse lapso poucos minutos depois de eu dizer “*Apfe*” em vez de “*Affe*”. Ora, acontece que os lapsos da fala são altamente contagiosos, assim como o esquecimento de nomes [em 1]] — peculiaridade assinalada por Meringer e Mayer no caso do esquecimento. Não sei sugerir alguma razão para esse contágio psíquico.

(3) “Eu me fecho como um *Tassenmescher* [palavra inexistente] — quero dizer, *Taschnmesser* [canivete]”, disse uma paciente no início da sessão. Também aqui, a dificuldade de articulação (como, por exemplo, em “*Wiener Weiber Wäscherinnen waschen weisse Wäsche*”, “*Fischflosse*” [barbatana] e outros trava-línguas similares) poderia servir de desculpa para a troca dos sons. Quando chamei sua atenção para o lapso, ela retrucou imediatamente: “É, isso foi só porque hoje o senhor disse ‘*Ernscht*’.” De fato, eu a recebera como o comentário: “Hoje a coisa vai ser realmente séria [“*Ernst*”] (porque seria a última sessão antes das férias) e, gracejando, esticara o “*Ernst*”, dizendo “*Ernscht*”. No decorrer da sessão, ela cometeu repetidamente outros lapsos da fala, e por fim notei que não estava meramente me imitando, mas tinha uma razão especial para deter-se, no inconsciente, na palavra “*Ernst*” como nome próprio [“Ernesto”].

(4) “Estou tão resfriada que não consigo *durch die Ase natmen* — quero dizer, *Nase atmen*”, disse a mesma paciente numa outra ocasião. E entendeu imediatamente como viera a cometer o lapso. “Todos os dias pego o bonde na Rua Hasenauer, e hoje de manhã, enquanto esperava por ele, ocorreu-me que, se eu fosse francesa, diria ‘*Asenauer*’, porque os franceses sempre deixa de pronunciar o *h* no começo das palavras.” Trouxe então uma série de reminiscências de franceses a quem havia conhecido, e depois de muitos rodeios chegou à lembrança de ter desempenhado, aos quatorze anos, o papel de Picarde na pequena peça *Kurmärker und Picarde*, e de ter-se expressado nessa ocasião num alemão defeituoso. A chegada fortuita de um hóspede de Paris a sua pensão despertara toda essa série de lembranças. A troca dos sons, portanto, foi resultante da perturbação causada por um pensamento inconsciente que provinha de um contexto completamente diverso.

(5) Mecanismo similar teve o lapso de outra paciente, que teve uma falha de memória em meio à reprodução de uma lembrança infantil há muito esquecida. Sua memória se recusava a dizer-lhe em que parte do corpo a mão lasciva e indiscreta de outra pessoa a havia segurado. Logo depois da sessão, foi visitar uma amiga com quem conversou sobre residências de veraneio. Indagada sobre a localização de sua casa de veraneio em M., ela respondeu: “na *Berglende* [coxa da montanha]”, em vez de *Berglehne* [encosta da montanha].

(6) Quando perguntei a outra paciente, ao final da sessão, como estava passando seu tio, ela respondeu: “Não sei, atualmente só o vejo *in flagranti*.” No dia seguinte, começou dizendo: “Estou muito envergonhada por ter-lhe dado uma resposta tão tola. É claro que o senhor deve ter-me tomado por uma pessoa muito inculta, que está sempre confundindo as palavras estrangeiras. Eu queria dizer *en passant*.” Ainda não sabíamos qual a origem das palavras estrangeiras que ela usara erroneamente. Na qual a origem da palavras estrangeiras que ela usara erroneamente. Na mesma sessão, porém, dando prosseguimento ao tema da véspera, ela apresentou uma reminiscência em que o papel principal consistia em ser surpreendida *in flagranti*. Portanto, o lapso da fala do dia anterior antecipara a lembrança que, naquele momento, ainda não se havia tornado consciente.



(7) A certa altura da análise de outra paciente, tive que dizer-lhe de minha suspeita de que ela sentira vergonha de sua família na época que estávamos considerando, e que havia censurado seu pai por algo que ainda nos era desconhecido. Ela não se lembrou de nada parecido e, ainda por cima, declarou que isso era improvável. Contudo, prosseguiu com a conversa tecendo alguns comentários sobre sua família: “Uma coisa eu tenho que admitir: eles são pessoas fora do comum, todos têm *Geiz* [avareza]... quero dizer, *Geist* [inteligência].” E, essa era, na verdade, a censura que ela recalcara, desalojando-a da memória. É freqüente a situação em que a idéia que se quer reter é precisamente a que se impõe sob a forma de um lapso da fala (recorde-se o lapso de Meringer) de “*zum Vorschwein gekommen*” [“vieram à luz”], [em [1]]. A única diferença é que, no caso de Meringer, a pessoa queria guardar para si algo que estava em sua consciência, ao passo que minha paciente não sabia o que estava sendo retido, ou, dito de outra maneira, não sabia que estava retendo alguma coisa, nem que coisa era essa.

(8) O exemplo seguinte de lapso da fala também remonta a uma retenção propositada. Certa vez, encontrei nas Dolomitas, duas damas que estavam vestidas como excursionistas. Acompanhei-as em parte do caminho e conversamos sobre os prazeres, mas também as dificuldades da vida de turista. Uma das damas admitiu que essa maneira de passar o dia acarretava muitos incômodos. “É verdade”, disse ela, “que não é nada agradável andar o dia inteiro sob o sol e ficar com a blusa e a combinação completamente suadas.” Num ponto dessa frase, ela teve de superar uma pequena hesitação. Depois, continuou: “Mas aí, quando se chega ‘nach *Hose*’ e se pode trocar de roupa...” No meu entender, não era necessário nenhum exame para esclarecer esse lapso da fala. É evidente que a intenção dela fora fazer uma enumeração mais completa de suas roupas: blusa, combinação e *Hose* [calcinhas]. Razões ligadas ao decoro, porém, levaram-na a suprimir qualquer menção a essa terceira peça da roupa íntima. Mas na fase seguinte, de conteúdo independente, a palavra suprimida veio à tona, contra sua vontade, como uma distorção de “nach *Hause* [casa]”, palavra semelhante.

(9) “Quando o senhor quiser comprar tapetes”, disse-me uma senhora, “vá até o Kaufman [nome próprio que também significa “comerciante”], na Matthäusgasse [Rua Mateus]. Acho que posso dar-lhe uma recomendação.” “Na loja de Mattäus...”, repeti, “quero dizer, de Kaufmann.” Essa minha repetição de um nome no lugar do outro parece resultar de uma distração. E de fato, a fala da senhora me distraíra, pois ela desviara minha atenção para uma coisa que me era muito mais importante do que os tapetes. É que fica na Mathäusgasse a casa em que minha mulher morou quando era minha noiva. A entrada da casa dava para uma outra rua, e reparei então que esquecera seu nome, só conseguindo torná-lo consciente através de um rodeio. O nome Matthäus, no qual me detive, era, portanto, um substituto do nome de rua esquecido. Era mais adequado para esse fim do que o nome Kaufmann, pois Matthäus é exclusivamente um nome próprio, enquanto Kaufmann não o é, e a rua esquecida também tem um nome de pessoa: Radetzky.

(10) O caso seguinte também poderia ser adequadamente incluído no capítulo sobre “Erros” [Capítulo X], mas cito-o aqui porque as relações fonéticas que fundamentaram a troca de uma palavra pela outra são de uma clareza incomum. Uma paciente me contou um sonho: uma criança resolvera matar-se com uma mordida de cobra e levava a cabo sua resolução. Ela via a criança retorcer-se em convulsões etc. Agora, empenhava-se em descobrir as impressões da véspera que o sonho tomara como de ponto de partida. Lembrou-se imediatamente de que, na noite anterior, assistira a uma conferência popular sobre os primeiros socorros em caso de mordida de cobras. Se um adulto e uma criança forem picados simultaneamente, deve-se cuidar

primeiro do ferimento da criança. Ela se lembrou também da forma de tratamento recomendada pelo conferencista. Isso dependeria muito, dissera ele, da espécie de cobra pela qual se fosse picado. Nesse ponto, interrompi-a e perguntei: mas ele não disse que temos muito poucas espécies venenosas em nossa região, e quais são as mais temíveis? “Sim, ele salientou a ‘*Klapperschlange* [cascavel]’. Meu riso chamou-lhe a atenção para o fato de que teria dito alguma coisa errada. Ela não corrigiu o *nome* mas voltou atrás na afirmação: “Sim, é claro, essa não existe entre nós; ele falou da víbora. Como é que eu fui pensar na cascavel?” Desconfiei que isso se devesse à interferência dos pensamentos que se ocultavam por trás do sonho. Um suicídio por picada de cobra dificilmente poderia ser outra coisa senão uma alusão à bela Cleópatra [em alemão “*Kleopatra*”]. A grande semelhança fonética entre as duas palavras, a ocorrência em ambas das mesmas letras, “*Kl... p...r*”, na mesma ordem, e do mesmo “a” tônico, eram inconfundíveis. Essa boa correspondência entre os nomes “*Klapperschlange*” e “*Kleopatra*” resultou numa restrição momentânea do juízo da paciente, tanto que ela não se chocou com a afirmação de que o conferencista instruía seu público em Viena sobre como tratar mordidas de cascavel. Aliás, ela sabe tão bem quanto eu que essa espécie de cobra não faz parte da fauna da nossa pátria. E não devemos levá-la a mal por tampouco ter hesitado em transferir a cascavel para o Egito, pois estamos acostumados a atirar no mesmo saco tudo o que é não-europeu e exótico, e eu mesmo tive de refletir por um momento antes de declarar que a cascavel se restringe apenas ao Novo Mundo.

O prosseguimento da análise trouxe outras confirmações. Na véspera, a sonhadora visitara pela primeira vez o monumento a Marco *Antônio*, de Strasser, que ficava nas imediações de sua casa. Essa, portanto, era a segunda causa instigadora do sonho (a primeira fora a conferência sobre mordida de cobra). Na contaminação do sonho, ela embalava uma criança nos braços, cena que a fez lembrar de Gretchen. Outros pensamentos que lhe ocorreram trouxeram reminiscências de *Arria und Messalina*. O aparecimento do nome de tantas peças teatrais nos pensamentos oníricos já permite suspeitar de que, quando mais jovem, a sonhadora alimentara uma paixão secreta pela profissão de atriz. O começo do sonho — “Uma criança resolvera pôr fim a sua vida através de uma mordida de cobra” — não tinha, na verdade, outro sentido senão o de que, quando criança, ela resolvera tornar-se uma atriz famosa algum dia. Por fim, ramificou-se do nome “*Messalina*” o curso de pensamentos que levava ao conteúdo essencial do sonho. Certos acontecimentos recentes haviam-lhe despertado a apreensão de que seu único irmão viesse a fazer um casamento socialmente inadequado, uma *mésalliance* com uma não-*Ariana*.

(11) Reproduzo agora um exemplo completamente inocente (ou cujos motivos talvez não tenham sido bem esclarecidos), já que nos revela um mecanismo transparente.

Um alemão que viajava pela Itália precisou de uma correia para amarrar sua mala danificada. Para “correia” [“*Riemen*”] o dicionário lhe indicou a palavra italiana “*coreggia*”. “Será fácil guardar essa palavra”, considerou ele, “pensando no pintor *Correggio*”. Depois disso, entrou numa loja e pediu “*una ribera*”.

Aparentemente, ele não conseguira substituir a palavra alemã pela italiana em sua memória, mas seus esforços não foram completamente infrutíferos. Ele sabia que precisava ater-se ao nome de um pintor, e assim esbarrou, não no nome do pintor que soava como a palavra italiana, mas no de outro que se parecia com a palavra alemã “*Riemen*”. É evidente que, tal como incluí esse caso como exemplo de um lapso da fala, poderia também tê-lo citado como exemplo do esquecimento de nomes.

Quando colecionava lapsos da fala para a primeira edição deste livro, meu procedimento consistia em submeter à análise todos os casos que conseguia observar, mesmo os menos notáveis. Desde então, muitas outras pessoas se dedicaram à divertida tarefa de colecionar e analisar lapsos da fala, e assim me permitiram fazer uma seleção entre um material mais rico.

(12) Disse um jovem a sua irmã: “Rompi completamente as relações com os D., já nem os cumprimento mais.” “Pois é”, respondeu ela, “eles são uma bela *Lippschaft*.” Pretendia dizer “*Sippschaft* [corja, ralé]”, mas, no lapso, comprimiu duas idéias: a de que o próprio irmão certa vez começara um flerte com uma jovem dessa família, e a de que se comentava que esta se envolvera recentemente numa *Liebschaft* [relação amorosa] séria e irregular.

(13) Um jovem dirigiu-se a uma dama na rua com as seguintes palavras: “Senhorita, permita-me que a ‘acom-sulte’ [‘*begleit-digen*’]”. É óbvio que ele pensara em dizer que gostaria de acompanhá-la [‘*begleiten*’], mas temia que sua proposta pudesse insultá-la [‘*beleidigen*’]. O fato de esses dois impulsos afetivos conflitantes encontrarem expressão numa única palavra — justamente no lapso da fala — indica que as verdadeiras intenções do rapaz, afinal não eram das mais puras, de modo que mesmo a ele pareciam insultuosas para com a dama. Mas enquanto tentava esconder isso de si mesmo, seu inconsciente lhe pregou uma peça e traiu suas verdadeiras intenções. Desse modo, por outro lado, ele como que antecipou a resposta convencional da dama: “Mas o que é que o senhor está pensando de mim, como ousa me *insultar* dessa maneira?” (Relatado por O. Rank.)

Menciono a seguir alguns exemplos de um artigo de Stekel intitulado “Confissões Inconscientes”, publicado no *Berliner Tageblatt* de 4 de janeiro de 1904.

(14) “Uma parte desagradável de meus pensamentos inconscientes é revelada pelo exemplo seguinte. Convém dizer de antemão que, em minha condição de médico, nunca levo em conta minha remuneração e sempre tenho em vista apenas o interesse do paciente, como é natural. Encontrava-me com uma paciente a quem estava prestando assistência médica durante sua convalescença após uma doença grave. Passáramos juntos por dias e noites penosos. Feliz por vê-la em melhor estado, pintei-lhe as delícias de uma temporada em Abbazia e concluí dizendo: ‘Se, como espero, a senhora *não* sair da cama logo...’ Isso obviamente brotou de um motivo egoísta do inconsciente, a saber, que eu pudesse continuar tratando dessa paciente abastada por mais algum tempo — um desejo que é totalmente alheio a minha consciência de vigília e que eu repudiaria indignado.”

(15) Aqui está outro exemplo de Stekel. “Minha mulher estava contratando uma governanta francesa para trabalhar durante as tardes e, depois de trem chegado a um acordo sobre as condições, quis ficar com as recomendações dela. A francesa lhe pediu permissão para conservá-las, indicando o seguinte motivo: *Je cherche encore pour les après-midis, pardon, pour les avant-midis* [Ainda estou procurando colocação para as tardes — quero dizer, para a manhã]. Obviamente, ela estava com a intenção de tentar a sorte em outros lugares e talvez conseguir melhores condições — intenção que realmente levou a cabo.”

(16) De Stekel: “Tive de fazer um sermão a uma esposa, e seu marido, a pedido de quem eu o fazia, ficou escutando do lado de fora da porta. Ao final de meu sermão, que a deixara visivelmente impressionada,

eu disse: ‘Beijo-lhe as mãos, meu senhor.’ Para qualquer pessoa bem informada, eu estava assim traindo o fato de que minhas palavras destinavam-se ao marido e que eu as dissera por ele.”

(17)O Dr. Stekel nos informa, a seu próprio respeito, que em certa época estava tratando de dois pacientes de Trieste e, ao cumprimentá-los, costumava sempre trocar-lhes os nomes. “Bom dia, senhor Peloni”, dizia a Askoli, e “Bom dia, senhor Askoli”, dizia a Peloni. A princípio, ele não se inclinava a atribuir essa confusão a qualquer motivo mais profundo, mas sim a explicá-la pelo muito que havia em comum entre os dois senhores. Contudo, convenceu-se facilmente de que a troca dos nomes correspondia a uma espécie de vanglória, pois, desse modo, ele dava a entender a cada um de seus pacientes italianos que ele não era o único triestino a ir a Viena em busca de sua orientação médica.

(18)O próprio Dr. Stekel, durante uma tumultuada assembléia geral, disse: “Vamos agora *brigar* [*streiten*]” (em vez de “passar [*schreiten*]”) “ao item quatro da agenda.”

(19)Disse um professor em sua aula inaugural: “Não estou *geneigt* [inclinado]” (em vez de “*geeignet* [apto]”) “a descrever os méritos do meu estimado predecessor.”

(20)Disse o Dr. Stekel a uma dama que ele suspeitava estar com a doença de Graves: “A senhora é aproximadamente um *Kropf* [bócio]” (em vez de “*Kopf* [cabeça]”) “mais alta do que sua irmã.”

(21) Informa o Dr. Stekel: “Alguém queria descrever o relacionamento entre dois amigos, salientando o fato de que um deles era judeu. Disse: ‘Eles viviam juntos como Castor e Pollak.’ Isto certamente não foi um gracejo; o próprio falante só notou o lapso depois que lhe chamei a atenção para ele.

(22)Ocasionalmente, um lapso da fala faz as vezes de uma caracterização detalhada. Uma jovem senhora que costumava dar as ordens em casa contou-me que o marido, adoentado, fora ao médico para saber que tipo de dieta deveria seguir. O médico, entretanto, disse-lhe que não se importasse com isso. “Ele pode comer e beber o que eu quiser”, concluiu ela.

Os dois próximos [1] exemplos, fornecidos por T. Reik (1915), provêm de situações em que os lapsos da fala ocorrem com facilidade especial — situações em que se tem de guardar muito mais do que se pode dizer.

(23)Um senhor apresentava suas condolências a uma jovem dama cujo marido morrera recentemente e quis acrescentar: “A senhora encontrará consolo ao *dedicar-se* [*widmen*] integralmente a seus filhos”, mas, em vez disso, falou “*widwen*”. O pensamento suprimido referia-se a outro tipo de consolo: uma viúva [*Witwe*] jovem e bonita logo encontrará novos prazeres sexuais.

(24)Numa reunião social à noite, o mesmo senhor conversava com essa dama sobre os grandes preparativos para a Páscoa que se haviam feito em Berlim e perguntou: “A senhora viu a exposição [*Auslage*] de hoje na Wertheim? Está totalmente *decotada*” [*dekolletiert*, em vez de *dekoriert*, decorada]. Ele não ousara exprimir sua admiração pelo *decote* da linda senhora e nisso veio à tona o pensamento proibido, transformando a decoração de uma vitrine ou exposição de mercadorias [*Warenauslage*] num decote, com a palavra “exposição” [*Auslage*] inconscientemente usada num duplo sentido.

Essa mesma condição aplica-se a outra observação da qual o Dr. Hanns Sachs tentou fornecer um relato minucioso:

(25)“Contava-me uma dama, a propósito de um conhecido comum, que, da última vez que o vi, ele estava tão elegantemente vestido como sempre e usava, em especial, belíssimos *Hallbschuhe* [sapatos baixos] de cor marrom. Quando lhe perguntei onde o havia encontrado, ela respondeu: ‘Ele bateu à porta de minha casa e eu o vi pelas venezianas, que estavam abaixadas. Mas não abri a porta nem dei qualquer outro sinal de vida, pois não queria que ele soubesse que eu já estava de volta na cidade.’ Enquanto a escutava, ocorreu-me que ela me estava escondendo alguma coisa, e o mais provável era que não tivesse aberto a porta por não estar sozinha, nem adequadamente vestida para receber visitas; assim, perguntei, ironizando um pouco: ‘Quer dizer que a senhora conseguiu admirar-lhe os *Hausschuhe* [chinelos], digo, *Halbschuhe* [sapatos baixos] através das venezianas abaixadas?’ Em *Hausschuhe* consegue expressar-se o pensamento sobre seu *Hauskleid* [lit. vestido caseiro, ou seja, camisola], que eu me abstivera de enunciar. Por outro lado, tentou-se afastar a palavra ‘*Halb* [metade]’, pois justamente ela continha o núcleo da resposta proibida: ‘A senhora só está me dizendo *meia* verdade, e está escondendo o fato de que estava apenas *meio* vestida.’ O lapso da fala foi ainda favorecido pelo fato de, imediatamente antes, termos estado falando sobre a vida conjugal e a felicidade *häuslich* [doméstica] desse senhor; isso sem dúvida contribuiu para determinar o deslocamento [de ‘*Haus*’] para a pessoa dele. Por fim, devo confessar que minha inveja talvez tenha contribuído para eu situar esse senhor elegante andando de chinelos pela rua; pouco tempo antes, eu mesmo comprara um par de sapatos baixos marrons que certamente já não são ‘belíssimos’.”

As épocas de guerra como a atual produzem numerosos lapsos da fala cujo entendimento não traz muita dificuldade.

(26)“Em que regimento está seu filho?”, perguntaram a uma senhora. Ela respondeu: “Está no 42º de assassinos [*Mörder*]”, em vez de “morteiros” [*Mörser*].

(27) O tenente Henrik Haiman escreve do front (1917): “Fui bruscamente arrancado da leitura de um livro cativante para assumir por um momento a função de telefonista de reconhecimento. Quando o posto da artilharia deu o sinal para testar a linha, reagi dizendo: ‘Controles testados e em ordem; *Ruhe*.’ Pelo regulamento, a mensagem deveria ter sido: ‘Controles testados e em ordem; *Schluss* [fim (da mensagem)].’ Minha aberração se explica pelo aborrecimento que me causou ser interrompido na leitura.”

(28) Um sargento instruiu seus homens para que dessem seu endereço correto nas cartas para casa, a fim de que os “*Gespeckstücke*” não se extraviassem.

(29)O excelente exemplo que se segue, e que é também significativo em vista da situação profundamente aflitiva que supõe, devo-o ao Dr. L. Czeszer, que fez essa observação e a analisou exaustivamente enquanto morava na Suíça neutra durante a guerra e que o analisou exaustivamente. Reproduzo sua carta ao pé da letra, com algumas omissões secundárias:

“Tomo a liberdade de descrever-lhe um lapso da fala cometido pelo professor M. N., da Universidade de O., numa de suas conferências sobre a psicologia dos sentimentos durante o semestre de verão que acaba de se encerrar. Devo começar dizendo que essas conferências se realizavam no salão nobre da universidade, diante de um grande número de prisioneiros de guerra franceses internados e, por outro lado, de estudantes cuja maioria se compunha de suíço-franceses firmemente partidários da *Entente*. Na cidade de O., como na própria França, ‘*boche*’ é uma palavra universal e exclusivamente usada para designar os alemães. Entretanto,

nas manifestações públicas, nas conferências e similares, os altos funcionários, professores e outras pessoas em cargos de responsabilidade esforçam-se, em nome de neutralidade, por evitar essa palavra nefasta.

“O Professor N. estava em meio a uma dissertação sobre a importância prática dos afetos e se propôs citar um exemplo ilustrativo de como um afeto pode ser deliberadamente explorado, de maneira a que uma atividade muscular desinteressante em si mesma seja carregada de sentimentos agradáveis e assim se intensifique. Narrou, portanto — falando em francês, naturalmente —, uma história que acabara de ser publicada nos jornais locais, extraída de um jornal alemão. Versava sobre um mestre-escola alemão que fizera seus alunos trabalharem no jardim e, para incentivá-los a trabalhar com maior intensidade, exortara-os a imaginarem que, a cada torrão de terra arrancado, estavam rachando o crânio de um francês. Todas as vezes que a palavra ‘alemão’ surgiu no relato de sua história, é claro que N. disse, com toda correção, ‘allemand’, e não ‘boche’. Mas, ao chegar ao clímax da história, assim reproduziu as palavras do mestre-escola alemão: *Imaginez-vous qu'en chaque moche vous écrasez le crâne d'un Français*. Ou seja, em vez de *motte* [palavra francesa para ‘torrão’] — *moche*!

“Vê-se claramente como esse professor escrupuloso se conteve com firmeza, desde o começo de sua narrativa, para não ceder ao hábito — e talvez mesmo à tentação — de permitir que uma palavra expressamente proibida por decreto federal fosse proferida na cátedra do salão nobre da universidade! E, no exato momento em que tivera a felicidade de dizer com toda correção, pela última vez, ‘*instituteur allemand* [mestre-escola alemão]’, e em que, com um suspiro interno de alívio, apressava-se rumo à conclusão, que parecia isenta de armadilhas, a palavra que fora suprimida com tanto esforço agarrou-se à semelhança fonética de ‘*motte*’ e ...estava feita a desgraça. A angústia ante uma falta de tato política, talvez um prazer refreado por usar, apesar de tudo, a palavra corrente e que todos esperavam, e ainda a indignação desse republicano e democrata nato diante de qualquer restrição à liberdade de expressão, tudo isso interferiu em seu propósito principal de dar uma versão precisa de seu exemplo. Essa tendência interferente era conhecida pelo orador e, como não podemos deixar de supor, ele pensara nela imediatamente antes de cometer seu lapso de fala.

“O Professor N. não percebeu seu deslize, ou, pelo menos, não o corrigiu, como se costuma fazer de maneira quase automática. Por outro lado, o lapso foi recebido pela platéia predominantemente francesa com genuína satisfação e seu efeito foi idêntico ao de um jogo de palavras intencional. Eu mesmo acompanhei esse episódio aparentemente inocente com verdadeira excitação interior. É que, embora não pudesse, por motivos óbvios, formular ao professor as perguntas exigidas pelo método psicanalítico, ainda assim encarei esse lapso da fala como uma prova conclusiva da exatidão de sua teoria sobre a determinação dos atos falhos e sobre as analogias e conexões profundas entre os lapsos da fala e os chistes.”

(30)O lapso da fala que se segue, relatado por um oficial austríaco de volta a sua terra, o tenente T., originou-se também das impressões desoladoras da época da guerra:

“Por vários meses do período em que fui prisioneiro de guerra na Itália, fui um dos duzentos oficiais alojados numa pequena *villa*. Nessa fase, um de nossos companheiros morreu de gripe. Naturalmente, foi profunda a impressão causada por esse acontecimento, pois a situação em que nos encontrávamos, a falta de assistência médica e o desamparo de nossa existência tornavam mais do que provável a irrupção de uma epidemia. Havíamos colocado o morto num porão. À noite, depois de dar um passeio ao redor da casa com um amigo, ambos manifestamos o desejo de ver o cadáver. Sendo eu primeiro a entrar no porão, o espetáculo com



que deparei chocou-me violentamente, pois eu não esperava encontrar o esquife tão perto da entrada e ter de contemplar tão de perto o rosto agitado pelo jogo de luzes projetado pelas velas. Ainda sob os efeitos dessa cena, continuamos nossa caminhada ao redor da casa. Quando chegamos ao lugar de onde se avistavam um parque banhado pela luz da lua cheia, um prado claramente iluminado e, mais adiante, um tênue véu de névoa, descrevi a imagem que isso me sugeria: era como se eu visse uma roda de elfos dançando na orla do bosque de pinheiros vizinhos.

“Na tarde seguinte enterramos nosso companheiro morto. O percurso desde nossa prisão até o cemitério da aldeola vizinha foi-nos igualmente penoso e humilhante, pois uma garotada imberbe e zombeteira e uma turba de aldeões rudes e vociferantes aproveitaram a oportunidade para dar livre expressão, aos gritos, a seus sentimentos para conosco, mescla de curiosidade e ódio. A sensação de não podermos escapar aos insultos nem mesmo nessa condição indefesa e minha repulsa pela rudeza demonstrada por eles encheram-me de amargura até a noite. No mesmo horário da véspera e com o mesmo companheiro, comecei a andar pela trilha de cascalho ao redor da casa, tal como fizera antes; e ao passarmos pela grade do porão atrás da qual jazera o corpo, fui assaltado pela lembrança da impressão que me causara a visão dele. No lugar onde o parque claramente iluminado de novo se estendia diante de mim, sob a luz da mesma lua cheia, parei e disse a meu companheiro: ‘Poderíamos sentar aqui na *sepultura* [“*Grab*”] — quero dizer, na grama [“*Gras*”] e *afundar* [“*sinken*”] uma serenata.’ Minha atenção só foi despertada quando cometi o segundo lapso; eu havia corrigido o primeiro sem me conscientizar do sentido que ele continha. Agora, refleti e reuni os dois lapsos: ‘na sepultura — afundar!’ As seguintes imagens sucederam-se em minha mente com a rapidez de um raio: elfos dançando e pairando à luz do luar; nosso camarada deitado no esquife, a impressão por ele despertada; algumas cenas do enterro, a sensação da repulsa vivenciada e da perturbação de nosso luto; a lembrança de algumas conversas sobre a epidemia surgida e as manifestações de temor de vários oficiais. Mais tarde, lembrei-me de que essa era a data da morte do meu pai, o que me pareceu notável, dado que usualmente tenho péssima memória para datas.

“A reflexão seguinte logo me esclareceu: a semelhança das circunstâncias externas das duas noites, o mesmo horário e iluminação, o lugar e o companheiro idênticos. Lembrei-me da inquietação que sentira ao aventarem os temores de uma propagação da gripe; e lembrei, ao mesmo tempo, minha proibição interna de me deixar dominar pelo medo. Conscientizei-me também do sentido da ordem de colocação das palavras ‘poderíamos — na sepultura — afundar’, e entendi que somente a correção inicial de ‘*Grab*’ [sepultura] pro ‘*Gras*’ [grama], que se dera de modo quase imperceptível, levava ao segundo lapso (‘*sinken*’ [afundar] em vez de ‘*singen*’ [cantar]), para garantir plena expressão ao complexo suprimido.

“Acrescento ainda que, nessa época, eu sofria de sonhos angustiantes em que por várias vezes via adoentada uma parenta muito próxima, e em que certa vez cheguei a vê-la morta. Pouco antes de ser aprisionado, eu recebera a notícia de que a gripe estava assolando com especial virulência a pátria dessa parenta e também lhe expressara minhas sérias preocupações a esse respeito. Desde então, ficara sem nenhum contato com ela. Meses depois, recebi a notícia de que ela fora vitimada pela epidemia duas semanas antes do episódio aqui descrito!”

(31)O exemplo seguinte de lapso da fala elucida brilhantemente um dos dolorosos conflitos que fazem parte da sina de um médico. Um homem com uma doença provavelmente fatal, embora o diagnóstico ainda não



se tivesse confirmado, chegara a Viena para aguardar a solução do seu problema e pedira a um amigo dos tempos de juventude, agora transformado num médico famoso, que se encarregasse de seu tratamento. Com alguma relutância, o amigo finalmente concordou em fazê-lo. O doente deveria internar-se numa casa de saúde, e o médico propôs o sanatório “Hera”. “Mas essa é uma instituição que só trata de determinado tipo de caso (uma maternidade)”, objetou o doente. “Oh, não!”, apressou-se o médico a retrucar, “no ‘Hera’ eles podem *umbringen* [matar], quero dizer, *unterbringen* [acolher] qualquer tipo de paciente.” Contestou então violentamente a interpretação de seu deslize. “Você não há de acreditar que tenho impulsos hostis contra você, não é?” Quinze minutos depois, ao ser acompanhado até a porta pela dama que se encarregara dos cuidados com o enfermo, disse-lhe o médico: “Não consigo achar nada e continuo a não acreditar nisso. Mas, se for o caso, sou a favor de uma dose forte de morfina, e que descanse em paz.” Ocorre que seu amigo lhe impusera a condição de que ele abreviasse seu sofrimento por meio de alguma droga tão logo se confirmasse que o caso não tinha mais cura. Portanto, o médico realmente aceitara a tarefa de matar seu amigo.

(32) Eis um exemplo extremamente instrutivo de lapso da fala que eu não gostaria de omitir, apesar de ter ocorrido há uns vinte anos, segundo meu informante. “Certa vez uma dama expressou a seguinte opinião numa reunião social — e as palavras mostram ter sido pronunciadas com fervor e sob a pressão de inúmeros impulsos secretos: ‘Sim, a mulher precisa ser bonita para agradar aos homens. Já o homem tem muito mais facilidade; desde que tenha seus *cinco* [*fünf*] membros direitos [*gerade*], não precisa de mais nada!’ Esse exemplo permite-nos uma boa visão do mecanismo íntimo de um lapso da fala resultante da *condensação* ou *contaminação* (em [1]). É plausível supor que tenhamos aqui uma fusão de dois modos de falar de sentido semelhante:

desde que ele tenha seus *quatro membros direitos* desde que ele tenha seus *cinco sentidos*.

Ou talvez o elemento *direito* [*gerade*] fosse comum a duas intenções de discurso com o seguinte teor:

desde que ele tenha seus membros *direitos*  
encarar todos os *cinco* como *pares*.

“De fato, nada nos impede de presumir que *ambas* as expressões, a que se refere aos cinco sentidos e a referente ao “número par cinco”, tenham contribuído separadamente para introduzir, na frase sobre os membros direitos, primeiro um número e, depois, o misterioso cinco, em vez do simples quatro. Mas essa fusão certamente não se teria produzido se, na forma resultante do lapso da fala, não tivesse um bom sentido próprio — um sentido que expressava uma verdade cínica obviamente inadmissível sem disfarces, sobretudo ao ser dita por uma mulher. Por fim, não devemos deixar de salientar o fato de que a observação dessa senhora, tal como enunciada, tanto poderia ser vista como um chiste excepcional quanto como um divertido lapso da fala. Trata-se apenas de saber se ela teria proferido as palavras com uma intenção consciente ou inconsciente. Em nosso caso, o comportamento da interlocutora por certo refutou qualquer intenção consciente e excluiu a idéia de um chiste.”

A estreita aproximação que o lapso da fala [1] pode ter com o chiste é demonstrada no seguinte caso narrado por Rank (1913), no qual a própria autora do deslize acabou por tratá-lo como um chiste e rir-se dele.

(33) “Um homem recém-casado com quem a mulher, preocupada em preservar sua aparência juvenil, só relutantemente admitia ter relações sexuais freqüentes, contou-me a seguinte história, que, em retrospectiva [*nachträglich*], tanto ele quanto ela achavam extremamente engraçada. Depois de uma noite em que novamente desobedecera à norma de abstinência de sua mulher, ele se barbeava pela manhã no dormitório do casal, enquanto ela permanecia deitada, e, como já fizera muitas vezes por comodismo, servia-se da borla de pó-de-arroz da esposa, que estava na mesinha de cabeceira. Sua mulher, extremamente preocupada com sua pele, já lhe dissera muitas vezes para não fazer isso, e assim, exclamou irritada: ‘Mas lá está você de novo a *me [mich]* empoar com *sua [deiner]* borla!’ A risada do marido fez com que ela notasse o lapso (ela pretendia dizer ‘a *se [dich]* empoar com *minha [meiner]* borla’) e acabasse por cair também na risada. ‘Empoar’ [*“pudern”*] é uma expressão comumente usada em Viena no sentido de ‘copular’, e a borla é um símbolo fálico bastante óbvio.”

(34) Também no exemplo seguinte, fornecido por Storfer, poder-se-ia pensar que houve intenção de fazer um chiste:

A senhora B., que sofria de um mal de origem obviamente psicogênica, fora repetidamente aconselhada a consultar o psicanalista X. Recusava-se persistentemente a fazê-lo, dizendo que tal tratamento nunca poderia ter nenhuma serventia, pois o metódico erroneamente faria tudo remontar a coisas sexuais. Entretanto, chegou finalmente o dia em que ela se dispôs a seguir o conselho e perguntou: “Num gut, wann *ordinärt* also dieser Dr. X.?”

(35) -A ligação entre os chistes e os lapsos da fala também se evidencia no fato de que, em muitos casos, o deslize não passa de uma abreviação:

Ao terminar o curso secundário, uma jovem seguiu a moda dominante da época e matriculou-se no curso de medicina. Passados alguns semestres, trocou o curso de medicina pelo de química. Alguns anos depois, descreveu essa mudança com as seguintes palavras: “Em geral, eu não me apavorava nas dissecações, mas um dia, quando tive de arrancar as unhas dos dedos de um cadáver, perdi o prazer em toda essa... *química*”.

(36) Introduzo aqui outro lapso da fala cuja interpretação não exige muita habilidade. “Numa aula de anatomia, o professor se empenhava em explicar as cavidades nasais, que são sabidamente um capítulo muito difícil da enterologia. Ao perguntar aos ouvintes se haviam entendido sua exposição do assunto, a resposta de todos foi afirmativa. Diante disso, comentou o professor, conhecido por sua presunção: ‘Mal posso acreditar nisso, pois mesmo em Viena, com seus milhões de habitantes, os que entendem das cavidades nasais podem ser contados *num dedo*, quero dizer, nos dedos da mão.”

(37) Em outra ocasião, disse o mesmo professor: “No caso dos órgãos genitais femininos, apesar das muitas *Versuchungen* [tentações] — perdão, *Versuche* [tentativas]...”

(38) Sou grato ao Dr. Alfred Robitsek, de Viena, por ter-me apontado dois lapsos da fala registrados por um antigo autor francês, que aqui transcrevo sem fazer a tradução:

Brantôme (1527-1614), *Vies des Dames galantes*, “Discours second:” “Si ay-je cogneu une très-belle et honneste dame de par le monde, qui, devisant avec un honneste gentilhomme de la cour des affaires de la guerre durant ces civiles, elle luy dit: ‘J’ay ouy dire que le roy a faict rompre tous les c... de ce pays là.’ Elle vouloit dire *les ponts*. Pensez que, venant de coucher d’avec son mary, ou songeant à son amant, elle avoit encor, ce nom frais en la bouche; et le gentilhomme s’en eschauffa en amours d’elle pour ce mot.

“Une autre dame que j’ai cogneue, entretenant une autre grand’ dame plus qu’elle, et luy louant et exaltant ses beautez, elle luy dit apres: ‘Non, madame, ce que je vous en dis, ce n’est point pour vous *adultérer*’, voulant dire *adulater*, comme elle le rhabilla ainsi: pensez qu’elle songeoit à adultérer.”

(39) Evidentemente, também existem exemplos mais modernos de *doubles entendres* sexuais nascidos de lapsos da fala. A senhora F. estava descrevendo sua primeira aula num curso de línguas: “É muito interessante; o professor é um jovem inglês muito simpático. Logo na primeira aula, ele me deu a entender ‘*durch die Bluse*’ [através da blusa] — quero dizer, ‘*durch die Blume*’ [literalmente, “através das flores”, i.e. “indiretamente”] que preferiria dar-me aulas particulares.” (De Storfer.)

No procedimento psicoterapêutico que emprego para resolver e eliminar os sintomas neuróticos, é muito freqüente eu deparar com a tarefa de descobrir, pelos ditos e associações aparentemente casuais dos pacientes, um conteúdo de pensamento que se esforça por permanecer oculto, mas que, não obstante, não consegue deixar de denunciar inadvertidamente sua existência, das mais variadas maneiras. Nisso os lapsos da fala prestam com freqüência os mais valiosos serviços, como eu poderia mostrar com alguns exemplos muito convincentes e, ao mesmo tempo, curiosíssimos. Por exemplo, um paciente fala sobre sua tia e, sem reparar no lapso, chama-a sistematicamente de “minha mãe”, ou então uma paciente se refere ao marido como seu “irmão”. Assim, eles me chamam a atenção para o fato de terem “identificado” essas pessoas entre si — de as terem incluído numa série, o que implica uma recorrência de um mesmo tipo em sua vida afetiva. Outro exemplo: um rapaz de vinte anos apresentou-se em meu consultório com as seguintes palavras: “Sou o pai de fulano de tal, que se tratou com o senhor. Perdão, eu quis dizer que sou irmão dele: ele é quatro anos mais velho do que eu.” Compreendi assim que, por meio desse lapso, ele quis expressar que, tal como irmão, também adoeceu por culpa do pai; que, como o irmão, desejava tratar-se, mais que era o pai quem mais necessitava de tratamento. Noutros casos, uma combinação de palavras que soa estranha ou uma expressão que parece forçada basta para revelar que um pensamento recalcado participa dos ditos do paciente, que encobrem uma outra motivação.

Por conseguinte, tanto nas perturbações mais grosseiras da fala quanto nas mais sutis, que ainda podem ser classificadas sob o título de “lapsos da fala”, penso que não é a influência do “efeito de contato dos sons” [em [1]], mas sim a influência de pensamentos situados fora do dito intencionado, que determina a ocorrência do lapso e fornece uma explicação adequada para o equívoco ocorrido. Não pretendo pôr em dúvida as leis que regem a maneira como os sons se modificam mutuamente, mas, por si só, essas leis não me parecem ter eficácia suficiente para perturbar a enunciação correta da fala. Nos casos que estudei e investiguei com rigor, essas leis não representam mais do que o mecanismo preformado de que se serve, por conveniência, uma motivação psíquica mais remota, mas sem sujeitar-se à esfera da influência dessas relações [fonéticas]. Num grande número de substituições [em [1]], os lapsos da fala desconsideram por completo essas

*leis fonéticas*. Nesse aspecto, estou de pleno acordo com Wundt, que como eu presume que as condições que regem os lapsos da fala são complexas e vão muito além dos efeitos de contato dos sons.

Se considero aceitas essas “influências psíquicas mais remotas”, como são chamadas por Wundt [cf. acima, ver em [1]-[2]], nada me impede por outro lado, de admitir também que, nas situações em que se fala apressadamente e a atenção está algo distraída, as condições que regem os lapsos da fala podem restringir-se facilmente aos limites definidos por Meringer e Mayer. Ainda assim, para alguns dos exemplos compilados por esses autores, parece mais plausível dar uma explicação mais complexa. Tomo, por exemplo, um dos casos citados acima [em [1]]:

‘Es war mir auf der *Schwest*...

*Brust* so schwer.’

Será que aqui o som “*schwe*” simplesmente suplantou [*verdrängt*] o “*bru*”, de igual valência, como uma “antecipação” dele? Dificilmente se pode descartar a idéia de que os fonemas componentes de “*schwe*” foram ainda habilitados para essa supremacia graças a uma relação especial. Esta só poderia ser a associação *Schwester* [irmã] — *Bruder* [irmão], ou talvez também *Brust der Schwester* [seio da irmã], que leva a outros grupos de pensamentos. E é este auxiliar invisível por trás dos bastidores que dá ao inocente “*schwe*” o poder cujo êxito se manifesta como um equívoco da fala.

Existem outros lapsos da fala em que podemos supor que o verdadeiro fator perturbador é alguma semelhança fonética com palavras e sentidos obscenos. A distorção e deformação deliberadas de palavras e expressões, tão caras às pessoas vulgares, têm a finalidade exclusiva de explorar ocasiões inocentes para aludir a temas proibidos; e esse jogo com as palavras é tão freqüente que nada haveria de assombroso em sua ocorrência inadvertida e contrária à vontade da pessoa. A essa categoria sem dúvida pertencem exemplos como *Eischeissweibchen* (em vez de *Eiweisseheibchen*), *Apopos Fritz* (em vez de *à propos*), *Lokuskapital* (em vez de *Lotuskapital*) etc., e talvez também a *Alabüsterbachse* (*Alabasterbüchse*) de Sta. Maria Madalena. [1] — “Ich fordere Sie auf, auf das Wohl unsers Chefs *aufzustossen*” [“Convido-os a *arrotarem* à saúde de nosso chefe”, ver em [1]] certamente nada mais é do que uma paródia inintencional que ecoa uma paródia deliberada. Se eu fosse o chefe homenageado na cerimônia em que o orador cometeu esse lapso, provavelmente refletiria sobre a esperteza dos romanos em permitirem aos soldados dos imperadores triunfantes exprimirem em canções satíricas suas críticas íntimas ao homem festejado. Meringer nos conta que ele próprio, ao saudar certa vez alguém que, por ser o membro mais velho de uma sociedade, era familiarmente tratado pelo título honorífico de “*Senex!*” ou ...*altes* [velho] *Senex!*”, disse-lhe: “*Prost* [À sua saúde!], *Senex altes!*” O próprio Meringer ficou chocado com esse engano (Meringer e Mayer, 1895, 50). Talvez, possamos interpretar seu afeto se considerarmos o quanto a forma “*Altes*” se aproxima da expressão insultuosa “*alter Esel*” [“burro velho”]. Existem poderosas punições internas para qualquer falta de respeito para com os mais velhos (ou seja, reduzindo isso aos termos da infância, do respeito para com o pai).

Espero que não escape ao leitor a diferença de valor entre essas interpretações cuja comprovação é impossível, e os exemplos que eu mesmo compilei e expliquei através de análises. Mas, se ainda me apego secretamente a minha expectativa de que até os lapsos da fala aparentemente simples podem ser explicados

pela interferência de uma idéia meio suprimida que está *fora* do contexto intencionado, o que me atrai para isso é uma observação de Meringer extremamente digna de nota. Diz esse autor que é curioso que ninguém se dispõe a admitir que cometeu um lapso da fala. Há pessoas muito sensatas e honestas que se ofendem quando lhes dizemos que cometeram um lapso. Eu não ousaria fazer uma generalização tão ampla quanto a de Meringer ao dizer “ninguém”. Mas o sinal de afeto que se segue à revelação do lapso, e que é claramente da natureza da vergonha, tem seu significado. Pode ser comparado ao aborrecimento que sentimos quando não conseguimos lembrar um nome esquecido [em [1]-[2]], e a nossa surpresa diante da tenacidade de uma lembrança aparentemente indiferente [em [1]]; e indica invariavelmente que algum motivo contribuiu para o advento da interferência.

A distorção de um nome, quando intencional, equivale a um insulto; e é bem possível que tenha a mesma significação em toda uma série de casos em que aparece sob a forma de um lapso inadvertido. A pessoa que uma vez, como relata Mayer, disse “Freuder” em vez de “Freud”, por ter pouco antes proferido o nome de Breuer (Meringer e Mayer, 1895, 38), e que, em outra ocasião, falou do método de tratamento “Freuer-Breudiano” (ibid, 28), provavelmente era um colega não muito entusiasmado com esse método. Mais adiante, no capítulo relativo aos lapsos da escrita, apresentarei um exemplo de distorção de um nome que certamente não pode ser explicado de nenhuma outra maneira [em [1]].

Nesses casos, o fator perturbador interferente é uma crítica que precisa ser posta de lado, por não corresponder no momento à intenção do falante.

Inversamente, [1] a substituição de um nome por outro, a apropriação do nome de outra pessoa e a identificação por meio do lapso no nome devem significar um reconhecimento que, por alguma razão, tem de permanecer em segundo plano por ora. Uma experiência dessa natureza, extraída de seus tempos de estudante, é-nos descrita por Sándor Ferenczi:

“Em meu primeiro ano ginásial, pela primeira vez na vida, tive de recitar um poema em público (i.e. diante da classe inteira). Estava bem preparado e fiquei atônito ao ser interrompido, logo no começo, por uma gargalhada geral. O professor logo me explicou o motivo dessa estranha reação: eu dissera corretamente o título do poema, ‘Aus der Ferne’ [Da Distância], mas, em vez de atribuí-lo a seu verdadeiro autor, indiquei meu próprio nome. O nome do poeta é Alexandre (Sándor [em húngaro]) Petöfi. A troca foi favorecida pelo fato de termos o mesmo prenome, porém, indubitavelmente, a causa real foi que, naquela época, eu me identificava em meus desejos secretos com esse famoso poeta-herói. Mesmo conscientemente, meu amor e admiração por ele beiravam a idolatria. Por trás desse ato falho, é claro que se encontra também todo o lastimável complexo da ambição.”

Uma identificação semelhante através da troca de nomes foi-me narrada por um jovem médico. Tímida e reverentemente, ele se apresentara ao famoso Virchow como “Dr. Virchow”. O professor voltou-se para ele, surpreso, e perguntou: “Ah, o senhor também se chama Virchow?” Não sei como o jovem ambicioso justificou o lapso cometido — se recorreu à desculpa lisonjeira de que se sentira tão insignificante diante daquele grande nome que o seu próprio não pôde deixar de escapar-lhe, ou se teve a coragem de admitir que esperava um dia tornar-se um homem tão importante como Virchow, e de pedir ao professor que não o tratasse com tanto

menosprezo por causa disso. Um desses dois pensamentos — ou talvez ambos simultaneamente — podem ter confundido o jovem ao se apresentar.

Por motivos de natureza extremamente pessoal devo deixar indeterminado se uma interpretação semelhante é também aplicável ao caso que se segue. No Congresso Internacional de Amsterdã, em 1907, minha teoria da histeria foi alvo de vivos debates. Num inflamado discurso contra mim, um dos meus mais vigorosos adversários cometeu repetidamente lapsos que assumiram a forma de ele se colocar em meu lugar e falar em meu nome. Por exemplo, dizia: “Sabe-se que Breuer e *eu* provamos...”, quando só poderia ter pretendido dizer “... Breuer e *Freud*...” O nome desse meu oponente não tem a menor semelhança com o meu. Esse exemplo, assim como muitos outros casos em que o lapso da fala é a troca de um nome por outro, mostra-nos que tais lapsos dispensam inteiramente o auxílio prestado pela semelhança de som [ver em [1]] e podem ocorrer unicamente com o apoio de relações ocultas no conteúdo.

Em outros casos bem mais significativos, é a autocrítica, a oposição interna ao próprio enunciado, que obriga o sujeito a cometer um lapso da fala e mesmo a substituir pelo oposto aquilo que tenciona dizer. Com assombro, observa-se então como o texto de uma afirmação anula a intenção dela e como o lapso da fala expõe uma insinceridade interna. O lapso transforma-se aqui num meio de expressão mímica — freqüentemente, decerto, a expressão de algo que não se queria dizer: torna-se um meio de trair a si mesmo. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando um homem não muito afeito às chamadas relações sexuais normais em seu contato com as mulheres interveio numa conversa sobre uma moça que diziam ser coquete [*kokett*], afirmando: “Se tivesse que se haver comigo ela logo perderia esse hábito de *koëttiern* [palavra inexistente].” Sem dúvida, só uma outra palavra, “*koitieren*” [praticar o coito], poderia ter sido responsável por essa alteração na palavra pretendida “*kokettieren*” [coquetear]. — Ou este outro caso: “Temos um tio que há meses se mostra muito ofendido por nunca o visitarmos. Aproveitamos a oportunidade de sua mudança para uma casa nova para fazer-lhe a tão adiada visita. Ele pareceu muito alegre por ver-nos e, quando nos despedíamos, disse com muita emoção: ‘De agora em diante, espero vê-los ainda *mais raramente* do que antes’.”

As contingências favoráveis [1] do material lingüístico muitas vezes determinam a ocorrência de lapsos da fala que têm o efeito francamente estarrecedor de uma revelação, ou produzem todo o efeito cômico de um chiste. — É o caso do exemplo seguinte, observado e relatado pelo Dr. Reitler:

“—Esse encantador chapéu novo, suponho que você mesma o tenha ‘*aufgeputzt*’ [em vez de “*aufgeputzt*” (enfeitado)], não é? — disse uma dama a outra em tom de admiração. Mas teve de interromper o elogio pretendido, pois sua crítica silenciosa de que os enfeites do chapéu [*Hutaußputz*] eram uma ‘*Patzerei*’ [uma barafunda] fora indicada com demasiada clareza por esse lapso indelicado para que qualquer outra expressão de admiração convencional soasse convincente.”

Mais branda, porém também inequívoca, é a crítica contida no seguinte exemplo:

“Uma dama em visita a uma conhecida foi ficando muito impaciente e cansada com a conversa enfadonha e prolixa desta última. Quando enfim conseguiu libertar-se e se despedir, foi outra vez detida por uma nova enxurrada de palavras da companheira, que a acompanhara até o vestíbulo e, quando ela já ia saindo, obrigava-a a ficar de pé junto à porta e a continuar ouvindo. Por fim, ela interrompeu a anfitriã com a pergunta: ‘A senhora está em casa no vestíbulo [*Vorzimmer*]?’ Somente ao ver a expressão atônita da outra foi



que ela reparou em seu lapso. Cansada de ficar tanto tempo em pé no vestibulo, ela tencionara interromper a conversa com a pergunta ‘A senhora está em casa de manhã [*Vormittag*]?’ e o lapso traiu sua impaciência ante a nova retenção.”

O exemplo seguinte, testemunhado pelo Dr. Max Graf, é uma advertência que chama à auto-observação:

“Na assembléia geral da Associação de Jornalistas ‘Concordia’, um jovem membro, que estava sempre sem dinheiro, fazia um discurso violentamente oposicionista e, em sua excitação, disse ‘*Vorschussmitglieder* [membros do empréstimo]’ (em vez de ‘*Vorstandsmmitglieder* [membros da diretoria]’ ou ‘*Ausschussmitglieder* [membros da comissão]’). É que estes últimos estão autorizados a aprovar empréstimos, e o jovem orador realmente acabara de fazer uma solicitação de empréstimo.”

Vimos [1] pelo exemplo do “*Vorschwein*” [ver em [1]] que um lapso da fala pode ocorrer facilmente quando se faz um esforço para suprimir palavras insultuosas. Dessa maneira, dá-se vazão aos próprios sentimentos:

Um fotógrafo que decidira abster-se de usar palavras da zoologia ao lidar com seus empregados desajeitados, dirigiu-se nos seguintes termos a um aprendiz que tentava despejar uma grande bandeja cheia até a borda e, ao fazê-lo, naturalmente derramou metade do conteúdo no chão: “Mas homem, primeiro *schöpsen Sie* um pouco!” Logo depois, em meio a uma longa reprimenda a uma assistente que quase estragara uma dúzia de chapas valiosas por desleixo, ele disse: “Será que você é tão *hornverbrannt*...?”

O exemplo seguinte mostra com um lapso da fala resultou em grave autodelação. Alguns de seus detalhes justificam a reprodução integral do relato feito por Brill na *Zentralblatt für Psychoanalyse*, Volume II.

“Certa noite, o Dr. Frink e eu fazíamos um passeio e discutíamos alguns dos assuntos da Sociedade Psicanalítica de Nova Iorque. Encontramos um colega, o Dr. R., que eu não via há anos e de cuja vida particular nada sabia. Ficamos muito contentes com nosso reencontro e, a convite meu, ele nos acompanhou a um café, onde passamos duas horas conversando animadamente. Ele aparecia conhecer alguns detalhes a meu respeito, pois, logo após as saudações usuais, perguntou como ia passando meu filho pequeno e me disse ter notícias minhas de tempos em tempos, através de um amigo comum, e estar interessado em meu trabalho desde que lera sobre ele nas publicações médicas. Quando perguntei se era casado, deu uma resposta negativa e acrescentou: ‘Por que se casaria um homem como eu?’

“Ao sairmos do café, ele se voltou abruptamente para mim e disse: ‘Gostaria de saber o que o senhor faria num caso como este: conheço uma enfermeira que foi citada como cúmplice num processo de divórcio. A mulher processou o marido e a citou como cúmplice, e *ele* obteve o divórcio. Interrompi-o, dizendo: ‘O senhor quer dizer que *ela* obteve o divórcio.’ Ele se corrigiu imediatamente, dizendo: ‘Sim, é claro, *ela* obteve o divórcio’, e prosseguiu, contando que a enfermeira fora tão afetada pelo processo e pelo escândalo que passara a beber, ficara muito nervosa etc.; e ele queria que eu o aconselhasse sobre o modo de tratá-la.

“Assim que corriji seu engano, pedi-lhe que o explicasse, mas recebi as respostas surpresas de praxe: afinal, todos tinham o direito de cometer lapsos, fora apenas um acidente, não havia nada por trás disso etc. Respondi que deve haver uma razão para todos os deslizos da fala e que, se ele não me houvesse dito antes que não era casado, eu ficaria tentado a supor que ele próprio era o herói dessa história, porque, nesse caso, o



lapso poderia ser explicado por seu desejo de que ele tivesse obtido o divórcio, e não sua mulher, para não ter (segundo nossas leis matrimoniais) que pagar pensão alimentícia e poder voltar a se casar do Estado de Nova York. Ele negou firmemente minha conjectura mas sua reação emocional exagerada ao fazê-lo, com sinas evidentes de agitação seguidos de risadas, só fez reforçar minhas suspeitas. Ante meu apelo de que dissesse a verdade a bem da ciência, respondeu: ‘A menos que o senhor queira ouvir uma mentira, deve acreditar que nunca fui casado, e, portanto, sua interpretação psicanalítica está completamente errada.’ Acrescentou que uma pessoa que prestava atenção a todos essas trivialidades era decididamente perigosa. E então, lembrou-se repentinamente de que tinha outro compromisso e se despediu.

“O Dr. Frink e eu continuávamos convencidos de que minha interpretação do lapso estava correta, e decidi corroborá-la ou refutá-la mediante novas investigações. Dias depois, visitei um vizinho, velho amigo do Dr. R. que pôde confirmar minha explicação em todos os seus detalhes: o processo de divórcio ocorrera algumas semanas antes e a enfermeira fora citada como cúmplice. Hoje o Dr. R. está plenamente convencido da exatidão dos mecanismos freudianos.”

A autodelação é igualmente inconfundível no caso que se segue, narrado por Otto Rank:

“Um pai desprovido de qualquer sentimento patriótico, e que queria educar seus filhos de modo a que também eles ficassem livres do que ele considerava um sentimento supérfluo, estava criticando os filhos por participarem de uma demonstração patriótica; quando eles protestaram, dizendo que o tio também havia participado, o pai retrucou: ‘*Ele* é justamente pessoa que vocês não devem imitar: é um *idiota*.’ Ao notar a expressão de assombro dos filhos ante esse tom incomum no pai, ele percebeu que havia cometido um lapso e acrescentou, desculpando-se: ‘Naturalmente, eu quis dizer *patriota*.’”

Eis um lapso da fala que foi interpretado como uma autodelação pela própria interlocutora. Ele nos é relatado por Stärcke, que acrescenta um comentário pertinente, se bem que ultrapasse os limites da tarefa interpretativa.

“Uma dentista prometera à irmã que qualquer dia lhe faria exame para verificar se havia *Kontakt* [contato] entre dois de seus molares (isto é, se as superfícies laterais dos molares se tocavam de modo a evitar o depósito de fragmentos de comida entre eles). Por fim, a irmã se queixou de ter que esperar tanto por esse exame e, gracejando, disse: ‘Agora ela talvez esteja tratando de uma colega, mas sua irmã tem que continuar esperando.’ A dentista enfim a examinou e constatou que, de fato, havia um pequeno orifício num dos molares, dizendo então: ‘Não pensei que fosse tão sério; achei que você só não tinha *Kontant* [moeda soante] ... quero dizer *Kontakt*.’ ‘Está vendo?’, riu a irmã; ‘foi só por avareza que você me fez esperar mais tempo do que seus pacientes que pagam!’

“(Obviamente, não me cabe acrescentar minhas próprias associações às delas, ou basear nisso quaisquer conclusões, mas, ao saber desse lapso da fala, ocorreu-me de imediato que essas duas jovens, amáveis e brilhantes, são solteiras e se relacionam muito pouco com os rapazes, e perguntei a mim mesmo se não teriam mais *contato* com gente jovem se dispusessem de mais *moeda sonante*.)” [Cf. Stärcke, 1916.]

Também no exemplo seguinte, narrado por Reik (1915), o lapso da fala equivale a uma autodelação:

“Uma moça estava para ficar noiva de um jovem que lhe era antipático. Para que os dois jovens se conhecessem melhor, os pais prepararam uma reunião à qual compareceriam também os futuros noivos. A

moça soube controlar-se o bastante para que seu pretendente, muito obsequioso com ela, não percebesse sua antipatia. Mas, quando a mãe lhe perguntou se gostara do rapas, ela respondeu polidamente: ‘Sim, ele é muito *detestável* [*liebenswidrig*]!’”

Não menos auto-revelador é este exemplo, descrito por Rank (1913) como um “lapso da fala jocoso”:

“Uma mulher casada que gostava de ouvir anedotas e que, segundo se dizia, não era completamente avessa às relações extraconjugais, se reforçadas por presentes adequados, ouviu de um jovem que também ansiava por seus favores a seguinte velha história, narrada não sem segundas intenções por parte dele. Um dos dois parceiros comerciais tentava obter os favores da mulher um tanto arisca de seu sócio. Por fim, ela consentiu em concedê-los, em troca de um presente de mil florins. Assim, quando o marido se preparava para sair em viagem, o sócio lhe pediu mil florins emprestados e prometeu devolvê-los a sua mulher no dia seguinte. Depois, é claro, pagou essa soma à esposa do sócio como uma suposta recompensa pelos favores concedidos; e ela se acreditou finalmente apanhada quando o marido, ao regressar, pediu-lhe os mil florins, o que acrescentou a seu prejuízo a afronta. Quando o rapaz chegou ao ponto da história em que o sedutor diz ‘*Devolverei* o dinheiro a sua mulher amanhã’, sua interlocutora o interrompeu com estas palavras muito reveladoras: ‘Diga-me, o senhor já não me *devolveu*... perdão, já não me *contou* isso?’ Dificilmente ela poderia ter dado uma indicação mais clara, sem formulá-la expressamente, de sua disposição a se entregar nas mesmas condições.”

Um bom exemplo desse tipo de autodelação sem conseqüências graves é narrado por Tausk (1917) sob o título de “A Fé dos Antepassados”. “Como minha noiva era cristã, contou o senhor A., “e não queria abraçar a fé judaica, fui eu mesmo obrigado a me converter ao cristianismo para que pudéssemos casar-nos. Não foi sem alguma resistência interna que mudei de religião, mas isso me pareceu justificado pelo objetivo visado tanto mais que envolvia apenas o abandono de uma filiação aparente ao judaísmo, e não de uma convicção religiosa (que nunca tive). Apesar disso, continuei sempre a me apresentar como judeu, e poucos de meus conhecimentos sabem que sou batizado. Tenho desse casamento dois filhos que foram batizados como cristãos. Quando os meninos chegaram a certa idade, foram informados sobre sua ascendência judaica, para que não fossem influenciados pelas visões anti-semitas na escola e não se voltassem contra o pai por um motivo tão supérfluo. Há alguns anos, eu e meus filhos, que na época freqüentavam a escola primária, estávamos passando as férias de verão em D., hospedados pela família de um professor. Um dia, ao tomarmos chá com nossos anfitriões habitualmente amáveis, a dona da casa, que nem suspeitava da ascendência judaica de seus veranistas, desfechou alguns ataques muito mordazes contra os judeus. Eu deveria ter esclarecido bravamente a situação, para dar a meus filhos o exemplo de ‘sustentar com coragem as próprias convicções’, mas eu temi as explicações desagradáveis que costumam seguir-se a esse tipo de confissão. Além disso, receava a possibilidade de ter de abandonar as boas acomodações encontradas e, desse modo, estragar o já limitado período de férias minhas e de meus filhos, caso o comportamento de nossos anfitriões se tornasse inamistoso pelo fato de sermos judeus. Enfrentando, como tinha razões para esperar que meus filhos, com sua franqueza e ingenuidade, acabariam por revelar a momentosa verdade se continuassem ouvindo a conversa, tentei afastá-los do grupo, mandando-os para o jardim. ‘Vão para o jardim, *judeus* [*Juden*]’, disse-lhes, e me corrigi rapidamente: ‘*meninos* [*Jungen*]’. Permiti assim que a ‘corajosa sustentação das próprias convicções’ se expressasse através de um ato falho. De fato, os outros não tiraram nenhuma conclusão de meu lapso da fala,

já que não lhe atribuíram qualquer importância; mas tive de aprender a lição de que a ‘fé dos antepassados’ não pode ser renegada impunemente quando se é filho e se tem filhos.”

Nada inocente foi o efeito produzido pelo seguinte deslize da fala, que eu não relataria se o próprio juiz não tivesse anotado para esta coleção durante um julgamento:

Um soldado acusado de invasão e furto numa casa declarou em juízo: “Até agora não me deram baixa desse *Diebsstellung* militar, de modo que, por enquanto, ainda pertenço ao exército.”

Hilarante é o lapso da fala [1] quando, durante o trabalho psicanalítico, serve de meio para fornecer ao médico uma confirmação muito bem-vinda, caso haja uma contradição com o paciente. Certa vez tive de interpretar o sonho de um paciente em que ocorria o nome “Jauner”. O sonhador conhecia uma pessoa com esse nome, mas era impossível descobrir porque ela havia aparecido no contexto do sonho; assim, arrisquei a conjectura de que talvez fosse apenas por causa do nome, que soa parecido com o insulto “*Gauner*” [gatuno, trapaceiro]. Meu paciente contestou isso com rapidez e energia, mas, ao fazê-lo, cometeu um lapso da fala que confirmou minha suposição, pois tornou a confundir as mesmas letras. Sua resposta foi: “isso me apreço *jewagt* demais [em vez de “*gewagt* (ousado)”. Quando chamei sua atenção para esse lapso, ele aceitou minha interpretação.

Quando um dos participantes de uma discussão séria comete um lapso da fala que inverte o sentido do que ele pretendia dizer, isso o coloca imediatamente em desvantagem diante de seu adversário, que raramente deixa de tirar grande proveito da melhora em sua posição.

Isso deixa claro [1] que as pessoas dão aos lapsos da fala e aos outros atos falhos a mesma interpretação que advogo neste livro, ainda que não endossem teoricamente essa concepção e mesmo que, no que se refere a elas próprias, sintam-se pouco inclinadas a renunciar ao comodismo implícito na tolerância para com os atos falhos. A hilaridade e a ironia que são o efeito certo desses deslizes da fala no momento crucial servem de prova contra a convenção, supostamente aceita por todos, de que o equívoco na fala é um *lapsus linguae* sem nenhum significado psicológico. Ninguém menos do que o próprio chanceler do império alemão, o príncipe Bülow, faz um protesto nesses moldes na tentativa de salvar a situação criada quando o texto de seu discurso em defesa do imperador (em novembro de 1907) adquiriu o sentido oposto por causa de um lapso na fala:

“Quanto ao presente, a esta nova era do Imperador Guilherme II, só posso repetir o que disse há um ano: que *seria iníquo e injusto dizer que um círculo de conselheiros responsáveis rodeia nosso imperador...*” (“irresponsáveis”, gritam muitas vozes) “...*conselheiros irresponsáveis*. Perdoem o *lapsus linguae*.” (Risos.)

Nesse caso, pelo acúmulo de negativas, a frase do príncipe Bülow foi um tanto obscurecida; a simpatia pelo orador e a consideração por sua posição difícil impediram que esse lapso fosse depois usado contra ele. Pior sorte, um ano depois, teve outro orador nesse mesmo lugar; ele queria exortar a uma manifestação *irrestrita* [*rückhaltlos*] em apoio ao imperador, e, nisso, um lamentável lapso da fala o advertiu de que outros sentimentos se abrigavam em seu peito leal:

“Lattmann (Partido Nacional Alemão): Colocamo-nos a questão do manifesto com base no regularmento do Reichstag. Segundo este, o Reichstag tem o direito de fazer tal manifesto ao imperador. Cremos que o pensamento e o desejo coletivos do povo alemão sejam o de poder fazer uma *manifestação una* também nesse caso, e, se pudermos fazê-lo de uma forma que resulte em lucro absoluto para os sentimentos

monárquicos, então devemos também fazê-lo de *modo irresoluto* [“*rückgratlos*”, literalmente: “sem espinha dorsal”].” (Estrondosa gargalhada durante alguns minutos.) “Senhores, não é ‘*rückgratlos*’ [irresolutamente] mas sim ‘*rückhaltlos*’ [irrestritamente]” (risadas), “e tal manifestação irrestrita do povo, esperamos, há de ser aceita também por nosso imperador nesta época difícil.”

O [jornal social-democrata] *Vorwärts* de 12 de novembro de 1908 não perdeu a oportunidade de apontar o sentido psicológico desse lapso da fala: “É provável que nunca, em nenhum parlamento, um membro tenha caracterizado com tanta exatidão, através de uma auto-acusação involuntária, sua própria atitude e a da maioria parlamentar perante o imperador, tal como o fez o anti-semita Lattmann quando, ao falar com solene emoção no segundo dia do debate, escorregou na confissão de que ele e seus amigos queriam expressar sua opinião ao imperador *irresolutamente*. Uma estrepitosa gargalhada vinda de todos os lados abafou o restante das palavras do infeliz, que ainda achou necessário balbuciar à guisa de desculpa, que na verdade pretendia dizer ‘irrestritamente’.”

Acrescento mais um exemplo em que o lapso da fala assumiu as características decididamente insólitas de uma profecia. No começo de 1923, houve uma grande comoção no mundo das finanças quando o jovem banqueiro X., provavelmente um dos mais novos dentre os “*nouveaux riches*” de W. e sem dúvida o mais rico e o mais moço, obteve, depois de uma breve luta, a posse majoritária das ações do Banco ; como consequência disso, realizou-se também uma notável assembléia geral em que os antigos diretores do banco, financistas da velha escola, não foram reeleitos, e o jovem X. tornou-se presidente do banco. No discurso de despedida então proferido pelo diretor administrativo, Dr. Y., em homenagem ao velho presidente que não fora reeleito, vários ouvintes repararam num lamentável lapso da fala que se repetiu diversas vezes. Ele se referiu seguidamente ao presidente *falecido* [*dahinschidend*], em vez de *exonerado*. Ocorre que o ex-presidente morreu alguns dias depois dessa reunião. Mas, é claro, já tinha mais de oitenta anos! (De Storfer.)

Um bom exemplo de lapso da fala em que a finalidade não é tanto trair o falante, mas dar algo a entender ao espectador na platéia, encontra-se no *Wallenstein* [de Schiller] (*Piccolomini*, Ato I, Cena 5), e nos mostra que o dramaturgo que aqui se serviu desse recurso estava familiarizado com o mecanismo e o sentido dos lapsos da fala. Na cena anterior, Max Piccolomini tomara ardorosamente o partido do Duque [de Wallenstein] e descrevera em tom apaixonado as bênçãos da paz, das quais se conscientizara durante uma viagem em que havia acompanhado a filha de Wallenstein ao campo. Quando ele sai de cena, seu pai [Octavio] e Questenberg, o emissário da corte, estão profundamente consternados. E prossegue a Cena 5:

QUESTENBERG        Aí de nós e há de ficar assim?

E então, amigo! havemos de deixá-lo partir

Nesse delírio — deixá-lo partir

Sem chamá-lo de volta imediatamente,

Sem abrir-lhe os olhos agora mesmo?

OCTAVIO        (*recobrando-se após uma meditação profunda*)

É que ele acaba de abrir os meus.

E vejo mais do que gostaria.

QUEST. O que há amigo?

OCT. Maldita seja essa viagem!

QUEST. Mas, por quê? O que há?

OCT. Vamos, venha comigo! Preciso seguir

De imediato a malfadada pista, ver

Com meus próprios olhos. Venha!

(*Procura arrastá-lo consigo.*)

QUEST. Mas, como? *Para onde?*

OCT. Até ela...

QUEST. -Até...

OCT. (*corrigindo-se*). Até o Duque, vamos.

[Conforme a tradução inglesa de Coleridge.]

O pequeno deslize ao dizer “até ela”, em vez de “até ele”, serve para nos revelar que o pai entendeu o motivo por que seu filho tomou o partido do Duque, enquanto o cortesão se queixa de que ele lhe está “falando por verdadeiros enigmas”.

Outro exemplo em que um dramaturgo se vale de um lapso da fala foi descoberto por Otto Rank (1910) em Shakespeare. Cito o relato de Rank:

“Encontra-se em *O Mercador de Veneza*, de Shakespeare (Ato III, Cena 2), um lapso da fala que, do ponto de vista dramático, tem uma motivação extremamente sutil e é empregado como um brilhante recurso técnico. Tal como o lapso do *Wallenstein* para o qual Freud chamou a atenção, ele mostra que os poetas têm uma clara compreensão do mecanismo e do sentido desse tipo de ato falho e supõem que o mesmo se aplique a sua platéia. Pórcia, compelida pela vontade de seu pai à escolha de um marido por sorteio, escapou até o momento de todos os seus pretendentes indesejados por obra do acaso. Tendo enfim encontrado em Bassinio o pretendente de seu agrado, ela tem motivos para temer que também a ele a sorte seja esquiva. Ela gostaria muito de dizer-lhe que, mesmo assim, ele pode ter certeza de seu amor, mas isso lhe é vedado por seu juramento. Nesse conflito íntimo, o poeta a faz dizer ao pretendente favorito:

Não vos apresseis, eu vos suplico; esperai um ou dois dias antes de consultar a sorte, pois, se escolherdes mal, perco vossa companhia; assim, aguardai um pouco. Algo me diz (*mas não é o amor*) que não quereria perder-vos... Eu vos poderia ensinar a escolher bem, mas então seria perjura, e não o serei jamais. Podeis perder-me, portanto; mas, se o fizerdes, levar-me-eis a desejar ter cometido o pecado do perjúrio. Malditos sejam vossos olhos! Eles me enfeitiçaram e dividiram: *metade de mim é vossa, e a outra metade é vossa... minha, quero dizer*; mas, sendo minha, é vossa, e assim, sou toda vossa.

“Aquilo de que ela queria dar-lhe apenas um indício muito sutil, pois na verdade deveria ocultar-lhe por completo, ou seja, que mesmo antes de ele fazer a escolha ela lhe pertencia *inteiramente* e o amava, é justamente isso que o poeta, com admirável e requintada sensibilidade psicológica, deixa transparecer

claramente em seu lapso da fala; e, como esse artifício artístico, ele consegue minorar tanto a intolerável incerteza do amante quanto a tensão consonante da platéia frente ao resultado de sua escolha.”

Pelo interesse que essa espécie de apoio dos grandes escritores confere a nossa teoria dos lapsos da fala, sinto-me justificado a citar um terceiro desses exemplos, relatado por Ernest Jones (1911b, 496):

“Num artigo publicado recentemente, Otto Rank chamou-nos a atenção para um belo exemplo de como Shakespeare fez um de seus personagens, Pórcia, cometer um lapso que revelou seus pensamentos secretos a qualquer espectador atento. Proponho relatar um exemplo semelhante, extraído de *The Egoist*, obra-prima do maior dos romancistas ingleses, George Meredith. Resumidamente, a trama do romance é a seguinte: *Sir Willoughby Patterne*, um aristocrata muito admirado em seu círculo, fica noivo de uma certa Srta. Constantia Durham. Ela descobre nele um egoísmo intenso, que ele esconde habilmente do mundo, e, para escapar do casamento, foge com um certo Capitão Oxford. Passados alguns anos, Patterne fica noivo da Srta. Clara Middleton, e a maior parte do livro é consagrada a descrever detalhadamente o conflito que brota em sua alma quando também ela descobre o egoísmo dele. As circunstâncias externas e seu conceito de honradez fazem-na manter o compromisso assumido, enquanto seu noivo torna-se cada vez mais repugnante a seus olhos. Ela toma parcialmente como confidente o primo e secretário dele, Vernon Whitford, homem com quem termina por se casar; ele, porém, por lealdade a Patterne e outros motivos, mantém-se afastado.

“Num monólogo sobre sua infelicidade, Clara assim se expressa: ‘— Ah, se algum nobre cavalheiro pudesse ver-me como sou e não desdenhasse ajudar-me! Quisera ser arrancada dessa prisão de espinhos e sarças. Não consigo desvencilhar meu próprio caminho. Sou uma covarde. Um aceno com um dedo, creio, me faria mudar. Para um companheiro eu conseguiria fugir, mesmo sangrando e em meio a gritos e apuros... Constantia encontrou um soldado. Talvez ela tenha rezado, e suas preces foram atendidas. Ela agiu mal. Mas, ah, como a amo por isso! Seu nome era Harry Oxford... Ela não hesitou, rompeu as amarras, entregou-se de papel passado. Ah, moça intrépida, que pensará você de mim? Mas não tenho nenhum Harry Whitford; estou sozinha... —’ O súbito reconhecimento de que trocara o nome de Oxford por outro atingiu-a como uma bofetada e a fez corar intensamente.

“O fato de os dois nomes masculinos terminarem em ‘ford’ evidentemente torna mais fácil confundi-los, e muitos veriam nisso uma causa suficiente, mas o verdadeiro motivo subjacente é claramente indicado pelo autor. Num outro trecho ocorre o mesmo lapso, seguindo-se a ele a hesitação espontânea e a repentina mudança de assunto que nos são familiares na psicanálise e nas experiências de Jung sobre a associação, quando se toca num complexo semiconsciente. Diz *Sir Willoughby* sobre Whitford, em tom paternalista: ‘— Alarme falso. A decisão de fazer qualquer coisa fora do comum escapa inteiramente ao pobrezinho do Vernon.’ Clara retruca: ‘— Mas, se o Sr. Oxford — Whitford... seus cisnes vem singrando o lago, veja como são lindos quando estão enfurecidos! Estava para lhe perguntar, quando um homem testemunha uma admiração acentuada por outro, ele naturalmente se sente desencorajado, não é mesmo? —’ *Sir Willoughby* retesou-se, compreendendo repentinamente.

“Noutra passagem ainda, Clara trai por outro lapso seu desejo secreto de ter um relacionamento mais íntimo com Vernon Whitford. Falando com um amigo, diz ela: ‘— Diga ao Sr. Vernon — diga ao Sr. Whitford’.”

A concepção [1] de lapsos da fala aqui defendida resiste à prova até mesmo nos exemplos mais triviais. Tenho podido mostrar repetidamente que os erros mais insignificantes e óbvios da fala têm sentido e podem ser



explicados do mesmo modo que os exemplos mais notáveis. Uma paciente que estava agindo em total desacordo com minha vontade ao programar uma rápida viagem a Budapeste, mas que estava decidida a fazer as coisas a seu modo, justificou-se dizendo que ficaria lá apenas três dias; entretanto, cometeu um lapso e disse “apenas três *semanas*”. Estava traindo o fato de que, a despeito de mim, preferiria passar três semanas, e não três dias, na companhia que eu considerava inadequada para ela. — Certa noite, quis desculpar-me por não ter buscado minha mulher no teatro e disse: “Cheguei ao teatro às dez e dez”. Fui corrigido: “Você quer dizer dez *para* as dez”. É claro que eu queria dizer dez *para* as dez. *Depois* das dez horas, não haveria desculpa. Haviam-me dito que nos ingressos constava: o espetáculo termina antes das dez horas. Ao chegar, encontrei o saguão de entrada às escuras e o teatro, vazio. O espetáculo de fato terminara mais cedo e minha mulher não havia esperado por mim. Quando consultei o relógio, eram apenas cinco para as dez. Mas decidi apresentar minha situação de modo mais favorável ao chegar em casa e dizer que ainda faltavam dez para as dez. Infelizmente, meu lapso estragou meu plano e expôs minha insinceridade, fazendo-me confessar mais do que havia para ser confessado.

Isso nos leva às perturbações da fala que já não podem ser descritas como lapsos, pois o que afetam não é a palavra isolada, mas sim o ritmo e a enunciação do dito inteiro: perturbações como, por exemplo, os balbucios e gaguejos causados pelo embacação. Mas também nesse caso, como nos anteriores, a questão é um conflito interno que nos é denunciado pela perturbação da fala. Realmente não creio que alguém cometesse um lapso da fala numa audiência com Sua Majestade, numa declaração de amor feita com seriedade ou ao defender sua honra e seu nome diante de um júri — em suma, em todas as ocasiões em que a pessoa se entrega de corpo e alma, como diz a significativa expressão. Mesmo ao avaliar o estilo de um autor, temos o direito e o hábito de aplicar o mesmo princípio elucidativo que nos é indispensável ao rastreamos as origens dos equívocos isolados da fala. A maneira clara e inambígua de escrever mostra-nos que o autor está de acordo consigo mesmo; quando encontramos uma expressão forçada e retorcida, que, segundo o apropriado dito, aponta para mais de um alvo, ali podemos reconhecer a intervenção de um pensamento insuficientemente elaborado, complicado, ou escutar os ecos velados da autocrítica do autor. [1]

Desde a primeira publicação deste livro, [1] amigos e colegas de língua estrangeira começaram a voltar sua atenção para os lapsos da fala que puderam observar nos países em que essas línguas são faladas. Como era de se esperar, descobriram que as leis que regem os atos falhos independem do material lingüístico, e fizeram as mesmas interpretações aqui ilustradas através de exemplos de falantes da língua alemã. Dentre os inúmeros exemplos, incluo apenas um:

Conta o Dr. A.A. Brill (1909), de Nova Iorque, a seu próprio respeito: “Um amigo me descreveu um doente dos nervos e quis saber se eu poderia ajudá-lo. Observei: ‘Creio que, com o tempo, eu poderia eliminar todos os sintomas dele pela psicanálise, porque é um caso *durável* [*durable*]’ — querendo dizer ‘*curável* [*curable*]!’”

Para concluir, [1] em prol dos leitores que estão dispostos a fazer um certo esforço e não desconhecem a psicanálise, acrescentarei um exemplo capaz de mostrar a que profundezas da alma pode conduzir a investigação de um lapso da fala. O exemplo foi relatado pelo Dr. Z. Jekels (1913).



“Em 11 de dezembro, uma dama de minhas relações interpelou-me (em polonês) de maneira um tanto desafiadora e arrogante, dizendo: ‘Por que foi que eu disse hoje que tenho doze dedos?’ A meu pedido, ela reproduziu a cena em que essa observação fora feita. Ela se aprontara para sair com a filha para fazerem uma visita, e pedira à filha — um caso de demência precoce em fase de remissão — que trocasse de blusa, o que ela fez no quarto ao lado. Ao voltar, a filha encontrou a mãe ocupada em limpar as unhas, seguindo-se a seguinte conversa:

“Filha: ‘Está vendo? Agora já estou pronta, e você, não!’

“Mãe: ‘É, mas você só tem uma blusa, e eu, *doze unhas*.’

“Filha: ‘O quê?’

“Mãe (impaciente): ‘Ora, naturalmente, pois *eu tenho doze dedos*.’

“Um colega que ouvira essa história junto comigo perguntou a ela o que ocorria em relação a *doze*. Ela respondeu de modo igualmente rápido e decidido: ‘Para mim, doze não é nenhuma data (importante).’

“Para *dedo*, ela forneceu a seguinte associação, depois de hesitar um pouco: ‘Na família do meu marido, houve quem nascesse com seis dedos nos pés (o polonês não tem um termo específico para *Zehe* [dedos dos pés]). Quando nossos filhos nasceram, foram imediatamente examinados para ver se tinham seis dedos.’ Por motivos externos, não se prosseguiu na análise nessa noite.

“Na manhã seguinte, 12 de dezembro, a dama me visitou e disse, visivelmente agitada: ‘Sabe o que me aconteceu? Há cerca de vinte anos tenho enviado congratulações ao velho tio de meu marido por seu aniversário, que é hoje, e sempre lhe escrevo uma carta no dia 11. Desta vez, esqueci e acabo de ter que enviar-lhe um telegrama.’

“Lembrei-me, e recordei a essa dama, quão decididamente ela havia descartado, na noite anterior, a pergunta de meu colega a respeito do número doze, que decerto era muito apropriada para lembrá-la desse aniversário, com a observação de que o doze não era para ela nenhuma data importante.

“Ela então admitiu que esse tio de seu marido era um homem rico, de quem, na verdade, ela sempre esperava herdar alguma coisa, muito especialmente na situação de aperto financeiro por que estava passando agora. Fora ele, por exemplo, ou melhor, a morte dele, que lhe ocorrera de imediato alguns dias antes, quando uma conhecida lhe profetizara pelas cartas que ela receberia uma grande soma em dinheiro. Passou-lhe de imediato pela cabeça que o tio era o único de quem ela ou seus filhos poderiam receber dinheiro; e essa mesma cena também a fez recordar, instantaneamente, que a mulher desse tio certa vez prometera lembrar-se dos filhos dela em seu testamento. Nesse ínterim, porém, a tia morrera sem deixar testamento; teria ela deixado essa incumbência ao marido?

“É evidente que o desejo de morte contra o tio deve ter surgido com enorme intensidade, pois ela dissera à amiga que fez a profecia: ‘Você induz as pessoas a matarem outras.’ Nos quatro ou cinco dias decorridos entre a profecia e o aniversário do tio, ela consultou seguidamente o obituário dos jornais da cidade em que ele morava, à procura da notícia de sua morte. Não surpreende, portanto, tendo em vista a intensidade do desejo de que ele morresse, que o fato e a data do aniversário que ele estava prestes a celebrar fossem tão

intensamente suprimidos a ponto não só de fazê-la esquecer um propósito levado a cabo durante anos, mas também de fazer com que nem sequer a pergunta de meu colega conseguisse trazê-lo a sua consciência.

“No lapso ‘doze dedos’, o ‘doze’ suprimido veio à tona e ajudou a determinar o ato falho. Digo ‘ajudou a determinar’ porque a notável associação com ‘dedos’ permite-nos suspeitar da existência de outras motivações; ela também explica porque o ‘doze’ falseou exatamente essa expressão inocentíssima, ‘dez dedos’. A associação fora: ‘Na família do meu marido, houve quem nascesse com seis dedos nos pés.’ Seis dedos são o sinal de determinada anormalidade. Portanto, seis dedos significam *um* filho anormal, e doze dedos, *dois* filhos anormais. E de fato era esse o caso. Essa dama se casara muito jovem, e a única herança que lhe foi deixada pelo marido — sempre considerado um homem excêntrico e anormal, que tirou a própria vida pouco depois de se casar com ela — foram duas filhas que os médicos repetidamente definiam como anormais e como vítimas de grave doença hereditária vinda do pai. Recentemente, a filha mais velha voltara para casa depois de um grave ataque de catatonia; pouco depois, a mais nova, agora na puberdade, também caiu doente, vítima de uma neurose grave.

“O fato de a anormalidade das filhas vincular-se aqui ao desejo da morte do tio, e de se condensar com esse elemento muito mais intensamente suprimido e de valência psíquica maior, permite-nos supor a existência de um segundo determinante para o lapso da fala, qual seja, o *desejo de morte contra as filhas anormais*.

“Mas o sentido predominante do doze com desejo de morte já é indicado pelo fato de que o aniversário do tio estava muito intimamente associado, nas representações da narradora, com a idéia da morte dele. Ocorre que seu marido se suicidara num dia 13, isto é, um dia depois do aniversário do tio; e a mulher do tio dissera à jovem viúva: ‘Ontem ele o estava felicitando, tão efusivo e amável, e hoje...!’

“Cabe-me acrescentar que, além disso, essa dama tinha motivos bastante reais para desejar a morte de suas filhas, pois estas não lhe davam nenhuma alegria, apenas tristeza e graves restrições a sua independência, e por causa delas ela havia renunciado a toda e qualquer felicidade amorosa. Também nessa ocasião, ela fizera um esforço extraordinário para evitar à filha com quem ia fazer a visita qualquer motivo de aborrecimento; e bem podemos imaginar quanta paciência e abnegação são exigidas por um caso de demência precoce, e quantos impulsos de raiva têm de ser suprimidos nesse processo.

“Conseqüentemente, o sentido do ato falho seria:

‘Que morra o tio, que morram essas filhas anormais (toda essa família anormal, por assim dizer), e que eu fique com o dinheiro deles.’

“Esse ato falho, a meu ver, tem vários traços de uma estrutura incomum:

“(a) A presença de dois determinantes, condensados num único elemento.

“(b) A presença dos dois determinantes, refletiu-se na duplicação do lapso da fala (doze unhas, doze dedos).

“(c) É notável que um dos sentidos do ‘doze’, ou seja, os doze dedos que expressavam a anormalidade das filhas, represente uma forma de figuração indireta; a anormalidade psíquica foi aqui representada pela anormalidade física, e a parte superior do corpo, pela inferior.”

## CAPÍTULO VI - LAPSOS DE LEITURA E LAPSOS DE ESCRITA

Quanto aos erros na leitura e na escrita, constatamos que os mesmos pontos de vista e observações aplicados aos equívocos na fala também são válidos, o que não é de surpreender, considerando-se o íntimo parentesco entre essas funções. Limitar-me-ei a relatar aqui alguns exemplos cuidadosamente analisados, e não farei nenhuma tentativa de abarcar todos os aspectos dos fenômenos.

### (A) LAPSOS DE LEITURA

(1) Eu estava sentado num café, folheando um número do *Leipziger Illustrierete* [um semanário ilustrado], que eu segurava inclinado diante de mim, quando li a seguinte legenda sob uma fotografia que se estendia por toda a página: “Cerimônia de Casamento na *Odyssee* [Odisséia].” Com a atenção despertada e surpreso, endireitei a revista

e corriji meu erro: “Cerimônia de Casamento no *Ostsee* [Báltico].” Como fui cometer esse erro absurdo de leitura? Meus pensamentos voltaram-se prontamente para um livro de Ruths (1898), *Experimentaluntersuchungen über Musikphantome...*, que me ocupara muito nestes últimos tempos, pois toca de leve nos problemas psicológicos de que venho tratando. O autor prometeu que em breve publicaria um livro a ser chamado “Análise e Princípios dos Fenômenos Oníricos”. Não surpreende que, tendo acabado de publicar uma *Interpretação dos Sonhos*, eu aguardasse esse livro com o máximo interesse. Na obra de Ruths sobre os fantasmas da música encontrei, no começo do índice, o anúncio de uma demonstração indutiva detalhada de que os mitos e lendas dos antigos gregos tiveram sua principal raiz nos fantasmas do sono e da música, nos fenômenos dos sonhos e também nos delírios. Mergulhei imediatamente no texto para verificar se ele também percebera que a cena em que Odisseu surge diante de Nausícaa deriva do sonho comum de estar nu. Um amigo me chamara a atenção para o belo trecho do *Der Grüne Heinrich*, de Gottfried Keller, que explica esse episódio da Odisséia como uma representação objetiva dos sonhos de um navegante que vagava longe de sua terra natal; e eu havia assinalado a relação com os sonhos exibicionistas de estar nu. Não encontrei nada sobre o assunto no livro de Ruths. Nesse exemplo, é óbvio que meus pensamentos estavam voltados para questões de prioridade.

(2) Como posso um dia ter lido num jornal: “*Im Fass* [num barril] pela Europa”, em vez de “*Zu Fuss* [a pé]”? A solução desse problema custou-me prolongadas dificuldades. É verdade que as primeiras associações indicaram que o que eu tinha em mente devia ser o barril de Diógenes, e eu estivera lendo recentemente sobre a arte da época de Alexandre numa história da arte. Daí foi fácil lembrar o célebre dito de Alexandre: “Se eu não fosse Alexandre, gostaria de ser Diógenes.” Veio-me também uma vaga lembrança de um certo Hermann

Zeitung, que dera para viajar embalado num caixote. Mas a seqüência de associações recusou-se a prosseguir, e não consegui reencontrar a página da história da arte em que aquela observação me saltara aos olhos. Só depois de muitos meses foi que voltou de repente a me ocorrer esse problema, que eu deixara de lado, dessa vez acompanhado de sua solução. Lembrei-me do comentário de um artigo de jornal sobre os estranhos meios de *transporte* [*Beförderung*] que as pessoas estavam escolhendo para irem à Exposição Internacional de Paris [de 1900]; e o trecho prosseguia, creio eu, com o relato divertido de como um cavalheiro pretendia fazer-se levar a Paris rolando dentro de um barril, empurrado por outro cavalheiro. Naturalmente, essas pessoas não tinham outro motivo senão o de chamar a atenção sobre si mesmas com essas loucuras. Hermann Zeitung era, de fato, o nome do homem que dera o primeiro exemplo de tais métodos extraordinários de transporte. Ocorreu-me então que, certa vez, tratei de um paciente cuja angústia patológica ante a leitura de jornais veio a se esclarecer como uma reação contra sua *ambição* patológica de se ver em letras de imprensa e ler sobre sua fama nos jornais. Alexandre da Macedônia foi, sem dúvida, um dos homens mais ambiciosos que já existiram. Chegou a se queixar de que não houvesse um Homero para cantar suas façanhas. Mas como poderia eu ter *deixado de lembrar* que há outro Alexandre mais chegado a mim, que Alexandre é o nome de meu irmão mais moço? Descobri então, de imediato, o pensamento escandaloso que tivera de ser recalcado a respeito desse outro Alexandre, e o que ocasionara isso na situação atual. Meu irmão é especialista em questões relacionadas com tarifas e *transportes* e, em certa época, esteve para receber o título de professor por suas atividades docentes numa escola comercial. Vários anos antes, meu próprio nome fora sugerido na universidade para essa mesma *promoção* [*Beförderung*], sem que eu a obtivesse. Na época, nossa mãe expressou sua estranheza de que seu filho mais novo chegasse a professor antes do mais velho. Era essa a situação na época em que não pude resolver meu lapso de leitura. Posteriormente, meu irmão também deparou com dificuldades; suas perspectivas de chegar a professor tornaram-se ainda menores do que as minhas. Mas, nesse ponto, o sentido do lapso de leitura ficou repentinamente claro para mim, era como se a redução das perspectivas de meu irmão tivesse afastado um obstáculo. Eu me havia comportado como se estivesse lendo a nomeação de meu irmão no jornal e dizendo a mim mesmo: “Como é estranho que se possa ser citado no jornal (i.e., ser nomeado professor) por essas bobagens (como as que ele faz por profissão)!” Depois disso, não tive dificuldade em encontrar o trecho sobre a arte helênica na época de Alexandre e, para minha surpresa, convenci-me de que, durante minha busca anterior, eu lera repetidamente partes da mesma página e, em todas as vezes, saltara a frase pertinente, como se estivesse dominado por uma alucinação negativa. Essa frase, porém, não continha nada que pudesse esclarecer-me ou que merecesse ser esquecido. Creio que o sintoma de não conseguir encontrar o trecho no livro formou-se apenas para me despistar. Cabia-me procurar uma continuação da seqüência de pensamentos ali onde minhas investigações esbarravam num obstáculo, isto é, em alguma idéia ligada a Alexandre da Macedônia, e desse modo eu seria mais eficazmente desviado de meu irmão do mesmo nome. O recurso foi perfeito: todos os meus esforços foram orientados para redescobrir o trecho perdido na história da arte.

Nesse caso, o duplo sentido da palavra “*Beförderung*” [“transporte” e “promoção”] forma a ponte associativa entre os dois complexos; o complexo sem importância, despertado pela notícia do jornal, e o mais interessante, mas objetável, que aqui se impôs sob a forma de uma perturbação da leitura. Por esse exemplo se percebe que nem sempre é fácil explicar ocorrência como esse equívoco na leitura. Às vezes somos até

forçados a adiar a solução do problema para uma época mais favorável. No entanto, quanto mais difícil se revela o trabalho de solucioná-lo, maior é a certeza com que se pode prever que o pensamento perturbador finalmente descoberto será julgado por nosso pensamento consciente como algo que lhe é estranho e contrário.

(3) Um dia, recebi uma carta das imediações de Viena com uma notícia que me abalou. Chamei prontamente minha mulher e lhe comuniquei que “*die arme* [a pobre] Wilhelm M.” estava muito doente, a ponto de os médicos terem perdido as esperanças. Mas algo deve ter soado falso nas palavras que escolhi para exprimir meu pesar, pois minha mulher ficou desconfiada, pediu para ver a carta e manifestou sua convicção de que não podia ser isso, pois ninguém se referia a uma mulher pelo prenome do marido e, de mais a mais, a remetente da carta conhecia perfeitamente o nome da mulher. Defendi obstinadamente minha afirmação e fiz referência ao costume corriqueiro, nos cartões de visita, de as mulheres se designarem pelo prenome do marido. Por fim, vi-me forçado a pegar a carta, e o que lemos nela, de fato, foi “*der arme W.M.*”, ou melhor, algo ainda mais claro, que eu omitira por completo: “*der arme Dr. W.M.*” Meu erro de leitura, portanto, importou numa espécie de tentativa forçada de transferir a triste notícia do marido para a mulher. O título entre o artigo e o nome adjetivado não se adequava bem a minha pretensão de que a notícia se referisse à mulher. Por isso, foi simplesmente eliminado na leitura. Meu motivo para falsear a notícia, entretanto, não foi que eu simpatizasse menos com a mulher do que com o marido, mas sim que o destino desse pobre homem havia despertado minha inquietação acerca de outra pessoa, muito chegada a mim, que com ele compartilhava o que eu sabia ser um dos determinantes da doença.

(4) Irritante e ridículo é um lapso de leitura que tendo a cometer sempre que, em minhas férias, ando pelas ruas de alguma cidade desconhecida. Nessas ocasiões, leio como “Antigüidades” todos os letreiros de loja que de algum modo se assemelham a essa palavra. Nisso se manifesta o gosto do colecionador pela aventura.

(5) Bleuler relata, em seu importante livro *Affektivität, Suggestibilität, Paranoia* (1906, 121): “Certa vez, enquanto lia, tive a sensação intelectual de estar vendo meu nome duas linhas mais abaixo. Para minha surpresa, só encontrei ali a palavra ‘*Blutkörperchen* [corpúsculos sangüíneos]’. Entre os muitos milhares de lapsos de leitura que já analisei, tanto no campo visual periférico quanto no central, este é o exemplo mais crasso. Todas as vezes que acreditei ver meu nome, a palavra que ocasionou isso costumava ser muito mais semelhante a ele, e, na maioria dos casos, cada uma das letras de meu nome tinha de estar presente ali por perto para que eu pudesse cometer esse erro. Neste caso, entretanto, o delírio de auto-referência e a ilusão puderam ser explicados com muita facilidade: o que eu acabara de ler era o final de um comentário sobre certo tipo de estilo precário nos trabalhos científicos, do qual eu não me sentia livre.”

(6) Hanns Sachs diz ter lido: “Ele passa, com seu ‘*Steifleinenheit* [pedantismo]’, pelas coisas que chocam as pessoas.” “Essa palavra”, prossegue Sachs, “chamou minha atenção e, ao olhar mais atentamente, descobri que era ‘*Stilfeinheit* [fineza de estilo]’. O trecho ocorria em meio a algumas observações feitas por um autor a quem eu admirava e que enalteciam efusivamente um historiador que não me é simpático, pois exhibe em demasia o ‘estilo professoral alemão’.”

(7) O Dr. Marcell Eibenschütz (1911) descreve um caso de lapso de leitura no estudo da ciência filológica. “Eu estava empenhado no estudo da tradição literária do *Livro dos Mártires*, compilação de lendas do período médio do alto alemão que eu resolvera editar na coleção de ‘Textos Medievais Alemães’ publicada

pela Academia Prussiana de Ciências. Sabia-se muito pouco sobre essa obra, que nunca fora impressa; havia sobre ela um único ensaio, da autoria de Joseph Haupt (1872, 101 e segs.). Haupt não baseou seu trabalho no manuscrito antigo, mas numa cópia da fonte principal, o Manuscrito C (Klosterneuburg), cópia esta feita em época relativamente recente (no século XIX) e preservada na Hofbibliothek [Biblioteca Imperial]. No fim da cópia encontra-se a seguinte subscrição:

“Anno Domini MDCCCL in vigilia exaltacionis sancte crucis ceptus est iste liber et in vigilia pasce anni subsequentis finitus cum adiutorio omnipotentis per me Hartmanum de Krasna tunc temporis ecclesie niwenburgensis custoden.

“Ora, em seu ensaio, Haupt cita essa subscrição como sendo proveniente do próprio autor de C e supõe que C. foi escrito em 1350, com um conseqüente erro de leitura da data de 1850, escrita em algarismos romanos, apesar de ter copiado a subscrição corretamente e de a data ter sido corretamente impressa no ensaio (i.e. MDCCCL) no trecho citado.

“A informação de Haupt foi para mim fonte de muitos apuros. Em primeiro lugar, como completo principiante no mundo da ciência, eu estava totalmente dominado pela autoridade de Haupt, e por muito tempo li na subscrição diante de mim, impressa com perfeita clareza e correção 1350 em vez de 1850, tal como fizera Haupt, muito embora não houvesse nenhum vestígio da subscrição no Manuscrito C utilizado por mim, e embora também se verificasse que nenhum monge de nome Hartman vivera em Klosterneuburg em todo o século XIV. Quando enfim caiu a venda de meus olhos, adivinhei o que havia acontecido, e as investigações posteriores confirmaram minha suspeita. A tão mencionada subscrição, na verdade, encontra-se *apenas* na cópia utilizada por Haupt e é obra de um copista, P. Hartman Zeibig, que nasceu em Krasna, na Morávia, foi Mestre do coro agostiniano em Klosterneuburg e, como sacristão do mosteiro, fez uma cópia do Manuscrito C, registrando seu nome no final, à maneira antiga. A fraseologia medieval e a ortografia antiquada da subscrição sem dúvida contribuíram para induzir Haupt a ler sempre 1350, em vez de 1850, juntando-se o seu *desejo* de poder dizer aos leitores o máximo possível sobre a obra que estava examinando e, portanto, também de *datar o Manuscrito C*. (Foi esse o motivo do ato falho.)

(8) Em *Witzige und Satirische Einfälle*, de Lichtenberg [1853], há um comentário que sem dúvida provém da observação e contém quase que a teoria completa dos lapsos de leitura: “Ele tanto lera Homero que sempre lia ‘*Agamemnon*’ onde constava ‘*angenommen* [suposto]’.”

Ocorre que, num imenso número de casos [1] é a predisposição do leitor que altera a leitura e introduz no texto algo que corresponde a suas expectativas ou que o está ocupando. A única contribuição que o próprio texto precisa fazer ao lapso de leitura é fornecer alguma semelhança na imagem da palavra, que o leitor possa modificar no sentido que quiser. Sem dúvida, a leitura apressada, especialmente quando há uma deficiência visual não corrigida, aumenta a possibilidade de tal ilusão, mas certamente não é uma condição necessária.

(9) Creio que a época de guerra, que a todos nos trouxe preocupações tão constantes e prolongadas, favoreceu mais os lapsos de leitura do que qualquer outro ato falho. Pude observar um grande número desses exemplos, mas, infelizmente, foram poucos os que conservei. Certo dia, peguei um jornal do meio-dia ou vespertino e vi, impresso em grandes caracteres: “*Der Friede von Görz* [A Paz de Gorizia]”. Mas não, dizia



apenas: “*Die Feinde vor Görz* [Os Inimigos diante de Gorizia]”. Para quem tem dois filhos lutando justamente nesse palco de guerra, é fácil cometer tal lapso de leitura. — Outro viu mencionado em certo contexto “eine *alte Brotkarte* [um velho cartão de racionamento de pão]”; lendo mais atentamente, teve de substituir isso por “*alte Brokate* [brocados antigos]”. Talvez valha a pena mencionar que, numa casa onde costuma ser um hóspede sempre bem recebido, esse homem tem o hábito de agradar a dona da casa cedendo-lhe seus cartões de racionamento de pão. — Um engenheiro cujo equipamento nunca resistia por muito tempo à umidade de um túnel em construção leu, para sua surpresa, um anúncio em que se elogiavam certos artigos de “*Schundleder* [couro estragado]”. Mas os comerciantes raramente são tão francos; os artigos cuja compra se recomendava eram de “*Seehundleder* [couro de foca]”

Também a profissão ou a situação atual do leitor determinam o resultado de seu lapso de leitura. Um filólogo que, por causa de seus últimos excelentes trabalhos, entrou em conflito com seus colegas de profissão, leu “*Sprachstrategie* [estratégia lingüística]” em lugar de “*Schachstrategie* [estratégia enxadrística]”. — Um homem que passeava por uma cidade estrangeira justamente no horário em que sua atividade intestinal estava programada para ocorrer, em virtude de um tratamento médico, leu a palavra “*Klosetthaus* [casa de banheiros]” num grande letreiro no primeiro andar de um prédio comercial alto; sua satisfação mesclou-se, sem dúvida, com uma certa surpresa ante a localização insólita do benéfico estabelecimento. No momento seguinte, porém, a sua satisfação desapareceu, pois o letreiro, corretamente lido, dizia “*Korsetthaus* [casa de espartilhos]”.

(10) Num segundo grupo de casos, é muito maior a participação do texto no lapso de leitura. Ele contém algo que mexe com as defesas do leitor — alguma comunicação ou exigência que lhe é penosa — e que, por isso mesmo, é corrigida pelo lapso de leitura, no sentido de um repúdio ou uma realização de desejo. Nesse casos, evidentemente, somos forçados a presumir que, de início, o texto foi corretamente entendido e julgado pelo leitor, antes de passar pela retificação, embora sua consciência nada tenha sabido dessa primeira leitura. O exemplo (3), algumas páginas atrás [em [1]], é desse tipo; e aqui incluo um outro, muito atual, narrado por Eitingon (1915), que na época estava no hospital militar de Igló.

“O tenente X., que está em nosso hospital sofrendo de uma neurose traumática de guerra, lia para mim certo dia um poema de Walter Heymann, tão prematuramente morto em combate, e, com visível emoção, assim leu os versos finais da última estrofe:

Wo aber steht's geschrieben, frag' ich, dass von allenIch übrig bleiben soll, ein anderer für mich fallen? Wer immer von euch fällt, der stirbt gewiss für mich; Und ich soll übrig bleiben? *Warum denn nicht?* [Mas onde está escrito, pergunto, que de todos Devo eu sobreviver, que outro há de cair por mim? O que tomba dentre vós, decerto é por mim que morre; E devo eu permanecer? *Por que não?*]

“Com a atenção despertada por minha surpresa e parecendo um pouco confuso, ele leu então corretamente o último verso:

Und ich soll übrig bleiben? *Warum denn ich?*

[E devo eu permanecer? *Por que eu?*]

“Devo ao caso X certo discernimento analítico sobre o material psíquico dessas ‘neuroses traumáticas de guerra’ e, apesar das condições vigentes num hospital militar, com sua intensa sobrecarga e sua escassez de médicos — circunstâncias tão desfavoráveis para nossa maneira de trabalhar —, foi-me possível enxergar um pouco além das explosões de granadas, levadas em tão alta conta como ‘causa’ da doença.



“Também nesse caso havia os tremores intensos que dão aos casos pronunciados dessas neuroses uma semelhança que é tão notável à primeira vista, bem como inquietação, tendência ao choro e propensão a acessos de raiva, acompanhados de manifestações motoras infantis convulsivas, e a vômitos (‘ante a menor excitação’).

“A natureza psicogênica deste último sintoma, sobretudo por sua contribuição para o lucro secundário da doença, não podia deixar de se evidenciar a todos: o aparecimento, na enfermaria, do comandante do hospital, que de tempos em tempos inspecionava os convalescentes, ou a observação de algum conhecido na rua — ‘Você está mesmo com ótimo aspecto, certamente já deve estar bom’ — eram o bastante para desencadear um acesso imediato de vômito.

“‘Curado... voltar à ativa ... por que eu?’”

(11) O Dr. Hanns Sachs (1917) relatou outros casos de lapsos “de guerra” na leitura:

“Um conhecido muito próximo me declarara repetidamente que, quando chegasse sua vez de ser convocado, não se valeria de sua formação profissional, atestada por um diploma, e renunciaria a qualquer direito que isso lhe assegurasse de obter emprego na retaguarda, alistando-se para lutar na frente de batalha. Pouco antes da chegada efetiva da data da convocação, ele me disse um dia, da maneira mais lacônica possível e sem fornecer maiores razões, que submetera as provas de sua formação superior às autoridades competentes e, por conseguinte, logo seria designado para um cargo na indústria. No dia seguinte, encontramos-nos casualmente numa repartição pública. Eu estava diante de uma escrivaninha e escrevia; ele entrou, olhou por um momento por cima de meu ombro e disse: ‘Ah! a palavra ali em cima é “*Druckbogen* [prova tipográfica]’ — eu a tinha lido como se fosse ‘*Drückeberger* [covarde]’.”

(12) “Sentado no bonde, eu ia refletindo sobre o fato de que muitos de meus amigos da juventude, sempre considerados frágeis e sem energia, eram agora capazes de suportar os trabalhos mais estafantes, aos quais, com toda certeza, eu sucumbiria. Em meio a essa desagradável seqüência de pensamentos, li de passagem, sem prestar muita atenção, as grandes letras pretas do letreiro de uma firma: ‘*Constituição de ferro*’ [*Eisenkonstitution*]. Passado um momento, ocorreu-me que essa palavra não era muito própria do letreiro de uma empresa comercial; virei-me rapidamente e ainda consegui dar uma olhadela na inscrição, vendo que de fato dizia ‘*Construção de ferro* [*Eisenkonstruktion*]’.” (Sachs, *ibid.*)

(13) “Nos jornais vespertinos saiu um despacho da agência Reuter, que logo se revelou incorreto, comunicando que Hughes fora eleito presidente dos Estados Unidos. Seguiu-se a isso um breve relato de carreira do suposto presidente, onde deparei com a informação de que Hughes se havia formado na Universidade de *Bonn*. Pareceu-me estranho que esse fato não tivesse sido mencionado nos debates jornalísticos de todas as semanas que antecederam o dia da eleição. Olhando melhor, vi que de fato o texto só fazia referência à Universidade *Brown* [em Providence, Rhode Island, Estados Unidos]. Esse caso crasso, em que a produção do lapso de leitura tornara necessária uma distorção bastante violenta, esclareceu-se, afora minha pressa em ler o jornal, principalmente por eu considerar desejável que a simpatia do novo presidente pelas potências centrais européias, como base de boas relações futuras, se fundamentasse também em motivos pessoais, além dos motivos políticos.” (Sachs, *ibid.*)

## (B) LAPSOS DE ESCRITA

(1) Numa folha de papel contendo breves anotações diárias, a maioria de interesse profissional, fiquei surpreso ao encontrar entre as datas corretas do mês de setembro a data erroneamente anotada de “quinta-feira, 20 de outubro”. Não é difícil esclarecer essa antecipação — e esclarecê-la como a expressão de um desejo. Poucos dias antes, eu voltara refeito de minha viagem de férias e me sentia disposto para abundantes afazeres médicos, mas o número de pacientes ainda era reduzido. Na chegada eu encontrara uma carta de uma paciente dizendo que viria no dia 20 de outubro. Ao fazer uma anotação nesse mesmo dia, porém em setembro, é bem possível que tenha pensado: “X. já deveria estar aqui; que pena desperdiçar um mês inteiro!”, e com isso em mente antecipei a data em um mês. Nesse caso, dificilmente se pode chamar o pensamento perturbador de escandalizante; por esse motivo pude saber da solução do lapso de escrita assim que o notei. — No outono do ano seguinte, cometi outro lapso de escrita inteiramente análogo, que teve motivos semelhantes. — Ernest Jones [1911b] fez um estudo desses lapsos na redação de datas e, na maioria dos casos, foi-lhe fácil reconhecer que tinham motivações [psicológicas].

(2) Eu havia recebido as provas de minha contribuição ao *Jahresbericht für Neurologie und Psychiatrie* e, naturalmente, precisava fazer a revisão dos nomes dos autores com um cuidado especial, já que eles eram de diversas nacionalidades e por isso costumavam causar enormes dificuldades ao tipógrafo. De fato encontrei muitos nomes de som estrangeiro que ainda precisavam ser corrigidos, mas, curiosamente, havia um nome que o tipógrafo corrigira *aperfeiçoando* meu manuscrito, e com total acerto. Eu havia escrito “Buckrhard”, enquanto o tipógrafo adivinhou que seria “Burckhard”. De fato, eu elogiara como muito meritório o ensaio de um obstetra com esse nome sobre a influência do parto na gênese das paralisias infantis, e não tinha consciência de nenhuma objeção contra esse autor; mas ele tinha o mesmo nome de um escritor de Viena que me aborrecera com sua resenha pouco inteligente de meu livro *A Interpretação dos Sonhos*. É exatamente como-se, ao escrever o nome Burckhard para designar o obstetra, eu tivesse tido um pensamento hostil sobre o outro Burckhard, o escritor, pois a distorção dos nomes, com muita frequência, é um meio de insultar seus portadores, como já assinalai [em. [1]] a propósito dos lapsos da fala.

(3) Essa afirmação é muito claramente confirmada por uma auto-observação de Storfer (1914) em que o autor expõe com franqueza louvável os motivos que o fizeram lembrar-se erroneamente do nome de um pretenso concorrente e, em seguida, escrevê-lo de maneira deturpada.

“Em dezembro de 1910, vi na vitrine de uma livraria em Zurique um livro recém-surgido do Dr. Eduard *Hitschmann* sobre a teoria das neuroses, de Freud. Justamente nessa época, eu estava trabalhando no manuscrito de uma conferência que estava prestes a proferir numa associação acadêmica sobre os princípios básicos da psicologia de Freud. Na introdução já redigida da conferência, eu me referira ao desenvolvimento histórico da psicologia freudiana a partir de suas pesquisas no campo da psicologia aplicada, a certas dificuldades daí decorrentes para se fornecer uma exposição resumida de seus princípios básicos, e também ao fato de que até então ainda não havia surgido nenhuma exposição geral. Quando vi o livro (cujo autor me era ainda desconhecido) na vitrine, inicialmente não pensei em comprá-lo. Entretanto, alguns dias depois

resolvi fazê-lo. Mas o livro já não estava na vitrine. Mencionei ao livreiro a obra recém-publicada e indiquei como autor o 'Dr. Eduard *Hartmann*'. O livreiro me corrigiu: 'O senhor quer dizer *Hitschmann*', e trouxe o livro.

"O motivo inconsciente do ato falho era óbvio. De certa maneira, eu me atribuíra o mérito de ter compilado os princípios básicos da teoria psicanalítica, e é evidente que encarava o livro de Hitschmann com inveja e aborrecimento, já que ele tirava parte de meu mérito. Disse a mim mesmo, segundo a *Psicopatologia da Vida Cotidiana*, que a alteração do nome fora um ato de hostilidade inconsciente. Na ocasião, dei-me por satisfeito com essa explicação.

"Algumas semanas depois, anotei esse ato falho. Nessa oportunidade, perguntei-me ainda por que o nome Eduard Hitschmann se alterara justamente para Eduard *Hartmann*. Teria eu sido levado ao nome do célebre filósofo apenas por sua semelhança com o outro? Minha primeira associação foi a lembrança de uma declaração que ouvi certa vez do professor Hugo von Meltzl, admirador entusiástico de Schopenhauer, quedizia aproximadamente o seguinte: 'Eduard con Hartmann é um Schopenhauer mal-interpretado, um Schopenhauer virado pelo avesso.' A tendência afetiva que havia determinado a formação substitutiva para o nome esquecido fora, portanto: 'Ora, provavelmente não haverá grande coisa nesse Hitschmann e em sua exposição resumida; ele deve estar para Freud assim como Hartmann para Schopenhauer.'

"Como disse, eu havia anotado esse caso de esquecimento [psicologicamente] determinado com troca da palavra esquecida por um substituto.

"Seis meses depois, deparei com a folha de papel em que fizera a anotação. Observei então que, em vez de Hitschmann, eu escrevera *Hintschmann* o tempo todo."

(4) Eis o que parece ser um lapso de escrita mais grave, que eu talvez pudesse ter classificado com igual direito entre os "equívocos na ação" [Capítulo VIII]:

Eu pretendia retirar da Caixa Econômica Postal a quantia de 300 coroas, que queria remeter a um parente ausente para tratamento médico. Notei então que o saldo de minha conta era de 4.380 coroas e decidi reduzi-lo, nessa oportunidade, para a soma redonda de 4.000 coroas, que não deveria ser tocada no futuro próximo. Depois de preencher devidamente o cheque e cortar os números correspondentes à quantia, percebi de repente que não havia solicitado as 380 coroas, como pretendia, mas exatamente 438 coroas, e fiquei abismado com a infidedignidade de minha conduta. Logo percebi que meu espanto era injustificado: eu não ficara mais pobre do que já era antes. Mas foi preciso um bocado de reflexão para descobrir que influência havia perturbado minha intenção inicial, sem se revelar a minha consciência. A princípio, rumei por caminhos falsos; tenti subtrair 380 de 438, mas depois não soube o que fazer com a diferença. Por fim, ocorreu-me uma idéia repentina que me mostrou a verdadeira relação. Ora, 438 correspondiam a *dez por cento* do saldo total de 4.380 coroas! E um desconto de dez por cento é o que se obtém dos *livreiros*. Lembrei-me que, alguns dias antes, eu separara alguns livros de medicina em que já não estava interessado para oferecê-los a um livreiro por exatamente 300 coroas. Ele achou alto demais o preço que eu pedira e prometeu dar-me uma resposta definitiva dentro de alguns dias. Se ele aceitasse minha oferta, reporia a quantia exata que eu estava para gastar com o enfermo. Não há dúvida de que eu lamentava fazer essa despesa. O afeto que me deixou a percepção de meu erro se compreende melhor como um medo de ficar pobre por causa dessas despesas. Mas ambos os sentimentos, o pesar pelo gasto e a angústia de empobrecer ligada a ele, eram inteiramente estranhos a minha consciência; eu não tivera nenhum sentimento de pesar ao prometer essa soma, e teria

considerado risível sua motivação. É provável que jamais me acreditasse capaz de tal emoção, não fosse por estar bastante familiarizado, através de minha prática psicanalítica com os pacientes, com o papel desempenhado pelo recalco na vida anímica, e não fosse por ter tido, dias antes, um sonho que exigia a mesma solução.

(5) Segundo Wilhelm Stekel, cito o seguinte caso, cuja autenticidade também posso garantir.

“Um exemplo simplesmente incrível de lapso de escrita e lapso de leitura ocorreu na redação de um semanário muito difundido. Seus proprietários tinham sido publicamente chamados de ‘venais’; evidentemente, fazia-se necessário escrever um artigo de repúdio e defesa. E foi o que se fez — com grande ardor e grande ênfase. O redator-chefe leu o artigo, enquanto o autor obviamente o leu várias vezes no manuscrito e, depois, novamente na prova tipográfica; todos estavam plenamente satisfeitos. De repente, vem o revisor e aponta um pequeno erro que havia escapado à atenção de todos. Ali estava, escrito com toda clareza: ‘Nossos leitores são testemunhas de que sempre agimos da maneira mais *interessada* pelo bem da comunidade.’ É óbvio que a redação deveria ser ‘da maneira mais *desinteressada*’. Mas os verdadeiros pensamentos irromperam com força elementar no comovido discurso.

(6) Uma leitora do *Pester Lloyd*, a senhora Kata Levy, de Budapeste, deparou recentemente com uma demonstração involuntária de franquezasemelhante a essa num telegrama de Viena, publicado no jornal de 11 de outubro de 1918:

“Com base na completa confiança mútua que tem prevalecido entre nós e nossos aliados alemães durante toda a guerra, pode-se ter certeza de que as duas potências hão de chegar a decisões unânimes na totalidade dos casos. É desnecessário mencionar expressamente que também na presente fase tem havido uma cooperação ativa e *descontínua* entre os diplomatas aliados.”

Passadas apenas algumas semanas, foi possível pronunciar-se com maior franqueza sobre essa “confiança mútua”, não mais havendo necessidade de refugiar-se num lapso de escrita (ou num erro de imprensa).

(7) Um americano residente na Europa, que deixara sua mulher em meio a um desentendimento, achou que agora poderia reconciliar-se com ela e lhe pediu que atravessasse o oceano e fosse ter com ele em determinada data. “Seria esplêndido”, escreveu ele, “que, como eu, você pudesse vir no *Mauretania*.” Mas não ousou enviar a folha onde constava essa frase. Preferiu escrevê-la de novo. É que ele não queria que ela reparasse na correção que fora preciso fazer no nome do navio. Inicialmente, ele escrevera mesmo “*Lusitania*”.

Esse lapso de escrita não requer explicação, interpreta-se com perfeita clareza. Mas um feliz acaso nos permite acrescentar mais um detalhe: antes da guerra, sua mulher visitara a Europa pela primeira vez por ocasião da morte de sua única irmã. Se não me engano, o *Mauretania* é a nave-irmã sobrevivente do *Lusitania*, afundado durante a guerra.

(8) Um médico havia examinado uma criança e estava escrevendo a receita, que incluía a palavra “*alcohol*”. Enquanto o fazia, a mãe da criança o importunava com perguntas disparatadas e desnecessárias. Ele decidiu intimamente não se irritar com isso e conseguiu realizar esse propósito, mas cometeu um lapso de escrita enquanto era perturbado. Em vez de *alcohol*, lia-se na receita *achol*.

(9) O exemplo seguinte, relatado por Ernest Jones [1911b, 501] sobre A.A., Brill, tem uma afinidade de conteúdo e por isso é aqui inserido. Embora seja, de hábito, totalmente abstinente, ele se deixou persuadir por

um amigo a beber um pouco de vinho. Na manhã seguinte, uma violenta dor de cabeça deu-lhe motivo para lamentar sua transigência. Coube-lhe escrever o nome de uma paciente, que era *Ethel*, e, em vez disso, escreveu *Ethyl*. É claro que também se deve levar em conta que a dama costumava beber mais do que lhe convinha.

(10) Já que um lapso de escrita por parte de um médico, ao escrever uma receita, tem uma importância que vai muito além do costumeiro valor prático dos atos falhos [em [1]], aproveito esta oportunidade para relatar na íntegra a única análise já publicada desses lapsos cometidos por médicos:

Do Dr. Eduard Hitschmann (1913b): “Contou-me um colega que, no decorrer dos anos, cometeu várias vezes um erro ao receitar certo medicamento a suas pacientes de idade avançada. Em duas ocasiões, receitou uma dose dez vezes maior do que a correta e em seguida viu-se obrigado, ao se aperceber disso repentinamente, com extrema angústia ante a idéia de ter prejudicado sua paciente e ter-se exposto a um enorme transtorno, a tomar medidas apressadas para recuperar a receita. Esse curioso ato sintomático merece ser esclarecido por uma descrição mais exata de cada caso e por uma análise.

“Primeiro caso: Ao tratar de uma pobre mulher já no limiar da senectude, o médico receitou, contra uma constipação espasmódica, uma dose dez vezes mais forte de supositórios de beladona. Ele deixou o ambulatório e, já em casa, cerca de uma hora depois, enquanto lia o jornal e tomava o café da manhã, seu erro de repente lhe ocorreu; dominado pela angústia, ele correu primeiro ao ambulatório para conseguir o endereço da paciente, e de lá foi às pressas para a casa dela, que ficava muito afastada. Ficou radiante ao constatar que a velhinha ainda não mandara aviar a receita e voltou aliviado para casa. A desculpa que deu a si mesmo nessa ocasião, não sem justificativa, foi que o chefe do ambulatório, muito conversador, ficara olhando por sobre seu ombro enquanto ele escrevia a receita e o havia distraído.

“Segundo caso: O médico teve de se afastar a contragosto da consulta a uma bela paciente, coquete e provocadora, para fazer uma visita médica a uma velha solteirona. Tomou um táxi, pois não dispunha de muito tempo para essa visita; é que, em certo horário, tinha combinado encontrar-se em segredo com uma jovem a quem amava, perto da casa dela. Também aqui havia uma indicação de beladona por causa de queixas análogas às do primeiro caso. Mais uma vez, ele cometeu o erro de receitar uma dose dez vezes mais forte do medicamento. A paciente trouxe à baila um assunto de certo interesse, mas que não vinha ao caso, e o médico mostrou impaciência, embora a negasse com suas palavras, e deixou a paciente, conseguindo comparecer a tempo ao encontro marcado. Uma doze horas depois, por volta das sete da manhã, o médico acordou; quase simultaneamente, vieram-lhe à consciência seu lapso de escrita e um sentimento de angústia, e ele enviou às pressas um recado à paciente, na esperança que o remédio ainda não tivesse sido retirado da farmácia, pedindo que a receita lhe fosse devolvida para que pudesse revê-la. Ao recebê-la, porém, constatou que o medicamento já fora aviado; com resignação estoica e com o otimismo nascido da experiência, dirigiu-se à farmácia, onde o farmacêutico o tranqüilizou, explicando que, naturalmente (ou, quem sabe, também por engano?), preparara o medicamento numa dose menor.

“Terceiro caso: O médico queria receitar uma mistura de *Tinct. belladonnae* e *Tinct. opii*, em dose inofensiva, para sua tia idosa, irmã de sua mãe. A receita foi imediatamente levada à farmácia pela empregada. Pouquíssimo tempo depois, ocorreu ao médico que ele escrevera ‘extrato’ em vez de ‘tintura’, e logo em seguida o farmacêutico telefonou para interpelá-lo sobre esse erro. O médico desculpou-se com o falso pretexto

de que não havia terminado a receita, que fora retirada às pressas de sua mesa, inesperadamente, e portanto a culpa não era dele.

“Esses três erros de escrita têm em comum os seguintes pontos destacados: até agora, isso só aconteceu ao médico com esse exato medicamento; em todas as vezes, tratou-se de uma paciente feminina muito idosa, e todas as vezes a dose foi *forte demais*. Uma curta análise evidenciou que a relação do médico com sua mãe deve ter tido importância decisiva. De fato, ocorreu-lhe que, em certa ocasião — e é extremamente provável que tenha sido antes desses atos sintomáticos —, ele prescrevera essa mesma receita para sua mãe, que era também uma mulher idosa, receitando uma dose de 0,03, embora estivesse mais familiarizado com a dose usual de 0,02; e isso, segundo disse a si mesmo, para ajudá-la de maneira radical. A reação da frágil mãe ao medicamento foi uma congestão cefálica e uma secura desagradável na garganta. Ela se queixou disso, aludindo num meio-gracejo aos riscos que podem advir da consulta com um filho. De fato, houve outras ocasiões em que sua mãe, que aliás era filha de médico, fez objeções parecidas, em tom meio jocoso, aos medicamentos ocasionalmente recomendados pelo filho médico, e falou em envenenamento.

“Tanto quanto este autor pôde entender as relações desse filho com sua mãe, não há dúvida de que ele é um filho instintivamente amoroso, mas sua avaliação intelectual da mãe e seu respeito pessoal por ela não são nada exagerados. Ele mora na mesma casa com um irmão um ano mais moço e com a mãe, e há anos sente essa convivência como um entrave a sua liberdade erótica, mas sabemos pela experiência psicanalítica que se costuma abusar de tais argumentos como desculpa para um comprometimento [incestuoso] interno. O médico aceitou essa análise, ficando razoavelmente satisfeito com a explicação, e sugeriu, sorrindo, que a palavra ‘*belladonna*’ (i.e. mulher bonita) também poderia conter uma referência erótica. Ocasionalmente, ele próprio já havia utilizado esse remédio.”

A meu ver, os atos falhos graves como esse se dão exatamente da mesma maneira que os de cunho inofensivo que costumamos investigar.

(11) O próximo lapso de escrita, relatado por Sándor Ferenczi, há de ser considerado particularmente inocente. Pode-se interpretá-lo como um ato de condensação proveniente da impaciência (veja-se o lapso da fala “Der Apfe”, em [1]); e tal concepção poderia ser mantida se uma análise aprofundada da ocorrência não revelasse um fator perturbador mais poderoso:

“‘Isso condiz com a *Anektode*’, escrevi certa vez em meu caderno de anotações. Naturalmente, queria dizer ‘*Anekdote* [anedota]’, e era a do cigano condenado à morte [*Tode*], que pediu a graça de poder escolher pessoalmente a árvore em que seria enforcado. (Embora procurasse com afinco, não conseguiu encontrar nenhuma árvore adequada.)”

(12) Por outro lado, existem ocasiões em que o mais insignificante lapso de escrita pode expressar um perigoso sentido secreto. Conta um correspondente anônimo:

“Terminei uma carta com estas palavras: ‘Herzlichste Grüße an Ihre Frau Gemahlin und *ihren* Sohn.’ Quando ia colocando a folha no envelope, reparei no erro cometido na primeira letra de ‘ihren’ e o corrigi. Ao voltar para casa depois de minha última visita a esse casal, a dama que me acompanhava observou que o filho tinha uma semelhança notável com um amigo da família, e seguramente seria filho dele.”



(13) Uma dama enviou à irmã algumas linhas com votos de felicidades por sua mudança para uma casa nova e espaçosa. Uma amiga que estava presente reparou que a autora da carta pusera nesta o endereço errado, que nem sequer correspondia ao da casa que a irmã tinha acabado de deixar, mas à primeira casa que ela tivera logo depois de casar e de onde se mudara há muito tempo. A amiga chamou-lhe a atenção para o lapso. “Você tem razão”, teve ela de confessar: “mas como foi que cheguei a isso? Por que agi assim?” “É provável”, disse a amiga, “que você esteja com inveja da casa grande e bonita que ela terá agora, enquanto você mesma se sente num espaço apertado, e por isso a recolocou na primeira casa, onde ela não estava melhor do que você.” “Certamente sinto inveja da nova casa dela”, confessou a outra com franqueza, e acrescentou: “Que pena a gente ser sempre tão mesquinha nessas coisas!”

(14) Ernest Jones [1911b, 499] relata o seguinte lapso de escrita que lhe foi fornecido por A.A. Brill:

“Um paciente enviou ao Dr. Brill um texto em que se empenhava em atribuir seu nervosismo a suas preocupações e inquietações com seus negócios durante uma crise do algodão: ‘Todos os meus problemas se devem a essa maldita onda de frio [*frigid wave*]; não existem nem mesmo sementes.’ (Por ‘*wave*’, naturalmente, ele pretendia referir-se a uma onda, uma tendência do mercado financeiro.) Na realidade, porém, o que escreveu não foi ‘onda’, mas sim ‘mulher’ [*frigid wife*]. No fundo de seu coração ele abrigava ressentimentos contra a mulher por sua frieza conjugal e por não lhe ter dado filhos, e não estava longe de reconhecer que sua vida de abstinência forçada desempenhava um grande papel na causação de seus sofrimentos.”

(15) Conta o Dr. R. Wagner (1911) a seu próprio respeito:

“Ao reler um velho caderno de apontamentos, percebi que, na pressa de fazer as anotações, eu cometera um pequeno lapso. Em vez de ‘*Epithel* [epitélio]’, havia escrito ‘*Edithel*’. Acentuando a primeira sílaba, tem-se o diminutivo de um nome de mulher. A análise retrospectiva é bastante simples. Na época em que cometi o lapso, meu conhecimento da portadora desse nome era muito superficial, e só bem mais tarde é que se transformou num relacionamento íntimo. O lapso de escrita é, portanto, um belo exemplo de irrupção da atração inconsciente que senti por ela numa época em que eu mesmo não tinha a menor idéia disso, e a forma escolhida do diminutivo caracterizou, ao mesmo tempo, a natureza dos sentimentos concomitantes.”

(16) Da Dra. von Hug-Hellmuth (1912):

“Um médico receitou a uma paciente ‘*Leviticowasser* [água levítica]’, em vez de “*Levicowasser*’. Esse erro, que deu a um farmacêutico uma bela oportunidade para tecer comentários desfavoráveis, pode facilmente ser encarado de maneira mais benévola quando se buscam suas possíveis motivações do inconsciente, e quando se está disposto a conceder-lhes certa plausibilidade — ainda que sejam apenas conjecturas subjetivas de alguém que não conhece o médico de perto. A despeito de recriminar seus pacientes numa linguagem um tanto dura por seus hábitos alimentares pouco racionais — de fazer-lhes sermões [*die Leviten Lesen*], por assim dizer —, esse médico gozava de grande popularidade, de modo que sua sala de espera ficava lotada antes e durante os horários de consulta; e isso justificava seu desejo de que os pacientes já atendidos se vestissem o mais depressa possível — ‘*vite, vite*’ [‘rápido, rápido’, em francês]. Se bem me lembro, sua mulher era francesa de nascimento, o que confere certo apoio a minha hipótese aparentemente muito ousada de que ele usasse justamente o francês em seu desejo de que os pacientes tivessem maior agilidade. Aliás, é hábito de muitas pessoas recorrerem a palavras estrangeiras para expressar esses desejos: meu próprio pai nos apressava em nossos passeios, quando crianças, exclamando ‘*avanti gioventù*’ [‘avante, juventude’, em italiano]



ou ‘*marchez au pas*’ [‘em frente, marche’, em francês]; já um médico muito idoso com quem estive em tratamento por uma afecção da garganta quando menina, costumava tentar inibir meus movimentos, que lhe pareciam rápidos demais, murmurando um tranquilizante ‘*piano, piano*’ [‘devagar, devagar’, em italiano]. Assim, parece-me muito plausível que também o outro médico tivesse o mesmo hábito e assim cometesse o lapso de escrita, usando ‘*Leviticowasser*’ em vez de ‘*Levicowasser*’.”

O mesmo texto contém outros exemplos extraídos de lembranças da juventude da autora (“*frazösisch*” em vez de “*französisch*” e um lapso na redação do nome “Karl”).

(17) Sou grato ao Sr. J.G., que também contribuiu com um exemplo já mencionado, pelo seguinte relato de um lapso de escrita cujo conteúdo éidêntico ao de um famoso chiste de mau gosto, mas do qual estava definitivamente excluída qualquer intenção de fazer piada:

“Quando era paciente de um sanatório (de doenças pulmonares), fiquei sabendo, para meu pesar, que a mesma doença que me forcara a buscar tratamento numa casa de saúde fora constatada num parente próximo. Numa carta a esse parente, recomendei-lhe que consultasse um especialista, um professor famoso com quem eu mesmo estava em tratamento e de cuja autoridade médica estava plenamente convencido, ao mesmo tempo que tinha todas as razões para me queixar de sua falta de cortesia: pouco tempo antes, o referido professor se recusara a lavrar-me um atestado que tinha grande importância para mim. Em sua resposta a minha carta, meu parente chamou-me a atenção para um lapso da pena que me divertiu muitíssimo, posto que reconheci sua causa de imediato. Em minha carta eu usara a seguinte frase: ‘... assim, eu o aconselho *insultar* sem demora o Professor X.’ É claro que pretendia escrever ‘*consultar*’. Talvez eu deva assinalar que meus conhecimentos de latim e francês excluem a possibilidade de explicar isso como um erro devido à ignorância.”

(18) As omissões na redação, naturalmente, podem ser avaliadas da mesma maneira que os lapsos de escrita. Dattner (1911) relatou um curioso exemplo de “ato falho histórico”. Num dos artigos do acordo ajustado entre a Áustria e a Hungria no ano de 1867 sobre as obrigações financeiras de ambos os Estados, a palavra “efetivo” foi omitida da tradução húngara, e Dattner considera provável que a tendência inconsciente dos redatores do legislativo húngaro a concederem o mínimo possível de vantagens à Áustria tenha contribuído para essa omissão.

Temos também todos os motivos para supor [1] que as repetições muito freqüentes de uma mesma palavra ao escrever ou copiar — as “perseverações” — não deixam de ter sentido. Se a pessoa que escreve repete uma palavra que já escreveu, talvez queira assinalar com isso que não lhe foi fácil livrar-se dela, que poderia ter dito algo mais nesse ponto, mas que o omitiu, ou coisa semelhante. A perseveração ao copiar parece substituir a exteriorização de um “eu também”. Tive em mãos extensos pareceres médico-legais que exibiam perseverações do copista em trechos particularmente importantes, as quais se poderiam interpretar como se ele, entediado com seu papel impessoal, introduzisse seu próprio comentário: “É exatamente o meu caso”, ou “o mesmo acontece conosco”.

(19) Além disso, nada nos impede de tratar os erros de impressão como “lapsos de escrita” do tipógrafo e de considerá-los [psicologicamente] motivados em sua grande maioria. Não me empenhei em fazer uma coleção sistemática desses atos falhos, que poderia ser muito divertida e instrutiva. Na obra a que já me referi diversas vezes, Jones [1911b, 503-4] dedicou uma seção especial aos erros de impressão.

Às vezes, também as distorções [1] no texto de telegramas podem ser entendidas como erros de redação do telegrafista. Nas férias de verão recebi de meus editores um telegrama cujo texto era ininteligível. Dizia: “Vorräte erhalten, Einladung X. dringend.” [“Mantimentos recebidos, convite X urgente.”] A solução do enigma partiu do nome X. mencionado no telegrama. X. era o nome do autor de um livro para o qual eu devia escrever uma “*Einleitung* [introdução]”. Essa “*Einleitung*” é que se transformara em “*Einladung* [convite]”. Pude então lembrar-me de que, dias antes, eu enviara a meus editores um prefácio [ *Vorrede* ] para outro livro, cujo recebimento era assim confirmado. O texto correto provavelmente seria: “Vorrede erhalten, Einleitung X. dringend.” [Prefácio recebido, introdução X. urgente.] Podemos supor que tenha sido vítima de uma elaboração pelo complexo de fome do telegrafista, na qual, aliás, as duas metades da frase ficaram numa concatenação mais estreita do que tencionara o remetente. A propósito, esse é um belo exemplo da “elaboração secundária” cuja ação podemos reconhecer na maioria dos sonhos.

A possibilidade de “erros de impressão tendenciosos” foi discutida por Herbert Silberer (1922).

(20) Ocasionalmente, outros autores apontaram erros de impressão cuja tendenciosidade não é fácil de contestar, como, por exemplo, o artigo de Storfer “O Demônio Político dos Erros de Impressão” (1914) e sua pequena nota (1915) que aqui reproduzo:

“Um erro de impressão político se encontra no número de *März* de 25 de abril deste ano. Uma carta vinda de Argirocastro reproduzia alguns comentários feitos por Zographos, o líder dos epirotas insurretos na Albânia (ou, caso se prefira, o presidente do Governo Independente do Epiro). Ela incluía a seguinte frase: ‘Creiam-me: um Epiro autônomo seria do mais profundo interesse para o Príncipe Wied. Nele, ele poderia apelar-se [“*sich stürzen*”, erro de impressão em lugar de “*sich stützen*”, “apoiar-se”]. Mesmo sem esse erro de impressão fatal, o príncipe da Albânia sem dúvida está bem ciente de que a aceitação do apoio [“*Stütze*”] oferecido pelos epirotas significaria sua queda [“*Sturz*”].”

(21) Eu mesmo li recentemente, num de nossos jornais de Viena, um artigo cujo título — “A Bukovina sob Domínio *Romeno*” — deveria no mínimo ser chamado de prematuro, já que, na época, a Romênia ainda não se declarara inimiga. Pelo conteúdo do artigo, ficou bem claro que a palavra deveria ter sido “russo”, e não “romeno”, mas o próprio censor parece ter achado a frase tão pouco surpreendente que até a ele passou despercebido o erro de impressão.

É difícil evitar a suspeita de um erro de imprensa “político” ao se deparar com o seguinte erro “ortográfico” numa circular da célebre companhia editora (antes editora imperial e real) de Karl Prochaska, em Teschen:

“Por decisão das potências da *Entente*, que fixa a fronteira no Rio Olsa, não só a Silésia, mas também Teschen, foram divididas em duas partes, das quais uma *zuviel* à Polônia e outra à Tchecoslováquia.”

Certa vez, Theodor Fontane foi obrigado a se defender, de maneira divertida, de um erro de impressão demasiadamente carregado de sentido. Em 29 de março de 1860, escreveu a seu editor, Julius Springer:

“Prezado Senhor.

“Parece que estou destinado a não ver a realização de meus modestos desejos. Uma olhadela nas provas que estou anexando lhe esclarecerá o que quero dizer. Além disso, enviaram-me um *único* jogo de provas, apesar de eu precisar de dois, pelas razões já fornecidas antes. E meu pedido de que a primeira via me fosse devolvida para nova revisão — *com especial cuidado pelas palavras e frases em inglês* — não foi

atendido. Isso me é muito importante. Por exemplo, na página 27 das provas atuais, uma cena entre John Knox e a Rainha contém as palavras: 'worauf Maria aasrief.' Diante de um erro tão fulminante, seria um alívio saber que ele realmente foi eliminado. O lamentável 'aas' em vez de 'aus' torna-se ainda pior por não haver dúvida de que ela (a rainha) há de tê-lo chamado assim em seu íntimo.

“Atenciosamente, Theodor Fontane.”

Wundt (1900, 374) dá uma explicação [1] digna de nota para o fato, facilmente confirmável de que é mais fácil cometer lapsos de escrita do que lapsos da fala. “No curso da fala normal, a função inibidora da vontade está continuamente voltada para harmonizar o curso das representações com os movimentos articulatórios. Se o movimento expressivo que acompanha as representações é retardado por causas mecânicas, como acontece ao escrever (...), torna-se particularmente fácil o surgimento de tais antecipações”.

A observação das condições em que ocorrem os lapsos de leitura dá margem a uma dúvida que não quero deixar de mencionar, porque, no meu entender, ela pode tornar-se o ponto de partida de uma investigação frutífera. É do conhecimento de todos que, freqüentemente, ao *ler em voz alta*, a atenção do leitor se afasta do texto e se volta para seus próprios pensamentos. Em decorrência desse desvio de sua atenção, ele é quase sempre incapaz, se interrompido e interrogado, de dizer o que leu. Portanto, estava lendo como que automaticamente, embora quase sempre de maneira correta. Não creio que, nessas condições, os lapsos de leitura se multipliquem acentuadamente. De fato, há toda uma série de funções que, segundo estamos acostumados a supor, são desempenhadas com maior exatidão quando executadas automaticamente — isto é, quase sem nenhuma atenção consciente. Daí parece decorrer que o fator da atenção dos lapsos da fala, da leitura e da escrita dever ser determinado de maneira diferente daquela descrita por Wundt (ausência ou redução da atenção). Os exemplos que submetemos à análise realmente não nos autorizam a supor que tenha havido uma redução quantitativa da atenção; encontramos algo que talvez não seja exatamente a mesma coisa: uma *perturbação* da atenção por um pensamento que se impõe e demanda consideração.

Entre os “lapsos da escrita” e o “esquecimento” [1] podemos inserir o caso da pessoa que esquece de apor sua assinatura. Um cheque não assinado é o mesmo que um cheque esquecido. No tocante ao sentido de tal esquecimento, citarei um trecho de romance que chamou a atenção do Dr. Hanns Sachs:

“Um exemplo muito instrutivo e transparente da segurança com que os escritores sabem empregar o mecanismo dos atos falhos e dos atos sintomáticos no sentido psicanalítico está contido no romance *The Island Pharisees*, de John Galsworthy. A trama gira em torno das oscilações de um rapaz da classe média abastada entre sua profunda sensibilidade social e as atitudes convencionais de sua classe. O capítulo XXVI retrata a maneira com que ele reage à carta de um jovem vagabundo a quem, movido por sua concepção original da vida, ele havia socorrido em algumas ocasiões. A carta não contém nenhum pedido direto de dinheiro, mas sim a descrição de um estado de grande necessidade que não pode ter outro sentido. O destinatário inicialmente rejeita a idéia de jogar seu dinheiro fora num caso incorrigível, em vez de utilizá-lo para apoiar obras de caridade. ‘Estender a mão, dar um pouco de si mesmo, fazer um gesto de camaradagem ao próximo, independentemente de qualquer reivindicação, apenas por ele estar mal de vida, ora, que absurdo sentimental! Há que traçar um limite em algum lugar! Mas, enquanto murmurava para si mesmo essas conclusões, ouviu o protesto de sua sinceridade: ‘Tratante! Você só quer é conservar seu dinheiro, isso é tudo!’

“Escreveu então uma carta amistosa que terminava com estas palavras: ‘Estou anexando um cheque. Cordialmente, Richard Shelton.’

“‘Antes que preenchesse o cheque, uma mariposa voando ao redor da vela distraiu sua atenção; ele a capturou, libertou-a do lado de fora e, nesse meio tempo, esqueceu que o cheque não fora incluído na carta.’ E ela foi despachada exatamente como estava.

“Entretanto, esse esquecimento tem uma motivação ainda mais sutil do que a irrupção da tendência egoísta aparentemente superada de poupar-se aquela despesa.

“Na quinta de seus futuros sogros, rodeado por sua noiva e mais os familiares e convidados dela, Shelton sente-se isolado; seu ato falho indica que ele anseia por seu protegido, que, por seu passado e sua concepção de vida, contrasta diametralmente com o grupo irrepreensível que o cerca, uniformemente estampado com o selo de uma única e mesma convenção. E, de fato, dias depois, já não podendo manter-se onde estava sem receber ajuda, chega o vagabundo para pedir esclarecimentos sobre as razões da ausência do cheque prometido.”

## CAPÍTULO VII - O ESQUECIMENTO DE IMPRESSÕES E INTENÇÕES

Se alguém se sentir propenso a superestimar o estado de nosso atual conhecimento da vida anímica, recordar-lhe a função da memória será o bastante para forçá-lo a ser mais modesto. Até agora, nenhuma teoria psicológica conseguiu dar uma explicação coerente do fenômeno fundamental da lembrança e do esquecimento; de fato, uma dissecação completa do que realmente se pode observar mal chegou a ser iniciada. Hoje em dia, talvez o esquecimento se tenha tornado mais enigmático do que a lembrança, uma vez que o estudo dos sonhos e dos fenômenos patológicos nos ensinou que até mesmo algo que supúnhamos esquecido há muito tempo pode reassomar repentinamente na consciência. [1]

Já dispomos, é verdade, de alguns pontos de vista para os quais esperamos obter aceitação geral. Supomos que o esquecimento é um processo espontâneo ao qual se pode atribuir o requisito de um certo decurso de tempo. Enfatizamos que no esquecimento se produz uma certa seleção entre as impressões que nos são oferecidas, o mesmo acontecendo entre os detalhes da cada impressão ou experiência. Conhecemos algumas das condições para a preservação na memória e para a renovação daquilo que, de outro modo, seria esquecido. Não obstante, em inúmeras ocasiões da vida cotidiana podemos observar quão incompleto e insatisfatório é nosso conhecimento dessas condições. Basta ouvir duas pessoas que tenham recebido as mesmas impressões externas — que tenham feito uma viagem juntas, por exemplo [em [1]] — trocando lembranças algum tempo depois. O que permanece firme na memória de uma delas freqüentemente foi esquecido pela outra, como se nunca tivesse acontecido; e isso acontece mesmo quando não há razão para supor que a impressão tenha sido psiquicamente mais significativa para uma do que para a outra. É óbvio que um grande número dos fatores que determinam a escolha daquilo que será lembrado ainda escapa a nosso entendimento.

Com o propósito de fazer uma pequena contribuição a nosso conhecimento dos determinantes do esquecimento, costumo submeter à análise psicológica os casos em que eu mesmo esqueço alguma coisa. Em regra geral, ocupo-me apenas de certo grupo desses casos, ou seja, aqueles em que o esquecimento me surpreende, já que, segundo minha expectativa, eu deveria saber a coisa em questão. Acrescento ainda que, em geral, não tenho tendência ao esquecimento (das coisas vivenciadas não das aprendidas!) e que, por um breve período de minha juventude, não me era impossível realizar algumas proezas mnêmicas extraordinárias. Em meus tempos de estudante, era natural para mim poder recitar de cor a página do livro que estivera lendo, e, pouco antes de entrar na universidade, eu conseguia anotar quase ao pé da letra, logo depois de ouvi-las, as conferências populares de conteúdo científico. No período de tensão que precedeu meu exame final de medicina, ainda devo ter utilizado o que me restava dessa capacidade, pois em alguns assuntos dei aos examinadores respostas quase automáticas que correspondiam fielmente às palavras do texto didático que eu folheara apenas uma vez, e com muita pressa.

Desde então, meu poder de dispor de meu patrimônio mnêmico foi-se deteriorando cada vez mais; contudo, até épocas muito recentes, tenho-me convencido de que, com a ajuda de um artifício, sou capaz de recordar muito mais do que eu mesmo consideraria possível. Quando, por exemplo, um paciente em meu horário de consultas declara que já o vi antes, ao passo que não consigo me lembrar nem do fato nem da época, recorro à adivinhação: deixo que me ocorra um número de anos e conto do presente para trás. Nos casos em que os registros ou alguma informação exata do paciente permitem um controle do que me ocorreu, fica demonstrado que raramente erro em mais de seis meses a cada dez anos. Uma experiência semelhante sucede quando encontro um conhecido distante e, por uma questão de cortesia, pergunto como vão indo seus filhinhos. Se ele descreve os progressos dos filhos, procuro deixar que me ocorra a idade atual da criança, verifico-a através das informações do pai e, no máximo, erro por um mês, ou, no caso de crianças mais velhas, por três meses, embora não saiba dizer em que foi que baseei essa estimativa. Ultimamente, tornei-me tão usado que sempre forneço minha estimativa espontaneamente, sem risco de melindrar o pai ao expor minha ignorância sobre sua prole. Dessa maneira, amplio minha memória consciente invocando minha memória inconsciente, que é sempre muito mais rica.

Assim, citarei alguns exemplos *destacados* de esquecimento, a maioria observada em mim mesmo. Faço uma distinção entre o esquecimento de impressões e experiências, ou seja, de um saber, e o esquecimento de intenções, ou seja, da omissão de um fazer. Posso antecipar o resultado uniforme de toda a série de observações: *na totalidade dos casos, o esquecimento mostrou basear-se num motivo de desprazer.*

#### (A) O ESQUECIMENTO DE IMPRESSÕES E CONHECIMENTOS

(1) Certo verão, minha mulher me deu um motivo, em si mesmo inocente, para ficar muito aborrecido. Estávamos sentados à *table d'hôte*, em frente a um senhor de Viena que eu conhecia e que, sem dúvida, também se lembrava de mim. Entretanto, eu tinha minhas razões para não renovar esse conhecimento. Minha mulher, que só ouvira o ilustre nome desse senhor, deixou transparecer com demasiada clareza que estava escutando a conversa dele com seu vizinho, pois, de tempos em tempos, voltava-se para mim com perguntas que retomavam o fio da conversa deles. Fui ficando impaciente e, por fim, irritado. Algumas semanas depois, eu me queixava com uma parenta sobre esse comportamento de minha mulher, mas não consegui recordar uma única palavra da conversa daquele senhor. Como sou normalmente bastante rancoroso e não consigo esquecer um só detalhe dos incidentes que me aborrecem, minha amnésia nesse caso foi provavelmente motivada pela consideração por minha esposa. Faz pouco tempo tornou a me ocorrer algo semelhante. Eu queria me divertir com um amigo íntimo a propósito de um comentário feito por minha mulher poucas horas antes, mas fui impedido de fazê-lo pela notável circunstância de ter esquecido por completo o comentário em questão. Tive de pedir a minha mulher que o relembresse. É fácil entender esse meu esquecimento como análogo à típica perturbação do julgamento a que estamos sujeitos quando se trata de nossos parentes mais próximos.

(2) Eu me havia comprometido a adquirir, para uma dama estrangeira em visita a Viena, um pequeno cofre portátil para guardar seus documentos e dinheiro. Quando me dispus a isso, tinha presente uma imagem visual incomumente vívida da vitrine de uma loja no centro da cidade onde tinha certeza de ter visto esses cofres. É verdade que não conseguia lembrar-me do nome da rua, mas estava certo de que encontraria a loja

se andasse pelo centro da cidade, pois minha memória me dizia que eu passara por ela inúmeras vezes. Para minha irritação, porém, não consegui encontrar a vitrine com os cofrinhos, embora percorresse o centro da cidade em todas as direções. Não me restava outro recurso, pensei eu, senão consultar num catálogo os endereços de fabricantes de cofres, para então identificar, numa segunda caminhada pela cidade, a vitrine buscada. Mas não foi preciso tanto; entre os endereços indicados no catálogo havia um que reconheci imediatamente como o esquecido. Era verdade que eu havia passado inúmeras vezes por essa vitrine — a saber, todas as vezes em que visitara a família M., que há muitos anos reside no mesmo prédio. Desde que nossa estreita amizade cedeu lugar a um distanciamento total, habituei-me, sem me dar conta das razões disso, a evitar também aquela área e o prédio. Em meu passeio pela cidade à procura da vitrine com os cofres, eu havia passado por todas as ruas das cercanias, menos aquela, evitada como se sobre ela pesasse uma proibição. É patente o motivo de desprazer responsável por minha desorientação nesse caso. O mecanismo do esquecimento, porém, não é tão simples aqui como no exemplo anterior. Minha aversão naturalmente não se voltava contra o fabricante de cofres, mas contra outra pessoa em quem eu não queria pensar, e desta última se transferiu para a ocasião em que produziu o esquecimento. O caso de “Burckhard” [em [1]] foi muito semelhante; meu rancor contra uma pessoa com esse nome provocou um lapso na escrita dele quando se referia a outra pessoa. O papel ali desempenhado pela identidade de sobrenomes, estabelecendo uma ligação entre dois círculos de pensamentos essencialmente diferentes, pôde ser substituído, no exemplo da vitrine, pela contigüidade espacial, pela proximidade inseparável. Aliás, este último caso estava mais firmemente encadeado; nele havia ainda uma segunda associação de conteúdo, pois o dinheiro tinha desempenhado um papel entre as razões de meu distanciamento da família residente no prédio.

(3)Fui solicitado pela firma B. & R. a fazer uma visita médica a um de seus empregados. A caminho dessa residência, fui tomado pela idéia de que já devia ter estado diversas vezes no prédio em que se localizava essa firma. Era como se eu houvesse notado o letreiro da empresa num andar inferior enquanto fazia uma visita profissional num andar acima. Entretanto, não consegui lembrar-me nem do edifício, nem de quem teria visitado. Embora o assunto todo não tivesse importância nem sentido, continuei a me ocupar dele e finalmente descobri, pelo rodeio habitual, ou seja, reunindo os pensamentos que me ocorreram a esse respeito, que os escritórios da firma B. & R. ficavam um andar abaixo da Pensão *Fischer*, onde eu muitas vezes visitara pacientes. Ao mesmo tempo, lembrei-me também do prédio que abrigava o escritório e a pensão. Ainda me era enigmático o motivo que estivera em jogo nesse esquecimento. Não descobri nada ofensivo à memória na própria firma, ou na Pensão Fischer, ou nos pacientes que ali moravam. Conjeturei então que não poderia tratar-se de nada muito penoso, caso contrário eu dificilmente teria conseguido recuperar por via indireta o que havia esquecido, sem recorrer à ajuda externa, como fizera no exemplo anterior. Por fim, ocorreu-me que pouco antes, quando estava a caminho da casa desse novo paciente, um senhor que tive dificuldade em reconhecer me havia cumprimentado na rua. Meses antes, eu examinara esse homem num estado aparentemente grave e o sentenciara com um diagnóstico de paralisia progressiva; mais tarde, porém, ouvi dizer que ele se havia restabelecido, de modo que meu julgamento devia estar errado. A menos que tivesse havido uma das remissões também encontradas na *dementia paralytica*, de modo que meu diagnóstico continuaria a ser justificado! A influência que me fez esquecer a localização do escritório da B. & R. proveio de meu encontro



com esse homem, e meu interesse em encontrar a solução para o que fora esquecido transferiu-se para isso partindo desse caso de diagnóstico duvidoso. Mas o elo associativo, não obstante a ínfima ligação interna — o homem que se restabeleceu contrariando as expectativas também era funcionário de uma grande empresa que costumava encaminhar-me pacientes —, foi fornecido pela identidade entre os sobrenomes. O médico junto com quem eu examinara o suposto caso de paralisia também se chamava *Fischer*, tal como a pensão afetada pelo esquecimento, que ficava naquele prédio.

(4) *Extraviar* uma coisa realmente não passa de esquecer onde ela foi colocada. Como a maioria das pessoas que escrevem e lidam com livros, conheço bem minha escrivãzinha e sei apanhar de uma só vez aquilo que busco. O que a outros parece desordem é, para mim, uma ordem historicamente criada. Por que, então, extraviei recentemente um catálogo de livros que me fora remetido, a ponto de ser-me impossível reencontrá-lo? De fato, eu tinha intenção de encomendar um livro nele anunciado, *Über die Sprache* [Sobre a Linguagem], pois era de um autor cujo estilo espirituoso e movimentado me agrada, e cujos conhecimentos de psicologia e de história da cultura aprendi a valorizar. Acho que foi exatamente por isso que extraviei o catálogo. É que costumo emprestar livros desse autor a meus conhecidos para que se instruam, e dias antes um deles me devolvera um exemplar, dizendo: “O estilo me lembra muito o seu, e também a maneira de pensar é a mesma.” Essa pessoa não sabia no que tocava em mim ao fazer essa observação. Anos atrás, quando eu ainda era jovem e mais necessitado de me associar a outrem, um colega mais velho, diante de quem eu elogiara os escritores de um famoso autor médico, dissera quase a mesma coisa: “É exatamente como seu estilo e seu gênero.” Influenciado por essa observação, escrevi uma carta a esse autor tentando estreitar as relações com ele, mas uma resposta fria me colocou no meu lugar. É possível que outras experiências desanimadoras anteriores também se ocultem por trás dessa, pois jamais encontrei o catálogo extraviado, e esse presságio realmente fez com que eu me abstinêsse de encomendar o livro anunciado, embora o desaparecimento do catálogo não constituísse um verdadeiro empecilho, já que eu guardara na memória tanto o nome do livro quanto o do autor.

(5) Outro caso de extravio merece nosso interesse por causa das condições em que se reencontrou o objeto extraviado. Um homem mais jovem contou-me o seguinte: “Há alguns anos, havia desentendimentos em meu casamento; eu considerava minha mulher fria demais e, apesar de reconhecer de bom grado suas excelentes qualidades, vivíamos juntos sem nenhuma ternura. Um dia, voltando de um passeio, ela me deu um livro que havia comprado por achar que me interessaria. Agradei-lhe esse sinal de “atenção”, prometi ler o livro, coloquei-o de lado e nunca mais voltei a encontrá-lo. Passaram-se meses em que, de vez em quando, eu me lembrava do livro desaparecido e em vão tentava reencontrá-lo. Cerca de seis meses depois, adoeceu minha querida mãe, que não morava conosco. Minha mulher saiu de casa para cuidar da sogra. O estado da paciente se agravou e deu a minha mulher uma oportunidade de mostrar seu lado mais positivo. Umanoite, voltei para casa cheio de entusiasmo e gratidão pelo trabalho realizado por minha mulher. Fui até minha escrivãzinha e, sem qualquer intenção definida, mas com uma espécie de certeza sonambúlica, abri uma das gavetas, onde, bem em cima de tudo, encontrei o livro há tanto tempo desaparecido, o livro extraviado.” [1]

(6) Um caso de extravio que compartilhava da última característica do exemplo acima — ou seja, a espantosa segurança do reencontro do objeto tão logo se extingue o motivo do extravio — é narrado por Stärcke (1916):

“Uma moça havia estragado um pedaço de tecido ao cortá-lo para fazer um colarinho; por isso, a costureira teve que ser chamada para tentar recompô-lo. Quando ela chegou, a moça quis pegar o colarinho mal cortado e foi até a gaveta onde pensava tê-lo posto, mas não conseguiu encontrá-lo. Virou o conteúdo de cabeça para baixo, mas não o achou. Já exasperada, sentou-se e perguntou a si mesma por que ele desaparecera de repente, e se não haveria algum motivo pelo qual ela não *queria* encontrá-lo. Chegou à conclusão de que, naturalmente, sentia-se envergonhada diante da costureira por ter estragado uma coisa tão simples como um colarinho. Depois dessa reflexão, ela se levantou, foi até outro armário e dali retirou, na mesma hora, o colarinho mal cortado.”

(7) O próximo exemplo de “extravio” é de um tipo que se tornou familiar a qualquer psicanalista. Posso acrescentar que o próprio paciente responsável pelo lapso descobriu a solução:

“Ao se despir à noite, um paciente cujo tratamento psicanalítico foi interrompido pelas férias de verão, num período em que ele se achava num estado de resistência e mal-estar, colocou seu molho de chaves, ao que lhe pareceu, no lugar habitual. Lembrou-se então de que havia mais algumas coisas de que precisava para sua viagem no dia seguinte — último dia do tratamento e data de pagamento dos honorários —, e foi buscá-las na escrivaninha, onde também pusera o dinheiro. Mas as chaves haviam desaparecido. Ele começou a empreender em sua pequenina casa uma busca sistemática, porém com agitação cada vez maior... e nada de êxito. Por reconhecer no ‘extravio’ das chaves um ato sintomático, isto é, algo feitointencionalmente, acordou seu criado para poder prosseguir na busca com o auxílio de uma pessoa ‘imparcial’. Depois de mais uma hora, desistiu, temendo haver perdido as chaves. Na manhã seguinte, encomendou chaves novas do fabricante da escrivaninha, sendo estas feitas para ele a toda pressa. Dois amigos que o haviam acompanhado à casa no mesmo táxi acreditaram lembrar-se de ter ouvido alguma coisa tilintar no chão quando ele desceu do carro. Ele estava convencido de que as chaves haviam caído de seu bolso. Naquela noite, o empregado, triunfante, apresentou-lhe as chaves. Tinham sido encontradas entre um livro grosso e um folheto fino (trabalho de um de meus alunos) que ele queria levar para ler nas férias, e estavam colocadas com tanta habilidade que ninguém suspeitaria que estivessem ali. Depois, foi-lhe impossível recolocá-las de maneira a ficarem igualmente invisíveis. A destreza inconsciente com que se extravia um objeto por motivos ocultos, mas poderosos, faz lembrar muito a ‘certeza sonambúlica’. O motivo, como se poderia esperar, era o mal-estar pela interrupção do tratamento e raiva secreta por ter de pagar honorários elevados quando se sentia tão mal.”

(8) “Um homem”, relata Brill [1912], “foi pressionado por sua mulher a participar de um acontecimento social a que, no fundo, era indiferente. Cedendo aos apelos da esposa, começou a tirar do baú seu traje de gala, mas, de repente, resolveu barbear-se primeiro. Depois de fazê-lo, voltou ao baú, encontrou-o trancado e, apesar de uma longa e intensa busca, não conseguiu encontrar a chave. Sendo domingo à noite, era impossível chamar um chaveiro, de modo que o casal teve que desculpar-se pelo não comparecimento. Quando o baú foi aberto na manhã seguinte, lá dentro se encontrou a chave perdida. Distraído, o marido a deixara cair dentro do baú e depois fechara o cadeado. Ele me garantiu que o fizera sem nenhuma intenção e inconscientemente, mas sabemos que não queria comparecer ao acontecimento social. Portanto, não faltava motivo para o extravio da chave.”

Ernest Jones [1911b, 506] observou em si mesmo que costumava extraviar seu cachimbo sempre que, tendo fumado demais, sentia-se indisposto por causa disso. Depois, o cachimbo aparecia em todos os lugares imagináveis, onde não deveria estar e onde comumente não era guardado.

(9) Um caso ingênuo em que a motivação foi admitida é relatado por Dora Müller (1915):

“Contou-me a Srta. Erna A., dois dias antes do Natal: ‘Imagine só! Ontem à noite, tirei um pedaço de meu bolo de Natal do pacote e comi; ao fazê-lo, pensei em oferecer um pedaço à Srta. S.’ (a dama de companhia de sua mãe) ‘quando viesse dar-me boa noite; não estava com nenhuma disposição para isso, mas resolvi fazê-lo assim mesmo. Quando ela chegou e estendi a mão para pegar o pacote na minha mesinha, ele não estava lá. Então, procurei-o e fui encontrá-lo trancado em meu armário. Eu o enfiara lá dentro sem perceber.’ Foi desnecessário fazer uma análise, pois a própria narradora entendeu a cadeia de acontecimentos. O impulso recém-recalcado de querer guardar o bolo só para si conseguiu impor-se, mesmo assim, numa ação automática, embora, nesse caso, esta fosse novamente anulada pelo ato consciente que se seguiu.”

(10) H. Sachs descreve como certa vez, por um extravio semelhante, furtou-se à obrigação de trabalhar: “No último domingo, à tarde, hesitei por algum tempo entre trabalhar ou fazer um passeio seguido de uma visita, e depois de alguma luta decidi-me pelo primeiro. Cerca de uma hora depois, notei que acabara meu estoque de papel. Sabia que em algum lugar, numa gaveta, havia uma pilha de papel que eu guardava há anos, mas em vão procurei-a em minha escrivaninha e em outros lugares onde achei que poderia encontrá-la, apesar do enorme trabalho que tive esquadriado todos os lugares possíveis: livros velhos, folhetos, maços de correspondência e assim por diante. Por fim, vi-me obrigado a interromper meu trabalho e sair. Quando voltei para casa à noite, sentei-me no sofá e, pensativo e meio distraído, corri os olhos pela estante diante de mim. Uma caixa chamou minha atenção e lembrei que não examinava seu conteúdo há muito tempo. Assim, fui até ela e a abri. Bem em cima havia uma pasta de couro contendo papel em branco. Mas só quando o retirei e estava prestes a colocá-lo na gaveta de escrivaninha foi que me ocorreu que aquele era exatamente o mesmo papel que eu em vão procurara durante a tarde. Aqui devo acrescentar que, embora não costume ser parcimonioso, sou muito cuidadoso com o papel e guardo qualquer pedaço utilizável. Obviamente, foi esse meu hábito, alimentado por uma pulsão, que possibilitou a retificação de meu esquecimento assim que desapareceu seu motivo imediato.

Quando se observam em conjunto os casos de extravio, [1] torna-se realmente difícil acreditar que alguma coisa possa ser extraviada sem que isso seja produto de uma intenção inconsciente.

(11) Um dia, no verão de 1901, observei a um amigo com quem, na época, eu tinha um animado intercâmbio de idéias científicas: “Esses problemas neuróticos só poderão ser resolvidos quando nos basearmos integralmente na hipótese da bissexualidade originária do indivíduo.” Ao que ele respondeu: “Isso foi o que eu lhe disse há dois anos e meio em Br. [Breslau], quando dávamos aquele passeio à tardinha. Só que, na época, você não queria ouvir falar nisso.” É penoso ser assim convidado a renunciar à própria originalidade. Eu não conseguia lembrar-me nem dessa conversa, nem do comunicado de meu amigo. Um de nós dois devia estar enganado e, pelo princípio do *“cui prodest?”*, devia ser eu mesmo. De fato, no decorrer da semana seguinte, lembrei-me de todo o incidente, que fora exatamente como meu amigo tentara fazer-me evocar, e até

da resposta que lhe dei na época: “Ainda não aceitei isso; não estou inclinado a entrar nessa questão.” Desde então, porém, tornei-me um pouco mais tolerante quando, na literatura médica, deparo com uma das poucas idéias que se podem associar com meu nome e vejo que ele não foi citado.

Críticas à própria esposa, uma amizade que se transforma no inverso, um erro no diagnóstico médico, a rejeição de alguém que tem interesses semelhantes, a apropriação de idéias alheias — não há de ser por acaso que uma coleção de exemplos de esquecimento reunida sem seleção prévia exige que se entre em temas tão penosos para ser explicada. Ao contrário, suspeito que qualquer outro que se disponha a investigar os motivos de seus próprios esquecimentos poderá arrolar um mostruário semelhante de contrariedades. A tendência a esquecer o que é desagradável me parece inteiramente universal; a aptidão para isso tem graus diferenciados de desenvolvimento nas diferentes pessoas. É provável que muitos dos *desmentidos* com que deparamos na atividade médica sejam provenientes de *esquecimentos*. É verdade que nossa concepção desse esquecimento reduz a distinção entre as duas formas de comportamento [o desmentido e o esquecimento] a fatores puramente psicológicos e nos permite ver nos dois modos de reação a expressão do mesmo motivo. Dentre todos os numerosos exemplos de renegação [*Verleugnung*] de lembranças desagradáveis que observei em parentes de enfermos, há um que preservo na memória como sendo especialmente singular. Uma mãe, ao dar-me informações sobre a infância do filho neurótico, agora na puberdade, disse que, como todos os irmãos, ele urinara na cama até idade bem tardia, o que não deixa de ter importância na história clínica de um paciente neurótico. Algumas semanas depois, quando ela quis obter informações sobre o estado do tratamento, tive oportunidade de chamar-lhe a atenção para os sinais de uma predisposição constitucional à doença no rapazinho e, ao fazê-lo, referi-me ao traço de urinar na cama, levantado na anamnese. Para meu assombro ela contestou esse fato, tanto no tocante a ele quanto aos outros filhos, e perguntou como eu poderia saber disso, até que, por fim, eu lhe disse que ela mesma me havia informado a esse respeito pouco tempo antes, e portanto, devia tê-lo esquecido.

Assim, também nas pessoas saudáveis, não neuróticas, encontramos sinais abundantes de que uma resistência se opõe à lembrança de impressões aflitivas, à representação de pensamentos aflitivos. Mas o sentido pleno desse fato só pode ser avaliado quanto se investiga a psicologia das pessoas *neuróticas*. É-se forçado a encarar como um dos pilares centrais do mecanismo portador dos sintomas histéricos esse *empenho defensivo elementar* contra as representações capazes de despertar sentimentos de desprazer — um empenho somente comparável ao reflexo de fuga na presença de estímulos dolorosos. Contra a suposição da existência dessa tendência defensiva não se pode objetar que, pelo contrário, é-nos freqüentemente impossível livrar-nos das lembranças aflitivas que nos perseguem e afugentar moções afetivas penosas como o remorso e as dores de consciência. Isso porque não estamos afirmando que essa tendência defensiva seja capaz de se impor em todos os casos, que, no jogo das forças psíquicas, não possa esbarrar em fatores que, por outros desígnios, aspirem ao efeito oposto e o produzam apesar da tendência defensiva. Podemos supor que o *princípio arquitetônico do aparelho anímico* consista numa *estratificação*, numa *edificação de instâncias superpostas*, e é bem possível que esse empenho defensivo pertença à instância psíquica inferior e seja inibido pelas instâncias superiores. De qualquer modo, depõe em favor da existência e do poder dessa tendência defensiva o fato de podermos atribuir a ela a origem de processos como os de nossos exemplos de esquecimento. Como vimos, muitas coisas são esquecidas por si mesmas; quando isso não é possível, a tendência defensiva desloca seu

alvo e produz ao menos o esquecimento de alguma outra coisa, algo menos importante que tenha estabelecido um vínculo associativo com aquilo que é realmente chocante.

O ponto de vista aqui desenvolvido — de que as lembranças aflitivas sucumbem com especial facilidade ao esquecimento motivado — merece ser aplicado em muitos campos que até hoje lhe concederam muito pouca ou nenhuma atenção. Assim, parece-me que ele ainda não foi enfatizado com força suficiente na avaliação dos testemunhos prestados nos tribunais, onde é patente que se considera o juramento da testemunha capaz de exercer uma influência exageradamente purificadora sobre o jogo de suas forças psíquicas. É universalmente reconhecido que, no tocante à origem das tradições e da história legendaria de um povo, é preciso levar em conta esse tipo de motivo, cuja meta é apagar da memória tudo o que seja penoso para o sentimento nacional. Uma investigação mais detalhada talvez revelasse uma completa analogia entre os modos de formação das tradições de um povo e das lembranças da infância do indivíduo. — O grande Darwin [1] estabeleceu uma “regra de ouro” para o trabalhador científico, baseada em seudiscernimento do papel desempenhado pelo desprazer como motivo para o esquecimento. [1]

De maneira muito semelhante ao esquecimento de nomes [em [1]], o esquecimento de impressões pode ser acompanhado por falsas recordações, que, quando merecem crédito, são designadas de ilusões de memória [*Erinnerungstäuschung*]. A ilusão de memória observada nos casos patológicos (na paranóia ela desempenha justamente o papel de um fator constitutivo na formação do delírio) deu origem a uma vasta literatura em que me foi inteiramente impossível encontrar qualquer indício de sua motivação. Como este é também um tema pertencente à psicologia das neuroses, é impróprio considerá-lo neste contexto. Em vez disso, descreverei um curioso exemplo de ilusão de memória ocorrida comigo, na qual a motivação fornecida pelo material inconsciente recalcado e o modo e natureza da combinação com esse material são reconhecíveis com bastante clareza.

Quando escrevia os últimos capítulos de meu livro sobre a interpretação dos sonhos, encontrava-me num local de veraneio sem acesso a biblioteca e obras de consulta, e fui obrigado a incorporar ao manuscrito, de memória, toda sorte de referências e citações, sujeitas a correção posterior. Ao escrever o trecho sobre os devaneios

, ocorreu-me a primorosa figura do pobre guarda-livros do *Le Nabab*, de Alphonse Daudet, em quem o escritor provavelmente retratou seus próprios devaneios. Acreditei lembrar-me de uma das fantasias tramadas por esse homem — chamei-o de *Monsieur Jocelyn* — em suas andanças pelas ruas de Paris; lembrava-a com clareza e comecei a reproduzi-la de memória: o Sr. Jocelyn se atirava ousadamente contra um cavalo em disparada na rua e o detinha; a porta da carruagem se abria e dela saía uma alta personalidade, que apertava a mão do Sr. Jocelyn e dizia “O senhor é meu salvador, devo-lhe minha vida. Que posso fazer pelo senhor?”

As eventuais imprecisões na reprodução dessa fantasia, consolei-me, poderiam ser facilmente corrigidas em casa, quando eu tivesse o livro em mãos. Mas quando finalmente folheei *Le Nabab* para conferir esse trecho de meu manuscrito, que já estava pronto para ser impresso, descobri, para minha grande vergonha e consternação, que nada havia de tal devaneio do Sr. Jocelyn; na verdade, o pobre guarda-livros nem sequer tinha esse nome, mas se chamava *Monsieur Joyeuse*. Esse segundo erro logo me forneceu a chave para esclarecer o primeiro, a ilusão de memória, “Joyeux”, nome do qual “Joyeuse” é a forma feminina, é a única maneira pela qual eu poderia traduzir meu próprio nome, Freud, para o francês. De onde proviria, portanto,

essa fantasia falsamente lembrada que atribuíra a Daudet? Só poderia ser produto de mim mesmo, um devaneio que eu próprio criara e que não se havia tornado consciente, ou que um dia me fora consciente e depois eu esquecera por completo. Talvez eu mesmo o tenha inventado em Paris, quando freqüentemente passeava pelas ruas, solitário e repleto de anseios, necessitado de um colaborador e protetor, até que mestre Charcot me aceitou em seu círculo. Mais tarde, foram muitas as vezes em que encontrei o autor de *Le Nabab* na casa de Charcot. [1]

Outro caso de ilusão da memória [1] que se pode explicar satisfatoriamente faz lembrar a *fausse reconnaissance*, tema a ser discutido mais adiante [em [1]]. Eu havia contado a um de meus pacientes, um homem ambicioso e capaz, que um jovem estudante fora recentemente incorporado ao círculo de meus discípulos por meio de um interessante trabalho, “*Der Künstler, Versuch einer Sexualpsychologie*” [O Artista, Ensaio de uma Psicologia Sexual]. Ao ser esse livro publicado depois de um ano e três meses, meu paciente afirmou poder lembrar-se com certeza de ter lido em algum lugar, antes mesmo de minha comunicação (um ou seis meses antes), um anúncio desse livro, talvez no prospecto de algum livreiro. Esse anúncio, disse ele, viera-lhe à mente naquela ocasião, e comentou ainda ter constatado que o autor havia modificado o título: já não se chamava “*Versuch*” [“Esboço”], mas “*Ansätze zu einer Sexualpsychologie*” [Rudimentos de uma Psicologia Sexual]. Entretanto, uma sondagem cuidadosa feita com o autor e a comparação de todas as datas mostraram que meu paciente alegava lembrar-se de algo impossível. Nenhum anúncio do livro aparecera em parte alguma antes da publicação, e menos ainda um ano e três meses antes de ele ser impresso. Quando deixei de interpretar essa ilusão da memória, esse mesmo homem produziu uma reedição dela, de natureza equivalente. Acreditou ter visto recentemente uma obra sobre a agorafobia na vitrine de uma livraria e estava agora pesquisando os catálogos de todas as editoras para obter um exemplar. Pude então explicar-lhe por que seus esforços seriam necessariamente infrutíferos. A obra sobre a agorafobia só existia em sua fantasia, como uma intenção inconsciente, devendo ser escrita por ele mesmo. Sua ambição de se igualar ao outro jovem e tornar-se um de meus discípulos mediante um trabalho científico similar fora responsável pela primeira ilusão da memória e, depois, por sua repetição. Diante disso, ele se lembrou de que o anúncio de livraria que lhe servira para esse falso reconhecimento referia-se a um livro intitulado “*Genesis, das Gesetz der Zeugung*” [Gênese, a Lei da Geração]. Mas a alteração do título por ele mencionada correu por minha conta, pois pude lembrar-me de ter cometido eu mesmo essa inexatidão — “*Versuch*” em vez de “*Ansätze*” — ao reproduzir o título.

## (B) O ESQUECIMENTO DE INTENÇÕES

Nenhum grupo de fenômenos se presta melhor do que o esquecimento de intenções para comprovar a tese de que, por si só, a falta de atenção não basta para explicar os atos falhos. A intenção é um impulso para a ação, um impulso que já foi aprovado, mas cuja execução é adiada para uma ocasião propícia. Ora, no intervalo assim criado, é possível que sobrevenha uma tal modificação nos motivos que a intenção não seja efetivada; nesse caso, porém, ela não é esquecida, e sim revista e anulada. O esquecimento das intenções, ao qual estamos sujeitos cotidianamente em todas as situações possíveis, não é algo que estejamos habituados a explicar em termos de tal modificação no equilíbrio dos motivos; em geral o deixamos inexplicado ou buscamos



uma explicação psicológica supondo que, no momento em que a intenção deveria efetivar-se, já não se dispunha da atenção necessária à ação, embora a atenção tivesse sido uma precondição indispensável para o advento da intenção e, portanto, tivesse estado disponível para a ação naquele momento. A observação de nosso comportamento normal diante das intenções leva-nos a rejeitar como arbitrária essa tentativa de explicação. Quando concebo pela manhã uma intenção a ser efetivada à noite, é possível que me lembre dela duas ou três vezes ao longo do dia. Mas de modo algum é *necessário* que ela se torne consciente durante o dia. Quando se aproxima o momento de sua execução, ela de repente me ocorre e me leva a fazer os preparativos necessários para a ação proposta. Quando saio para um passeio levando uma carta a ser despachada, não preciso, como indivíduo normal e livre de neuroses, carregá-la na mão por todo o caminho e ficar à cata de uma caixa de correio onde possa jogá-la; pelo contrário, costumo colocá-la no bolso, seguir meu caminho deixando os pensamentos vagarem livremente, e confiar em que uma das primeiras caixas do correio há de chamar minha atenção e fazer com que eu ponha a mão no bolso e retire a carta. A conduta normal frente a uma intenção concebida coincide por completo com o comportamento experimentalmente produzido das pessoas a quem se deu, em hipnose, uma “sugestão pós-hipnótica a longo prazo”, como se costuma chamá-la. Esse fenômeno é usualmente descrito da seguinte maneira: a intenção sugerida dormita na pessoa em questão até se aproximar o momento de efetivá-la. É aí que desperta e impele a pessoa para a ação.

Em duas situações na vida, até o leigo se apercebe de que o esquecimento no tocante às intenções não pode ter a pretensão de ser considerado um fenômeno elementar irredutível, mas autoriza a conclusão de que existem motivos inconfessados. Refiro-me às relações amorosas e à disciplina militar. Um amante que falta a um encontro sabe que é inútil desculpar-se dizendo a sua dama que, infelizmente, esqueceu-o por completo. Ela não deixará de responder: “Há um ano você não teria esquecido. É que já não se importa comigo.” Mesmo que ele se agarrasse à explicação psicológica mencionada acima [em [1]] e quisesse desculpar seu esquecimento alegando um acúmulo de trabalho, só conseguiria fazer com que a dama — já agora tão perspicaz quanto o médico na psicanálise — lhe respondesse: “Curioso, essas perturbações do trabalho nunca apareceram antes!” É claro que a dama não pretende negar a possibilidade do esquecimento; ela apenas acredita, e não sem justificativa, que se pode tirar praticamente a mesma conclusão — a existência de uma certa relutância — do esquecimento involuntário e do pretexto consciente.

Similarmente, na situação do serviço militar, despreza-se, por uma questão de princípio e com pleno direito, a diferença entre o descumprimento de ordens por esquecimento e aquele que é deliberado. Um soldado não *deve* esquecer aquilo que lhe ordena o serviço militar. Quando *de fato* esquece, apesar de conhecer a ordem, é porque outros motivos, contrários aos que o levam a cumprir a ordem militar, opõem-se a estes. Um voluntário por um ano que, diante de uma inspeção, tente dar a desculpa de que *esqueceu* de polir seus botões, com certeza será punido. Mas essa punição é insignificante em comparação àquela a que ele se exporia se admitisse para si mesmo e para seus superiores o motivo de sua omissão: “Estou enojado desse trabalho deplorável de limpeza.” Para se poupar esse castigo — por questões de economia, por assim dizer — ele se serve do esquecimento como desculpa, ou este se produz como um compromisso.

Os préstimos à mulher e o serviço militar exigem que tudo o que se relaciona com eles seja imune ao esquecimento. Assim, sugerem a noção de que, embora o esquecimento seja admissível nos assuntos sem



importância, nos importantes ele é um sinal de que se quer tratá-los como aos assuntos sem importância, isto é, negar-lhes a importância. De fato, não se pode rejeitar aqui o ponto de vista que leva em conta o valor psíquico. Ninguém se esquece de executar as ações que lhe parecem importantes sem se expor à suspeita de estar mentalmente perturbado. Nossa investigação, portanto, só pode estender-se ao esquecimento das intenções mais ou menos insignificantes; nenhuma intenção pode ser considerada *completamente* indiferente, pois, nesse caso, nunca se teria formado.

Como nas perturbações funcionais descritas nas páginas anteriores, compilei os casos de omissões por esquecimento que observei em mim mesmo e me empenhei em esclarecê-los, descobrindo invariavelmente que se podia atribuir sua origem à interferência de motivos inconfessados e desconhecidos — ou, como se poderia dizer, a uma *contravontade*. Numa série desses casos eu me encontrava numa situação semelhante à do serviço, sob uma pressão à qual não tinha desistido inteiramente de me opor, de modo que me manifestava contra ela através do esquecimento. A isso se deve o fato de eu me esquecer com particular facilidade de enviar congratulações em ocasiões como aniversários, festas comemorativas, casamentos e promoções. Estou sempre a tomar novas decisões a esse respeito e cada vez me convenço mais de que não vou conseguir. Agora, estou a ponto de desistir e ceder conscientemente aos motivos que se opõem a isso. Enquanto me achava numa fase de transição, um amigo pediu-me para enviar em certa data um telegrama de congratulações em nome dele, juntamente com o meu, mas preveni-o de que esqueceria ambos; e não foi surpresa que minha profecia se realizasse. Prende-se a experiências dolorosas no decorrer de minha vida o fato de eu ser incapaz de manifestar simpatia nas ocasiões em que tal manifestação é necessariamente exagerada, pois não seria admissível uma expressão correspondente à escassa monta de minha emoção. Desde que compreendi com que frequência tomei como genuína a pretensa simpatia de outras pessoas, tenho-me rebelado contra essas expressões convencionais de simpatia, embora, por outro lado, reconheça sua utilidade social. As condolências nos casos de falecimento constituem uma exceção a esse tratamento dividido: quando me decido a enviá-las, não deixo de fazê-lo. Quando minha participação nos sentimentos já não tem nada a ver com uma obrigação social, sua expressão nunca é inibida pelo esquecimento.

Escrevendo de um campo de prisioneiros de guerra, o tenente T. relata um desses exemplos de esquecimento, no qual uma intenção inicialmente suprimida irrompeu sob a forma de uma “contravontade” e acarretou uma situação desagradável:

“O oficial mais graduado de um campo de oficiais prisioneiros de guerra foi insultado por um de seus companheiros. Para evitar complicações, quis usar o único recurso de autoridade a seu dispor, fazendo com que o oficial fosse afastado e transferido para outro campo. Somente a conselho de vários amigos foi que decidi, contrariando seu desejo secreto, abandonar seu plano e procurar imediatamente reparar sua honra, embora isso estivesse fadado a trazer múltiplas conseqüências desagradáveis. Na mesma manhã, esse comandante tinha de fazer a chamada dos oficiais sob controle do órgão de vigilância. Fazia muito tempo que ele conhecia seus companheiros de farda e nunca lhe acontecera cometer erros nisso. Dessa vez, deixou de ler o nome de seu agressor, de modo que este, depois de dispensados todos os seus companheiros, teve que permanecer no campo até que o erro fosse esclarecido. O nome saltado aparecia com perfeita clareza no meio de uma folha. O incidente foi encarado por uma das partes como um insulto deliberado e, pela outra, como um

acaso lamentável e sujeito a ser mal interpretado. Mais tarde, porém, depois de tomar conhecimento da *Psicopatologia* de Freud, o autor do lapso pôde formar um juízo correto sobre o que havia ocorrido.”

Da mesma forma, o conflito entre um dever convencional e a opinião interna e inconfessada que se tem dele explica os casos em que esquecemos de fazer um favor prometido a alguém. Aqui, o habitual é apenas o obsequiador acreditar que o esquecimento serve de desculpa, enquanto o solicitante dá a si mesmo, sem nenhuma dúvida, a resposta correta: “Ele não está interessado no assunto, caso contrário não teria esquecido.” Há pessoas que todos sabem ser geralmente esquecidas e que por isso são desculpadas, tal como acontece com o míope que não nos cumprimenta na rua. Essas pessoas esquecem todas as suas pequenas promessas e não executam nenhuma das incumbências recebidas. Assim, mostram-se indignas de confiança nas pequenas coisas e exigem que não levemos a mal essas falhas insignificantes — ou seja, que não as expliquemos por seu caráter, mas que as atribuamos a alguma particularidade orgânica. Eu mesmo não sou uma dessas pessoas, e não tive oportunidade de analisar as ações de uma delas, de tal modo que, examinando a escolha dos esquecimentos, pudesse descobrir sua motivação. Entretanto, não posso deixar de presumir, por analogia, que o motivo aqui é um grau incomumente grande de menosprezo inconfessado pelas outras pessoas, que explora o fator constitucional para seus próprios fins.

Em outros casos é menos fácil descobrir os motivos do esquecimento, que, quando encontrados, despertam maior surpresa. Foi assim que notei, anos atrás, que dentre um grande número de visitas a enfermos, eu só me esquecia das que devia fazer a pacientes gratuitos ou a algum colega. Envergonhado diante disso, adotei o hábito de anotar, já de manhã, as visitas que pretendia fazer durante o dia. Não sei se outros médicos chegaram à mesma prática pelo mesmo caminho. Mas assim podemos ter uma idéia do que leva o chamado paciente neurastênico a anotar, em seus famigerados “papezinhos”, as várias comunicações que quer fazer ao médico. A razão aparente é que ele não confia na capacidade reprodutora de sua memória. Isso é certo, sem dúvida, mas a cena geralmente se desenrola assim: o paciente formula suas diversas queixas e indagações de maneira extremamente detalhista. Ao terminar, faz uma pequena pausa, depois saca o papelzinho e diz em tom de desculpa: “Fiz algumas anotações, porque não consigo me lembrar de nada.” Em geral, não encontra nada de novo no papelzinho. Repete cada ponto e responde ele mesmo: “Sim, já perguntei sobre isso.” É provável que, com o papelzinho, ele esteja apenas demonstrando um de seus sintomas: a freqüência com que suas intenções são perturbadas pela interferência de motivos obscuros.

Estarei tocando num dos males que afligem a maior parte de meus conhecidos sadios aos confessar que, sobretudo no passado, eu esquecia com muita facilidade e por longos períodos de devolver livros emprestados, ou que, com facilidade ainda maior, adiava o pagamento de contas através do esquecimento. Uma manhã, pouco tempo atrás, saí sem pagar da tabacaria onde fizera minha compra diária de charutos. Foi uma omissão das mais inofensivas, pois sou conhecido ali e, portanto, podia esperar que no dia seguinte me lembrassem a dívida. Mas esse pequeno descuido, essa tentativa de contrair uma dívida, por certo não deixava de se relacionar com as ponderações orçamentárias que me haviam ocupado na véspera. Mesmo entre a maioria das chamadas pessoas “decentes” é fácil observar sinais de um comportamento dividido no que concerne ao dinheiro e à propriedade. Talvez seja universal que a avidez primitiva do lactente, que quer apossar-se de todos os objetos (para levá-los à boca), só tenha sido superada de maneira incompleta pela cultura e pela educação.

Temo que todos os exemplos que apresentei até aqui pareçam simplesmente banais. Mas, afinal, só pode convir a meu objetivo esbarrar em coisas familiares a todos e por todos entendidas de igual maneira, já que só me proponho compilar material do cotidiano e aproveitá-lo cientificamente. Não vejo por que a sabedoria, que é o precipitado das experiências comuns da vida, deva ser excluída das aquisições da ciência. O caráter essencial do trabalho científico não decorre da natureza especial de seus objetos de estudo, mas de seu método mais rigoroso de verificação e de sua busca de correlações extensas.

No que concerne às intenções de certa importância, descobrimos, em geral, que elas são esquecidas quando contra elas se erguem motivos obscuros. No caso das que têm importância bem menor, podemos reconhecer um segundo mecanismo do esquecimento: uma contravontade se transfere de algum outro ponto para a intenção, depois de formada uma associação externa entre esse outro ponto e o conteúdo da intenção. Aqui está um exemplo: valorizo o papel mata-borrão [*“Löschpapier”*] de boa qualidade, e um dia resolvi comprar um novo suprimento em minha passagem vespertina pelo centro da cidade. mas esqueci de fazê-lo por quatro dias seguidos, até que me perguntei pelo motivo dessa omissão. Ele foi fácil de descobrir quando me lembrei de que, embora costume escrever *“Löschpapier”*, geralmente digo *“Fliesspapier”* [outra palavra para designar “mata-borrão”]. “Fliess” é o nome de um amigo de Berlim que, nesses dias, dera-me motivo para um pensamento aflitivo e inquietante. Não pude livrar-me desse pensamento, mas a tendência defensiva (ver em [1]) se manifestou transferindo-se, através da similaridade verbal, para a intenção indiferente e, por isso mesmo, pouco resistente.

Uma contravontade direta e uma motivação mais distante conjugam-se no seguinte exemplo de adiamento. Eu havia escrito um breve ensaio *Sobre os Sonhos* (1901a), resumindo o conteúdo de *A Interpretação dos Sonhos* [1900a], para a coleção *Grenzfragen des Nerven- und Seelenlebens* [Problemas Fronteiriços da Vida Nervosa e Anímica]. Bergmann, [o editor] de Wiesbaden, enviara-me as provas com o pedido de que eu as devolvesse pela volta do correio, já que o livro deveria ser lançado antes do Natal. Corrigi as provas na mesma noite e coloquei-as na escrivaninha para levá-las comigo na manhã seguinte. Nessa manhã, esqueci de fazê-lo, e só me lembrei à tarde, ao ver o pacote na escrivaninha. Da mesma forma, esqueci as provas naquela tarde, à noite e na manhã seguinte, até que me recompus e levei-as para uma caixa de correio na tarde do segundo dia, imaginando qual seria a razão desse adiamento. Era óbvio que eu não queria enviá-las, mas não conseguia descobrir por quê. Entretanto, nessa mesma caminhada, fiz uma visita a meu editor em Viena, que publicara *A Interpretação dos Sonhos*, fiz-lhe uma encomenda e depois, como que impelido por um pensamento repentino, disse-lhe: “Sabe que escrevi o livro sobre o sonho pela segunda vez?” — “Ah! não me diga uma coisa dessas!”, retrucou ele. “Acalme-se”, disse eu, “é só um breve ensaio para a coleção de Löwenfeld Kurella.” Mas ele não ficou satisfeito; preocupava-se com a idéia de que o ensaio prejudicasse as vendas do livro. Discordei dele e por fim perguntei: “Se eu tivesse vindo ao senhor primeiro, o senhor me teria proibido a publicação?” — “Não, de maneira alguma.” Penso comigo mesmo que agi com pleno direito e nada fiz que contrariasse a prática usual; ainda assim, parece certo que um receio semelhante ao que foi expresso pelo editor constituiu o motivo de minha demora em devolver as provas. Esse receio remonta a uma ocasião anterior, em que outro editor criou dificuldades quando me pareceu inevitável transcrever, inalteradas, algumas páginas de um texto anterior meu sobre a paralisia cerebral infantil, publicado por outra

editora em minha revisão desse mesmo tema para o *Handbuch* de Nothnagel. Mas também nesse caso a censura não se justificava; também naquela ocasião eu comunicara lealmente minha intenção a meu primeiro editor (o mesmo que publicou *A Interpretação dos Sonhos*). Entretanto retrocedendo ainda mais nessa série de lembranças, ela me desloca para uma ocasião ainda mais remota, a uma tradução do francês em que realmente infringi os direitos de propriedade que regem as publicações. Acrescentei notas ao texto traduzido sem pedir a permissão do autor, e anos depois tive razões para supor que o autor ficara insatisfeito com essa minha arbitrariedade.

Existe um provérbio que revela o conhecimento popular de que o esquecimento das intenções não é casual: “Quando se esquece de fazer uma coisa uma vez, ainda se há de esquecê-la muitas mais.”

De fato, [1] às vezes não podemos furtar-nos à impressão de que tudo o que se pode dizer sobre o esquecimento e os atos falhos já é conhecido de todos como algo evidente. É mesmo de admirar que, ainda assim, seja necessário apresentar a sua consciência coisas tão conhecidas. Quantas vezes ouvi dizerem: “Não me peça para fazer isto, tenho certeza de que vou esquecer!” A realização dessa profecia, portanto, decerto nada tem de místico: quem assim fala sente em si a intenção de não executar o pedido e apenas se recusa a confessá-lo a si mesmo.

Além disso, o esquecimento das intenções é muito bem ilustrado pelo que se pode chamar de “formação de falsas intenções”. Certa vez prometi a um jovem autor que escreveria uma resenha sobre sua pequena obra; entretanto, por causa de resistências internas que não me eram desconhecidas, fui adiando isso, até que um dia cedi à insistência dele e prometi fazê-lo naquela mesma noite. Eu tinha realmente a firme intenção de fazê-lo, mas esqueci que tinha reservado a noite para preparar um parecer inadiável. Depois de haver assim percebido que minha intenção era falsa, desisti da luta contra minhas resistências e recusei o pedido do autor.

## CAPÍTULO VIII - EQUÍVOCOS NA AÇÃO

Da obra citada de Meringer e Mayer (1895, 98) retiro o seguinte trecho [em [1]]:

“Os equívocos da fala não deixam de ter paralelos. Correspondem às falhas que freqüentemente ocorrem em outras atividades humanas e são conhecidas pela denominação bastante tola de ‘descuidos’.”

Portanto, não sou de modo algum o primeiro a supor um sentido e um propósito por trás das pequenas perturbações funcionais da vida cotidiana das pessoas sadias.

Se os lapsos na fala — que é claramente sua função motora — podem ser entendidos dessa maneira, basta um pequeno passo para estender essa mesma expectativa aos erros em nossas outras atividades motoras. Formei aqui dois grupos de casos. Uso o termo “equívocos na ação” [*Vergreifen*] para descrever todos os casos em que o efeito falho — ou seja, um desvio do que fora intencionado — parece ser o elemento essencial; aos outros, em que é antes a ação inteira que parece inoportuna, chamo-os de “atos sintomáticos e acidentais” [*Symptom- und Zufallshandlungen*]. Mas não se pode traçar uma demarcação nítida entre eles e, na verdade, somos forçados a concluir que todas as divisões feitas neste estudo têm apenas uma importância descritiva e contradizem a unidade interna desse campo de fenômenos.

É claro que a compreensão psicológica dos “equívocos na ação” não será particularmente promovida se os classificarmos sob o título de “ataxia” ou, em especial, de “ataxia cortical”. Tentemos, antes, reconduzir cada exemplo a seus respectivos determinantes. Para isso, tornarei a valer-me de algumas auto-observações, ainda que, em meu caso, as oportunidades para fazê-las não sejam particularmente freqüentes.

(a) Em anos anteriores, quando eu visitava os paciente a domicílio com maior freqüência do que hoje, ocorria-me muitas vezes, ante a porta em que eu deveria bater ou tocar a campainha, tirar do bolso as chaves de minha própria casa e, logo em seguida, tornar a guardá-las, quase envergonhado. Quando considero os pacientes em cujas casas isso acontecia, sou forçado a supor que esse ato falho — apanhar minha chave em vez de tocar a campainha — tinha o sentido de uma homenagem à casa onde eu cometia esse erro. Era equivalente ao pensamento: “Aqui me sinto em casa”, pois só ocorria em lugares onde eu me havia afeiçoado ao doente. (É óbvio que nunca toco a campainha de minha própria casa.)

Assim, o ato falho era a representação simbólica de um pensamento que, na verdade, não se destinava a ser admitido de maneira séria e consciente, pois, de fato, um neurologista sabe muito bem que o doente só permanece apegado a ele enquanto espera ser beneficiado, e que, por sua vez, ele só se permite sentir um interesse excessivamente caloroso pelos pacientes com vistas a dar-lhes ajuda psíquica.

Numerosas auto-observações feitas por outras pessoas [1] mostram que esse manejo das chaves, equivocado e pleno de sentido, certamente não é uma peculiaridade minha.

Maeder (1906) descreve uma repetição quase idêntica de minhas experiências: “Il est arrivé à chacun de sortir son trousseau, en arrivant à la porte d'un ami particulièrement cher, de se surprendre, pour ainsi dire,

en train d'ouvrir avec sa clé comme chez soi. C'est un retard, puisqu'il faut sonner malgré tout, mais c'est une preuve qu'on se sent — ou qu'on voudrait se sentir — comme chez soi, auprès de cet ami.”

Jones (1911b, 509): “O uso das chaves é uma fonte fértil desse tipo de ocorrências, das quais é possível fornecer dois exemplos. Quando em meio a algum trabalho absorvente em casa, sou perturbado por ter de ir ao hospital para executar alguma tarefa de rotina, é muito provável que me descubra tentando abrir a porta de meu laboratório no hospital com a chave da escrivania de casa, embora as duas chaves sejam bem diferentes uma da outra. Esse erro demonstra, inconscientemente, onde eu preferiria estar naquele momento.

“Há alguns anos, eu trabalhava num cargo subalterno em certa instituição cuja porta principal se mantinha trancada, de modo que era necessário tocar a campainha para entrar. Em várias ocasiões, vi-me fazendo sériastentativas de abrir essa porta com a chave de minha casa. A cada membro do pessoal médico permanente, do qual eu aspirava a fazer parte, fornecia-se uma chave, para evitar-lhe o incômodo de esperar à porta. Meus erros, portanto, expressavam meu desejo de estar em pé de igualdade com eles e de me sentir inteiramente ‘em casa’ ali.”

O Dr. Hanns Sachs relata uma experiência semelhante: “Sempre carrego comigo duas chaves, uma da porta de meu escritório e outra de minha residência. Não é nada fácil confundi-las, visto que a chave do escritório é pelo menos três vezes maior do que a de casa. Além disso, carrego a primeira no bolso da calça e, a segunda, no bolso do colete. Não obstante, ocorreu-me muitas vezes notar, diante da porta, que havia apanhado a chave errada na escadaria. Resolvi fazer uma experiência estatística; já que me postava cotidianamente diante de ambas as portas mais ou menos no mesmo estado de ânimo, a troca das chaves também deveria exibir uma tendência regular, se é que de fato possuía algum determinante psíquico. Minha observação dos casos posteriores mostrou então que eu tirava regularmente a chave de casa diante da porta do escritório, ao passo que o inverso aconteceu apenas uma vez, quando cheguei em casa cansado, sabendo que um convidado estaria à minha espera. Ao chegar à porta, fiz uma tentativa de abri-la com a chave do escritório, que, naturalmente, era grande demais.”

(b)Em determinada casa, faz seis anos que, duas vezes por dia, em horários fixos, costumo esperar para entrar diante de uma porta no segundo piso. Durante esse longo período, aconteceu-me em duas ocasiões (com um curto intervalo entre elas) subir um andar a mais, ou seja, “exceder-me”. Na primeira ocasião, estava entregue a um ambicioso devaneio em que “subia cada vez mais alto”. Nessa ocasião, deixei até de ouvir que a porta em questão se abria quando coloquei o pé no primeiro degrau do terceiro lance da escada. Na outra ocasião, tornei a subir demais, “imerso em pensamentos”; quando dei por isso, fiz meia-volta e tentei apreender a fantasia em que estivera absorto, descobrindo que estivera irritado com uma crítica (fantasiada) a meus textos, na qual eu era censurado por ir sempre “longe demais”, e na qual havia substituído isso pela expressão não muito respeitosa de “extravagante” [*versteigen*].

(c)Sobre minha escrivania estão colocados, há muitos anos, um martelo para testar reflexos e um diapasão. Um dia, saí às pressas ao terminar meu horário de consultas, pois queria tomar determinado trem urbano, e em plena luz do dia coloquei no bolso do casaco o diapasão, em vez do martelo. O peso do objeto, puxando meu bolso para baixo, atraiu-me a atenção para meu erro. Quem não estiver acostumado a atentar para ocorrências tão insignificantes sem dúvida explicará e justificará esse engano pela pressa do momento.

Apesar disso, preferi perguntar-me por que, na verdade, eu pegara o diapasão em vez do martelo. Minha pressa também poderia muito bem ter sido um motivo para pegar o objeto certo, e assim não ter que perder tempo em retificar o erro.

“Quem foi a última pessoa a pegar o diapasão?”, foi a pergunta que se impôs a mim nesse momento. Fora um menino *idiota* cuja atenção às impressões sensoriais eu testara alguns dias antes, e que ficara tão fascinado com o diapasão que a muito custo consegui tirá-lo dele. Significaria isso, então, que eu era um idiota? Decerto parece que sim, pois minha primeira associação a “martelo” (“*Hammer*”) foi “*Chamer*” (“burro”, em hebraico).

Mas por que esses insultos? Aqui, é preciso interrogar a situação. Eu estava saindo às pressas para atender a uma consulta num lugar situado na linha ferroviária oeste, para ver um doente que, segundo a anamnese que eu recebera pelo correio, havia caído de uma sacada alguns meses antes e desde então ficara impossibilitado de andar. O médico que me solicitou a consulta escreveu que, apesar disso, não sabia se se tratava de uma lesão na medula ou de uma neurose traumática — histeria. Isso era o que me cabia decidir. Era aconselhável, portanto, que eu fosse particularmente cauteloso na delicada tarefa de fazer o diagnóstico diferencial. Ocorre que meus colegas acham que com demasiada facilidade se fazem diagnósticos de histeria quanto há coisas mais graves em jogo. Mas isso ainda não justificava os insultos. Mas, é claro! Ocorreu-me então que a pequena estação ferroviária ficava no mesmo lugar em que, anos antes, eu examinara um jovem que, desde certo abalo emocional, não conseguia andar devidamente. Na época, fiz um diagnóstico de histeria e em seguida aceitei o paciente em tratamento psíquico, com o que se constatou que meu diagnóstico não fora incorreto, sem dúvida, mas também não fora correto. Um grande número de sintomas do paciente eram histéricos e logo desapareceram no decorrer do tratamento. Mas ocorre que, por trás deles, tornou-se então visível um resíduo inacessível à minha terapia, e que só poderia ser explicado pela esclerose múltipla. Para os que examinaram o doente depois de mim, foi fácil reconhecer a afecção orgânica; quanto a mim, dificilmente poderia ter procedido de outra maneira ou formado um juízo diferente, mas a impressão que ficou foi a de um grave erro; naturalmente, a promessa de cura que eu lhe fizera não pôde ser mantida. O erro de pegar o diapasão em vez do martelo poderia ter traduzido nas seguintes palavras: “Seu idiota, burro! Dessa vez, trate de não tornar a diagnosticar histeria quando estiver diante de uma doença incurável, como fez há anos com aquele pobre homem, nesse mesmo lugar!” E, felizmente para essa pequena análise, embora infelizmente para meu estado de espírito, esse mesmo homem sofrendo de uma grave paralisia espasmódica, estivera em meu consultório poucos dias antes, e um dia depois do menino idiota.

Observa-se que, dessa vez, foi a voz da autocrítica que se fez ouvir no equívoco na ação. Para esse emprego como autocensura, os equívocos na ação mostram-se particularmente apropriados: o desacerto de agora busca representar o engano cometido em outra ocasião.

(d)Evidentemente, os equívocos na ação também podem servir a toda uma série de outros propósitos obscuros. Eis um primeiro exemplo. É muito raro eu quebrar alguma coisa. Não sou particularmente habilidoso, mas um resultado da integridade anatômica de meu aparelho neuromuscular é que não há em mim nenhuma razão para fazer esses movimentos desajeitados, com suas conseqüências indesejadas. Por isso, não me lembro de nenhum objeto em minha casa que tenha sido quebrado por mim. A falta de espaço em meu gabinete obriga-me freqüentemente a manusear uma série de antigüidades de argila e pedra, da quais tenho



uma pequena coleção, nas mais incômodas posições, tanto que as pessoas presentes exprimiram o temor de que eu derrubasse alguma coisa e viesse a quebrá-la. Mas isso nunca aconteceu. Por que, então, um dia derrubei no chão a tampa de mármore de meu modesto tinteiro, de tal modo que se quebrou?

Meu tinteiro consiste numa base de mármore de Untersberg, escavada para conter o vidro de tinta, e este tem uma tampa com um castão dessa mesma pedra. Por trás desse tinteiro há um círculo de estatuetas de bronze e figurinhas de terracota. Sentei-me à escrivaninha para escrever e, com a mão que segurava a caneta, fiz um movimento singularmente desajeitado para a frente, jogando no chão a tampa do tinteiro que estava sobre a escrivaninha.

A explicação não foi difícil de encontrar. Horas antes, minha irmã estivera no aposento para examinar algumas novas aquisições. Achou-as muito bonitas e depois comentou: “Agora sua escrivaninha está realmente linda, só o tinteiro é que não combina. Você precisa ter um mais bonito”. Saí com minha irmã e só voltei algumas horas depois. E então, ao que parece, consumiei a execução do tinteiro condenado. Teria eu deduzido do comentário de minha irmã que ela pretendia presentear-me com um tinteiro mais bonito na próxima ocasião festiva, e teria eu quebrado o que era velho e feio para assim forçá-la a realizar a intenção insinuada? Se era assim, meu movimento de arremesso fora apenas aparentemente desajeitado; na realidade, fora extremamente hábil e conseqüente, tendo sabido poupar todos os objetos mais valiosos que estavam ao redor.

Creio realmente que devemos aceitar esse juízo para toda uma série de movimentos desajeitados aparentemente acidentais. É certo que eles exibem algo de violento e impetuoso, como os movimentos espástico-atáxicos, mas mostram-se regidos por uma intenção e alcançam seu objetivo com uma segurança de que em geral não podem vangloriar-se nossos movimentos voluntários conscientes. Além disso, partilham essas duas características — a violência e a infalibilidade — com as manifestações motoras da neurose histérica e, em parte, também com as realizações motoras do sonambulismo, o que aponta, num e noutro casos, para uma mesma modificação desconhecida do processo de inervação.

Outra auto-observação, [1] relatada pela Sra. Lou Andreas-Salomé, pode dar uma demonstração convincente de como a persistência obstinada num ato de “inabilidade” serve a propósitos inconfessados, e de modo muito hábil.

“Exatamente na época em que o leite se tornara uma mercadoria escassa e custosa, constatei, para meu constante horror e aborrecimento, que o deixava entornar todas as vezes que o fervia. Em vão me empenhei em dominar isso, embora de modo algum possa dizer que, em outras ocasiões, eu me mostre distraída ou desatenta. Bons motivos para me comportar assim eu teria tido depois da morte de meu querido terrier branco (que merecia tanto seu nome de ‘Druzhok’ [‘Amigo’, em russo] quanto qualquer ser humano chegou a merecer). Mas — veja só! — desde sua morte, nunca mais se derramou uma só gotinha do leite fervido! Meu primeiro pensamento a esse respeito foi: ‘Que sorte, porque agora o leite derramado na chapa do fogão ou no chão não serviria mesmo para nada!’ E no mesmo instante visualizei meu ‘Amigo’, sentado diante de mim, observando atentamente o processo da fervura, com a cabeça um pouco inclinada para um lado, o rabo abanando, esperançoso, aguardando com plena confiança o esplêndido infortúnio que estava para acontecer. E então tudo se esclareceu para mim, inclusive isto: que eu gostava dele ainda *mais* do que eu mesma sabia.”

Nos últimos anos, [1] desde que venho colecionando essas observações, tive mais algumas experiências de despedaçar ou quebrar objetos de algum valor, mas a investigação desses casos me convenceu de que eles nunca foram fruto do acaso ou de uma despropositada inabilidade minha. Uma manhã, por exemplo, quando ia passando por um quarto de roupão e chinelos de palha, cedi a um impulso repentino e, com o pé, atirei um dos chinelos na parede, derrubando uma linda pequena Vênus de mármore de seu suporte. Enquanto ela se fazia em pedaços, citei, inteiramente impassível, estes versos de Busch:

“Ach! di Venus ist perdü —Klickeradoms! — von Medici!”

Essa conduta absurda e minha tranquilidade ante o dano podem ser explicadas pela situação da época. Tínhamos na minha família uma doente grave, de cujo restabelecimento eu já perdera secretamente as esperanças. Naquela manhã eu me inteirara de que tinha havido uma grande melhora, e sei que disse a mim mesmo: “Quer dizer, então, que ela vai viver!” Meu acesso de fúria destrutiva serviu, portanto, para expressar um sentimento de gratidão ao destino, e me permitiu realizar um “*ato sacrificial*”, como se tivesse feito uma promessa de sacrificar isto ou aquilo como uma oferenda, caso ela recuperasse a saúde! A escolha da Vênus de Medici para esse sacrifício foi, é claro, apenas uma galante homenagem à convalescente; mas ainda hoje me é incompreensível como foi que me decidi tão depressa, mirei com tanta destreza e consegui não atingir nenhum outro dos objetos que estavam tão próximos.

Outra quebra para a qual tornei a me valer de uma caneta que escapou de minha mão teve, igualmente, o sentido de um sacrifício, só que, dessa vez, um sacrifício *propiciatório* para afastar um mal. Certa vez, achei de repreender um amigo leal e digno, baseando-me apenas na interpretação que dei a alguns sinais vindos de seu inconsciente. Ele se ofendeu e me escreveu uma carta pedindo que eu não tratasse meus amigos psicanaliticamente. Tive quedar-lhe razão e lhe respondi procurando apaziguá-lo. Enquanto escrevia essa carta, eu tinha diante de mim minha última aquisição, uma figurinha egípcia magnificamente vitrificada. Quebrei-a da maneira descrita e, logo em seguida, entendi que havia causado essa calamidade para impedir outra maior. Por sorte, ambas as coisas — a amizade e a figura — puderam ser cimentadas de modo a não se notar a rachadura.

Uma terceira quebra relacionou-se com questões menos graves; foi apenas uma “execução” disfarçada, para usar a expressão de Vischer (em *Auch Einer*), de um objeto que já não gozava de minha estima. Durante algum tempo eu havia usado uma bengala com cabo de prata; numa ocasião em que, sem culpa minha, a fina chapa de prata foi danificada, o conserto foi malfeito. Pouco depois de receber a bengala de volta, usei o cabo, por travessura, para puxar um de meus filhos pela perna. Naturalmente, o cabo se partiu e assim me vi livre dele.

A impassividade com que aceitamos o dano produzido em todos esses casos pode, sem dúvida, ser tomada como prova de que existe um propósito inconsciente por trás da realização desses atos.

Por vezes, quando se investigam as razões da ocorrência de um desses atos falhos tão ínfimos, como é a quebra de um objeto, [1] depara-se com relações que, além de se vincularem à situação atual da pessoa, penetram profundamente em sua pré-história. A seguinte análise de Jekels (1913) pode servir de exemplo:

“Um médico estava de posse de uma floreira de barro que, apesar de não ser valiosa, era de grande beleza. Fora-lhe presenteada há algum tempo, juntamente com vários outros objetos, alguns inclusive de valor, por uma paciente (casada). Quando nela se manifestou uma psicose, ele devolveu todos os presentes aos

familiares da paciente — exceto esse vaso muito menos valioso, do qual não conseguiu separar-se, supostamente por sua beleza. Mas esse desfalque custou certa luta interna a esse homem habitualmente muito escrupuloso, que, tendo plena ciência da impropriedade de sua ação, só conseguiu superar seu remorso dizendo a si mesmo que, na verdade, o vaso não tinha nenhum valor material, era muito difícil de embalar etc. Passados alguns meses, quando ele estava prestes a contratar um advogado para reclamar o pagamento do resto dos honorários devidos pelo tratamento dessa mesma paciente, que estavam sendo contestados, as auto-recriminações voltaram a surgir; por um breve intervalo, ele sofreu a angústia de que os parentes descobrissem seu suposto desfalque e o levantassem contra ele no processo judicial. Particularmente, porém, por algum tempo o primeiro fator (suas auto-recriminações) foi tão intenso que ele pensou em renunciar a sua exigência de uma soma de valor talvez cem vezes maior que o do vaso — como que numa indenização pelo objeto do qual se havia apropriado. Contudo, logo superou esses pensamentos e os afastou como absurdos.

“Enquanto ainda estava nesse estado de espírito, sucedeu-lhe renovar a água da floreira e, apesar da extraordinária infreqüência com que quebrava alguma coisa e do domínio que tinha sobre seu aparelho muscular, ele fez um movimento estranhamente ‘desajeitado’, que não tinha a menor relação orgânica com a ação executada, e derrubou o vaso da mesa, quebrando-o em cinco ou seis pedaços grandes. E isso depois de ter decidido, na noite anterior, não sem grandes hesitações, colocar justamente esse vaso, cheio de flores, na mesa de jantar diante de seus convidados. Lembrara-se do vaso pouco antes de quebrá-lo, tendo notado com angústia que ele não estava na sala de visitas e tendo-o trazido pessoalmente do outro aposento! Depois dos primeiros momentos de consternação, catou os pedaços e, juntando-os, acabara de constatar que ainda seria possível fazer um conserto quase completo, quando os dois ou três fragmentos maiores escaparam-lhe da mão e se quebraram em milhares de estilhaços, eliminando com isso qualquer esperança relacionada ao vaso.

“Não há dúvida de que esse ato falho respondeu à tendência atual de facilitar ao médico o prosseguimento de seu processo legal, livrando-o de algo que ele retivera e que, em certa medida, impedia-o de exigir o que haviam retido dele.

“Mas, além desse determinante direto, qualquer psicanalista verá nesse ato falho um outro muito mais profundo e importante, um determinante *simbólico*, pois o vaso é um símbolo indubitável da mulher.

“O herói dessa pequena história perdera de maneira trágica sua esposa jovem, linda e ardentemente amada; caiu vítima de uma neurose cuja nota fundamental dizia que ele era o culpado dessa desgraça (‘ele havia quebrado um belo vaso’). Além disso, já não tinha nenhuma relação com as mulheres e tomou aversão ao casamento e às relações amorosas duradouras, que inconscientemente encarava como uma infidelidade à sua esposa morta, mas que, na consciência, racionalizava na idéia de que trazia a desgraça às mulheres infelizes, de que uma mulher poderia matar-se por sua causa etc. (Daí sua natural relutância em conservar o vaso permanentemente!)

“Tendo em vista a força de sua libido, não surpreende que lhe parecessem mais adequadas as relações — passageiras por natureza — com mulheres casadas (donde ele reter o vaso de outro).

“Uma bela confirmação desse simbolismo encontra-se nos dois fatores seguintes. Em conseqüência da neurose ele entrou em tratamento psicanalítico. Durante a sessão em que descreveu a quebra do vaso ‘de barro’ [*irdenen* ‘Vase’], ocorreu-lhe, bem mais tarde, voltar a falar sobre suas relações com as mulheres, e disse então considerar-se absurdamente exigente — por exemplo, exigia que as mulheres tivessem uma ‘beleza

extraterrena' ['unirdische Schönheit']. Isso acentua com muita clareza que ele ainda era dependente de sua mulher (falecida, i.e., não-terrena) e nada queria saber da 'beleza terrena'; daí a quebra do vaso 'de barro' ('terreno').

“E exatamente na época em que, na transferência, ele criou a fantasia de se casar com a filha de seu médico, presenteou-o com um vaso, como que para dar um indício do tipo de presente que desejaria receber em troca.

“É previsível que o sentido simbólico do ato falho admita ainda múltiplas variações — por exemplo, ele não querer encher o vaso etc. Mais interessante, porém, parece-me a consideração de que a presença de vários motivos (pelo menos dois), provavelmente agindo em separado desde o pré-consciente e o inconsciente, reflete-se na duplicação do ato falho — derrubar o vaso e depois deixá-lo escapar das mãos.”

(e) Deixar cair, derrubar e quebrar objetos são atos que parecem ser usados com muita freqüência para expressar cadeias inconscientes de pensamentos, como a análise às vezes pode comprovar; mais amiúde, porém, pode-se adivinhá-lo pelas interpretações supersticiosas ou brincalhonas feitas pela voz do povo. São conhecidas as interpretações dadas quando se derrama sal, derruba-se um copo de vinho, quando uma faca caída se crava no chão etc. Só mais adiante [em [1]] examinarei a questão do direito que têm essas interpretações supersticiosas a serem levadas a sério; aqui, cabe apenas observar que, isoladamente, os atos desajeitados de modo algum têm um sentido constante, mas servem como meio de representar esta ou aquela intenção, conforme as circunstâncias.

Recentemente, houve em minha casa um período durante o qual se quebrou uma quantidade incomumente grande de cristais e porcelanas; eu mesmo contribuí para o estrago de várias peças. Mas a pequena epidemia psíquica pôde ser explicada facilmente; estávamos às vésperas do casamento de minha filha mais velha. Nessas cerimônias, aliás, era costume quebrar-se algum utensílio deliberadamente e, ao mesmo tempo, pronunciar uma palavra para trazer boa sorte. Esse costume talvez tenha o significado de um sacrifício e também pode ter outro sentido simbólico.

Quando os empregados destroem objetos frágeis, deixando-os cair, não nos ocorre pensar primeiro numa explicação psicológica, mas também aqui não é improvável que motivos obscuros contribuam para isso. Nada está mais distante das pessoas incultas do que a apreciação da arte e das obras de arte. Nossos criados são dominados por uma hostilidade surda contra as produções artísticas, especialmente quando os objetos (cujo valor eles não entendem) tornam-se para eles uma fonte de trabalho. Por outro lado, pessoas da mesma origem e grau de cultura freqüentemente mostram grande destreza e fidedignidade no manejo de objetos frágeis em instituições científicas, tão logo começam a se identificar com o chefe e a considerar-se parte essencial da equipe.

Aqui insiro [1] uma comunicação de um jovem técnico, que nos confere certo entendimento do mecanismo de um caso de dano material:

“Há algum tempo eu tralhava com diversos colegas, no laboratório da escola técnica, numa série de experiências complexas sobre a elasticidade, trabalho esse que tínhamos empreendido voluntariamente, mas que começava a exigir mais tempo de que havíamos esperado. Um dia, ao voltar ao laboratório com meu amigo F., ele comentou quão desagradável lhe era perder tanto tempo justamente naquele dia, quando tinha tantas

outras coisas a fazer em casa. Não pude deixar de concordar com ele, e ainda acrescentei, em tom meio brincalhão, referindo-me a um incidente da semana anterior: ‘Esperemos que a máquina torne a dar defeito, pois assim poderemos suspender o trabalho e ir para casa cedo.’ Ocorre que, na divisão do trabalho, coube a F. a regulação da válvula da prensa, isto é, ele foi incumbido de abrir cautelosamente a válvula para deixar o fluido sob pressão sair pouco a pouco do acumulador para o cilindro da prensa hidráulica. O condutor da experiência ficou junto ao manômetro e, quando se atingiu a pressão correta, gritou bemalto: ‘Pare!’ À palavra de comando, F. segurou a válvula e girou-a com toda a força ... para a esquerda! (Todas as válvulas, sem exceção, fecham-se sendo giradas para a direita.) Isso fez com que toda a pressão do acumulador passasse subitamente para a prensa, esforço este para o qual os tubos de ligação não estão preparados, de modo que um deles explodiu imediatamente — um defeito totalmente inofensivo para a máquina, mas que nos forçou a suspender o trabalho por esse dia e ir para casa. Aliás, é característico que, passado algum tempo, quando discutíamos esse acontecimento, meu amigo F. não tivesse a mínima lembrança de meu comentário, que eu recordava com toda a certeza.”

De maneira semelhante, [1] cair, dar um passo em falso e escorregar nem sempre precisam ser interpretados como falhas puramente acidentais das ações motoras. O duplo sentido que a linguagem confere a essas expressões é suficiente para indicar o tipo de fantasias guardadas que se podem representar através desses abandonos do equilíbrio corporal. Lembro-me de certo número de doenças nervosas leves em mulheres e moças que sobrevieram depois de uma queda sem lesões e foram tomadas por histerias traumáticas decorrentes do susto da queda. Já naquela época eu tinha a impressão de que essas coisas poderiam estar relacionadas de outra maneira, como se a queda já fosse um produto da neurose e expressasse as mesmas fantasias inconscientes, de conteúdo sexual, que são as forças motoras por trás dos sintomas, como se pode presumir. Não seria também isso o que pretende dizer o provérbio “Donzela, quando cai, cai de costas”?

Também podemos tomar [1] como equívocos na ação os casos em que se dá a um mendigo uma moeda de ouro em vez de uma moedinha de cobre ou de prata. A explicação desses enganos é fácil; são atos sacrificiais destinados a aplacar o destino, afastar a desgraça, e assim por diante. Quando se ouve uma mãe, ou tia afeiçoada, pouco antes de sair para um passeio em que exibiu a contragosto tal generosidade, expressar preocupação com a saúde de uma criança, já não se pode ter nenhuma dúvida quanto ao sentido desse acidente supostamente desagradável. Dessa maneira, nossos atos falhos nos permitem praticar todos aqueles costumes piedosos e supersticiosos que são obrigados a evitar a luz da consciência devido à resistência de nossa razão, agora incrédula.

(f) Em nenhum outro campo [1] a concepção de que na realidade os atos acidentais são deliberados há de encontrara maior crença do que na esfera da atividade sexual, onde a demarcação entre as duas possibilidades parece realmente vaga. Um bom exemplo de minha própria experiência de alguns anos atrás mostra como um movimento aparentemente desajeitado pode ser usado de maneira altamente requintada para fins sexuais. Na casa de alguns amigos, encontrei uma jovem ali hospedada e que despertou em mim um sentimento de prazer que eu julgara extinto há muito tempo. Em consequência disso, fiquei com um ânimo alegre, falastrão e solícito. Na ocasião, esforcei-me também por descobrir como isso se dera; um ano antes, essa mesma jovem me deixara indiferente. Quando o tio dela, um senhor muito idoso, entrou na sala, eu a ela

nos erguemos de um salto para levar-lhe uma cadeira que estava num canto. Ela foi mais ágil do que eu e estava, creio, mais próxima do objeto; por isso, apoderou-se primeiro da cadeira e pôs-se a carregá-la, apoiando seu espaldar na frente do corpo e segurando com ambas as mãos aos lados do assento. Como cheguei depois, mas ainda aferrado a minha intenção de carregar a cadeira, vi-me de repente postado bem atrás da jovem, enlaçando-a por trás com os dois braços, e minhas mãos se tocaram por um momento em seu regaço. Naturalmente, desfiz a situação com a mesma rapidez com que ela fora criada. Ninguém pareceu reparar na habilidade com que me aproveitei desse movimento desajeitado.

Ocasionalmente, também tive de dizer a mim mesmo que o processo irritante e desajeitado de desviar de alguém na rua, no qual, por alguns segundos, dá-se primeiro um passo para um lado e, depois, para o outro, mas sempre para o mesmo lado que outra pessoa, até que se acaba ficando frente a frente com ela (ou com ele), que esse “barrar o caminho”, eu dizia, é também a repetição de um comportamento travesso e provocador de anos anteriores e, sob a máscara da inabilidade, persegue objetivos sexuais. Por minhas psicanálises de neuróticos, sei que a chamada ingenuidade dos jovens e crianças muitas vezes é apenas uma máscara desse tipo, usada para que possam dizer ou fazer algo indecoroso sem se sentirem embaraçados.

Wilhelm Stekel relatou auto-observações muito semelhantes. Entrei numa casa e estendi a sua dona minha mão direita. Ao fazê-lo, achei um modo estranhíssimo de desatar o laço que prendia seu roupão largo. Eu não estava consciente de nenhuma intenção desonrosa, mas executei esse movimento desajeitado com a destreza de um escamoteador.”

Já pude [1] fornecer provas reiteradas [ver em [1] e [2]] de que os escritores pensam nos atos falhos como tendo um sentido e um motivo, tal como venho argumentando aqui. Por isso, não nos surpreenderemos ao verificar, num novo exemplo, como um escritor dota de sentido um movimento desajeitado e também o faz prenunciar eventos posteriores.

Eis um trecho do romance *L'Adultera* [*A Adúltera*, 1882], de Theodor Fontane: ‘... Melanie ergueu-se de um salto e atirou para o marido uma das bolas grandes, como que num cumprimento. Mas não mirou bem, a bola voou para um lado e Rubehn a agarrou.’ Ao voltarem da excursão que levou a esse pequeno episódio, ocorre entre Melanie e Rubehn uma conversa que revela os primeiros indícios de uma afeição nascente. Essa afeição cresce e se transforma em paixão, de modo que Melanie termina por abandonar o marido para se entregar inteiramente ao homem amado. (Comunicado por H. Sachs.)

(g) Os efeitos produzidos pelos atos falhos das pessoas normais são, em geral, dos mais inofensivos. Precisamente por isso, há um interesse especial em saber se os erros de importância considerável, que podem ser acompanhados de conseqüências desagradáveis — por exemplo, os erros dos médicos ou farmacêuticos —, enquadram-se de algum modo em nossos pontos de vista. (Cf. também em [1]-[2]).

Como é muito raro eu praticar intervenções médicas, só tenho para comunicar, de minha experiência pessoal, um exemplo de equívoco na ação médica. Com uma senhora muito idosa a que tenho visitado duas vezes por dia há alguns anos, meus serviços médicos se limitam, na visita matinal, a duas ações; coloco-lhe algumas gotas de colírio no olho e lhe aplico uma injeção de morfina. Em geral, já há dois frasquinhos preparados: um azul com o colírio e um branco com a solução de morfina. Durante as duas operações, meus pensamentos, na maioria das vezes, voltam-se para alguma outra coisa; é que já as repeti tantas vezes que minha atenção se libera. Uma manhã, notei que o autômato havia errado no trabalho: mergulhara o conta-gotas



no frascobranco, e não no azul, e pingara morfina no olho em vez de colírio. Fiquei muito assustado, mas logo me tranqüilizei, refletindo que algumas gotas de uma solução de morfina a dois por cento não poderiam causar nenhum dano nem mesmo no saco conjuntival. A sensação de susto obviamente derivava de outra fonte.

Ao tentar analisar esse pequeno erro, ocorreu-me inicialmente a frase “sich an der Alten vergreifen”, que forneceu o caminho mais curto para a solução. Eu estava sob a influência de um sonho que me fora contado por um jovem na noite anterior e cujo conteúdo não admita outra interpretação que não fosse a de relações sexuais com sua própria mãe. O estranho fato de a lenda [de Édipo] não fazer nenhuma objeção à idade da rainha Jocasta pareceu-me adequar-se bem à conclusão de que, no enamoramento pela própria mãe, nunca se trata da pessoa atual dela, mas de sua imagem mnêmica juvenil, formada nos anos da infância. Tais incongruências aparecem sempre que uma fantasia que oscila entre dois períodos se torna consciente e, com isso, liga-se em definitivo a determinada época. Absorto em tais pensamentos, fui ver minha paciente, que tem mais de noventa anos, e devo ter estado a caminho de apreender a aplicação humana universal do mito de Édipo como um correlato do destino que se revela nos oráculos, pois então “atentei contra a velha” ou “cometi um erro em relação à velha” [*vergreifen sich bei der Alten*]. Também esse equívoco na ação foi inofensivo; dos dois erros possíveis, aplicar a solução de morfina no olho ou injetar o colírio, escolhi o que era bem mais inofensivo. Resta ainda a questão de saber se, nos erros capazes de provocar danos graves, é lícito admitirmos a possibilidade de uma intenção inconsciente, tal como fizemos nos casos já discutidos.

Nesse ponto, como seria de se esperar, meu material me deixa desamparado, e fico reduzido a depender de conjecturas e inferências. Sabe-se que, nos casos mais graves de psiconeuroses, os ferimentos auto-infligidos ocasionalmente aparecem como sintomas patológicos e que, nesses casos, nunca se pode excluir o suicídio como um possível desfecho do conflito psíquico. Sei agora, e posso provar com exemplos convincentes, que muitos ferimentos aparentemente acidentais sofridos por esses doentes são, na realidade, lesões auto-infligidas. Acontece que uma tendência à autopunição, que está constantemente à espreita e comumente se expressa na autocensura ou contribui para a formação do sintoma, tira hábil partido de uma situação externa oferecida pelo acaso, ou contribui para sua criação até que se dê o efeito lesivo desejado. Tais ocorrências de modo algum são raras, inclusive nos casos de gravidade moderada, e denunciam o papel desempenhado pela intenção inconsciente através de uma série de traços particulares — por exemplo, a notável serenidade com que os pacientes encaram o suposto acidente.

Quero descrever detalhadamente, [1] dentre muitos, um único exemplo de minha experiência médica: uma jovem senhora quebrou os ossos de uma perna num acidente de carruagem, o que a fez ficar acamada por semanas; o notável foi a ausência de quaisquer expressões de dor e a tranqüilidade com que ela suportou seu infortúnio. Esse acidente deu início a uma doença neurótica prolongada e grave, da qual ela foi finalmente curada pela psicanálise. Ao tratá-la, inteirei-me das circunstâncias que cercaram o acidente e de certos acontecimentos que o precederam. Essa jovem senhora estava hospedada com o marido, homem muito ciumento, na fazenda de uma irmã casada, em companhia de suas muitas outras irmãs e irmãos com os respectivos maridos e mulheres. Certa noite, ela exibiu nesse círculo íntimo um de seus talentos: dançou o canção com perfeição, sob os aplausos calorosos dos parentes, mas com pouquíssima satisfação do marido, que depois lhe sussurrou: “Você tornou a se portar como uma meretriz!” O comentário calou fundo — deixemos em suspenso se foi só por causa da exibição de dança. Ela passou uma noite inquieta; na manhã seguinte,

sentiu vontade de dar um passeio de carruagem. Mas escolheu os cavalos pessoalmente, recusando uma parilha e pedindo outra. A irmã mais moça queria que seu bebê e a ama fossem com ela na carruagem; ela se opôs a isso vigorosamente. Durante o trajeto, deu mostras de nervosismo; preveniu o cocheiro de que os cavalos estavam espantadiços e, quando os animais irrequietos realmente criaram uma dificuldade momentânea, ela saltou do veículo, assustada, e quebrou a perna, os outros que permaneceram na carruagem saíram ilesos. Embora, depois de descobrir esses detalhes, já não possamos duvidar de que o acidente, naverdade, foi arranjado, não podemos deixar de admirar a habilidade com que o acaso foi forçado a impor um castigo tão adequado ao crime: por muito tempo ela ficou impossibilitada de dançar o canção.

Quanto a lesões que eu tenha infligido a mim mesmo em épocas tranquilas, pouco tenho a relatar, mas percebo que não sou incapaz dessas coisas em circunstâncias extraordinárias. Quando um membro de minha família se queixa de ter mordido a língua, imprensado um dedo etc., não recebe de mim a compaixão esperada, mas sim a pergunta: “Por que você fez isso?” Mas eu mesmo dei certa vez um beliscão extremamente doloroso em meu polegar, depois que um jovem paciente me falou, durante a sessão, de seu propósito (não para ser levado a sério, é claro) de se casar com minha filha mais velha, enquanto eu sabia que, justamente nessa época, estava no sanatório, correndo o mais extremo risco de vida.

Um de meus meninos, cujo temperamento animado costumava criar dificuldades para se cuidar dele quando ficava doente, um dia teve um acesso de raiva porque o mandamos passar a manhã de cama e ameaçou matar-se, possibilidade esta com que se familiarizara através dos jornais. À noite, mostrou-me um machucado que fizera num dos lados do peito ao dar um esbarrão na maçaneta da porta. Diante de minha pergunta irônica sobre por que fizera isso e o que havia pretendido, o menino de onze anos respondeu, como que subitamente inspirado: “Isso foi minha tentativa de suicídio, que ameacei cometer hoje cedo.” A propósito, não creio que nessa época meus filhos tivessem acesso a minhas concepções sobre os ferimentos auto-infligidos.

Quem acreditar [1] na ocorrência de ferimentos semi-intencionais auto-infligidos — se me for permitido usar essa expressão desajeitada — também estará disposto a supor que, além do suicídio intencional consciente, existe uma autodestruição semi-intencional (com uma intenção inconsciente), capaz de explorar habilmente uma ameaça à vida e mascarar-la como um acidente casual. Não há por que supor que essa autodestruição seja rara. É que a tendência à autodestruição está presente em certa medida num número muito maior de pessoas do que aquelas em que chega a ser posta em prática; os ferimentos auto-infligidos são, em geral, um compromisso entre essa pulsão e as forças que ainda se opõem a ela. Mesmo nos casos em que realmente se consuma o suicídio, a propensão a ele terá estado presente desdelonga data, com menor intensidade ou sob a forma de uma tendência inconsciente e suprimida.

Mesmo a intenção *consciente* de cometer suicídio escolhe sua época, seus meios e sua oportunidade; e é perfeitamente consonante com isso que a intenção *inconsciente* aguarde uma ocasião que possa tomar a seu encargo parte da causação e que, ao requisitar as forças defensivas do sujeito, liberte a intenção da pressão destas. As considerações que aqui proponho estão longe de ser fúteis. Já tive notícia de mais de um acidente aparentemente casual (andando a cavalo ou de carruagem) cujos detalhes justificam a suspeita de que o suicídio foi inconscientemente permitido. Por exemplo, durante uma prova hípica com outros companheiros, um oficial caiu do cavalo e feriu-se tão gravemente que morreu alguns dias depois. Seu

comportamento ao voltar a si teve alguns aspectos singulares, e sua conduta anterior fora ainda mais notável. Ele ficara profundamente desgostoso com a morte de sua mãe amada, tivera crises de choro na presença de seus companheiros de farda e dissera a seus amigos íntimos que estava farto da vida; quis abandonar o serviço para participar de uma guerra na África que antes não o interessara; e tendo sido um cavaleiro esplêndido, agora evitava montar sempre que possível. Por fim, antes da corrida, da qual não pôde esquivar-se, ele expressou um mau pressentimento; dada nossa visão nessas questões, não nos surpreende que esse pressentimento tenha-se revelado justificado. Não de fazer-me a objeção de que é perfeitamente compreensível que uma pessoa em tal depressão nervosa não consiga dominar um cavalo bem quanto em dias normais. Concorro plenamente; só que eu buscaria o mecanismo da inibição motora produzida por esse estado de “nervosismo” na intenção de autodestruição aqui enfatizada.

S. Ferenczi, de Budapeste, entregou-me para publicação a análise de um ferimento aparentemente acidental com arma de fogo, que ele explica como uma tentativa inconsciente de suicídio. Só posso declarar minha concordância com a visão que ele tem do assunto.

“J. Ad., um carpinteiro de vinte e dois anos, consultou-me em 18 de janeiro de 1908. Queria saber de mim se a bala que penetrara em sua têmpora esquerda em 20 de março de 1907 podia ou devia ser removida por uma operação. Salvo por dores de cabeça ocasionais e não muito fortes, ele se sentia perfeitamente bem, o exame objetivo nada revelou além da cicatriz característica, enegrecida pela pólvora, na têmpora esquerda, de modo que desaconselhei a operação. Indagado sobre as circunstâncias do caso, ele explicou que se ferira acidentalmente. Estava brincando com o revólver do irmão, *achou que não estava carregado*, pressionou-o com a mão esquerda contra a têmpora *esquerda* (não é canhoto), pôs o dedo no gatilho e um tiro foi disparado. *Havia três balas na arma de seis tiros*. Perguntei como lhe ocorrera a idéia de pegar o revólver. Respondeu que tinha sido na época de seu exame médico para o serviço militar; na noite anterior, levava a arma com ele para a hospedaria, pois tinha medo de brigas. No exame médico, foi declarado inepto por causa de suas varizes, o que o fez sentir-se muito envergonhado. Voltou para casa e pôs-se a brincar com o revólver, mas não tinha nenhuma intenção de se ferir — e então ocorreu o acidente. Indagado ainda se, no mais, estava satisfeito com pura sorte, respondeu com um suspiro e contou a história de seu amor por uma jovem que também o amava, mas que mesmo assim o havia abandonado; por pura cobiça ela emigrara para a América. Ele quis segui-la, mas seus pais o impediram. Sua amada partira em 20 de janeiro de 1907, ou seja, dois meses antes do acidente. Apesar de todos esses fatores suspeitos, o paciente continuou insistindo em que o disparo fora um ‘acidente’. Entretanto, estou firmemente convencido de que sua negligência em certificar-se de que a arma estava descarregada antes de brincar com ela, bem como seu ferimento auto-infligido, foram psicicamente determinados. Ele ainda estava sob os efeitos deprimentes de seu desafortunado caso de amor e obviamente queria ‘esquecer tudo’ no exército. Quando lhe tiraram também essa esperança, pôs-se a brincar com o revólver, ou seja, entregou-se a uma tentativa inconsciente de suicídio. O fato de segurar o revólver na mão esquerda, e não na direita, é uma prova decisiva de que realmente só estava ‘brincando’ — isto é, não queria conscientemente cometer suicídio.”

Outra análise de um ferimento auto-infligido aparentemente acidental, transmitida a mim por seu observador (Van Emden, 1912), faz lembrar o provérbio: “Quem abre uma cova para os outros acaba caindo nela.”

“A Sra. X., que vem de um meio burguês, é casada e tem três filhos. Sem dúvida é nervosa, mas nunca precisou de um tratamento enérgico, pois tem capacidade suficiente para enfrentar a vida. Certo dia, acarretou para si mesma uma desfiguração facial bem impressionante na época, embora passageira. Ia ela por uma rua que estava em conserto quando tropeçou num monte de pedras e bateu com o rosto no muro de uma casa. O rosto ficou todo arranhado; as pálpebras ficaram azuis e inchadas e, temendo que algo pudesse acontecer com seus olhos, ela mandou chamar o médico. Depois de tranquilizá-la a esse respeito, perguntei: ‘Mas por que foi mesmo que a senhora caiu assim?’ Ela respondeu que, pouco antes, havia prevenido o marido — que já sofria há alguns meses de uma afecção articular e por isso andava com dificuldade — para que tomasse muito cuidado naquela rua; e ela já tivera muitas vezes a experiência, em casos como esse, de acontecer-lhe, de maneira muito estranha, justamente aquilo de que ela prevenira alguma outra pessoa.

“Não fiquei satisfeito com essa determinação do acidente e lhe perguntei se acaso não teria algo mais a me contar. Sim, bem antes do acidente ela vira um bonito quadro numa loja do outro lado da rua; de repente, desejara tê-lo como adorno para o quarto das crianças, e por isso quis comprá-lo imediatamente: partiu em linha reta em direção à loja, sem olhar para o chão, tropeçou no monte de pedras e, ao cair, bateu com o rosto no muro da casa, sem esboçar a menor tentativa de se proteger com as mãos. Esqueceu de imediato a intenção de comprar o quadro e voltou para casa o mais depressa possível. — ‘Mas por que a senhora não prestou mais atenção?’ perguntei. — ‘Bem’, respondeu ela, ‘talvez tenha sido um *castigo*... por causa daquela história que lhe contei em confiança.’ — ‘Com que então essa história tem continuado a afligi-la tanto assim?’ — ‘Sim, depois em arrependi muito; achei que fui má, criminosa e imoral, mas naquela época eu estava quase louca com meu nervosismo.’

“Tratava-se de um aborto que ela fizera com o consentimento do marido, já que, dada a sua situação financeira, o casal não queria ter mais filhos. O aborto fora iniciado por uma curandeira e tivera de ser concluído por um médico especialista.

“Muitas vezes me repreendo pensando “mas você mandou matar seu filho!”, e me angustiava pensar que uma coisa assim não podia ficar sem castigo. Agora que o senhor me garantiu que não há nada de mal com meus olhos, fico muito descansada: de qualquer modo, já fui *suficientemente punida*.’

“Esse acidente, portanto, foi uma autopunição, de um lado para expiar o crime dela, mas de outro também para escapar a um castigo desconhecido, talvez muito maior, ante o qual ela se angustiara continuamente por meses a fio. No momento em que se atirou em direção à loja para comprar o quadro, ela foi dominada pela lembrança dessa história inteira, com todos os seus temores — história que já se fizera sentir com bastante força em seu inconsciente quando da advertência ao marido — e é possível que isso se tenha expressado em palavras como: ‘Mas para que você precisa de um enfeite para o quarto das crianças, você que mandou matar seu filho? Você é uma assassina! O grande castigo com certeza chegará!’

“Esse pensamento não se tornou consciente, mas em contrapartida ela usou a situação, nesse momento que eu chamaria de psicológico, para se castigar discretamente, com o auxílio do monte de pedras que parecia adequado para tal fim; foi por isso que nem sequer estendeu as mãos ao cair e também não levou um susto violento. O segundo determinante do acidente, provavelmente menos importante, foi sem dúvida a autopunição por seu desejo *inconsciente* de se livrar do marido, que aliás fora cúmplice no crime. Esse desejo

traiu-se na advertência inteiramente supérflua que ela fez ao marido, para que ficasse atento ao monte de pedras na rua, já que ele andava com muito cuidado justamente por não ir bem das pernas.”

Quando se consideram as circunstâncias do seguinte caso de autoferimento aparentemente accidental por queimadura, tende-se a achar que J. Stårcke (1916) está certo em encará-lo como um “ato sacrificial”:

“Uma senhora cujo genro tinha de partir para a Alemanha a fim de prestar serviço militar escaldou o pé nas seguintes circunstâncias: sua filha esperava dar à luz em breve e, naturalmente, os pensamentos voltados para os perigos da guerra não deixavam a família muito bem-humorada. No dia anterior à partida, ela convidara o genro e a filha para jantar. Ela mesma preparou a refeição na cozinha, não sem antes, estranhamente, trocar suas botas altas de amarrar, providas de palmilha corretiva, com as quais andava comodamente e que também costumava usar em casa, por um par de chinelos do marido, grandes demais e abertos em cima. Ao tirar do fogo uma panela grande de sopa fervendo, deixou-a cair e assim fez uma queimadura bastante séria num dos pés, sobretudo no peito do pé, que não estava protegido pelo chinelo aberto. — Naturalmente, todos atribuíram esse acidente a seu compreensível ‘nervosismo’. Nos primeiros dias depois desse holocausto, ela teve um cuidado especial ao manipular coisas quentes, mas isso não a impediu, alguns dias depois, de queimar o pulso com um caldo fervente”.

Se uma fúria [1] contra a própria integridade e a própria vida pode assim esconder-se por trás de uma inabilidade aparentemente accidental e de uma insuficiência motora, não é preciso um grande passo para se transferir essa mesma concepção para os erros que colocam em sério perigo a vida e a saúde de outras pessoas. As provas de que disponho para mostrar a validade desse ponto de vista são extraídas de minha experiência com neuróticos e, portanto, não atendem a todos os requisitos da situação. Relatarei um caso em que algo que não foi propriamente um erro, mas que merece o nome de ato sintomático ou casual, forneceu-me a pista que depois possibilitou resolver o conflito do paciente. Aceitei certa vez o encargo de fazer algo pelo casamento de um homem muito inteligente cujas desavenças com sua jovem esposa, que o amava ternamente, sem dúvida podiam reclamar para si alguns fundamentos reais, mas, como ele mesmo admitia, não eram assim inteiramente explicadas. Ele se ocupava incessantemente com a idéia do divórcio, que então voltara a descartar por amar muito ternamente seus dois filhos pequenos. Apesar disso, voltava constantemente a sua intenção e não buscava nenhum meio de fazer com que sua situação se tornasse suportável. Tal incapacidade de pôr termo a um conflito é vista por mim como prova de que motivos recalcados e inconscientes contribuíram para fortalecer os motivos conscientes que lutam entre si, e em tais casos tomo a meu encargo dar fim ao conflito através da análise psíquica. Um dia, esse homem me narrou um pequeno incidente que o deixara extremamente assustado. Ele estava atizando (“*hetzen*”) seu filho mais velho, claramente o predileto, brincando de jogá-lo para cima e deixá-lo cair, e em certo momento jogou-o tão alto num determinado lugar, que a cabeça do menino quase bateu no pesado lustre a gás ali pendurado. Quase, mas não de fato — ou talvez por um triz! O menino não sofreu nada, mas ficou tonto com o susto. O pai, horrorizado, ficou com o filho nos braços, e a mãe teve um ataque histérico. A destreza peculiar desse movimento imprudente e a violência da reação dos pais fizeram-me procurar nesse acidente um ato sintomático destinado a expressar uma intenção malévola dirigida contra o filho amado. Pude eliminar a contradição entre isso e a ternura atual do pai pelo filho, retrocedendo o impulso de feri-lo até a época em que esse filho fora o único e era tão pequeno que o pai ainda

não sentia por ele um interesse afetuosos. Foi-me então fácil supor que esse homem, obtendo da mulher pouca satisfação, teria naquela época formulado um pensamento ou tomado uma decisão assim: “Se essa criaturinha que nada significa para mim vier a morrer, ficarei livre e poderei divorciar-me de minha mulher.” Portanto, o desejo da morte da criatura agora tão amada por ele devia ter persistido inconscientemente. A partir daí foi fácil descobrir o caminho da fixação inconsciente desse desejo. Um poderoso determinante proveio realmente da lembrança infantil do paciente sobre a morte de um irmãozinho, cuja responsabilidade a mãe imputara à negligência do pai e que havia conduzido a brigas violentas entre os pais e a ameaças de divórcio. O curso subsequente do casamento de meu paciente, bem como meu êxito terapêutico, confirmaram minha conjectura.

Stärcke (1916) deu um exemplo de como os escritores não hesitam em substituir uma ação intencional por um equívoco na ação e, desse modo, convertê-lo em fonte das mais graves conseqüências:

“Num dos esboços de Heijermans (1914) aparece um exemplo de equívoco na ação ou, mais exatamente, de um erro que o autor usa como motivo dramático.

“Trata-se do esboço chamado ‘Tom e Teddie’, onde um casal de mergulhadores, num teatro de variedades, apresenta-se num tanque de ferro comparedes de vidro, ali permanecendo por bastante tempo embaixo d’água e fazendo várias truques. A mulher iniciou há pouco tempo um caso com outro homem, um domador. O marido-mergulhador surpreende os dois juntos no camarim, pouco antes de começar o espetáculo. Silêncio mortal, olhares ameaçadores, e o marido diz: ‘Depois!’ — Começa a representação. O mergulhador está para fazer seu truque mais difícil: permanecerá ‘dois minutos e meio embaixo d’água, num baú hermeticamente fechado’. — É um truque que eles já fizeram muitas vezes: o baú era trancado e ‘Teddie costumava mostrar a chave ao público, que controlava o tempo em seus relógios’. Ela também costumava jogar propositalmente a chave no tanque umas duas vezes, e depois mergulhar depressa atrás dela, para não se atrasar na hora em que o baú tinha que ser aberto.

“Nessa noite de 31 de janeiro, Tom foi trancafiado, como de costume, pelos dedinhos de sua mulher ágil e animada. Sorriu-lhe pelo postigo — ela brincava com a chave e aguardava o sinal de advertência do marido. Nos bastidores estava ‘o outro’, o domador com seu fraque impecável, sua gravata branca e seu chicote. Para chamar a atenção dela, deu um assovio bem curto. Ela o olhou, riu e, com o gesto desajeitado de alguém cuja atenção foi desviada, jogou a chave tão impetuosamente para o alto que, exatamente em dois minutos e vinte segundos, contados com precisão, ela caiu ao lado do tanque, em meio às pregas do tecido que recobria o pedestal. Ninguém a vira. Ninguém poderia vê-la. Vista da platéia, a ilusão de ótica foi tal que todos viram a chave deslizar para dentro d’água — e nenhum dos ajudantes do teatro reparou nela, pois o panejamento abafou o ruído.

“Rindo, sem nenhuma hesitação, Teddie trepou na borda do tanque. Rindo — ele agüentava bem —, desceu a escada. Rindo, desapareceu sob o pedestal para procurar ali e, não encontrando a chave prontamente, inclinou-se para a parte frontal do panejamento com um gesto impagável, tendo no rosto a expressão de quem dissesse. “Ora! mas que chateação!”.

“Enquanto isso, Tom fazia sua caretas engraçadas por trás do postigo, como se também ele fosse ficando inquieto. Via-se o branco de sua dentadura postiça, a agitação dos lábios sob o bigode cor de trigo, as cômicas borbulhas que já se tinham visto antes, enquanto ele comia a maçã. Viram-lhe os pálidos nós dos dedos que se agitavam e arranhavam, e riram como tantas vezes tinham rido aquela noite.



“Dois minutos cinqüenta e oito segundos...

“Três minutos e sete segundos... doze segundos...

“Bravo! Bravo! Bravo!

“Houve então um sobressalto na sala e um arrastar de pés, pois também os empregados e o domador começaram a procurar, e a cortina desceu antes que se levantasse a tampa.

“Seis dançarinas inglesas entraram em cena... depois o homem dos pôneis, os cachorros e os macacos. E assim por diante.

“Só na manhã seguinte o público ficou sabendo que houvera uma desgraça, que Teddie, viúva, ficará só no mundo...’

“Por essa citação se evidencia quão primorosamente esse artista devia compreender a essência do ato sintomático para nos mostrar com tanto acerto a causa mais profunda do desajeitamento fatal.”

## CAPÍTULO IX - ATOS CASUAIS E SINTOMÁTICOS

Os atos descritos até aqui [Capítulo VIII], nos quais reconhecemos a execução de uma intenção inconsciente, apareciam sob a forma de perturbações de outros atos tencionados e se ocultavam sob o pretexto da falta de habilidade. Os atos “casuais” a serem discutidos agora só diferem das ações “equivocadas” pelo fato de desprezarem o apoio da intenção consciente e, portanto, não terem necessidade de um pretexto. Aparecem por conta própria e são permitidos por não se suspeitar de que haja neles algum objetivo ou intenção. São executados “sem que se pense que há alguma coisa neles”, de maneira “puramente casual”, “só para manter as mãos ocupadas”, e se espera que essas informações ponham fim a qualquer indagação sobre o sentido do ato. Para poderem gozar dessa posição privilegiada, esses atos, que já não recorrem à desculpa da inabilidade, têm de preencher certas condições: têm que ser *discretos* e é preciso que seus feitos sejam insignificantes.

Compilei um grande número desses atos casuais em mim mesmo e em outras pessoas e, depois de examinar de perto os diferentes exemplos, cheguei à conclusão de que mais merecem o nome de *atos sintomáticos*. Eles expressam algo de que o próprio agente não suspeita neles e que, em regra geral, não pretende comunicar, e sim guardar para si. Assim, exatamente como todos os outros fenômenos que consideramos até agora, desempenham o papel de sintomas.

O estoque mais rico desses atos sintomáticos ou casuais é obtido, na verdade, no tratamento psicanalítico do neurótico. Não posso abster-me de citar dois exemplos dessa fonte, que mostram com que amplitude e sutileza esses acontecimentos insignificantes são determinados por pensamentos inconscientes. A fronteira entre os atos sintomáticos e os equívocos na ação é tão pouco nítida que eu bem poderia ter incluído esses exemplos no capítulo anterior.

(1) Durante uma sessão, uma jovem casada mencionou em suas associações ter cortado as unhas na véspera e “ter cortado a carne enquanto tentava retirar a fina cutícula da base da unha”. Isso é tão pouco interessante que nos perguntamos, surpresos, porque teria sido lembrado e mencionado, e começamos a suspeitar de que estamos lidando com um ato sintomático. E de fato, o dedo vitimado por sua pequena inabilidade fora o dedo anular, aquele em se usa a aliança matrimonial. Além disso, era seu aniversário de casamento, o que empresta ao ferimento na fina cutícula um sentido muito definido, fácil de adivinhar. Ao mesmo tempo, ela contou um sonho que aludia à inabilidade do marido e a sua insensibilidade como esposa. Mas por que teria ela ferido o anular da mão *esquerda*, se a aliança é usada [em seu país] na mão *direita*? O marido dela é advogado, “doutor em direito” [*Doktor der Rechte*], e quando mocinha, sua afeição secreta pertencera a um médico (como se diz por brincadeira “*Doktor der Linke*” [literalmente, “doutor da esquerda”]). Um “casamento com a mão esquerda” também tem lá seu sentido definido.

(2) Disse-me uma jovem dama solteira: “Ontem, sem que tivesse nenhuma intenção disso, rasguei em dois pedaços uma nota de cem florins e dei metade a uma dama que me estava visitando. Será isso também um ato sintomático?” Uma investigação mais acurada revelou as seguintes particularidades. A nota de cem

florins: — ela dedicava parte de seu tempo e de suas posses a obras de caridade. Junto com outra dama, estava cuidando da educação de um órfão. A nota de cem florins era a contribuição que lhe fora enviada por essa outra dama. Ela a pusera num envelope e o colocara provisoriamente sobre a escrivaninha.

A visitante era uma dama ilustre a quem ela estava ajudando em outra obra beneficente. Essa dama queira anotar uma lista de nomes de pessoas a quem se pudesse solicitar apoio. Por faltar papel, minha paciente pegou o envelope em cima da escrivaninha e, sem pensar em seu conteúdo, rasgou-o em dois pedaços; conservou um deles para si, para ter uma cópia da relação de nomes, e entregou o outro à visitante. Note-se o caráter inofensivo desse procedimento inoportuno. Uma nota de cem florins sabidamente não perde nada de seu valor ao ser rasgada, desde que se possa recompô-la por completo a partir dos fragmentos. A importância dos nomes no pedaço de papel era uma garantia de que a dama não o jogaria fora, e tampouco havia dúvida de que ela restituiria seu valioso conteúdo assim que reparasse nele.

Mas qual teria sido o pensamento inconsciente que esse ato casual, possibilitado pelo esquecimento, pretendeu expressar? A visitante tinha uma relação muito bem definida com o tratamento de minha paciente. Fora essa mesma dama que me recomendara como médico à jovem doente e, se não me engano, minha paciente sentia-se em dívida com ela por esse conselho. Pretenderia a metade da nota de cem florins representar um pagamento por seus serviços como intermediária? Isso ainda seria muito estranho.

Mas a isso veio juntar-se outro material. Um dia antes, uma intermediária de natureza muito diferente indagara a um familiar da paciente se a graciosa senhorita gostaria de travar conhecimento com um certo cavalheiro; e nessa manhã, algumas horas antes da visita da dama, chegara a carta com o pedido do pretendente, que dera margem a muitas risadas. Assim, quando a visitante iniciou a conversa perguntando pela saúde de minha paciente, esta bem que pode ter pensado: “É verdade que você me recomendou o médico certo, mas se pudesse ajudar-me a conseguir o marido certo” (e além disso: “a ter um filho”), “eu lhe ficaria ainda *mais* agradecida.” A partir desse pensamento, que permaneceu recalcado, as duas intermediárias fundiram-se numa só, e ela entregou à visitante o pagamento que sua fantasia se dispunha a entregar à outra. Essa solução torna-se plenamente convincente quando acrescento que, justo na noite anterior, eu havia falado com a paciente sobre esses atos sintomáticos ou casuais. Ela então aproveitou a primeira oportunidade para produzir algo análogo.

Poder-se-ia proceder a um agrupamento desses atos sintomáticos e casuais, de ocorrência tão freqüente, conforme ocorram habitualmente, ou regularmente em certas circunstâncias, ou ainda esporadicamente. Os atos do primeiro grupo (tais como brincar com a corrente do relógio, retorcer a barba etc.), que quase podem ser considerados característicos da pessoa em questão, aproximam-se dos múltiplos movimentos conhecidos como tiques e sem dúvida merecem ser examinados em relação com eles. No segundo grupo inclui brincar com uma bengala ou rabiscar com um lápis que se tenha na mão, fazer tilintar as moedas no bolso, amassar miolo de pão e outras substâncias maleáveis, manusear a própria roupa de todas as maneiras etc. Durante o tratamento psíquico, por trás dessas ocupações com que se brinca escondem-se regularmente um sentido e significado aos quais se nega outra forma de expressão. Geralmente, a pessoa em questão não sabe que faz essas coisas, ou que introduziu modificações em suas brincadeiras habituais, e não vê nem ouve os efeitos dessas ações. Por exemplo, não ouve o barulho do tilintar das moedas e, quando sua atenção é chamada para isso, mostra-se atônita e incrédula. Tudo o que a pessoa faz com sua roupa, com

freqüência sem se aperceber, é igualmente importante e merece a atenção do médico. Cada alteração nos trajes habituais, cada pequeno sinal de desleixo — como um botão desabotoado —, cada indício de desnudamento tem a intenção de expressar algo que o portador da roupa não quer dizer diretamente e do qual, na maioria das vezes, nem está ciente. As interpretações desses pequenos atos casuais, bem como a comprovação delas, emergem a cada vez, com crescente certeza, das circunstâncias concomitantes durante a sessão, do tema nela tratado e das associações que ocorrem quando se chama a atenção para o ato aparentemente casual. Por isso deixo de corroborar minhas afirmações mediante a comunicação de exemplos acompanhados de análises; no entanto, menciono esses atos por acreditar que eles tenham, nas pessoas normais, o mesmo sentido que têm em meus pacientes.

Não posso deixar de mostrar, ao menos com um exemplo, como pode ser estreita a relação entre um ato simbólico realizado pela força do hábito e os aspectos mais íntimos e importantes da vida de uma pessoa sadia: [1]

“Como nos ensinou o professor Freud, o simbolismo desempenha na vida infantil das pessoas normais um papel maior do que faziam prever as experiências psicanalíticas anteriores; nesse sentido, a breve análise que se segue talvez seja de algum interesse, especialmente por suas perspectivas médicas.

“Ao rearrumar sua mobília numa casa nova, um médico deparou com um antigo estetoscópio “simples” de madeira. Depois de refletir por um instante sobre onde deveria colocá-lo, sentiu-se forçado a pô-lo num dos lados de sua escrivaninha, e em tal posição que ficou exatamente entre sua cadeira e a que era reservada aos pacientes. O ato em si foi um pouco estranho, por duas razões. Em primeiro lugar, ele não usava o estetoscópio com freqüência (de fato, é neurologista) e, quando havia necessidade, usava um modelo duplo, para ambos os ouvidos. Em segundo lugar, todos os seus aparelhos e instrumentos médicos eram guardados em gavetas, com a única exceção desse. Entretanto, ele não pensou mais no assunto, até que um dia uma paciente, que nunca vira um estetoscópio simples, perguntou-lhe o que era aquilo. Recebida a resposta, ela perguntou porque ele o colocara justamente ali, ao que ele retrucou prontamente que aquele lugar era tão bom quanto qualquer outro. Mas isso o intrigou, e ele começou a se indagar se teria havido alguma motivação inconsciente em seu ato; familiarizado com o método psicanalítico, resolveu investigar a questão.

“Como primeira lembrança, ocorreu-lhe que, quando estudante de medicina, ele se impressionara com o hábito de um médico residente, que sempre levava na mão um estetoscópio simples em suas visitas às enfermarias, embora nunca o usasse. Ele admirara muito esse médico e lhe tinha excepcional afeição. Mais tarde, ao tornar-se residente ele próprio, adquiriu o mesmo hábito, e sentia-se muito pouco à vontade quando, por engano, saía do quarto sem balançar o instrumento na mão. A inutilidade desse hábito evidenciou-se, porém, não só pelo fato de o único estetoscópio realmente usado por ele ser biauricular e ser levado em seu bolso, mas também por isso ter prosseguido quando ele já era residente do serviço de cirurgia e nunca precisar de estetoscópio algum. A importância dessas observações logo se torna clara quando nos referimos à natureza fálica desse ato simbólico.

“Em seguida, recordou o fato de que, quando menino, ficava impressionado com o hábito do médico da família de carregar um estetoscópio simples dentro do chapéu; ele achava interessante que o médico sempre tivesse seu principal instrumento à mão ao visitar seus pacientes, e que só precisasse tirar o chapéu (i.e., uma parte da roupa) e ‘puxá-lo para fora’. Quando menino, ele fora intensamente apegado a esse médico; e uma

breve auto-análise permitiu-lhe descobrir que, na idade de três anos e meio, ele tivera uma dupla fantasia a propósito do nascimento de uma irmãzinha menor, a saber, que ela era filha, primeiro, dele e de sua mãe, e segundo, dele e do médico. Nessa fantasia, portanto, ele desempenhava tanto o papel masculino quanto o feminino. Lembrou-se ainda de ter sido examinado por esse mesmo médico quando tinha seis anos, e recordou nitidamente a sensação voluptuosa de ter a cabeça do médico perto dele, pressionando o estetoscópio em seu peito, bem como o movimento rítmico de sua respiração, indo e vindo. Aos três anos de idade, ele tivera uma afecção crônica no peito, que exigira exames repetidos, embora ele realmente já não conseguisse lembrar desse fato em si.

“Aos oito anos, ele se impressionou quando um menino mais velho lhe disse que era costume do médico ir para a cama com suas pacientes. Decerto havia algum fundamento para esses boatos, e em todo caso, as mulheres da vizinhança, inclusive sua própria mãe, eram muito afeiçoadas a esse médicojovem e bonito. Ele próprio, em diversas ocasiões, já experimentara tentações sexuais em relações a suas pacientes; apaixonara-se por duas delas e finalmente se casara com outra. Tampouco há alguma dúvida de que sua identificação inconsciente com esse médico foi a razão principal de ele optar pela profissão médica. Outras análises nos fazem supor que este é, indubitavelmente, o motivo mais comum (embora seja difícil determinar sua frequência). No presente caso houve uma determinação dupla: primeiro, pela superioridade, em várias ocasiões, do médico sobre o pai, de quem o filho sentia muito ciúme, e segundo, pelo conhecimento que o médico tinha de coisas proibidas e por suas oportunidades de satisfação sexual.

“Veio então um sonho que já publiquei em outro lugar (Jones 1910b); era de natureza nitidamente homossexual-masquista. Nele, um homem que era uma figura substituta do médico atacava-o com uma ‘espada’. A espada recordou-lhe uma história, na *Völsung Nibelungen- Saga*, em que Sigurd coloca uma espada nua entre ele mesmo e Brünhilde adormecida. O mesmo episódio ocorre na lenda Arthur, que nosso homem também conhece bem.

“Agora se torna claro o sentido do ato sintomático. Nosso médico colocou seu estetoscópio simples entre ele e suas pacientes tal como Sigurd colocou sua espada entre ele mesmo e a mulher em quem não devia tocar. O ato foi uma formação de compromisso; serviu a duas moções: ceder, na imaginação, ao desejo suprimido de manter relações sexuais com alguma paciente atraente, mas, ao mesmo tempo, lembrar que esse desejo não podia ser realizado. Foi, por assim dizer, um encantamento contra a tentação.

“Eu acrescentaria que o seguinte trecho do *Richelieu*, de Lord Lytton, causou grande impressão no menino:

Sob o governo de homens de total grandeza

A pena é mais poderosa do que a espada...

e que ele se tornou um escritor fecundo que usa uma caneta excepcionalmente grande. Quando lhe perguntei porque precisava dela, deu a resposta característica: ‘Porque tenho muito a expressar.’

“Essa análise volta a nos lembrar quão extenso é o conhecimento da vida anímica fornecido pelos atos ‘inocentes’ e ‘sem sentido’, e quão cedo se desenvolve na vida a tendência à simbolização.”

Posso ainda citar, de minha experiência psicoterapêutica, um caso em que um testemunho eloquente foi fornecido por uma mão que brincava com um pedaço de miolo de pão. Meu paciente era um menino que

ainda não completara treze anos, padecendo há quase dois anos de uma histeria grave, e a quem finalmente aceitei em tratamento psicanalítico, depois que uma longa estada numa instituição hidropática mostrou-se infrutífera. Parti do pressuposto de que ele deveria ter tido experiências sexuais e estaria atormentado por questões sexuais, o que era bastante provável em sua idade; abster-me, porém, de correr em seu auxílio com esclarecimentos, pois queria submeter novamente à prova minhas premissas. Permiti-me, portanto, aguardar com curiosidade para ver de que modo se esboçaria nele o que era buscado. Um dia, notei que ele rolava alguma coisa entre os dedos da mão direita; colocava-a no bolso, onde continuava brincando, tornava a retirá-la etc. Não lhe perguntei o que tinha na mão, mas, de repente, ele a abriu e me mostrou: era um pedaço de miolo de pão amassado. Na sessão seguinte, ele tornou a trazer um pedaço semelhante e, dessa vez, enquanto conversávamos, pôs-se a modelar, com incrível rapidez e de olhos fechados, umas figuras que despertaram meu interesse. Eram sem dúvida homenzinhos com cabeça, dois braços e duas pernas, como os mais toscos ídolos pré-históricos, e com um apêndice entre as pernas que ele espichou numa ponta comprida. Mal terminou um desses homenzinhos, tornou a amassá-lo; mais tarde, deixou-o ficar, mas puxou apêndices semelhantes da superfície das costas e de outras partes do corpo, para ocultar o sentido do primeiro. Quis mostrar-lhe que eu o havia entendido, mas, ao mesmo tempo, queria tirar-lhe o pretexto de que não teria havido nada de imaginário nessa atividade de modelar seres humanos. Com esse objetivo, perguntei-lhe se ele se lembrava da história do rei romano que fez uma pantomima no jardim para dar uma resposta a um mensageiro do filho. O menino não conseguiu lembrar-se, embora devesse tê-la aprendido muito mais recentemente do que eu. Perguntou se era a história do escravo e da resposta escrita em sua cabeça raspada. Não, retruquei, essa pertence à história grega, e contei-lhe: O rei Tarquínio, o Soberbo, fizera seu filho Sexto entrar furtivamente numacidade latina inimiga. O filho, que entrementes reunira adeptos nessa cidade, enviou um mensageiro ao rei perguntando que medidas deveria tomar a seguir. O rei não respondeu, mas foi até o jardim, fez com que a pergunta lhe fosse repetida ali e então, em silêncio, cortou as copas das papoulas mais altas e mais belas. O mensageiro não teve outra alternativa senão relatar isso a Sexto, que entendeu o pai e providenciou para que os cidadãos mais ilustres da cidade fossem eliminados por assassinato.

Enquanto eu falava, o menino parou de amassar e, quando passei a descrever o que o rei fez em seu jardim e cheguei às palavras “em silêncio, cortou”, ele fez um movimento rápido como um raio e arrancou a cabeça de seu homenzinho. Também ele me entendera a notara ter sido entendido por mim. Pude então fazer-lhe perguntas diretas, dei-lhe as informações de que precisava, e em pouco tempo pusemos fim à neurose.

Os atos sintomáticos, [1] que podem ser observados em abundância quase inesgotável tanto nas pessoas saudáveis quanto nas doentes, merecem nosso interesse por mais de um motivo. Para o médico, servem freqüentemente de indícios valiosos para se orientar em situações novas ou pouco conhecidas; para o observador da natureza humana, freqüentemente revelam tudo — e às vezes até mais do que ele desejaria saber. Quem está familiarizado com a valorização deles pode às vezes sentir-se como o rei Salomão, que, segundo a lenda oriental, entendia a linguagem dos animais. Certo dia, eu tinha de examinar um rapaz, a quem não conhecia, na casa de sua mãe. Quando ele se encaminhou para mim, reparei numa mancha grande em sua calça — feita por clara de ovo, como pude reconhecer pela rigidez peculiar nas bordas. Depois de um embaraço momentâneo, o rapaz se desculpou e disse ter-se sentido rouco e, por isso, bebido um ovo cru; era provável que um pouco da clara escorregadia tivesse pingado em sua roupa; para confirmar isso, apontou para



a casca do ovo, ainda visível no quarto sobre um pratinho. Assim se deu à mancha suspeita uma explicação inocente; quando sua mãe nos deixou a sós, porém, agradei-lhe por ter-me facilitado tanto o diagnóstico, e sem mais delongas tomei como base de nossa conversa sua confissão de que sofria de problemas provenientes da masturbação. Em outra ocasião, eu fazia uma visita a uma dama que era tão rica quanto avarenta e tola, e que tinha o costume de dar ao médico a tarefa de elaborar um batalhão de queixas antes de chegar à causa simples de seu estado. Quando entrei, ela estava sentada frente a uma mesinha, ocupada em dispor florins de prata em pequenas pilhas. Ao se levantar, derrubou algumas moedas no chão. Ajudei-a a apanhá-las e, pouco depois, interrompi-a na descrição de suas desgraças e perguntei: “Então seu nobre genro tem-lhe custado tanto dinheiro assim?” Ela respondeu com uma negativa exasperada, mas pouco depois já me narrava a triste história da aflição que lhe causava o esbanjamento de seu genro. Entretanto, é certo que nunca mais mandou me chamar. Não posso afirmar que sempre se façam amigos entre aqueles a quem se informa o sentido de seus atos sintomáticos.

O Dr. J.E.G. van Emden (Haia) relata outro caso de “confissão por ato falho”. “Ao apresentar-me a conta, o garçom de um pequeno restaurante em Berlim declarou que, por causa da guerra, o preço de certo prato fora aumentado em dez centavos de marco. Quando lhe perguntei por que isso não constava no cardápio, ele retrucou que obviamente se tratava de um descuido, mas com certeza era como dizia! Ao embolsar o dinheiro, foi desajeitado e deixou cair na mesa uma moeda de dez centavos, bem na minha frente!

—Agora tenho certeza de que você cobrou a mais. Quer que me informe na caixa?

—Desculpe... um momento, por favor — e lá se foi ele.

—Evidentemente, permiti-lhe a retirada e, passados uns dois minutos, depois que ele se desculpou por ter inexplicavelmente confundido meu prato com outro, deixei-o ficar com os dez centavos como recompensa por sua contribuição para a psicopatologia da vida cotidiana.”

Qualquer um [1] que se disponha a observar o próximo durante as refeições poderá identificar nele os mais belos e instrutivos atos sintomáticos.

Assim, relata o Dr. Hanns Sachs: “Ocorreu-me estar presente quando um casal idoso de parentes meus fazia sua ceia. A senhora sofria do estômago e tinha de observar uma dieta muito rigorosa. Um prato de carne assada acabara de ser colocado diante do marido, e ele pediu à mulher, proibida de partilhar dessa iguaria, que lhe passasse a mostarda. A mulher abriu o armário, enfiou a mão lá dentro e colocou na mesa, diante do marido, o frasquinho com suas gotas para o estômago. É claro que não havia entre o vidro de mostarda em forma de barril e o frasquinho de remédio, nenhuma semelhança que pudesse explicar o lapso; mesmo assim, a esposa só percebeu sua troca quando o marido, sorridente, chamou-lhe a atenção para isso. O sentido desse ato sintomático nem precisa de explicação.”

Devo ao Dr. B. Dattner, de Viena, um excelente exemplo desse tipo, habilmente aproveitado pelo observador:

“Eu estava almoçando num restaurante com meu colega H., doutor em filosofia. Ele me falava das dificuldades dos estagiários e mencionou de passagem que, antes de concluir seus estudos, encontrara colocação como secretário do embaixador ou, mais exatamente, do ministro plenipotenciário e extraordinário do Chile. ‘Mas aí o ministro foi transferido e não me apresentei ao seu sucessor.’ Enquanto proferia esta última

frase, ele levou à boca um pedaço de torta, mas deixou-o cair da faca de modo aparentemente desajeitado. Apreendi prontamente o sentido culto desse ato sintomático e, como que por acaso, disse a meu colega, não familiarizado com a psicanálise: 'Você certamente deixou escapar um bom bocado.' Ele, no entanto, não percebeu que minhas palavras poderiam referir-se igualmente a seu ato sintomático, e me repetiu com uma vivacidade singularmente surpreendente e encantadora como se meu comentário lhe tivesse tirado as palavras da boca, exatamente a mesma frase que eu dissera: 'É, certamente deixei escapar um bom bocado', e em seguida desabafou, dando uma descrição detalhada da inabilidade que o fizera perder esse emprego bem remunerado.

"O sentido do ato sintomático simbólico torna-se mais claro quando se tem em vista que meu colega tinha escrúpulos em falar comigo, um conhecido bem distante, sobre sua precária situação material, e que o pensamento irruptivo disfarçou-se num ato sintomático que expressava simbolicamente aquilo que deveria permanecer oculto, assim proporcionando ao falante um alívio advindo do inconsciente."

Os exemplos seguintes mostrarão quanta riqueza de sentido pode evidenciar-se num ato aparentemente inintencional de tirar alguma coisa ou levar alguma coisa embora.

Do Dr. B. Dattner: "Um colega fez uma visita a uma amiga de quem fora um grande admirador na juventude; era a primeira visita depois do casamento dela. Ele me contou essa visita e mostrou-se surpreso por não ter conseguido manter sua resolução de ficar pouquíssimo tempo com a amiga. Passou então a narrar um curioso ato falho que ali lhe aconteceu. O marido da amiga, que participava da conversa, pôs-se a procurar uma caixa de fósforos que seguramente estava em cima da mesa quando da chegada de meu colega. Este também vasculhou seus bolsos para ver se não 'a teria guardado' acidentalmente, mas foi em vão. Passado um bom tempo, ele realmente 'a' encontrou no bolso, ficando surpreso com o fato de só haver um fósforo na caixa. — Poucos dias depois, um sonho que mostrava com insistência o simbolismo da caixa de fósforos e versava sobre essa mesma amiga da juventude confirmou minha explicação de que o ato sintomático de meu colega visara a reclamar direito de prioridade, e a representar sua pretensão de posse exclusiva (apenas um fósforo na caixa)."

Do Dr. Hans Sachs: "Nossa empregada gosta particularmente de certo tipo de torta. Não há dúvida possível quanto a isso, pois este é o único prato que ela sempre faz bem-feito. Num domingo ela nos preparou essa torta, colocou-a sobre o guarda-louças, recolheu os pratos e talheres usados na refeição, empilhou-os na bandeja em que trouxera a torta, e então, em vez de pôr a torta na mesa, tornou a colocá-la sobre a pilha de pratos e desapareceu com ela na cozinha. No começo pensamos que ela reparara em algo a ser consertado na torta, mas, como não reaparecia, minha mulher a chamou e perguntou: 'Betty, o que aconteceu com a torta?' 'Por quê?' retrucou a empregada, sem entender. Primeiro tivemos que explicar-lhe que ela tornara a levar a torta: pusera-a na bandeja, levava-a de volta e a guardara 'sem reparar'. — No dia seguinte, quando nos preparávamos para comer o restante da torta, minha mulher notou que havia a mesma quantidade que sobrara da véspera, ou seja, a moça havia rejeitado a parte que lhe cabia desse prato predileto. Quando lhe perguntamos por que não comera a torta, respondeu um pouco envergonhada que não sentira vontade. — A atitude infantil é muito clara nas duas situações: primeiro, a insaciabilidade infantil que não quer partilhar com ninguém o objeto de seus desejos, e depois, a reação igualmente infantil de desafio: 'Se vocês estão me dando de má vontade, podem guardar para vocês, agora não quero mais nada'."

Os atos casuais e sintomáticos [1] que ocorrem com as coisas ligadas ao casamento costumam ter um sentido extremamente sério e podem induzir os que não querem se preocupar com a psicologia do inconsciente a acreditarem em presságios. [ver em [1].] Não é um bom começo quando uma jovem esposa perde sua aliança de casada na lua-de-mel, embora, na maioria das vezes, ela esteja apenas extraviada e torne a ser encontrada. — Conheço uma senhora, agora divorciada do marido, que na administração de seus bens freqüentemente assinava documentos com o nome de solteira, muitos anos antes de realmente reassumi-lo. — Certa vez fui hóspede de um par de recém-casados e ouvi a jovem esposa descrever entre risos sua última experiência. No dia seguinte à volta da lua-de-mel, ela chamara a irmã solteira para fazer compras, como nos velhos tempos, enquanto o marido cuidava de seus negócios. De repente, reparou num senhor do outro lado da rua e, cutucando a irmã, exclamou: “Olhe, lá vai o Sr. L!” Esquecera-se de que esse senhor já era seu marido há algumas semanas. Senti um calafrio ao ouvir esse relato, mas não me atrevi a tirar conclusão. Essa historinha só tornou a me ocorrer alguns anos mais tarde, depois que o casamento teve um desfecho muito infeliz. [1]

De um dos notáveis trabalhos de Alphonse Maeder, publicados em francês (Maeder, 1906), extraio a observação que se segue, e que também poderia ter sido incluída entre os exemplos de esquecimento:

“Une dame nous racontait récemment qu’elle avait oublié d’essayer sa robe de noce et s’en souvint la veille du mariage à huit heures du soir; la couturière désespérait de voir se client. Ce détail suffit à montrer que la fiancée ne se sentait pas très heureuse de porter une robe d’épouse, elle cherchait à oublier cette représentation pénible. Elle est aujourd’hui... divorcée.”

Um amigo que aprendeu a reparar nos sinais [1] contou-me que a grande atriz Eleonora Duse introduz num de seus papéis um ato sintomático que mostra claramente as profundezas de onde ela extrai sua arte cênica. Trata-se de um drama de adultério; ela acabou de ter uma altercação com o marido e agora está absorta em seus pensamentos, antes que seu sedutor se aproxime. Durante esse breve intervalo, ela brinca com sua aliança de casamento, tirando-a e repondo-a no dedo, e depois volta a tirá-la. Agora está pronta para o outro.

Acrescento aqui um relato de Theodor Reik (1915) sobre alguns outros atos sintomáticos relacionados com alianças.

“Conhecemos os atos sintomáticos que as pessoas casadas costumam executar, tirando e recolocando suas alianças. Meu colega M. produziu uma série desses atos sintomáticos. Uma jovem que ele amava o presenteara com um anel, recomendando-lhe que não o perdesse, caso contrário ela saberia que ele já não a amava. Depois disso, ele foi ficando cada vez mais preocupado com a possibilidade de perder o anel. Se o tirava temporariamente (por exemplo, enquanto se lavava), esquecia regularmente onde o havia colocado, de modo que com freqüência só conseguia reencontrá-lo depois de uma longa busca. Se ia pôr uma carta na caixa do correio, não conseguia suprimir uma leve angústia de que o anel fosse arrancado do dedo pelas bordas da abertura. Certa vez, realmente portou-se de maneira tão desajeitada que o anel caiu na caixa. A carta que ele estava remetendo nessa ocasião era um texto de despedida de uma ex-amada diante de quem ele se sentia culpado. Ao mesmo tempo, despertou nele uma saudade dessa outra mulher, o que entrou em conflito com seus sentimentos em relação a seu atual objeto de amor.”

O tema do anel [1] mais uma vez deixa-nos a impressão de como é difícil para o psicanalista descobrir algo novo que antes já não fosse conhecido por algum escritor. No romance *Vor dem Sturm*, de Fontane, diz o conselheiro Turgany durante um jogo de prendas: “Estejam certas, minhas senhoras, de que os mais profundos segredos da natureza revelam-se na entrega das prendas.” Entre os exemplos que usa para corroborar sua afirmação existe um que merece nosso interesse especial: “Lembro-me da esposa de um professor, já situada na idade do *embonpoint*, que vez após outra tirava sua aliança para oferecê-la como prenda. Dispensem-me de descrever a felicidade conjugal desse lar.” E prossegue: “Nesse mesmo grupo havia um cavalheiro que nunca se cansava de depositar no colo das damas seu canivete inglês, com dez lâminas, saca-rolhas e isqueiro, até que esse monstro afiado, depois de rasgar vários vestidos de seda, finalmente desapareceu ante os clamores de indignação.”

Não nos causará surpresa que um objeto de significação simbólica tão rica quanto um anel também seja empregado em atos falhos dotados de sentido, mesmo que não defina um vínculo erótico sob a forma de uma aliança de casamento ou um anel de noivado. O seguinte exemplo de um episódio desse tipo foi posto à minha disposição pelo Dr. M. Kardos:

“Muitos anos atrás, um homem bem mais moço do que eu apegou-se a mim; ele partilha de meus esforços intelectuais e mantém comigo aproximadamente a relação de um aluno com seu professor. Certa ocasião, presenteei-o com um anel que por várias vezes já deu margem a atos sintomáticos ou atos falhos, sempre que ele desaprovava alguma coisa em nossa relação. Há pouco tempo ele pôde relatar-me o caso que se segue, e que é particularmente belo e transparente. Costumávamos encontrar-nos uma vez por semana, quando ele vinha visitar-me e conversar; um dia, porém, ele deu uma desculpa qualquer para não comparecer, já que lhe pareceu mais desejável ter um encontro com uma jovem dama. Na manhã seguinte, ele notou, mas só muito depois de ter saído de casa, que o anel não estava em seu dedo. Isso não o preocupou muito, pois ele presumiu tê-lo deixado na mesinha de cabeceira, onde o colocava todas as noites, e achou que ali o encontraria ao regressar. Assim que chegou em casa, pôs-se a procurá-lo, mas em vão, e começou uma busca igualmente infrutífera pelo quarto. Por fim, ocorreu-lhe que o anel estivera na mesinha de cabeceira — como, aliás, acontecia há mais de um ano — ao lado de um pequeno canivete que ele normalmente carregava no bolso do colete; veio-lhe assim a suspeita de que ele poderia, ‘por distração’, ter colocado o anel no bolso, junto com o canivete. Enfiou a mão no bolso e de fato encontrou o anel ali buscado. ‘Com a aliança no bolso do colete’ é uma maneira proverbial de se fazer referência ao lugar onde ela é guardada pelo marido que pretende trair a mulher de quem a recebeu. Portanto, o sentimento de culpa de meu amigo moveu-o, primeiramente, à autopunição (‘você já não merece usar esse anel’), e em seguida, à confissão de sua infidelidade, ainda que apenas sob a forma de um ato falho sem testemunhas. Somente pela via indireta de fazer um relato disso — o que, aliás, era muito previsível — foi que ele chegou a confessar sua pequena ‘infidelidade’.”

Sei também de um homem idoso [1] que se casou com uma moça muito jovem e resolveu passar a noite de núpcias num hotel da cidade, em vez de partir logo em viagem de lua-de-mel. Mal chegaram ao hotel, ele notou, alarmado, que estava sem sua carteira, onde se achava todo o dinheiro para a lua-de-mel; portanto, ou ele a havia posto em lugar errado ou a perdera. Com um telefonema, ainda conseguiu alcançar seu criado, que encontrou a carteira perdida no paletó usado no casamento e a levou para o hotel onde o aguardava o noivo, que assim entrara no casamento sem meios [*ohne Vermögen*]. Portanto, na manhã seguinte, ele pôde

partir em viagem com sua jovem esposa. Durante a noite, porém, como previra sua apreensão, ele ficara “impotente [*unvermögend*]”.

É consolador pensar que o hábito humano de “perder coisas” tem nos atos sintomáticos uma extensão insuspeitada e que, por conseguinte, ele é bem-vindo ao menos para uma intenção secreta do perdedor. Com freqüência, ele é apenas uma expressão de despreço pelo objeto perdido, ou de uma antipatia secreta por ele ou pela pessoa de quem ele provém, ou então a inclinação a perder o objeto foi para ele transferida de outros objetos mais significativos através de uma ligação simbólica de pensamentos. A perda de coisas valiosas serve para expressar uma multiplicidade de moções; pode dar representação simbólica a um pensamento recalcado, e portanto repetir uma advertência que se gostaria de ignorar — ou, sobretudo, pode ser a oferta de um sacrifício aos obscuros poderes do destino, cujo culto ainda hoje não se extinguiu entre nós.

Aqui estão alguns exemplos para ilustrar essas teses sobre a perda de objetos:

Do Dr. B. Dattner: “Um colega contou-me que perdera inesperadamente a lapiseira ‘Penkala’ que já tinha há mais de dois anos e valorizava muito por sua qualidade superior. A análise revelou os seguintes fatos: no dia anterior, meu colega recebera de seu cunhado uma carta extremamente desagradável que terminava com esta frase: ‘Atualmente, não tenho nem vontade nem tempo para sustentar sua frivolidade e sua preguiça.’ O afeto ligado a essa carta foi tão poderoso que, no dia seguinte, meu colega sacrificou prontamente a lapiseira, *que fora um presente desse cunhado*, para que os favores dele não lhe pesassem demais.”

Uma dama conhecida minha absteve-se de ir ao teatro, como é compreensível, enquanto estava de luto pela morte da mãe idosa. Faltavam poucos dias para terminar seu ano de luto, e ela se deixou persuadir por seus amigos a comprar um ingresso para um espetáculo particularmente interessante. Chegando ao teatro, descobriu que havia perdido o ingresso. Mais tarde, achou que o teria jogado fora juntamente com a passagem de bonde ao saltar do veículo. Essa mesma dama costuma orgulhar-se de nunca ter perdido coisa alguma por descuido.

Podemos presumir, portanto, que outro caso de perda que ela vivenciou também não se deu sem um bom motivo. Ao chegar a uma estância hidromineral, ela resolveu visitar uma pensão onde se hospedara numa ocasião anterior. Receberam-na como a uma velha amiga, hospedaram-na e, quando ela quis pagar, disseram-lhe que se considerasse convidada da casa, o que não lhe pareceu nada correto. Concordaram em que ela deixasse alguma coisa para a criada por quem fora servida, de modo que ela abriu a bolsa e colocou sobre a mesa uma nota de um marco. À noite, o servente da pensão entregou-lhe uma nota de cinco marcos que fora achada embaixo da mesa e que, no entender da dona da pensão, deveria pertencer à senhorita. Logo, ela devia tê-la deixado cair da bolsa ao retirar a gorjeta para a criada. Provavelmente quisera pagar sua conta, apesar de tudo.

Um artigo um pouco mais extenso de Otto Rank (1911) [450] serve-se da análise dos sonhos para expor a disposição sacrificial que constitui a base desse atos [de perda] e revelar suas motivações mais profundas. É interessante ele acrescentar, em seguida, que muitas vezes, não apenas perder objetos, mas também *achá-los*, parece ser [psicologicamente] determinado. O sentido em que se deve entender isso pode ser inferido da seguinte observação dele que aqui incluo (Rank, 1915a). É óbvio que, na perda, o objeto já está dado; no achado, é preciso primeiro procurá-lo.

“Uma jovem que dependia materialmente de seus pais queria comprar uma jóia barata. Na loja, perguntou o preço do objeto de seu agrado, mas ficou desapontada ao descobrir que custava mais do que a soma de suas economias. E no entanto apenas a falta de duas coroas a separava desse pequeno prazer. Com o ânimo abatido, começou a perambular em direção a casa pelas ruas da cidade, repletas das multidões do entardecer. Num dos lugares mais movimentados, chamou-lhe de repente a atenção — dos lugares mais movimentados, chamou-lhe de repente a atenção — muito embora, por seu depoimento, ela estivesse profundamente imersa em pensamentos — um pedacinho de papel caído no chão, pelo qual ela acabara de passar sem reparar nele. Ela se voltou, apanhou-o e ficou atônita ao constatar que era uma nota de duas coroas, dobrada. Pensou consigo mesma: ‘Isto me foi enviado pelo destino para que eu possa comprar a jóia’, e retomou alegremente o caminho de volta, pensando em aproveitar esse sinal. No mesmo instante, porém, disse a si mesma que não deveria fazê-lo, pois dinheiro achado é dinheiro da sorte e não deve ser gasto.

“O pouquinho de análise que tornaria inteligível esse ‘ato casual’ provavelmente pode ser inferido da situação descrita, mesmo sem informações pessoais da própria moça. Entre os pensamentos que a entretinham enquanto ia para casa, os relativos a sua pobreza e a suas restrições materiais sem dúvida devem ter estado em primeiro plano; além disso, podemos presumir que essa reflexão tenha assumido a forma de uma eliminação desejada de sua situação precária. A idéia da maneira mais fácil de obter a quantia necessária por certo há de ter surgido do interesse dela em realizar seu modesto desejo, e há de ter sugerido a solução mais simples, ou seja, achar o dinheiro. Seu inconsciente (ou seu pré-consciente), portanto, estava predisposto a ‘achar’, muito embora, por causa de outras demandas feitas a sua atenção (‘imersa em pensamentos’), essa idéia não se tornasse inteiramente consciente. Podemos ir mais além e, com base em casos semelhantes já analisados, afirmar inclusive que a ‘disposição de busca’ *inconsciente* tem muito mais probabilidade de êxito do que a atenção conscientemente dirigida. De outro modo, seria quase impossível explicar como foi que justamente essa pessoa, dentre as muitas centenas de transeuntes, e ainda sob as condições agravantes da iluminação crepuscular deficiente e da densa multidão, pôde fazer o achado surpreendente para ela mesma. A grande amplitude dessa disposição inconsciente ou pré-consciente é realmente indicada pelo fato notável de que, *depois* desse achado — isto é, num momento em que essa atitude já se tornara supérflua e certamente já escapara da atenção consciente —, a moça encontrou um lenço mais adiante a caminho de casa, num trecho escuro e solitário de uma rua de subúrbio.”

É mister dizer [1] que são exatamente esses atos sintomáticos que costumam oferecer a melhor abordagem para a compreensão da vida anímica íntima das pessoas.

Quanto aos atos casuais esporádicos, quero comunicar um exemplo que admitiu uma interpretação mais profunda, mesmo sem análise. Ele ilustra com clareza as condições em que tais sintomas podem ser produzidos de maneira inteiramente despercebida, e me permite acrescentar uma observação de importância prática. Numa viagem de férias de verão, tive de aguardar alguns dias em determinado local pela chegada de meu companheiro de viagem. Nesse meio tempo, travei conhecimento com um jovem que também parecia solitário e se dispôs a juntar-se a mim. Como estávamos hospedados no mesmo hotel, era natural que compartilhássemos todas as refeições e fizéssemos alguns passeios juntos. Na tarde do terceiro dia, ele me disse de repente estar esperando sua esposa, que chegaria à noite no trem expresso. Isso despertou meu interesse psicológico, pois já de manhã eu havia reparado que meu companheiro rejeitara minha proposta de



fazermos uma excursão mais longa e, em nosso breve passeio, não quisera seguir certo caminho por considerá-lo íngreme e perigoso demais. Durante nosso passeio vespertino, ele comentou de repente que eu sem dúvida estaria com fome e que não deveria atrasar meu jantar por sua causa, pois ele iria aguardar a chegada da esposa e cearia com ela. Entendi a mensagem e sentei-me para jantar, enquanto ele seguia para a estação. Na manhã seguinte, encontramos-nos no vestíbulo do hotel. Ele me apresentou a sua mulher e depois disse: “O senhor vai tomar café conosco, não vai?” Eu ainda tinha que fazer uma pequena compra na rua ao lado, mas prometi voltar logo. Ao entrar na sala onde era servido o desjejum, vi o casal sentado do mesmo lado de uma mesinha junto à janela. Do outro lado havia apenas uma cadeira, mas em seu encosto estava pendurada a grande e pesada capa do marido, cobrindo o assento. Entendi perfeitamente o sentido daquele arranjo da capa, que por certo não fora deliberado e, por isso mesmo, era muito mais expressivo. Queria dizer: “Aqui não há lugar para o senhor, sua presença agora é supérflua.” O marido não percebeu que eu estava parado diante da mesa sem me sentar, mas a mulher percebeu e logo cutucou o marido, sussurrando: “Olhe, você ocupou a cadeira do cavalheiro.”

Essa e outras experiências semelhantes levaram-me a concluir que os atos realizados de maneira inadvertida tornam-se inevitavelmente uma fonte de mal-entendidos nas relações humanas. O agente, que nada saber da existência de uma intenção ligada a esses atos, não acha que eles lhe sejam imputáveis e não se sente responsável por eles. A outra pessoa, ao contrário, uma vez que geralmente baseia nesses atos, entre outros, suas conclusões sobre as intenções e modos de pensar do parceiro, sabe mais dos processos psíquicos do outro do que ele próprio se dispõe a admitir ou acredita ter comunicado. Mas o agente fica indignado quando essas conclusões extraídas de seus atos sintomáticos lhe são apresentadas; declara que não têm fundamento, pois não teve consciência da intenção ao realizá-los, e se queixa de ter sido mal interpretado pela outra pessoa. A rigor, esses mal-entendidos baseiam-se numa compreensão excessiva, e também demasiadamente refinada. Quanto mais “nervosas” são duas pessoas, mais elas se dão motivos para desentendimentos cuja responsabilidade é tão terminantemente negada por cada uma em relação a si mesma quanto é considerada certa em relação à outra. E esse é sem dúvida o castigo pela insinceridade interna das pessoas, que só a pretexto do esquecimento, dos equívocos na ação e da não-intencionalidade expressam impulsos que melhor seria admitirem para si mesmas e para os outros quando já não podem controlá-los. De fato, pode-se dizer genericamente que cada pessoa pratica em termos contínuos uma análise psíquica de seus semelhantes, e por isso aprende a conhecê-los melhor do que eles próprios se conhecem. O caminho para se observar o preceito do *passa pelo estudo dos próprios atos e omissões aparentemente acidentais*.

Dentre todos os escritores [1] que ocasionalmente se pronunciaram sobre os pequenos atos sintomáticos e atos falhos ou que se valeram deles, nenhum entendeu tão claramente sua natureza secreta ou os apresentou de modo tão insolitamente verossímil quanto Strindberg, cuja genialidade para reconhecer tais coisas apoiava-se, de fato, numa grave anormalidade psíquica. [1] O Dr. Karl Weiss, de Viena (1913), chamou atenção para o seguinte trecho de uma das obras de Strindberg:

“Passado algum tempo, o conde realmente chegou e se aproximou de Esther calmamente, como se tivesse marcado um encontro com ela.

—“Você esperou muito? — perguntou ele com sua voz baixa.

—“Seis meses, como você sabe — respondeu Esther —; mas foi hoje que você me viu?”

“—Sim, agora mesmo, no bonde: e olhei em seus olhos, acreditando falar com você.

“—Muita coisa ‘aconteceu’ desde a última vez.

“—Sim, e achei que tudo estava acabado entre nós.

“—Como assim?

“—Todos os presentinhos que recebi de você se quebraram, e ainda por cima misteriosamente. E isso é um aviso antigo.

“—Não diga! Agora me lembro de uma porção de acontecimentos que julguei acidentais. Uma vez ganhei uns óculos de presente de minha avó, na época em que éramos boas amigas. As lentes eram de cristal de rocha polido, excelentes para as autópsias — uma verdadeira maravilha que eu tratava com o maior cuidado. Um dia, *cortei relações* com a velha e ela ficou com raiva de mim. E na autópsia seguinte, as lentes caíram do aro, sem nenhum motivo para isto. Pensei que os óculos simplesmente estavam quebrados e mandei consertá-los. Mas não, eles continuaram a me recusar seus serviços; foram postos numa gaveta e se perderam.

“—Não diga! É curioso como as coisas relativas aos olhos são as mais sensíveis. Eu tinha um par de binóculos que ganhei de um amigo; ajustavam-se tão bem aos meus olhos que era um prazer usá-los. Esse amigo e eu nos desentendemos. Sabe como é, isso acontece sem nenhuma causa visível; é como se não se pudesse ficar de acordo. Na vez seguinte em que eu quis usar o binóculo, não consegui enxergar com clareza. A trave estava curta demais e eu via duas imagens. Nem preciso dizer que a trave não havia encurtado e que a distância entre meus olhos também não aumentara! Foi um desses milagres que acontecem todos os dias — e que os maus observadores não percebem. A explicação? *A força psíquica do ódio é muito maior do que supomos.* — Aliás, o anel que você me deu perdeu a pedra e não se deixa consertar, não deixa mesmo. Você quer se separar de mim agora?...” (*The Gothic Rooms.*)

Também no campo dos atos sintomáticos [1] a observação psicanalítica tem de conceder prioridade aos autores literários. Ela só consegue repetir o que eles já disseram há muito tempo. Wilhelm Stross chamou minha atenção para o seguinte trecho do famoso romance humorístico *Tristram Shandy*, de Laurence Sterne (Volume VI, Capítulo V):

“... e não me surpreende nem um pouco que *Gregório de Nazianzo*, ao observar os gestos apressados e rebeldes de *Juliano*, previsse que ele um dia se tornaria um apóstata; — ou que *Santo Ambrósio* tenha posto seu *Amanuense* porta afora por causa de um movimento indecente que ele fazia com a cabeça, indo para frente e para trás como um malho; — ou que *Demócrito* tenha imaginado que *Protágoras* era um erudito ao vê-lo amarrar um feixede lenha e colocar os gravetos mais finos na parte de dentro. Há milhares de indícios despercebidos, prosseguiu meu pai, que permitem ao olhar perspicaz penetrar de imediato na alma humana; e afirmo, acrescentou ele, que nenhum homem sensato tira seu chapéu ao entrar num aposento, ou torna a pegá-lo ao sair dele, sem que lhe escape algo que o revela.”

Aqui acrescento uma pequena e variada coleção de atos sintomáticos observados em pessoas sadias e em neuróticos: [1]

Um colega idoso, que não era bom perdedor no jogo de cartas, pagou certa noite sem reclamar, mas num estado de ânimo peculiarmente contido, uma grande soma que havia perdido. Depois de sua saída,

descobriu-se que ele deixara em seu lugar quase todos os pertences que levava: óculos, cigarreira e lenço. Isso sem dúvida requer a tradução: “Seus ladrões! Vocês realmente me saquearam!”

Um homem que sofria de impotência sexual ocasional, originária da intimidade de suas relações com a mãe na infância, contou que tinha o hábito de enfeitar escritos e apontamentos com a letra S, inicial do nome da mãe. Ele não suporta que as cartas vindas de casa entrem em contato com outra correspondência profana qualquer sobre sua escrivaninha, e por isso é obrigado a guardar as primeiras separadamente.

Uma jovem data abriu bruscamente a porta do consultório, embora a paciente anterior ainda não tivesse saído. Ao se desculpar, ela se referiu a sua “irreflexão”; logo ficou claro que ela havia demonstrado a curiosidade que no passado a fizera entrar no quarto dos pais.

As jovens que se orgulham de ter cabelos bonitos sabem manusear suas travessas e grampos de tal modo que o cabelo se solta enquanto estão conversando.

Muitos homens deixam cair moedas do bolso enquanto deitados durante a sessão, e assim pagam os honorários que julgam apropriados pelo trabalho de tratamento.

As pessoas que esquecem na casa do médico os objetos que trouxeram consigo, tais como óculos, luvas e carteiras, mostram com isso que não conseguem separar-se e que gostariam de voltar logo. Ernest Jones [1911b, 508] diz: “Quase se pode medir o êxito com que um médico pratica psicoterapia, por exemplo, pelo tamanho da coleção de guarda-chuvas, lenços, carteiras etc. que ele consegue fazer em um mês.” [1]

Os menores atos habituais executados com um mínimo de atenção, tais como dar corda no relógio antes de dormir, apagar a luz antes de sair do quarto etc., vez por outra ficam sujeitos a perturbações que demonstram de maneira inconfundível a influência de complexos inconscientes sobre os hábitos aparentemente mais arraigados. Maeder conta, na revista *Coenobium* [1909], o caso de um médico-residente que resolveu ir à cidade certa noite para cuidar de um assunto importante, embora estivesse de plantão e não devesse sair do hospital. Ao voltar, ficou surpreso por ver a luz acesa em seu quarto. Esquecera-se de apagá-la ao sair, coisa que nunca deixara de fazer antes. Mas logo entendeu o motivo desse esquecimento. O diretor do hospital, que morava na casa, naturalmente deduziria pela luz no quarto do médico-residente que ele estava no hospital.

Um homem sobrecarregado de preocupações e sujeito a abatimentos ocasionais assegurou-me que em geral encontrava seu relógio sem corda pela manhã quando, na noite anterior, a vida lhe parecera demasiadamente dura e hostil. Com essa omissão, deixando de dar corda no relógio, ele expressava simbolicamente que pouco lhe importava viver o dia seguinte.

Outro homem, [1] que não conheço pessoalmente, escreve: “Depois de atingido por um duro golpe do destino, a vida me pareceu tão dura e hostil que achei que não teria forças suficientes para atravessar o dia seguinte. Notei então que quase todos os dias esquecia-me de dar corda em meu relógio, coisa que nunca omitira antes, pois era algo que eu fazia regularmente antes de ir para a cama, como um ato quase mecânico e inconsciente. Agora, só muito raramente me lembrava de fazê-lo, e só quando tinha algo importante ou especialmente interessante no dia seguinte. Seria também isso um ato sintomático? Não pude dar-me nenhuma explicação.”

Quem se der o trabalho, como fizeram Jung (1907) e Maeder (1909), de observar as melodias que cantarola inintencionalmente e com freqüência sem percebê-lo, poderá descobrir com bastante regularidade a relação entre as palavras da canção e o assunto que está ocupando sua mente.

Também os determinantes mais sutis da expressão dos pensamentos na fala ou na escrita merecem uma consideração cuidadosa. Em geral se acredita que se é livre para escolher as palavras com que se revestem os pensamentos ou as imagens com que eles são disfarçados. Uma observação mais atenta mostra que outras considerações determinam essa escolha e que, por trás da forma de expressão do pensamento, vislumbra-se um sentido mais profundo, muitas vezes não deliberado. As imagens e falares de que uma pessoa se serve preferencialmente poucas vezes deixam de ter importância para o juízo que se faz dela, e outros continuamente se revelam alusões a um tema que se mantém em segundo plano no momento, mas que afetou poderosamente o falante. Ouvi em determinada época, em meio a conversas teóricas, alguém usar repetidamente esta construção: “Quando uma coisa de repente nos atravessa a cabeça, ...”<sup>2</sup> Só que eu sabia que, recentemente, ele recebera a notícia de que uma bala russa havia atravessado o capacete que seu filho portava.<sup>3</sup>

## CAPÍTULO X - ERROS

Os erros de memória distinguem-se do esquecimento acompanhado por ilusões da memória unicamente por um traço: nos primeiros, o erro (a ilusão de memória) não é reconhecido como tal, mas é-lhe dado crédito. O uso do termo “erro”, contudo, ainda parece depender de outra condição. Falamos em “errar”, e não em “lembrar erroneamente”, quando desejamos enfatizar o caráter de realidade objetiva no material psíquico por reproduzir, isto é, quando pretendemos lembrar algo diferente de um fato de nossa própria vida psíquica, algo que, além disso, possa ser confirmado ou refutado pela memória das outras pessoas. A antítese do erro de memória, nesse sentido, é a ignorância.

Em meu livro *A Interpretação dos Sonhos* (1900a) fui responsável por uma série de falseamentos do material histórico e factual em geral, nos quais reparei com assombro depois da publicação do livro. Investigando-os mais detidamente descobri que não haviam brotado de minha ignorância, mas remontavam a erros de memória que a análise poderia esclarecer.

(1) Na página 266 (da primeira edição) [Ed. *Standard* Brasileira, Vol. V, em [1]], aponto como local de nascimento de Schiller a cidade de *Marburgo* [em Hesse], nome que se repete na Estíria. Esse erro ocorre na análise de um sonho que tive durante uma viagem noturna e do qual fui despertado pelo condutor que anunciava o nome da estação de Marburgo. No conteúdo do sonho, alguém perguntava por um livro de Schiller. Na verdade, Shiller não nasceu na cidade universitária de Marburgo [em Hesse], mas em *Marbach*, na Suábia. Além do mais, posso afirmar que eu sempre soube disso.

(2) Na página 135 [Ed. *Standard* Brasileira, Vol. IV, em [1] e [2]], o pai de Aníbal foi chamado de *Asdrúbal*. Esse erro me foi especialmente aborrecido, mas foi o que mais corroborou minha concepção desses erros. Poucos leitores de meu livro hão de estar mais familiarizados com a história da casa dos Barca do que o autor, que escreveu esse erro e passou por cima dele em três revisões de provas. O *pai* de Aníbal chamava-se *Amílcar Barca* — *Asdrúbal* era o nome do *irmão* de Aníbal, e também o de seu cunhado e antecessor no comando.

(3) Nas páginas 177 e 370 [Ed. *Standard* Brasileira, Vol. IV, em [1], e Vol. V, em [2]], afirmo que Zeus castrou e destronou seu pai, Cronos. Mas adiantei erroneamente essa atrocidade em uma geração: segundo a mitologia grega, foi Cronos quem a cometeu contra seu pai, Urano.

Como se explica que minha memória, nesses pontos, me fornecesse o que era incorreto, ao passo que, como pode comprovar o leitor do livro, colocava a meu dispor o material mais remoto e incomum? E mais, como foi que em três correções de provas, que fiz cuidadosamente, passei por esses erros como se estivesse cego?

Goethe disse a respeito de Lichtenberg “Ali onde ele faz uma brincadeira oculta-se um problema”. Pode-se dizer algo semelhante sobre os trechos de meu livro aqui citados: ali onde surge um erro oculta-se um

recalcamento — melhor dizendo, uma insinceridade, uma distorção que se baseia fundamentalmente no material recalcado. Na análise dos sonhos ali comunicados, fui compelido, pela própria natureza dos temas com que se relacionavam os pensamentos oníricos, a interromper a análise em algum ponto antes de completá-la a contento, por um lado, e a aparar as arestas de algum detalhe indiscreto mediante uma leve distorção, por outro. Não me era possível agir de outro modo e, de fato, não tinha nenhuma outra opção se queria apresentar exemplos e provas; minha situação de aperto era uma decorrência necessária da propriedade dos sonhos de expressarem o recalcado, ou seja, o que é insuscetível de chegar à consciência. Apesar disso, ao que parece, ainda restou o bastante [no livro] para escandalizar algumas almas sensíveis. Mas a distorção ou a ocultação de pensamentos cuja continuação me era conhecida não foram possíveis sem que alguns rastros ficassem para trás. Muitas vezes, o que eu queria suprimir conseguia, contra minha vontade, ganhar acesso ao que eu aceitaria relatar, surgindo sob a forma de um erro que me passava despercebido. Além disso, o mesmo tema está no fundo de todos os três exemplos aqui destacados: os erros derivam de pensamentos recalcados que se relacionam com meu pai morto.

(1) Quem fizer a leitura do sonho analisado em [1] [Ed. *Standard* Brasileira, Vol. V. em [1]] descobrirá em parte sem nenhum disfarce, e em parte poderá adivinhar por outros indícios, que interrompi o texto diante de pensamentos que teriam contido uma crítica inamistosa a meu pai. Na continuação dessa cadeia de pensamentos e lembranças há de fato uma história irritante na qual um certo papel é desempenhado por alguns livros e por um amigo de negócios de meu pai, que se chama *Marburg* — o mesmo nome que me acordou ao ser anunciado na estação homônima na ferrovia do sul. Na análise, tentei ocultar esse Sr. Marburg de mim mesmo e de meus leitores; ele se vingou intrometendo-se onde não devia e mudando o nome do local de nascimento de Schiller de *Marbach* para *Marburgo*.

(2) O erro de escrever *Asdrúbal* em vez de *Amílcar*, o nome do irmão substituindo o do pai, ocorreu exatamente num contexto que se referia às fantasias sobre Aníbal em meus anos de ginásio e a minha insatisfação com o comportamento de meu pai frente aos “inimigos do nosso povo”. Eu poderia ter prosseguido e contado como minha relação com meu pai foi alterada por uma visita que fiz à Inglaterra, onde vim a conhecer meu meio-irmão, filho do primeiro casamento de meu pai, que lá vivia. O filho mais velho de meu irmão tem a mesma idade que eu; assim, as relações entre nossas idades não constituíam nenhum obstáculo a minhas fantasias de como as coisas teriam sido diferentes se eu tivesse vindo ao mundo não como filho de meu pai, mas de meu irmão. Essas fantasias suprimidas falsearam o texto de meu livro no ponto em que interrompi a análise, forçando-me a colocar o nome do irmão em lugar do nome do pai.

(3) É à influência de minhas lembranças desse mesmo irmão que atribuo meu erro de adiantar em uma geração as atrocidades mitológicas do panteão grego. Dentre as advertências de meu irmão, uma permaneceu por muito tempo em minha memória: “Quando à condução de sua vida”, disse-me ele, “não se esqueça de que você realmente não pertence à segunda mas à terceira geração em relação a seu pai.” Nosso pai tornara a casar-se anos depois, por isso era muito mais velho do que seus filhos do segundo casamento. Cometi o erro já descrito no ponto exato do livro em que estava examinando o respeito entre pais e filhos.

Também aconteceu algumas vezes que amigos e pacientes cujos sonhos relatei, ou aos quais fiz alusão no decorrer de minhas análises de sonhos, chamaram minha atenção para o fato de as circunstâncias



dos acontecimentos por nós vivenciados em comum terem sido inexatamente relatadas por mim. Também nesses casos tratava-se de erros históricos. Depois de retificados, reexaminei os diversos casos e de igual maneira me convenci de que minha lembrança dos fatos só fora inexata nos pontos onde eu havia propositalmente distorcido ou ocultado alguma coisa na análise. Também aqui encontramos novamente *um erro despercebido como substituto de uma ocultação ou recalcamiento intencionais*.

Esses erros derivados do recalcamiento, devem ser claramente distinguidos de outros que se baseiam numa verdadeira ignorância. Assim, por exemplo, foi por ignorância que, numa excursão a Wachau, acreditei ter chegado à residência do líder revolucionário Fischhof. Os dois lugares só têm em comum o mesmo nome: o *Emmersdorf* de Fischhof fica situado em Caríntia. Mas eu não sabia disso.

(4) Eis outro erro vergonhoso e instrutivo, um exemplo de ignorância temporária, se é que se pode dizer isso. Certo dia, um paciente me lembrou de lhe dar os dois livros sobre Veneza que eu lhe prometera, pois precisava deles para se preparar para sua viagem de Páscoa. “Já os tenho prontos para você”, retruquei, e fui buscá-los na biblioteca. A verdade, porém, é que eu havia esquecido de apanhá-los porque não estava inteiramente de acordo com a viagem de meu paciente, na qual via uma perturbação desnecessária do tratamento e um prejuízo material para o médico. Dei então uma rápida olhada na biblioteca à procura dos dois livros que tinha em vista. Um era “Veneza, Cidade da Arte”; “mas além desse”, pensei, “devo ter uma obra histórica numa coleção parecida. Certo, aqui está: ‘Os Medici’.” Peguei o livro e levei-o ao paciente que aguardava para logo ter que admitir, envergonhado, meu engano. Na realidade, eu sabia muito bem que os Medici nada têm a ver com Veneza, mas por um breve intervalo isso não me pareceu incorreto. Agora, cabia-me ser justo; já que por tantas vezes eu havia confrontado meu paciente com seus próprios atos sintomáticos, só poderia salvar minha autoridade aos olhos dele sendo sincero e mostrando-lhe os motivos (que eu mantivera em segredo) de minha antipatia por sua viagem.

Talvez seja genericamente espantoso que a ânsia dos seres humanos de dizerem a verdade seja muito mais forte do que se costuma supor. Além disso, talvez seja consequência de minha prática de psicanálise que eu quase já não consiga mentir. Mal tento distorcer alguma coisa, sucumbo a um erro ou a algum outro ato falho que trai minha insinceridade, como se pode ver nesse último exemplo e nos anteriores.

Dentre todos os atos falhos, os erros parecem ter o mecanismo menos rígido, ou seja, a ocorrência de um erro é uma indicação geral de que atividade anímica em questão teve de lutar com alguma influência perturbadora, mas a forma específica assumida pelo erro não é determinada pela qualidade da idéia perturbadora que permaneceu na obscuridade. Podemos acrescentar aqui, retrospectivamente, que em muitos casos simples de lapsos da fala e da escrita é possível supor a mesma situação. Toda vez que cometemos um lapso ao falar ou escrever, podemos inferir que houve alguma perturbação devida a processos anímicos situados fora de nossa intenção: mas é preciso admitir que os lapsos da fala e da escrita freqüentemente obedecem às leis da semelhança, do comodismo ou da tendência à pressa, sem que o elemento perturbador consiga impor qualquer parcela de seu próprio caráter ao engano dele resultante na fala ou na escrita. Somente a complacência do material lingüístico é que possibilita a determinação dos erros e, ao mesmo tempo, marca seus limites.

Para não me restringir exclusivamente a meus próprios erros, quero comunicar alguns exemplos que aliás também poderiam ter sido incluídos entre os lapsos da fala e os equívocos na ação, embora isso não tenha maior importância, já que todas essas formas de atos falhos são equivalentes.

(5) Proibi um paciente de telefonar para a amada com quem ele mesmo queria romper, já que cada conversa reatava a luta que ele travava para afastar-se dela. Ele deveria comunicar-lhe sua decisão final por escrito, apesar das dificuldades que havia para enviar-lhe cartas. Por volta de 1 hora, ele me visitou para dizer que encontrara um meio de contornar essas dificuldades e, entre outras coisas, perguntou-me se poderia invocar minha autoridade médica. Às 2 horas, estava ocupado em redigir a carta de rompimento quando, de repente, interrompeu-se e disse a sua mãe, que estava presente: “Oh! esqueci de perguntar ao professor se posso mencionar seu nome na carta”; correu para o telefone, pediu a ligação e perguntou: “Posso falar com o professor, por favor, se ele já tiver terminado de almoçar?” Em resposta, ouviu um atônito “Adolf, você enlouqueceu?” Era a mesma voz que, segundo minhas ordens, ele não deveria voltar a ouvir. Ele havia simplesmente “errado” e, em vez do número do telefone do médico, fornecera o da amada.

(6) Uma jovem dama pretendia fazer uma visita a uma amiga recém-casada na *Habsburgergasse* [“Rua Habsburgo”]. Falou nisso durante a refeição da família, mas por erro disse que tinha de ir à *Babenbergergasse* [“Rua Babenberg”]. Algumas das pessoas presentes acharam graça e chamaram sua atenção para o erro — ou lapso da fala, como se preferir — que ela não havia notado. É que dois dias antes a república fora proclamada em Viena; o negro e o amarelo haviam desaparecido e dado lugar às cores da velha Ostmark — vermelho, branco e vermelho —, e os Habsburgos tinham sido depostos; a falante introduzira essa mudança de dinastia no endereço da amiga. De fato existe em Viena uma célebre *Babenberger-strasse*, mas nenhum vienense a chamaria de “Gasse”

(7) O mestre-escola de uma cidade de veraneio, um jovem paupérrimo mas garboso, tanto persistiu em cortejar a filha do proprietário de uma mansão, oriundo da cidade grande, que a jovem acabou por se apaixonar intensamente por ele e convenceu sua família a consentir no casamento, apesar das diferenças de posição social e de raça. Um dia, o professor escreveu ao irmão uma carta em que dizia: “A moça decerto não é nenhuma beleza, mas é muito meiga, e até aí tudo estaria bem. Mas, se poderei decidir-me a me casar com uma judia, ainda não sei lhe dizer.” Essa carta foi cair nas mãos da noiva e pôs fim ao noivado, enquanto, ao mesmo tempo, o irmão ficava atônito com as declarações de amor a ele endereçadas. Meu informante assegurou-me que isto foi um erro, e não um artifício astuto. Tomei conhecimento de outro caso em que uma dama insatisfeita com seu velho médico, mas sem querer livrar-se dele abertamente, alcançou seu objeto através de uma confusão de cartas, e ao menos aqui posso garantir que foi um erro, e não uma argúcia consciente, que se valeu desse conhecido tema da comédia.

(8) Brill [1912, 191] fala de uma dama que lhe pediu notícias de uma conhecida de ambos e, ao fazê-lo, designou-a erroneamente por seu nome de solteira. Chamada sua atenção para o erro, ela teve de admitir que não gostava do marido dessa dama e que aquele casamento a deixara muito insatisfeita.

(9) Eis um caso de erro que também pode ser descrito como um lapso da fala: um jovem pai foi ao registro civil comunicar o nascimento de sua segunda filha. Indagado sobre como se chamaria a criança, respondeu “Hanna”, ao que o funcionário teve de lhe dizer que ele já tinha uma filha com esse nome. Podemos concluir que essa segunda filha não foi tão bem-vinda quanto fora a primeira.

Quero acrescentar algumas outras observações de confusão entre nomes; naturalmente, com igual direito poderiam ter sido incluídas em outros capítulos deste livro.

(10) Uma senhora é mãe de três filhas, duas das quais estão casadas há muito tempo, enquanto a mais jovem ainda aguarda seu destino. Em ambos os casamentos, uma senhora amiga da família deu o mesmo presente — um dispendioso aparelho de chá de prata. Todas as vezes que a conversa recai sobre esse serviço de chá, a mãe nomeia erroneamente a terceira filha como sua proprietária. É claro que esse erro expressa o desejo da mãe de ver também sua última filha casada — pressupondo-se que ela receberia o mesmo presente de casamento.

Os freqüentes casos em que uma mãe confunde o nome de suas filhas, filhos ou genros são igualmente fáceis de interpretar.

(11) Eis um bom exemplo, facilmente explicável, de uma obstinada troca de nomes; o exemplo foi cedido pelo Sr. J. G., que fez a observação em si mesmo durante uma estada num sanatório:

“Certo dia, durante o jantar (no sanatório), eu participava de uma conversa pouco interessante e de tom completamente convencional com minha vizinha de mesa, quando então empreguei uma frase de extrema afabilidade. Essa senhorita, já um pouco envelhecida, não pôde deixar de comentar que não era do meu feitio habitual ser tão amável e galante com ela — um comentário que continha não só um certo pesar, mas também uma óbvia alfinetada numa jovem que ambos conhecíamos e a quem eu costumava conceder uma atenção maior. Naturalmente, compreendi num instante. Ainda no decorrer dessa mesma conversa, minha vizinha teve que chamar-me repetidamente a atenção — o que me foi muito penoso — para o fato de eu tê-la tratado pelo nome da jovem que, não sem razão, era vista por ela como sua rival mais afortunada.”

(12) Quero também relatar como “erro” um episódio de graves antecedentes que me foi narrado por uma testemunha diretamente implicada. Uma dama passara a tarde ao ar livre com o marido e dois senhores estranhos. Um desses dois “estranhos” era amigo íntimo dela, mas os outros nada sabiam disso e nem deveriam saber. Os amigos acompanharam o casal até a porta de casa e, enquanto esperavam que a porta se abrisse, começaram a se despedir. A dama fez uma mesura diante do estranho, ofereceu-lhe a mão e disse algumas palavras de cortesia. Depois, tomou o braço do amante secreto, voltou-se para o marido e começou a se despedir dele da mesma maneira. O marido entrou na situação, ergueu o chapéu e disse com polidez exagerada: “Beijo-lhe as mãos, prezada senhora!” A esposa, horrorizada, soltou o braço do amante e, antes que o mordomo aparecesse, ainda teve tempo de suspirar: “Ora, imagine passar por uma coisa dessas!...” O homem era um desses maridos que querem situar fora dos limites do possível uma infidelidade de sua mulher. Jurara repetidas vezes que, num caso assim, mais de uma vida estaria em perigo. Portanto, os mais fortes obstáculos internos o impediam de notar o desafio contido nesse erro.

(13) Eis um erro de um de meus pacientes, que se torna particularmente instrutivo por ter-se repetido para expressar um sentido contrário: Após prolongadas lutas internas, esse jovem super-hesitante conseguiu decidir-se a propor casamento à jovem que o amava há muito tempo, tal como ele a ela. Acompanhou a noiva até a casa, despediu-se e, na mais extrema felicidade, entrou num bonde e pediu *duas* passagens à cobradora. Cerca de seis meses depois, já estava casado, mas ainda não conseguira adaptar-se bem a sua felicidade conjugal. Estava em dúvida se teria feito bem em se casar, sentia falta das antigas relações com seus amigos e

via toda sorte de defeitos em seus sogros. Uma noite, foi buscar sua jovem esposa na casa dos sogros, entrou no bonde com ela e contentou-se em pedir apenas *uma* passagem.

(14) Um bom exemplo de Maeder (1908) mostra-nos como um desejo relutantemente sufocado pode ser satisfeito através de um “erro”. Um colega que tinha um dia livre queria desfrutá-lo sem ser molestado, mas tinha que fazer uma visita a Lucerna, coisa que não era de seu agrado; depois de uma longa deliberação, resolveu ir até lá assim mesmo. Para se distrair, passou o trajeto de Zurique a Arth-Goldau lendo os jornais. Nesta estação, trocou de trem e prosseguiu na leitura. E assim foi viajando até que o condutor o informou de que ele tomara o trem errado, ou seja, o que voltava de Goldau para Zurique, embora tivesse uma passagem para Lucerna.

(15) Uma tentativa análogo, se bem que não inteiramente exitosa, de ajudar um desejo suprimido a se expressar pelo mesmo mecanismo do “erro” foi descrita pelo Dr. V. Tausk (1917), sob o título “Viajando na Direção Errada”:

“Eu chegara a Viena em licença da frente de luta. Um antigo paciente soube que eu estava na cidade e pediu que eu fosse visitá-lo, pois estava doente e de cama. Atendi a seu pedido e passei duas horas com ele. Na despedida, o doente perguntou quanto me devia. ‘Estou aqui em licença e não estou dando consultas’, retruquei. ‘Por favor, encare minha visita como a de um amigo.’ O paciente hesitou, pois sem dúvida sentia que não tinha o direito de requisitar meus serviços profissionais sob a forma de um ato de amizade gratuito. Mas finalmente aceitou minha resposta, expressando a respeitosa opinião, ditada por seu prazer em poupar dinheiro, de que eu, como psicanalista, sem dúvida estaria fazendo a coisa certa. Alguns momentos depois, eu mesmo suspeitei da sinceridade de minha nobreza e, repleto de dúvidas — que dificilmente admitiriam mais de uma solução —, tomei um bonde da linha X. Depois de uma curta viagem, eu deveria passar para um bonde da linha Y. Enquanto aguardava no ponto onde tomaria o outro bonde, esqueci-me da questão dos honorários e passei a me ocupar dos sintomas patológicos de meu paciente. Entrementes, chegou o bonde que eu aguardava e subi. Mas na parada seguinte tive que descer novamente. É que, por engano e sem me aperceber, eu havia tomado um bonde da linha X, e não da linha Y, e seguira na mesma direção de onde acabara de partir — na direção do paciente de quem não quisera aceitar nenhum honorário. *Mas meu inconsciente queria fazer a cobrança.*”

(16) Certa vez, eu mesmo tive êxito num estratagema muito semelhante ao do exemplo 14. Eu havia prometido a meu rigoroso irmão mais velho que nesse verão lhe faria a visita devida há muito tempo numa cidade inglesa à beira-mar e, como o tempo era escasso, prometera ainda seguir pela rota mais curta e sem interromper a viagem em lugar algum. Pedi um adiantamento de um dia para passá-lo na Holanda, mas ele achou que eu poderia adiar isso para a viagem de volta. Assim, viajei de Munique, via Colônia, para Rotterdam — Hook van Holland, de onde o navio partiria à meia-noite para Harwich. Eu tinha que fazer uma baldeação em Colônia; ali deixei meu trem para tomar o expresso de Rotterdam, mas não conseguia encontrá-lo. Perguntei a diversos funcionários da estrada de ferro, mandaram-me de uma plataforma para outra, entrei num clima de desespero exagerado e logo me apercebi de que, durante essa busca infrutífera eu havia perdido o trem. Depois que isso me foi confirmado, considerei se deveria pernoitar em Colônia, depondo em favor disso, entre outras coisas, a devoção filial, pois segundo uma velha tradição de família, meu ancestrais haviam um dia fugido dessa cidade durante uma perseguição aos judeus. Mas decidi-me por outra coisa, viajei num trem

posterior para Rotterdam, onde cheguei tarde da noite, e assim me vi obrigado a passar um dia na Holanda. Esse dia trouxe-me a realização de um desejo acalentado há muito tempo; pude ver as magníficas pinturas de Rembrandt em Haia e no Rijksmuseum em Amsterdã. Só na manhã seguinte, quando viajava de trem pela Inglaterra e pude concentrar-me em minhas impressões, foi que me ocorreu a lembrança indubitável de que eu vira na estação de Colônia, a poucos passos do lugar onde eu descera do trem e na mesma plataforma, uma grande placa que dizia “Rotterdam-Hook van Holland”. Ali, esperando por mim, estivera o trem em que eu deveria ter seguido viagem. Minha pressa em me afastar dali, apesar dessa indicação clara, e minha busca do trem em outros lugares teriam de ser descritas como uma “cegueira” incompreensível, a menos que se queira presumir que, ao contrário das instruções de meu irmão, era meu propósito admirar os Rembrandts na viagem de ida. Tudo o mais — minha perplexidade bem encenada, a emergência da intenção “piedosa” de pernoitar em Colônia — não passou de um artifício para esconder de mim mesmo essa resolução, até que ela já se tivesse realizado inteiramente.

(17) A partir de sua própria experiência pessoal, J. Störcke (1916) fala de um artifício semelhante produzido por “esquecimento” para realizar um desejo a que se havia supostamente renunciado.

“Certa vez, eu tinha de fazer uma conferência com diapositivos numa aldeia, mas a conferência foi adiada por uma semana. Eu havia respondido à carta sobre o adiamento e anotara a nova data em minha agenda. Eu teria seguido viagem de bom grado para essa aldeia à tarde, pois assim teria tempo de visitar um escritor conhecido meu que ali residia. Lamentavelmente, porém, não dispunha na época de nenhuma tarde livre. Com certa relutância, desisti dessa visita.

“Chegada a noite da conferência, segui às pressas para a estação, com uma maleta repleta de diapositivos. Tive de tomar um táxi para pegar o trem (freqüentemente me acontece retardar-me tanto que acabo tendo de tomar um táxi para conseguir alcançar o trem!). Ao chegar a meu destino, fiquei um pouco surpreso por não haver ninguém na estação para me receber (como é costume nos pequenos lugarejos ao chegar um conferencista). De repente ocorreu-me que a conferência fora adiada por uma semana e que eu fizera uma viagem inútil na data originalmente marcada. Depois de maldizer meu esquecimento de todo coração, ponderei se deveria voltar para casa no trem seguinte. Pensando melhor, porém, considerei que tinha agora uma boa oportunidade de fazer a visita desejada, o que então pus em prática. Só quando já estava a caminho foi que me ocorreu que meu desejo irrealizado de ter tempo suficiente para essa visita preparara habilmente a trama. Sobrecarregar-me com a pesada maleta repleta de diapositivos e apressar-me para alcançar o trem tinham servido primorosamente para esconder ainda melhor a intenção inconsciente.”

Talvez se possa pensar [1] que a classe de erro que aqui não esclareci não é muito numerosa ou particularmente significava. Mas deixo como uma questão a ser pensada se não haverá razão para estender esses mesmos pontos de vista a nossa avaliação dos *erros de julgamento*, incomparavelmente mais importantes, cometidos pelos seres humanos na vida e no trabalho científico. Só aos espíritos mais seletos e equilibrados parece ser possível preservar a imagem da realidade externa, tal como percebida, da distorção a que ela costuma ficar sujeita em sua passagem pela individualidade psíquica daquele que a percebe.

## CAPÍTULO XI - ATOS FALHOS COMBINADOS

Dois dos últimos exemplos mencionados — meu erro ao transferir os Medici para Veneza [em [1]] e o do jovem que conseguiu conversar por telefone com sua amada, sabendo que contrariava minha proibição [em [1]] — na verdade não foram descritos de maneira exata. Uma consideração mais cuidadosa revela que eles constituem a combinação de um esquecimento com um erro. Posso ilustrar essa combinação com clareza ainda maior através de alguns outros exemplos.

(1) Um amigo me conta a seguinte experiência: “Há alguns anos aceitei ser eleito para a diretoria de certa sociedade literária por supor que algum dia essa organização pudesse ajudar-me a fazer com que se encenasse minha peça, e embora sem muito interesse, participei regularmente das reuniões que se realizavam todas as sextas-feiras. Há poucos meses obtive a promessa de uma representação no teatro de F. e, desde então, passei a me *esquecer* regularmente das reuniões da sociedade. Ao ler seu livro sobre essas coisas, senti-me envergonhado de meu esquecimento, repreendi-me por ser uma baixeza eu faltar agora, quando já não estava precisando dessas pessoas, e resolvi não me esquecer por nada no mundo da sexta-feira seguinte. Recordei-me repetidamente esse propósito até colocá-lo em prática e ver-me postado diante da porta da sala onde se realizavam as reuniões. Para minha surpresa, estava fechada; a reunião havia terminado; é que eu havia errado o dia: já era sábado!”

(2) O exemplo seguinte combina um ato sintomático com um extravio; chegou a meu conhecimento por caminhos algo indiretos, mas provém de uma fonte segura.

Uma dama viajou para Roma com seu cunhado, que era um artista famoso. O visitante foi muito festejado pela comunidade alemã de Roma e recebeu, entre outros presentes, uma antiga medalha de ouro. A dama ficou mortificada por seu cunhado não saber apreciar suficientemente o valioso objeto. Já de volta a casa, substituída em Roma por sua irmã, ela descobriu, ao desfazer as malas, que trouxera consigo a medalha — não sabia como. Remeteu prontamente ao cunhado uma carta com a notícia e anunciou que no dia seguinte reenviaria para Roma o objeto carregado. No dia seguinte, porém, a medalha se extraviara com tanta habilidade que não pôde ser encontrada nem remetida; foi então que a dama começou a compreender o sentido de sua “distração”, a saber, ela queria ficar com o objeto.

(3) Há casos em que o ato falho se repete obstinadamente, mudando para isso os meios que emprega:

Por motivos que lhe eram desconhecidos, Ernest Jones (1911b, 483) deixou certa vez uma carta em sua escrivaninha por vários dias, sem despachá-la. Por fim, decidiu remetê-la, mas a carta lhe foi devolvida pelo “Dead Letter Office”, pois ele se esquecera de sobrescritá-la. Depois de colocar o endereço, tornou a levá-la ao correio, mas dessa vez ela estava sem selo. A essa altura, ele não pôde mais ignorar sua relutância em despachar a carta.



(4) As vãs tentativas de realizar uma ação que se opõe a uma resistência interna não expressivamente narradas num breve comunicado do Dr. Karl Weiss (1912), de Viena:

“O episódio que se segue mostrará com que persistência o inconsciente sabe impor-se quando tem um motivo para impedir que se execute uma intenção, e como é difícil tomar precauções contra essa persistência. Um conhecido pediu-me que lhe emprestasse um livro e o levasse para ele no dia seguinte. Prometi imediatamente que o faria, mas ciente de um intenso sentimento de desprazer que a princípio não consegui explicar. Mais tarde, tudo me ficou claro: a pessoa em questão me devia há anos uma soma em dinheiro, que não parecia pensar em pagar. Não pensei mais no assunto, mas lembrei-me dele na manhã seguinte com o mesmo sentimento de desprazer e disse prontamente a mim mesmo: ‘Seu inconsciente logo se empenhará em fazer com que você esqueça o livro; mas você não quer ser descortês, e por isso fará todo o possível para não esquecê-lo.’ Chegando em casa, embrulhei o livro e coloquei-o a meu lado da escrivaninha onde redijo minha correspondência. Passado algum tempo, saí; dei alguns passos e me lembrei de que deixara na escrivaninha as cartas que queria remeter. (Uma delas, diga-se de passagem, era uma carta em que fui obrigado a escrever algo desagradável a uma pessoa de quem esperava receber apoio em determinado assunto.) Voltei, peguei as cartas e tornei a sair. Já no bonde, ocorreu-me que eu havia prometido a minha mulher encarregar-me de fazer uma certa compra, e fiquei satisfeito com a idéia de que o embrulho seria pequeno. Nesse ponto ocorreu-me subitamente a associação ‘embrulho-livro’, e só então notei que não estava levando o livro. Portanto eu não só o esquecera ao sair pela primeira vez, como também continuara a não enxergá-lo ao buscar as cartas ao lado das quais ele estava.”

(5) O mesmo se constata numa observação que Otto Rank (1912) analisou exhaustivamente:

“Um homem escrupulosamente ordeiro e pedantemente preciso narrou a seguinte experiência, totalmente extraordinária para ele. Uma tarde, ia ele pela rua quando quis saber as horas, reparando então que havia deixado seu relógio em casa, coisa que, segundo sua memória, nunca lhe acontecera antes. Como tinha de comparecer pontualmente a um compromisso à noite e não lhe restava tempo suficiente para buscar seu relógio, ele aproveitou sua visita a uma dama amiga sua para pedir-lhe um relógio emprestado para esse fim. Isso era perfeitamente viável porque ele já tinha o compromisso prévio de visitar essa dama na manhã seguinte, ocasião em que prometeu devolver-lhe o relógio. No dia seguinte, porém, quando quis entregar o relógio emprestado a sua proprietária, descobriu com assombro que o esquecera em casa; dessa vez, portava seu próprio relógio. Tomou assim a firme resolução de devolver o relógio da dama nessa mesma tarde, coisa que realmente levou a cabo. Mas quando quis ver as horas ao deixá-la ficou imensamente aborrecido e atônito ao descobrir que tornara a esquecer seu próprio relógio.

“A repetição desse alto pareceu tão patológica a esse homem comumente tão amante da ordem que ele quis conhecer sua motivação psicológica; e esta se revelou prontamente através da indagação psicanalítica a respeito de ter-lhe acontecido alguma coisa desagradável no dia crucial em que se esqueceu do relógio pela primeira vez, e a respeito do contexto em que isso ocorrera. Ele contou de imediato como, depois do almoço, pouco antes de sair esquecendo o relógio, tivera uma conversa com sua mãe, que lhe contara que um parente irresponsável, que já lhe havia causado muitos aborrecimentos e despesas, penhorara seu próprio relógio, mas, como este era necessário na casa, pedia-lhe [ao narrador] que fornecesse o dinheiro para resgatá-lo. Essa maneira quase impositiva de tomar um empréstimo causou em nosso homem um impacto muito penoso e

tornou a evocar-lhe todos os desgostos que esse parente lhe vinha causando há muitos anos. Seu ato sintomático, portanto, mostra ter tido muitos determinantes. Em primeiro lugar, expressou um pensamento que dizia aproximadamente o seguinte: 'Não vou permitir que o dinheiro me seja extorquido dessa maneira, e se precisam de um relógio, deixarei o meu em casa.' Mas como precisava do relógio para manter um compromisso à noite, essa intenção só pôde efetivar-se por um caminho inconsciente, sob a forma de um ato sintomático. Em segundo lugar, o esquecimento dizia mais ou menos o seguinte: 'Sacrificar dinheiro eternamente por esse inútil vai acabar me arruinando, a ponto de eu ter que abrir mão de tudo.' Embora, no dizer dele, sua indignação diante da notícia tivesse sido apenas momentânea, a repetição do mesmo ato sintomático mostra que ela continuou a atuar intensamente no inconsciente, mais ou menos como se sua consciência dissesse: 'Não consigo tirar essa história da cabeça.' Tendo em vista essa atitude do inconsciente, não nos surpreende que o relógio pedido emprestado à dama tivesse o mesmo destino. Mas talvez também tenha havido motivos especiais favorecendo essa transferência para o 'inocente' relógio da dama. O motivo mais óbvio, provavelmente, é que ele sem dúvida gostaria de guardá-lo para substituir seu próprio relógio sacrificado, e por isso esqueceu de devolvê-lo no dia seguinte; talvez também lhe agradasse conservá-lo como uma lembrança da dama. Além disso, o esquecimento do relógio forneceu-lhe a oportunidade de visitar pela segunda vez essa dama a quem ele admirava; é certo que teria de visitá-la pela manhã por causa de outro assunto, e com o esquecimento do relógio ele parece indicar que seria uma pena usar essa visita, combinada muito tempo antes, para o propósito passageiro de devolver o relógio. Além disso, o esquecimento do próprio relógio por duas vezes e a restituição assim possibilitada do relógio alheio indicam que, inconscientemente, nosso homem estava procurando não andar com os dois relógios ao mesmo tempo. É óbvio que estava tentando evitar essa aparência de abundância excessiva que estaria em flagrante contraste com a penúria de seu parente; por outro lado, ele soube com isso fazer frente a sua aparente intenção de se casar com a dama, fazendo a si mesmo a advertência de que tinha obrigações indissolúveis para com sua família (sua mãe). Por fim, outra razão para o esquecimento de um relógio de mulher poderia ser buscada no fato de que, na noite anterior, sendo solteiro, ele se sentira embaraçado diante dos amigos por ver as horas num relógio de mulher, coisa que só fez subrepticamente; e para evitar que se repetisse essa situação embaraçosa, não quis mais usar o relógio. Por outro lado, como tinha de devolvê-lo, também aqui o resultado foi um ato sintomático inconscientemente realizado, que se revelou como uma formação de compromisso entre impulsos emocionais conflitantes e como um triunfo duramente conquistado da instância inconsciente."

Aqui estão três casos observados por J. Stärcke (1916, 108-9):

(6) *Extravio, quebra e esquecimento como expressão de uma contavontade repelida.* "Dentre uma coleção de ilustrações para um trabalho científico, tive um dia que emprestar algumas a meu irmão, pois ele queria usá-las como diapositivos numa conferência. Apesar de momentaneamente ciente de minha idéia de que eu preferiria não ver essas reproduções, colecionadas a tão duras penas, exibidas ou publicadas de maneira alguma antes que eu mesmo pudesse fazê-lo, prometi-lhe que procuraria os negativos das imagens desejadas e com elas confeccionaria diapositivos. Mas não pude achar esses negativos. Procurei por toda a pilha de caixas repletas dos negativos pertinentes ao assunto, e bem uns duzentos negativos passaram por minhas mãos, um após outro; mas os negativos que eu procurava não estavam ali. Suspeitei de que, na verdade, eu parecia não querer que meu irmão obtivesse essas ilustrações. Depois de me conscientizar desse pensamento

invejoso e de combatê-lo, percebi que eu pusera de lado a primeira caixinha da pilha e que não a havia examinado, e essa caixa continha os negativos procurados. Na tampa da caixinha havia uma pequena anotação sobre seu conteúdo e é provável que eu lhe tenha dado uma rápida olhadela antes de pôr a caixa de lado. O pensamento invejoso, entretanto, parecia ainda não estar inteiramente vencido, pois houve ainda toda sorte de incidentes antes que os diapositivos fossem despachados. Parti um deles ao apertá-lo demais enquanto o segurava na mão para limpar o lado de vidro (nunca costumo quebrar um diapositivo dessa maneira). Quando mandei fazer um novo exemplar dessa chapa, ela caiu da minha mão e só não quebrou porque estendi o pé e aparei a queda. Quando montava os diapositivos, a pilha inteira tornou a cair no chão, felizmente sem que nenhum se quebrasse. E por fim, vários dias se passaram antes que eu realmente os embalasse e remetesse, pois embora renovasse todos os dias minha intenção de fazê-lo, a cada dia tornava a esquecê-la.”

(7) *Esquecimento repetido — ação equivocada na execução final.* “Certo dia eu tinha que enviar um cartão-postal a um conhecido, mas fui adiando isso por vários dias, o que me deu a forte suspeita de que a causa era seguinte: Ele me informara por carta que no decorrer daquela semana eu seria visitado por alguém cuja visita eu não estava particularmente ansioso por receber. Terminada a semana e reduzida a perspectiva da visita indesejada, escrevi finalmente o cartão-postal onde lhe comunicava quando eu disporia de tempo livre. Ao escrever o cartão, pensei inicialmente em acrescentar que não pudera escrever antes devido ao *druk werk* (‘trabalho em excesso, estafante ou intenso’ [em holandês]), mas ao final não o fiz, pois não há ser humano razoável que ainda acredite nessa desculpa corriqueira. Não sei se essa pequena inverdade ainda assim estava fadada a se expressar, mas quando coloquei o cartão-postal na caixa do correio, depusitei-o erroneamente na abertura inferior: *Drukwerk* (‘impressos’ [em holandês]).”

(8) *Esquecimento e erro.* “Numa manhã de tempo belíssimo, uma jovem foi ao Rijksmuseum para ali desenhar alguns moldes de gesso. Embora preferisse passear, já que o tempo estava tão bom, ela resolveu ser diligente mais uma vez e desenhar um pouco. Primeiro, tinha de comprar papel de desenho. Foi a uma loja (a cerca de dez minutos a pé do museu) e comprou lápis e outros materiais de desenho, mas esqueceu justamente de comprar o papel. Foi para o museu e, quando estava sentada em sua banqueta, pronta para começar, percebeu que não tinha papel e teve de voltar à loja. Feita a compra, ela começou realmente a desenhar, o trabalho progrediu bem e, após algum tempo, ela ouviu o relógio da torre do museu bater muitas vezes. ‘Deve ser meio-dia’, pensou, e continuou trabalhando até o relógio da torre bater um quarto de hora (‘Deve ser meio-dia e quinze’, pensou). Em seguida embalou o material de desenho e resolveu ir passeando pelo Vondelpark até a casa da irmã para ali tomar café (o que, na Holanda, é equivalente ao almoço). Passando pelo Museu Suasso, ela viu com assombro que era apenas meio-dia, e não meio-dia e meia! O tempo tentadoramente bom levava a melhor sobre sua dedicação e, por isso, quando o relógio da torre deu doze badaladas às onze e meia, não lhe ocorreu pensar que os relógios dos campanários também marcam as meias horas.”

(9) Como alguns dos exemplos acima já mostraram, a tendência perturbadora inconsciente também pode alcançar seu objetivo através da repetição obstinada do mesmo tipo de ato falho. Tomo um divertido exemplo disso de um livrinho intitulado *Frank Wedekind und das Theater*, publicado em Munique pelo Drei

Masken-Verlag, mas tenho que deixar ao autor do livro a responsabilidade por essa historieta, narrada à maneira de Mark Twain.

“Na peça em um ato *Die Zensur* [A Censura], de Wedekind, declara-se no momento mais solene: ‘O medo da morte é um erro de lógica [*Denkfehler*].’ O autor, que muito valorizava esse trecho, pediu ao ator, durante os ensaios, que fizesse uma pequena pausa antes da palavra ‘*Denkfehler*’. E à noite... compenetrando-se o ator integralmente de seu papel e teve o cuidado de observar a pausa, mas, involuntariamente disse no mais solene dos tons: ‘O medo da morte é um *Druckfehler* [um erro de imprensa].’ Em resposta às perguntas do artista ao final do espetáculo, o autor assegurou-lhe que não tinha a menor crítica a fazer, só que o trecho em questão não dizia que o medo da morte é um erro de imprensa, mas um erro de lógica. — Quando *Die Zensur* foi novamente à cena na noite seguinte, o ator, chegando ao mesmo trecho, declarou de novo com a mais solene entonação: ‘O medo da morte é um... *Denkzettel* [um lembrete].’ Wedekind mais uma vez acumulou o ator de elogios ilimitados, apenas comentando de passagem que o texto não dizia que o medo da morte é um lembrete, mas sim que é um erro de lógica. — Na noite seguinte *Die Zensur* foi novamente encenada, e o ator, com quem entretanto o autor fizera amizade e trocara opiniões sobre questões artísticas, disse, ao chegar o trecho, com a expressão mais solene do mundo: ‘O medo da morte é um... *Druckzettel* [um rótulo impresso].’ O artista recebeu os louvores irrestritos do autor e a peça se repetiu muitas outras vezes, mas o autor teve que dar por liquidada para sempre a noção de ‘erro de lógica’.”

Rank (1912 e 1915b) também deu atenção às relações muito interessantes entre “Ato falho e sonho”, mas não se pode apreciá-las sem uma análise minuciosa do sonho ligado ao ato falho. Certa vez, dentro de um contexto mais amplo, sonhei que havia perdido minha carteira. Pela manhã, enquanto me vestia, realmente notei a falta dela. Ao despirm-me na noite anterior ao sonho, eu me esquecera de tirá-la do bolso da calça e colocá-la no lugar usual. Esse esquecimento, portanto, não me era desconhecido, e provavelmente se destinara a expressar um pensamento inconsciente que estava preparado para aflorar no conteúdo do sonho.

Não pretendo afirmar que esses casos de atos falhos combinados possam ensinar-nos algo novo, algo que já não se tivesse podido deduzir dos casos simples, mas é certo que essa mudança na forma assumida pelo ato falho enquanto o resultado permanece o mesmo dá a vívida impressão de uma vontade que se esforça por atingir um alvo determinado, e contradiz de maneira muito mais enérgica a noção de que o ato falho é uma coisa aleatória e não requer interpretação. Também é possível que nos cause estranheza, nesses exemplos, o fato de uma intenção consciente ser tão radicalmente incapaz de impedir o êxito do ato falho. Meu amigo, apesar de tudo, deixou de comparecer à reunião da sociedade, e a dama não foi capaz de se separar da medalha. O não-sabido [*Unbekannte*, “desconhecido”, “inconfessado”] que se opunha a essas intenções encontrou outra saída depois que lhe foi barrado o primeiro caminho. É que para superar o motivo desconhecido faz-se necessário algo diverso de uma intenção contrária consciente; seria preciso um trabalho psíquico capaz de tornar o desconhecido conhecido pela consciência.

## CAPÍTULO XII - DETERMINISMO, CRENÇA NO ACASO E SUPERSTIÇÃO - ALGUNS PONTOS DE VISTA

A conclusão geral que emerge das diversas considerações anteriores pode ser formulada nos seguintes termos: *Certas insuficiências de nosso funcionamento psíquico* — cujas características comuns precisaremos logo adiante — *e certos desempenhos aparentemente inintencionais, revelam, quando a eles se aplicam os métodos da investigação psicanalítica, ter motivos válidos e ser determinados por motivos desconhecidos pela consciência.*

Para ser incluído na classe dos fenômenos assim explicáveis, o ato falho psíquico tem de satisfazer as seguintes condições:

(a) Não pode exceder certas dimensões fixadas por nossa avaliação e caracterizadas pela expressão “dentro dos limites do normal”.

(b) Deve ter o caráter de uma perturbação momentânea e temporária. É preciso que tenhamos excetuado antes a mesma função de maneira mais correta ou que nos acreditemos capazes de realizá-la mais corretamente em qualquer ocasião. Ao sermos corrigidos por outra pessoa, devemos reconhecer de imediato a exatidão da correção e a inexatidão de nosso próprio processo psíquico.

(c) Quando chegamos a perceber o ato falho, não devemos sentir em nós mesmos nenhuma motivação para ele, mas antes ficar tentados a explica-lo pela “desatenção” ou ainda como uma “casualidade”.

Permanecem portanto nesse grupo os casos de esquecimento [*Vergessen*] e os erros cometidos apesar de se ter um conhecimento melhor, os lapsos da fala [*Versprechen*], os lapsos de leitura [*Verlesen*], os lapsos de escrita [*Verschreiben*], os equívocos na ação [*Vergreifen*] e os chamados “atos casuais”. A própria língua [alemã] indica a identidade interna entre a maioria desses fenômenos, igualmente compostos com o prefixo “*ver-*”.

Mas ao esclarecimento dos processos psíquicos assim definidos liga-se uma série de observações que, em parte, podem despertar um interesse fixo “*ver-*”.

(A) Quando abandonamos parte de nossas funções psíquicas como inexplicável pelas representações-meta, estamos desconhecendo a extensão do determinismo na vida anímica. Tanto aqui quanto em outras esferas, ele tem um alcance maior do que suspeitamos. Num artigo do historiador de literatura R. M. Meyer publicado no *Die Zeit* [jornal de Viena] em 1900, encontrei, exposta e ilustrada com exemplos, a visão de que é impossível compor um absurdo de maneira intencional e arbitrária. Sei há mais tempo que não se pode fazer com que um número ocorra por livre escolha, do mesmo modo que não se pode fazê-lo com um nome. A investigação de um número composto de maneira aparentemente arbitrária, digamos, um número de vários algarismos enunciado por alguém por brincadeira ou num momento de bom humor, revela que ele é estritamente determinado de um modo que realmente não se consideraria possível. Começarei pela breve

discussão de um exemplo de prenome arbitrariamente escolhido, e depois analisarei com algum detalhe um exemplo análogo de um número “dito sem pensar”.

(1) Com vistas a preparar para publicação o caso clínico de uma de minhas pacientes, pus-me a considerar o nome que deveria dar-lhe em meu relato. Parecia haver uma escolha muito ampla; alguns nomes, é claro, estavam excluídos de antemão: o nome verdadeiro, em primeiro lugar, depois os nomes de membros de minha própria família, aos quais eu faria objeções, e talvez alguns outros nomes femininos de som particularmente singular. Afora esses, porém, eu não teria por que ficar em apuros para encontrar um nome. Seria de se esperar — e eu mesmo o esperava — que houvesse uma porção de nomes femininos a meu dispor. Em vez disso, ocorreu-me um só nome e nenhum outro — o nome “Dora”.

Perguntei-me como teria sido determinado. Quem mais se chamava Dora? Eu gostaria de rechaçar com incredulidade o que me ocorreu a seguir — que esse era o nome da babá de minha irmã [da casa]. Contudo, tenho tanta autodisciplina, ou tanta prática em analisar, que me afoquei à idéia ocorrida e deixei que o fio seguisse dali. Logo me ocorreu um pequeno incidente da noite anterior, que forneceu o determinismo buscado. Eu vira na mesa da sala de jantar de minha irmã uma carta endereçada à “Srta. Rosa W.”. Surpreso perguntei quem ali tinha esse nome, e fui informado de que ajovem que eu conhecia por Dora na realidade se chamava Rosa, mas tivera de abandonar seu nome ao aceitar o emprego na casa, pois também minha irmã poderia considerar que “Rosa” se referisse a ela. “Pobre gente”, comentei com pena, “nem mesmo o próprio nome eles podem conservar!” Depois disso, lembro-me agora, permaneci em silêncio por um momento e comecei a pensar em toda sorte de coisas sérias que se perderam na obscuridade, mas que agora eu poderia facilmente tornar conscientes. Quando, no dia seguinte, procurei um nome para alguém *que não poderia conservar o seu*, “Dora” foi o único a me ocorrer. A exclusividade [do nome] baseou-se aqui numa sólida associação de conteúdo, pois também na história de minha paciente, bem como no curso do tratamento, foi uma pessoa empregada numa casa alheia, uma governanta, quem exerceu uma influência decisiva.

Anos depois, [1] esse pequeno incidente teve uma continuação inesperada. Certo dia, quando expunha numa conferência o caso clínico há muito publicado da jovem que agora se chamava Dora, ocorreu-me que uma das duas mulheres que estavam no auditório tinha esse mesmo nome Dora, que eu teria de pronunciar com tanta freqüência nos mais diferentes contextos. Voltei-me para minha jovem colega, a quem eu também conhecia pessoalmente, com a desculpa de que de fato não me havia lembrado de que esse também era o nome dela, e acrescentei que estava disposto a substituí-lo por outro em minha conferência. Defrontei-me então com a tarefa de escolher outro nome rapidamente, e considerei que teria de evitar a todo custo escolher o nome da outra ouvinte, pois assim daria um péssimo exemplo a meus outros colegas, já bem instruídos em psicanálise. Fiquei muito satisfeito, portanto, quando me ocorreu o nome “Erna” como substituto para Dora, e usei-o na exposição do caso. Depois da conferência, perguntei a mim mesmo de onde poderia ter surgido o nome Erna, e não pude deixar de rir quando notei que a possibilidade temida quando da escolha do nome substituto ainda assim se realizara, ao menos em parte. O sobrenome da outra dama era Lucerna, do qual Erna é um fragmento.

(2) Numa carta a um amigo, anunciei que havia terminado de corrigir as provas de *A Interpretação dos Sonhos* e que não pretendia fazer nenhuma outra modificação no livro, “mesmo que ele contenha 2 467 erros”.



Em seguida tentei explicar esse número a mim mesmo e acrescentei a pequena análise como um pós-escrito à carta. O melhor será citá-la tal como a redigi na época, logo depois de me apanhar em flagrante:

“Deixe-me acrescentar depressa uma contribuição à psicopatologia da vida cotidiana. Você verá que escrevi na carta o número 2 467 como uma estimativa arbitrária e atrevida do número de erros que são encontrados no livro dos sonhos. O que eu pretendia dizer era qualquer número muito grande, e então emergiu esse. Mas não há no psíquico nada que seja arbitrário ou indeterminado. Por isso, você há de esperar, com todo o direito, que o inconsciente tenha-se apressado a determinar o número que foi franqueado pela consciência. Ora, eu tinha justamente acabado de ler no jornal que um general E. M. fora reformado como comandante de artilharia. Você deve saber que esse homem me interessa. Quando eu servia como cadete-médico, ele um dia entrou na enfermaria — era coronel, nessa época — e disse ao oficial médico: ‘O senhor tem oito dias para me fazer sarar, porque tenho um trabalho a fazer pelo qual o Imperador está esperando.’ Resolvi então acompanhar a carreira desse homem e, veja só, agora (1899) ele a terminou, é comandante de artilharia e já está na reserva. Eu quis calcular em quanto tempo ele percorreria esse caminho. Supondo que eu o tivesse visto no hospital em 1882, seriam dezessete anos. Contei isso a minha mulher e ela disse: ‘Mas então você também já não deveria estar aposentado?’ ‘Deus me livre!’ protestei. Depois dessa conversa, sentei-me para lhe escrever. Mas a seqüência anterior de pensamentos prosseguiu, e com boa razão. O cálculo estava errado; tenho um firme ponto de apoio em minha memória para saber disso. Comemorei minha maioridade, ou seja, meu 24º aniversário, na prisão militar (por ter-me ausentado sem permissão). Portanto, isso foi em 1880, ou há dezenove anos. Aí tem você o número ‘24’ do 2 467! Agora, tome minha idade atual, 43, acrescente 24, e você terá o 67! Em outras palavras, em resposta à pergunta sobre eu pretender também me aposentar, concedi-me no desejo mais vinte e quatro anos de trabalho. É óbvio que eu estava aborrecido por não ter, eu mesmo, progredido muito durante o intervalo em que acompanhei a carreira do Coronel M.; mesmo assim, estava celebrando uma espécie de triunfo por ele já estar acabado, enquanto eu ainda tenho tudo diante de mim. Por isso, pode-se dizer com razão que nem mesmo o número 2 467, que proferi sem nenhuma intenção, deixou de ter seus determinantes vindos do inconsciente.”

(3) Desde esse primeiro exemplo onde se explica um número escolhido de maneira aparentemente arbitrária, repeti muitas vezes essa mesma experiência, e com o mesmo resultado, mas o conteúdo da maioria dos casos é tão íntimo que não é possível comunicá-lo.

Justamente por isso, contudo, aproveito para acrescentar aqui uma análise muito interessante de uma “ocorrência de número” que o Dr. Adler (1905), de Viena, obteve de um informante “perfeitamente sadio”. “Ontem à noite”, relata esse informante, “lancei-me à *Psicopatologia da Vida Cotidiana*, e teria lido o livro inteiro de uma vez, se não tivesse sido impedido por um incidente notável. Acontece que, ao ler que todo número evocado à consciência de modo aparentemente arbitrário tem um sentido definido, resolvi fazer uma experiência. Ocorreu-me o número 1 734, e então se precipitaram as seguintes idéias:  $1\ 734 : 17 = 102$ ;  $102 : 17 = 6$ . Depois fracionei o número em 17 e 34. Tenho 34 anos. Considero, como creio ter-lhe dito certa vez, que 34 é o último ano da juventude, e por isso senti-me muito infeliz em meu último aniversário. Ao final de meus 17 anos, iniciou-se para mim um período muito bonito e interessante de meu desenvolvimento. Divido minha vida em fases de 17 anos. Que significam essas divisões? Ao pensar no número 102, ocorreu-me que o nº 102 da Biblioteca Universal Reclam é a peça de Kotzebue, *Menschenhass und Reue* [*Misanthropia e Remorso*].

“Meu estado psíquico atual é de misantropia e remorso. O nº 6 da B.U. (conheço de cor uma multiplicidade de números da coleção) é *Die Schuld [A Culpa]*, de Müllner. Sou constantemente atormentado pela idéia de que por minha culpa não cheguei a ser o que minhas aptidões teriam permitido. Além disso, ocorreu-me que o nº 34 na B.U. contém um conto do mesmo Müllner, intitulado *Der Kaliber [O Calibre]*. Dividi a palavra em ‘Ka’ e ‘Liber’; ocorreu-me ainda que ela contém as palavras ‘Ali’ e ‘Kali’ [‘potássio’]. Isso me fez lembrar que certa vez fiz rimas com meu filho Ali (de seis anos). Pedi-lhe que procurasse uma rima para Ali. Não lhe ocorreu nenhuma, e, como queria que eu a fornecesse, respondi-lhe: ‘*Ali reinigt den Mund mit hypermangansaurem Kali.*’ [‘Ali limpa a boca com permanganato de potássio.’] Rimos muito e Ali estava muito lieb [meigo]. Nos últimos dias, tive de constatar com desgosto que ele ‘*ka (kein) lieber Ali sei*’ [‘não é o meigo Ali’ (*ka lieber*’ pronuncia-se como ‘*Kaliber*’)].

“Perguntei-me então: o que é o nº 17 da B.U.? mas não consegui lembrar. Com toda certeza, porém, eu o soubera antes, donde presumi que eu queria esquecer esse número. Toda a reflexão foi em vão. Quis continuar lendo, mas fazia-o mecanicamente, sem entender uma única palavra, porque o 17 estava me atormentando. Apaguei a luz e prossegui na busca. Por fim, cheguei à conclusão de que o nº 17 devia ser uma peça de Shakespeare. Mas qual? Ocorreu-me *Hero and Leander* — obviamente, uma tentativa idiota de minha vontade para me desviar. Finalmente levantei e consultei o catálogo da B.U. — o nº 17 é *Macbeth*. Para minha perplexidade, tive de constatar que não sabia quase nada da peça, embora não me tenha ocupado menos dela do que de outros dramas de Shakespeare. Só me ocorreram: assassino, Lady Macbeth, bruxas, ‘o belo é torpe’, e que certa vez achara muito bonita a versão de Schiller para *Macbeth*. Sem dúvida, portanto, eu queria esquecer a peça. Ocorreu-me ainda que 17 e 34, divididos por 17, dão 1 e 2. Os números 1 e 2 da B.U. são o *Fausto*, de Goethe. Antigamente, eu achava que havia muito de Fausto em mim.”

Lamentamos que a descrição do médico não nos tenha possibilitado um discernimento do sentido dessa série de associações. Adler observa que o homem não chegou a uma síntese de suas explicações. Parece-nos que quase não valeria a pena relatá-las, não fosse por ter emergido algo na continuação que nos forneceu a chave para entender o número 1 734 e toda a série de associações.

“Hoje pela manhã sem dúvida tive uma experiência que diz muito em favor de justeza da concepção freudiana. Minha mulher, que eu acordara ao levantar da cama na noite anterior, perguntou por que eu tinha querido o catálogo da B.U. Conteí-lhe a história. Ela achou que era tudo um palavrório inútil, só aceitando — o que é muito interessante — o *Macbeth*, contra o qual eu resistira tanto. Disse que não lhe ocorria absolutamente nada quando pensava num número. Respondi: ‘Vamos fazer um teste.’ Ela deu o número 117. Na mesma hora retruquei: ‘17 é uma referência ao que lhe contei, e além do mais, ontem eu lhe disse que, quando a mulher tem 82 anos, e o marido, 35, há uma terrível desproporção.’ Nos últimos dias, tenho implicado com minha mulher, dizendo que ela é uma velhinha de 82 anos.  $82 + 35 = 117$ .”

O marido, que não soube encontrar os determinantes de seu próprio número, descobriu a solução de imediato quando sua mulher lhe deu um número supostamente escolhido por livre-arbítrio. Na realidade, a mulher havia compreendido muito bem o complexo do qual provinha o número do marido, tendo escolhido seu próprio número a partir do mesmo complexo, que era certamente comum a ambos, pois dizia respeito à relação entre suas respectivas idades. Parra nós, portanto, é fácil traduzir o número que ocorreu ao marido. Ele

expressa, como sugere Adler, um desejo suprimido do homem, que, desdobrado em sua íntegra, diria: “Para um homem como eu, de 34 anos, só convém uma mulher de 17.”

Para que não se faça demasiado pouco caso dessas “brincadeiras”, quero acrescentar que fui recentemente informado pelo Dr. Adler que, um ano depois da publicação dessa análise, o homem se divorciou de sua mulher.

Adler fornece explicações semelhantes sobre a origem de números obsessivos.

(4) Também a escolha dos chamados “números favoritos” não deixa de estar relacionada com a vida da pessoa em questão e não deixa de ter um certo interesse psicológico. Um homem que admitiu ter uma predileção especial pelos números 17 e 19 pôde indicar, depois de refletir um pouco, que aos 17 anos ingressara na universidade, obtendo assim a liberdade acadêmica almejada desde longa data, e que aos 19 fizera sua primeira grande viagem e, pouco depois, sua primeira descoberta científica. Mas a fixação dessa preferência ocorreu uma década depois, quando esses mesmos números adquiriram importância em sua vida amorosa. — De fato, mesmo os números que uma pessoa usa com frequência especial num dado contexto, de maneira aparentemente arbitrária, deixam-se reconduzir, mediante a análise, a um sentido inesperado. Foi assim que um dia um de meus pacientes notou que, quando ficava aborrecido, tinha o costume de dizer: “Já lhe disse isso umas 17 a 36 vezes”, e se perguntou se haveria uma motivação também para isso. Logo lhe ocorreu que ele havia nascido num dia 27 do mês, ao passo que seu irmão mais moço nascera no dia 26, e que ele tinha razões para se queixar de que o destino lhe roubara tantas coisas boas da vida para concedê-las a esse irmão mais novo. Assim, ele representava essa parcialidade do destino deduzindo 10 da data de seu próprio aniversário e acrescentando-os à data do irmão. “Sou o mais velho, e no entanto fui reduzido dessa maneira.”

(5) Ainda me deterei um pouco mais nas análises da ocorrência de números, pois não conheço quaisquer outras observações que possam provar de maneira tão concludente a existência de processos de pensamentos altamente complexos, dos quais a consciência ainda não tem nenhuma notícia, e, por outro lado, também não conheço melhor exemplo de análise em que fique excluída com tanta certeza a contribuição que com frequência é imputada ao médico (a sugestão). Por isso comunicarei aqui a análise de um número que ocorreu a um de meus pacientes (com seu consentimento). Só preciso acrescentar que ele é o mais novo de uma série de filhos e que, ainda muito jovem, perdeu o pai, por quem tinha grande admiração. Num estado de espírito particularmente alegre, ocorreu-lhe o número 426 718 e ele se perguntou: “Que é que me ocorre a respeito disso? Antes de mais nada, uma anedota que ouvi: ‘Um resfriado tratado pelo médico dura 42 dias; não sendo tratado, dura 6 semanas’.” Isso corresponde aos primeiros algarismos do número ( $42 = 6 \times 7$ ). Na pausa que se seguiu a essa primeira solução, fiz-lhe notar que o número de seis dígitos que ele escolhera continha todos os primeiros algarismos, exceto o 3 e o 5. Com isso ele descobriu de imediato o prosseguimento da interpretação. “Somos 7 irmãos e eu sou o mais moço; pela ordem de nascimento dos filhos, o 3 corresponde a minha irmã A. e 5 a meu irmão L., que eram ambos meus inimigos. Quando criança, eu costumava rogar a Deus todas as noites que chamasse esses dois espíritos que me atormentavam a vida. Agora, parece-me que nessa escolha de números eu mesmo realizei esse desejo; 3 e 5, o irmão malvado e a irmã odiada, foram saltados.” — Se o número significa a ordem de seus irmãos, o que quer dizer o 18 no final? Vocês eram apenas 7. — “Muitas vezes pensei que, se meu pai tivesse vivido mais, eu não teria continuado a

ser o filho menor. Se chegasse mais 1, teríamos sido 8, e haveria depois de mim uma criança menor com quem eu brincaria de irmão mais velho.”

Com isso explicava-se o número, mas ainda tínhamos de estabelecer a relação entre a primeira parte da interpretação e a segunda. Foi muito fácil deduzi-la da precondição necessária dos últimos Algarismos: “se meu pai tivesse vivido mais”. É que “ $42 = 6 \times 7$ ” significava o desprezo pelos médicos que não tinham sido capazes de ajudar seu pai, e sob essa forma, portanto, expressava o desejo de que seu pai continuasse vivendo. O número inteiro [426 718] correspondia, na verdade, à realização de seus dois desejos infantis a respeito de seu círculo familiar — que o irmão e a irmã malvados morressem e que nascesse um irmãozinho depois dele, ou, expresso de maneira mais sucinta, “Antes esses dois tivessem morrido em vez do meu amado pai!”

(6) Aqui está um breve exemplo de um correspondente. O diretor de uma agência de telégrafo em L. escreve que seu filho de dezoito anos e meio, que quer estudar medicina, já está se ocupando da psicopatologia do cotidiano e vem tentando convencer seus pais da justeza de minhas afirmações. Reproduzo a seguir uma das experiências realizadas por ele, sem me manifestar sobre a discussão ligada a ela.

“Meu filho estava conversando com minha mulher sobre o chamado ‘acaso’ e lhe explicava que ela não conseguiria nomear nenhuma canção ou número que lhe ocorresse realmente ‘por acaso’. Deu-se então o seguinte diálogo: Filho: ‘Diga-me um número qualquer’. — Mãe: ‘79.’ — Filho: ‘O que lhe ocorre a respeito disso?’ — Mãe: ‘Estou pensando no lindo chapéu que vi ontem.’ — Filho: ‘Quanto custava?’ — Mãe: ‘158 marcos.’ — Filho: ‘Aí está:  $158 : 2 = 79$ . O chapéu lhe pareceu caro demais e você sem dúvida pensou. ‘Se ele custasse a metade, eu o compraria’.”

“Contra essas afirmações de meu filho levantei, antes de mais nada, a objeção de que as mulheres em geral não são muito boas em cálculos, e que a mãe dele certamente não teria percebido com clareza que 79 era a metade de 158. Sua teoria, portanto, estava baseada no fato bastante improvável de que o subconsciente saberia fazer contas melhor do que a consciência normal. ‘De modo algum’ foi a resposta que recebi; ‘suponho que mamãe não tenha feito a conta  $158 : 2 = 79$ , ela pode muito bem ter visto essa equação em algum momento; pode até ter-se ocupado do chapéu num sonho, e então percebido com clareza quanto ele custaria se fosse a metade do preço’.”

(7) Tomo outra análise numérica de Jones (1911b, 478). Um senhor conhecido dele deixou que lhe ocorresse o número 986 e então o desafiou a relacionar esse número com qualquer coisa em que ele pensasse. “Usando o método da associação livre, veio-lhe primeiro a seguinte lembrança, que antes não estivera em sua mente: seis anos antes, no dia mais quente de que conseguia lembrar-se, ele vira num vespertino uma anedota que dizia que o termômetro havia marcado 986°F., o que era, evidentemente, um exagero de 98.6°F. Na ocasião, estávamos sentados diante de uma lareira muito quentada qual ele acabara de se afastar, e ele comentou, provavelmente com toda razão, que o calor havia despertado essa lembrança adormecida. Mas fiquei curioso em saber por que essa lembrança teria persistido com tamanha nitidez, a ponto de ser tão prontamente evocada, já que, na maioria das pessoas, decerto teria sido totalmente esquecida, a menos que se houvesse associado com alguma outra experiência psíquica mais significativa. Ele me contou que, ao ler a anedota, rira às gargalhadas, e em muitas ocasiões posteriores se lembrara dela com grande prazer. Como a piada era obviamente muito fraca, isso intensificou minha expectativa de que houvesse mais

alguma coisa por trás dela. Seu pensamento seguinte foi a reflexão genérica de que a idéia do calor sempre o impressionara muito; que o calor era a coisa mais importante do universo, a fonte de toda a vida, e assim por diante. Essa atitude notável num rapaz tão prosaico certamente requeria uma explicação, de modo que lhe pedi que prosseguisse em suas associações. O pensamento seguinte disse respeito a uma chaminé da fábrica que ele via da janela de seu quarto. À noite, era freqüente ele se deixar ficar observando a chama e a fumaça que saíam dela e refletindo sobre aquele deplorável desperdício de energia. O calor, o fogo, a fonte da vida, o desperdício de energia vital saindo de um tubo ereto e oco — não foi difícil adivinhar, por essas associações, que as idéias do calor e do fogo estavam inconscientemente vinculadas em sua mente com a idéia do amor, como é tão freqüente no pensamento simbólico, e que haveria ali um forte complexo de masturbação, conclusão esta que logo foi confirmada por ele.”

Aos que quiserem obter uma boa impressão [1] da maneira como o material dos números é elaborado no pensamento inconsciente, indico os artigos de Jung (1911) e Jones (1912).

Quando conduzo essas análises em mim mesmo, duas coisas me são particularmente notáveis: em primeiro lugar, a certeza francamente sonambúlica com que me lanço em minha meta desconhecida, mergulhando numa seqüência de pensamentos aritméticos que chega de repente ao número desejado, e a rapidez com que se completa todo o trabalho posterior [*Nacharbeit*]; em segundo lugar, o fato de os números se colocarem tão prontamente à disposição de meu pensamento inconsciente, embora eu seja ruim em cálculos e tenha enorme dificuldade em gravar conscientemente datas, números de residências e coisas similares. Além disso, nessas operações inconscientes de pensamento com números descubro em mim uma tendência à superstição cuja origem me permaneceu desconhecida por muito tempo. [Cf. em [1].]

Não nos surpreenderá [1] verificar que não só os números, mas também as associações verbais de outro tipo, costumam revelar-se, ante a investigação analítica, plenamente determinadas.

(8) Um bom exemplo de derivação de uma palavra obsessiva — ou seja, persecutória — encontra-se em Jung (1906). “Uma dama contou-me que já há alguns dias vinha-lhe constantemente aos lábios a palavra ‘Taganrog’, sem que ela tivesse nenhuma idéia de sua origem. Perguntei-lhe sobre os acontecimentos carregados de afeto e os desejos recalcados de seu passado recente. Após alguma hesitação, ela me contou que gostaria muito de ter um robe [*Morgenrock*], mas seu marido não tinha nisso o interesse que ela desejava. ‘*Morgenrock*’, ‘*Tag-an-rock*’ [literalmente, ‘roupão de dia’] — vê-se a semelhança parcial de som e de sentido. A determinação da forma russa proveio de que, nessa mesma época, a dama travara conhecimento com uma personalidade de Taganrog.”

(9) Devo ao Dr. E. Hitschmann a solução de outro caso em que, num certo local, um verso se impôs a alguém repetidamente como uma livre associação, sem que se evidenciassem sua origem ou suas relações.

“Relato de E., Doutor em Direito: Seis anos atrás viajei de Biarritz para San Sebastian. A estrada de ferro cruza o rio Bidassoa, que nesse ponto marca a fronteira entre a França e a Espanha. Da ponte vê-se um belo panorama — de um lado, um amplo vale e os Pireneus e, de outro, o mar distante. Era um lindo e radiante dia de verão; tudo estava banhado de sol e de luz, eu estava em viagem de férias e me sentia feliz por estar chegando à Espanha... e então me ocorreram os versos:

Aber frei ist schon die Seele, Schwebet in dem Meer von Licht.

“Lembro-me que, na época, pus-me a pensar de onde viriam esses versos e não consegui me recordar. A julgar pelo ritmo, as palavras deviam provir de um poema, só que este fugira inteiramente de minha memória. Creio que depois, quando os versos me voltaram muitas vezes à mente, perguntei a várias pessoas sobre ele, sem que conseguisse descobrir coisa alguma.

“No ano passado, regressando de uma viagem à Espanha, passei pelo mesmo trecho da ferrovia. Era uma noite escura como breu e estava chovendo. Olhei pela janela para ver se já havíamos chegado à estação da fronteira e notei que estávamos na ponte sobre o Bidassoa. Logo me voltaram à memória os versos citados acima, e mais uma vez não consegui recordar sua origem.

“Vários meses depois, já em casa, caiu-me nas mãos um livro de poemas de Uhland. Abri-o e meus olhos depararam com estes versos: ‘Aber frei ist schon die Seele, schwebet in dem Meer von Licht’, que encerram um poema chamado ‘Der Waller’. Li o poema e tive uma lembrança muito vaga de havê-lo conhecido há muitos anos atrás. A ação se passa na Espanha, e esse me pareceu ser o único elo entre os versos citados e o lugar da estrada de ferro descrito por mim. Fiquei apenas parcialmente satisfeito com minha descoberta e continuei a virar mecanicamente as páginas do livro. Os versos ‘Aber frei ist schon...’ etc. ficam no fim de uma página. Ao virá-la, encontrei do outro lado um poema com o título ‘A Ponte sobre o Bidassoa’.

“Acrescento ainda que o conteúdo desse poema pareceu-me quase mais estranho que o do anterior, e que seus primeiros versos dizem:

‘Auf der Bidassobrücke steht ein Heiliger altersgrau, Segnet rechts die span’schen Berge, segnet links denfränk’schen Gau’.”

(B) Talvez esse discernimento do determinismo dos nomes e números aparentemente escolhidos de modo arbitrário contribua para o esclarecimento de um outro problema. Muitas pessoas, como se sabe, contestam a suposição de um determinismo psíquico completo invocando um sentimento especial de convicção de que existe um livre-arbítrio. Esse sentimento de convicção existe, e não cede diante da crença no determinismo. Como todos os sentimentos normais, deve ter algo que o justifique. Pelo que posso observar, porém, ele não se manifesta nas grandes e importantes decisões da vontade: nessas ocasiões, tem-se antes o sentimento de compulsão psíquica, e de bom grado se recorre a ele. (“Aqui me posiciono, não tenho outra escolha.”) Em contrapartida, é justamente nas decisões indiferentes e insignificantes que se prefere asseverar que teria sido igualmente possível agir de outra maneira, que se agiu por uma vontade livre e não motivada. De acordo com nossas análises, não é necessário contestar a legitimidade do sentimento de convicção de que existe um livre-arbítrio. Quando levamos em conta a distinção entre motivação consciente e motivação inconsciente, nosso sentimento de convicção nos informa que a motivação consciente não se estende a todas as nossas decisões motoras. *Mínima non curat praetor*. Mas o que é assim liberado por um lado recebe sua motivação do outro, do inconsciente, e desse modo o determinismo no psíquico prossegue ainda sem nenhuma lacuna.

(C) Embora a motivação dos atos falhos descritos nos capítulos anteriores seja algo que, pela própria natureza da situação, está fora do conhecimento do pensamento consciente, seria ainda assim desejável descobrir uma prova psicológica da existência dessa motivação; e de fato, por motivos decorrentes de um



conhecimento mais aprofundado do inconsciente, é provável que essas provas possam ser descobertas em algum lugar. Existem realmente duas esferas em que é possível demonstrar fenômenos que parecem corresponder a um conhecimento inconsciente, e portanto deslocado, dessa motivação.

(a) Um traço marcante e universalmente observado do comportamento dos paranóicos é que eles conferem extrema importância aos pequenos detalhes do comportamento de outras pessoas, que comumente negligenciamos, interpretam-nos e fazem deles a base para extensas conclusões. Por exemplo, o último paranóico que examinei concluiu que todos os que o cercavam estavam de comum acordo, pois quando seu trem ia saindo da estação as pessoas haviam feito um certo movimento com uma das mãos. Outro reparava no modo como as pessoas andavam na rua, como manejavam, as bengalas etc.

A categoria do acidental, do que não requer motivação, na qual as pessoas normais incluem parte de suas próprias operações psíquicas e de seus atos falhos, é portanto rejeitada pelo paranóico no tocante às manifestações psíquicas de outras pessoas. Tudo o que ele observa no outro é repleto de significação, tudo é interpretável. O que o faz chegar a isso? Aqui, como em tantos casos semelhantes, é provável que ele projete na vida anímica do outro o que está inconscientemente presente na sua. Na paranóia, impõem-se à consciência muitas coisas cuja presença no inconsciente das pessoas normais e neuróticas só é demonstrável através da psicanálise. Em certo sentido, portanto, o paranóico tem razão nisso, pois reconhece algo que escapa à pessoa normal, vê com mais clareza do que alguém de capacidade intelectual normal, mas o deslocamento para outras pessoas do estado de coisas que ele reconhece invalida seu conhecimento. Espero que não se pretenda de mim que eu justifique as várias interpretações paranóicas. Mas a parcela de justificação que concedemos à paranóia por essa maneira de encarar os atos casuais nos facilitará uma compreensão psicológica do sentimento de convicção que, no paranóico, está ligado a todas essas interpretações. *É que há realmente algo de verdadeiro nelas*, também aqueles dentre nossos erros de julgamento que não podem ser considerados patológicos adquirem o sentimento de convicção que lhes é próprio exatamente da mesma maneira. Esse sentimento é justificado quanto a uma parte da seqüência errônea de pensamentos, ou quanto a sua fonte de origem, e então é estendido por nós ao restante do contexto.

(b) Outra indicação de que possuímos um conhecimento inconsciente e deslocado de motivação dos atos casuais e dos atos falhos encontra-se no fenômeno da superstição. Esse meu ponto de vista será esclarecido através da discussão da pequena experiência que constituiu meu ponto de partida para estas reflexões.

Ao voltar das férias, meus pensamentos se voltaram de imediato para os pacientes que iriam requerer minha atenção no novo ano de trabalho que estava começando. Minha primeira visita foi a uma senhora muito idosa a quem eu prestava há muitos anos os mesmos serviços profissionais duas vezes por dia (em [1] [e [2]]). Graças a essa uniformidade, foram muito freqüentes as ocasiões em que alguns pensamentos inconscientes conseguiram expressar-se quando eu estava a caminho da casa da enferma ou enquanto a atendia. Ela tem mais 90 anos e, portanto, é natural que se pergunte, no começo de cada ano de tratamento, quanto tempo ainda lhe restará de vida. No dia a que me refiro, eu estava com pressa e tomei um coche de aluguel para me levar à casa dela. Todos os cocheiros do ponto decarruagens em frente a minha casa sabiam a endereço, pois todos me haviam levado até lá freqüentemente. Nesse dia, porém, ocorre que o cocheiro não parou diante da casa dela, mas diante de uma casa com o mesmo número numa rua próxima, paralela à outra, e que de fato

tinha uma aparência muito semelhante. Notei o erro, censurei o cocheiro e ele se desculpou. Pois bem, haveria algum significado no fato de eu ter sido conduzido a uma casa onde a velha senhora não seria encontrada? Para mim, certamente que não, mas, se fosse *supersticioso*, eu veria nesse incidente um presságio, um sinal do destino anunciando que esse seria o último ano da anciã. Inúmeros presságios registrados pela história basearam-se num simbolismo que não era melhor do que esse. Evidentemente explico essa ocorrência como uma casualidade sem nenhum outro sentido.

O caso teria sido completamente diferente se eu tivesse percorrido o caminho a pé e, “imerso em pensamentos” ou “por distração”, tivesse chegado à casa da rua paralela em vez da casa certa. Isso eu não explicaria como um acaso, mas como um ato com uma intenção inconsciente e que requereria interpretação. É provável que eu desse a esse “errar o caminho” a interpretação de que não esperava ver a anciã por muito mais tempo.

Portanto, diferencio-me de uma pessoa supersticiosa pelo seguinte:

Não creio que um acontecimento de cuja ocorrência minha vida anímica não tenha participado possa ensinar-me algo oculto sobre a forma futura da realidade; acredito, porém, que uma manifestação inintencional de minha própria atividade anímica de fato revele alguma coisa oculta, muito embora seja algo que só pertence a minha vida anímica [não à realidade externa]; creio no acaso (real) externo, sem dúvida, mas não em casualidades (psíquicas) internas. Com o supersticioso acontece o contrário: ele nada sabe da motivação de seus atos casuais e seus atos falhos, e acredita que existem casualidades psíquicas; por outro lado, ele tende a atribuir ao acaso externo um sentido que se manifestará em acontecimentos reais, e a ver no acaso um meio de expressão de algo que se oculta dele no mundo externo. São duas as diferenças entre mim e o supersticioso: primeiro, ele projeta para fora uma motivação que eu procuro dentro; segundo, ele interpreta mediante um acontecimento o acaso cuja origem atribuo a um pensamento. Mas o oculto para ele corresponde ao que para mim é inconsciente, e é comum a nós dois a compulsão a não encarar o acaso como acaso, mas a interpretá-lo.

Presumo que esse desconhecimento consciente e esse saber inconsciente da motivação das casualidades psíquicas sejam uma das raízes psíquicas da superstição. *Porque* o supersticioso nada sabe da motivação de seus próprios atos casuais, e *porque* o fato dessa motivação pressiona pela obtenção de um lugar no campo de seu reconhecimento, ele se vê forçado a situá-la, por deslocamento, no mundo externo. Se existe tal conexão, ela dificilmente estará limitada a esse caso singular. De fato, creio que grande parte da visão mitológica do mundo, que se estende até as mais modernas religiões, *nada mais é do que a psicologia projetada no mundo externo*. O obscuro reconhecimento (a percepção endopsíquica por assim dizer) dos fatores psíquicos e das relações do inconsciente espelha-se — é difícil dizê-lo de outra maneira, e aqui a analogia com a paranóia tem que vir em nosso auxílio — na construção de uma *realidade sobrenatural*, que se destina a ser retransformada pela ciência na *psicologia do inconsciente*. Poder-se-ia ousar explicar dessa maneira os mitos do paraíso e do pecado original, de Deus, do bem e do mal, da imortalidade etc., e transformar a *metafísica em metapsicologia*. O abismo entre o deslocamento do paranóico e o do supersticioso é menos amplo do que parece à primeira vista. Quando os seres humanos começaram a pensar, viram-se constrangidos, como se sabe, a explicar o mundo externo antropomorficamente, através de uma profusão de

personalidades concebidas a sua semelhança; as casualidades, supersticiosamente interpretadas, eram portanto atos e manifestações de pessoas, e eles se comportavam, por conseguinte, tal como os paranóicos, que tiram conclusões dos sinais insignificantes que lhe são fornecidos por outras pessoas, e tal como todas as pessoas normais, que com todo o direito baseiam sua estimativa do caráter de seus semelhantes nos atos casuais e não deliberados destes. É apenas em nossa cosmovisão [*Weltanschauung*] moderna e científica, mas de modo algum acabada, que a superstição parece tão fora de lugar; na visão de mundo da época e povos pré-científicos, ela era justificada e conseqüente.

O romano que desistia de um empreendimento importante ao ver uma revoada de pássaros agourentos tinha razão, portanto, em termos relativos; seu comportamento era compatível com suas premissas. Mas quando renunciava ao empreendimento por ter tropeçado na soleira de sua porta (*“un Romain retournerait”*), era também, num sentido absoluto, superior a nós, descrentes; era um melhor conhecedor de alma do que nos empenhamos em ser. É que esse tropeço deve ter-lhe revelado a existência de uma dúvida, de uma corrente contrária agindo em seu interior, cuja força, no momento da execução, poderia reduzir a força de sua intenção. De fato só se tem certeza do êxito completo quando todas as forças anímicas unem-se na luta pela meta desejada. Qual foi a resposta do Guilherme Tell, de Schiller, que hesitou tanto em atirar na maçã sobre a cabeça do filho, quando o governador lhe perguntou por que se munira de uma segunda flecha?

Mit diesem zweiten Pfeil durchschoss ich — Euch, Wenn ich mein liebes Kind getroffen hätte, Und *Euer* — wahrlich, hätt' ich *nicht* gefehlt.

(D) Quem tiver tido a oportunidade de estudar as moções anímicas ocultas dos seres humanos através da psicanálise também terá algo de novo a dizer sobre a *qualidade* dos motivos inconscientes que se expressam na superstição. Pode-se reconhecer com extrema clareza, nos neuróticos que sofrem de pensamentos obsessivos e estados obsessivos — pessoas freqüentemente muito inteligentes —, que a superstição deriva de moções cruéis e hostis suprimidas. A superstição é, em grande parte, a expectativa de infortúnios, e uma pessoa que tenha freqüentemente desejado o mal a outrem, mas tenha sido educada para o bem e por isso recalcado tais desejos no inconsciente, será especialmente propensa a esperar o castigo por sua maldade inconsciente como um infortúnio que a ameaça de fora.

Embora admitamos que estas nossas observações de maneira alguma esgotam a psicologia da superstição, somos forçados pelo menos a tocar numa questão: se devemos negar inteiramente as raízes reais da superstição, se de fato não existem pressentimentos, sonhos proféticos, experiências telepáticas, manifestações de forças sobrenaturais e coisas semelhantes. Estou longe de pretender condenar tão cabalmente esses fenômenos, dos quais tantas observações detalhadas têm sido feitas inclusive por homens de intelecto destacado, e que melhor seria transformar em objeto de outras investigações. É até de se esperar que parte dessas observações venha a ser explicada por nosso reconhecimento incipiente dos processos anímicos inconscientes, sem que haja necessidade de modificações radicais nas concepções que hoje sustentamos. Se ficasse provada a existência de ainda outros fenômenos — por exemplo, os afirmados pelos espíritos —, trataríamos apenas de modificar nossas “leis” da maneira exigida pelo novo saber, sem abalarmos nossa crença na coerência das coisas no mundo.

No quadro destas discussões, a única resposta que posso dar às questões aqui levantadas é subjetiva, ou seja, de acordo com minha experiência pessoal. Infelizmente, devo confessar que sou um daqueles indivíduos indignos diante de quem os espíritos suspendem suas atividades e o sobrenatural se evade, de modo que nunca estive na situação de experimentar por mim mesmo algo que pudesse despertar uma crença no milagroso. Como todo ser humano, tenho tido pressentimentos e vivenciado infortúnios, mas os dois não coincidiram entre si, de sorte que nada se seguiu aos pressentimentos e o infortúnio se abateu sobre mim sem aviso prévio. Nos tempos em que, jovem ainda, morei sozinho numa cidade estranha, muitas vezes ouvia meu nome ser chamado de repente por uma voz inconfundível e querida; anotava então o momento exato de alucinação e, apreensivo, perguntava às pessoas que haviam ficado em minha terra o que acontecera naquela hora. Nada havia acontecido. Para contrabalançar, houve uma ocasião posterior em que continuei trabalhando com meus pacientes, imperturbável e sem nenhum pressentimento, enquanto um de meus filhos corria perigo de vida por causa de uma hemorragia. Além disso, nunca pude reconhecer como um fenômeno real nenhum dos pressentimentos que me foram relatados pelos pacientes. — Contudo, devo confessar que nos últimos anos tive algumas experiências notáveis que poderiam ter sido facilmente explicadas mediante a hipótese da transferência telepática de pensamentos.

A crença nos sonhos proféticos tem muitos adeptos porque pode invocar em seu apoio o fato de que muitas coisas realmente se realizam no futuro da maneira como o desejo as construiu no sonho. Mas pouco há de surpreendente nisso, e em geral há também entre o sonho e sua realização uma ampla divergência que a credulidade do sonhador prefere negligenciar. Um bom exemplo de sonho que com justa razão poderia ser chamado de profético foi-me fornecido certa vez, para uma análise detalhada, por uma paciente inteligente e veraz. Ela me contou que uma vez sonhara ter encontrado um antigo amigo e médico da família diante de certa loja numa certa rua, e que na manhã seguinte, ao ir ao centro da cidade, de fato o encontrara exatamente no lugar indicado no sonho. Posso observar que nenhum acontecimento subsequente comprovou a importância dessa milagrosa coincidência que, portanto, não pôde ser justificada pelo que estava reservado no futuro.

Um exame cuidadoso constatou que não havia nenhuma prova de que essa dama se houvesse recordado do sonho na manhã seguinte a ele, ou seja, antes do passeio e do encontro. Ela não pôde fazer nenhuma objeção a uma exposição dos fatos que retirava do episódio qualquer característica milagrosa e deixava apenas um interessante problema psicológico. Uma manhã, ela ia andando pela rua em questão, encontrou o velho médico da família diante de certa loja e, ao vê-lo, sentiu-se convencida de ter sonhado na noite anterior com esse encontro naquele exato lugar. A análise pôde então mostrar, com grande probabilidade, de que modo ela chegara a esse sentimento de convicção, ao qual, segundo regras universais, não se pode negar um certo direito à credibilidade. Uma reunião previamente esperada num lugar específico equivale, de fato, a um encontro [amoroso]. O antigo médico da família despertou nela a lembrança de velhos tempos em que os encontros com uma *terceira* pessoa, também amigo do médico, tinham sido muito significativos para ela. Desde então ela havia mantido suas relações com esse cavalheiro e em vão esperava por ele na véspera do pretense sonho. Se eu pudesse relatar mais detalhadamente as circunstâncias do caso, ser-me-ia fácil mostrar que a ilusão de ter tido um sonho profético, ao ver o amigo dos velhos tempos, equivalera aproximadamente ao seguinte comentário: “Ah, doutor! agora o senhor me faz lembrar dos tempos antigos em que eu nunca tinha de esperar em vão por N. quando marcávamos um encontro.”

Da conhecida “coincidência notável” de encontrar uma pessoa em quem se estava pensando justamente naquela hora tenho um exemplo observado em mim mesmo, simples e fácil de explicar, que provavelmente constitui um bom modelo para ocorrências semelhantes. Alguns dias depois de me outorgarem o título de professor, que confere considerável autoridade nos Estados de organização monarquista, ia eu passeando pelo centro da cidade quando, de repente, meus pensamentos se voltaram para uma fantasia infantil de vingança dirigida contra determinado casal. Meses antes, eles me haviam chamado para ver sua filhinha, em quem surgira um interessante sintoma obsessivo logo depois de um sonho.

Interessei-me muito pelo caso, cuja gênese eu acreditava discernir; entretanto, minha oferta de tratamento foi recusada pelos pais, e eles me deram a entender que estavam pensando em consultar uma autoridade estrangeira que realizava curas pelo hipnotismo. Eu fantasiava que, após o fracasso total dessa tentativa, os pais me rogavam que instituísse meu tratamento, dizendo que agora tinham plena confiança em mim, etc. Eu, no entanto, respondia: “Ah, sim, *agora* vocês têm confiança em mim, agora que também me tornei professor. O título nada fez por alterar minhas aptidões; se vocês não puderam usar meus serviços enquanto eu era docente, também podem prescindir como professor.” — Nesse ponto, minha fantasia foi interrompida por um sonoro “Bom dia, senhor professor!” e quando ergui os olhos, vi que passava por mim exatamente o mesmo casal de quem eu acabara de me vingar mediante a recusa de sua proposta. Uma reflexão imediata destruiu a impressão de algo milagroso. Eu estivera andando em direção ao casal por uma rua larga, reta e quase deserta; a cerca de vinte passos deles, erguera o olhar por um momento, vislumbrara de relance suas figuras imponentes e os reconhecera, mas afastara essa percepção — seguindo o modelo de uma alucinação negativa — pelas razões emocionais que então se efetivaram na fantasia surgida de modo aparentemente espontâneo.

[1]

Eis outra “resolução de um aparente pressentimento”, desta vez de Otto Rank (1912):

“Faz algum tempo, eu mesmo vivenciei uma curiosa variação da ‘coincidência notável’ de encontrar uma pessoa em quem se estava pensando naquele exato momento. Pouco antes do Natal, eu me dirigia ao Banco Austro-Húngaro para trocar papel-moeda por dez coroas novas de prata que eu pretendia oferecer como presentes. Imerso em fantasias ambiciosas ligadas ao contraste entre meu pequeno pecúlio e as pilhas e dinheiro guardadas no edifício do banco, entrei na estreita ruela onde ficava o banco. Vi um automóvel estacionado diante da porta e muita gente entrando e saindo. Pensei comigo mesmo: os empregados hão de ter tempo mesmo para minhas escassas coroas; em todo caso, serei rápido; vou entregar a nota que quero trocar e dizer ‘Dê-me *ouro* [*Gold*], por favor’. Notei meu erro na mesma hora — eu deveria pedir *prata*, é claro — e despertei de minhas fantasias. Estava já a poucos passos da entrada e vi, caminhando em minha direção, um jovem que pensei reconhecer, mas por causa de minha miopia ainda não conseguia identificá-lo com clareza. Quando ele chegou mais perto, reconheci-o como um colega de escola de meu *irmão*, de nome *Gold*, de cujo *irmão*, que era um escritor famoso, eu esperara considerável ajuda no começo de minha carreira literária. Essa ajuda, porém, não se efetivara, e nem tampouco o esperado sucesso material que fora o tema de minha fantasia a caminho do banco. Portanto, mergulhado em minhas fantasias, devo ter-me apercebido inconscientemente da aproximação do Sr. Gold, o que foi representado em minha consciência (que estava sonhando com o sucesso material) sob forma de eu resolver pedir ouro ao caixa, em vez da prata, de menor

valor. Por outro lado, entretanto, o fato paradoxal de meu inconsciente ser capaz de perceber um objeto que meus olhos só conseguem reconhecer depois parece explicar-se, em parte pelo que Bleuler (1910) chama de ‘prontidão do complexo [*Complexbereitschaft*]’. Este, como vimos, estava orientado para as questões materiais e, desde o começo, contrariando melhores informações de que eu dispunha, guiara meus passos para o edifício onde só se trocam ouro e papel-moeda.”

Na [1] categoria do milagroso e do “insólito” devemos também incluir a peculiar sensação que se tem, em certos momentos e situações, de já ter vivenciado exatamente aquilo um dia, de já ter estado antes naquele mesmo lugar, sem que se consiga, apesar de todos os esforços, recordar claramente a ocasião anterior que assim se manifesta. Sei que estou apenas seguindo o uso lingüístico descompromissado ao chamar de “sensação” aquilo que brota na pessoa nesses momentos; trata-se sem dúvida de um juízo e, mais exatamente, de um juízo perceptivo, mas esses casos têm um caráter inteiramente peculiar, e não se deve desconsiderar que aquilo que se procura nunca é lembrado. Não sei se esse fenômeno do “*déjà vu*” já foi seriamente oferecido como prova de uma existência psíquica anterior do indivíduo, mas os psicólogos decerto têm voltado seu interesse para ele e têm-se empenhado em resolver o problema pelos mais diversos caminhos especulativos. Nenhum das tentativas de explicação por eles apresentadas parece-me correta, pois nenhuma leva em conta outra coisa que não as manifestações concomitantes e as condições favorecedoras do fenômeno. Os processos psíquicos que, de acordo com minhas observações, são os únicos responsáveis pela explicação do “*déjà vu*” — a saber, as fantasias inconscientes — ainda são geralmente negligenciados pelos psicólogos, mesmo hoje em dia.

No meu entender, é errôneo chamar de ilusão o sentimento de já ser ter vivenciado alguma coisa antes. É que nesses momentos realmente se toca em algo que já se vivenciou antes, só que isso não pode ser lembrado conscientemente porque nunca foi consciente. Dito em termos sucintos, a sensação do “*déjà vu*” corresponde à recordação de uma fantasia inconsciente. Existem fantasias (ou devaneios) inconscientes, assim como existem criações conscientes do mesmo tipo, que todos conhecem por experiência própria.

Sei que o assunto mereceria o mais exaustivo tratamento, mas aqui apresentarei apenas a análise de um único caso de “*déjà vu*” em que a sensação se caracterizou por uma intensidade e persistência especiais. Uma dama que conta agora trinta e sete anos afirmou ter a mais nítida lembrança de, aos doze anos e meio, ter visitado pela primeira vez algumas colegas de escola no campo e, ao entrar no jardim, ter experimentado a sensação imediata de já haver estado ali antes. Essa sensação se repetiu quando ela entrou nos aposentos da casa, a tal ponto que acreditou saber de antemão qual seria o cômodo seguinte, que vista se teria dele etc. Mas a possibilidade de que esse sentimento de familiaridade devesse sua origem a uma visita anterior à casa e ao jardim, talvez na primeira infância, foi absolutamente excluída e refutada pelas indagações que ela fez a seus pais. A dama que fez esse relato não estava em busca de nenhuma explicação psicológica, mas via a ocorrência desse sentimento como uma indicação profética da importância que essas mesmas amigas adquiririam mais tarde para sua vida emocional. Entretanto, o exame das circunstâncias em que o fenômeno ocorreu nela mostra-nos o caminho para uma outra concepção. Na época em que fez essa visita, ela sabia que as meninas tinham um único irmão, que estava gravemente enfermo. Durante a visita, de fato chegou a vê-lo, achou-o com uma aparência muito ruim e disse a si mesma que ele logo morreria. Ora, o próprio irmão dela



estivera perigosamente enfermo, com difteria, alguns meses antes; durante sua doença, ela fora afastada da casa dos pais por várias semanas, indo morar com um parente. Ela acreditava que o irmão a havia acompanhado nessa visita ao campo; achava inclusive que essa fora a primeira viagem mais longa dele depois da doença; mas sua memória era estranhamente imprecisa nesses pontos, ao passo que de todos os outros detalhes, em especial do vestido que estava usando naquele dia, ela guardava uma imagem ultraclara. [1] [Cf. nota de rodapé, em [1]]. Para o conhecedor, não haverá dificuldade em concluir desses indícios que, naquela época, a expectativa de que o irmão morresse desempenhara um papel importante nos pensamentos da menina e nunca se tornara consciente, ou então, após o desfecho favorável da doença, sucumbira a um enérgico recalamento. Se as coisas tivessem terminado de outra maneira, ela teria precisado usar um vestido diferente, ou seja, um traje de luto. Ela encontrou uma situação análoga na casa das amigas, cujo único irmão corria perigo de morte iminente, o que na verdade sucedeu pouco depois. Ela deveria ter-se lembrado conscientemente de que ela própria atravessara essa situação poucos meses antes: em vez de se lembrar — o que foi impedido pelo recalque —, transferiu sua sensação de recordar algo para o ambiente que a cercava, o jardim e a casa, e caiu presa da “*fausse reconnaissance*” de já ter visto tudo aquilo antes, tal como se mostrava. Pelo fato de ter ocorrido o recalamento podemos concluir que sua expectativa anterior da morte do irmão não estivera muito afastada do caráter de uma fantasia desejante. Nesse caso, ela teria ficado como filha única. Em sua neurose posterior, ela sofria com a mais extrema intensidade a angústia de perder os pais, por trás da qual, como de costume, a análise pôde revelar um desejo inconsciente com o mesmo conteúdo.

De maneira semelhante, pude derivar da constelação emocional do momento minhas próprias experiências fugazes de “*déjà vu*”. “Esta seria de novo uma ocasião propícia para despertar a fantasia (inconsciente e desconhecida) que se formou em mim nesta ou naquela época como um desejo de melhorar a situação.” — Essa explicação do “*déjà vu*”, [1] até o momento só foi levada em consideração por um único observador. O Dr. Ferenczi, a quem a terceira edição [1910] deste livro deve tantas contribuições valiosas, escreve-me o seguinte a respeito do assunto: “Tanto em mim mesmo como em outras pessoas, convenci-me de que o inexplicável sentimento de familiaridade deve ser rastreado a sua origem em fantasias inconscientes, dentre as quais uma é inconscientemente lembrada numa situação atual. Num de meus pacientes aconteceu algo aparentemente diferente, mas, na realidade, inteiramente análogo. Esse sentimento retornava nele com muita freqüência, mas mostrava regularmente ter-se originado de *um fragmento esquecido (recalcado) de um sonho da noite anterior*. Portanto, parece que o ‘*déjà vu*’ não só pode derivar-se dos sonhos diurnos, como também dos sonhos noturnos.”

Eu soube depois que Grasset (1904) deu a esse fenômeno uma explicação que se aproxima muito da minha.

Em 1913, [1] descrevi num pequeno ensaio outro fenômeno muito semelhante ao “*déjà vu*” [1914a]. Trata-se do “*déjà raconté*”, a ilusão de já ter contado algo particularmente interessante quando ele aflora durante o tratamento psicanalítico. Nessas ocasiões, o paciente afirma, com todas as mostras de certeza subjetiva, já ter contado há muito tempo uma determinada lembrança. Mas o médico tem certeza do contrário e, via de regra, consegue convencer o paciente de seu erro. A explicação desse interessante ato falho é,

provavelmente, que o paciente teve o impulso e o propósito de fazer essa comunicação, mas deixou de fazê-lo, e agora toma a lembrança do primeiro como substituto do segundo, ou seja, a execução de seu propósito.

Um estado de coisas parecido, e provavelmente também o mesmo mecanismo podem ser vistos no que Ferenczi (1915) chamou de “atos falhos supostos”. Acreditamos haver algo — um objeto — que esquecemos, extraviamos ou perdemos, mas podemos convencer-nos de não ter feito nada disso e de que tudo está em ordem. Por exemplo, uma paciente volta ao consultório do médico com a motivação de buscar o guarda-chuva que deixara ali, mas o médico observa que esse guarda-chuva está... na mão dela. Portanto, houve um impulso para esse ato falho, impulso este que bastou para substituir sua execução. Salvo por essa diferença, o ato falho suposto equivale ao ato falho real. Mas é, por assim dizer, mais barato.

(E) Recentemente, quando tive oportunidade de relatar a um colega de formação filosófica alguns exemplos do esquecimento de nomes, com suas respectivas análises, ele se apressou a responder: “Tudo isso é muito bonito, mas em mim o esquecimento de nomes acontece de outra maneira.” É óbvio que não se pode tratar a questão com tanta facilidade; creio que meu colega nunca havia pensado em analisar o esquecimento de um nome, nem tampouco soube dizer de que outra maneira as coisas se passavam com ele. Mas sua observação toca num problema que muitas pessoas talvez se incluam a situarem primeiro plano. Será que a solução aqui fornecida para os atos falhos e os atos casuais tem aplicação genérica ou apenas em certos casos? E, no caso desta última, quais são as condições em que é lícito invocá-la para explicar fenômenos que também poderiam ter-se produzido de outra maneira? Para responder a essa questão, minhas experiências deixam-me em apuros. Posso apenas advertir contra a suposição de que seja raro encontrar uma relação do tipo aqui assinalado, pois todas as vezes que pus isso à prova, em mim mesmo ou em meus pacientes, a relação se deixou demonstrar tal como nos exemplos relatados, ou pelo menos houve boas razões para se supor que ela existia. Não surpreende que nem sempre se chegue a descobrir o sentido oculto de um ato sintomático, pois a magnitude das resistências internas que se opõem à solução entra em conta como um fator decisivo. Tampouco se pode interpretar cada um dos próprios sonhos ou dos sonhos dos pacientes; para comprovar a validade geral da teoria, basta que se consiga penetrar em parte da extensão da trama oculta. Um sonho que se mostrar refratário à tentativa de resolvê-lo no dia seguinte muitas vezes permite que seu segredo seja arrancado uma semana ou um mês depois, quando uma mudança real ocorrida no entretempo já tiver reduzido as valências psíquicas em contenda. O mesmo se aplica à solução dos atos falhos e dos atos sintomáticos. O exemplo de lapso de leitura da página 116 (“Num barril pela Europa”) deu-me a oportunidade de mostrar como um sintoma a princípio insolúvel torna-se acessível à análise depois que se relaxa o *interesse real* pelos pensamentos recalcados. Enquanto persistiu a possibilidade de meu irmão obter o cobiçado título antes de mim, esse lapso de leitura resistiu a todos os repetidos esforços de análise; depois que essa precedência se tornou improvável, o caminho para a solução esclareceu-se repentinamente. Portanto, seria incorreto afirmar que todos os casos que resistem à análise tenham-se formado por um mecanismo diferente do mecanismo psíquico aqui revelado; tal suposição exigiria mais do que algumas provas negativas. Além disso, a presteza com que se acredita numa explicação diferente dos atos falhos e dos atos sintomáticos, provavelmente encontrada em todas as pessoas sadias, é inteiramente desprovida de valor comprobatório; ela é, obviamente, uma manifestação das mesmas forças anímicas que produziram o segredo e que por isso também lutam por preservá-lo e resistem a sua elucidação.

Por outro lado, não devemos ignorar o fato de que os pensamentos e moções recalçados certamente não criam por si mesmos sua expressão nos atos sintomáticos e nos atos falhos. A possibilidade técnica dessa derrapagem das inervações tem que estar dada independentemente deles, sendo então prontamente explorada pela intenção do recalçado de se impor à consciência. No caso dos atos falhos lingüísticos, as investigações detalhadas dos filósofos e filólogos têm-se empenhado em determinar quais são as relações estruturais e funcionais que se colocam a serviço de tal intenção. Se fizermos uma distinção, nos determinantes dos atos falhos e dos atos sintomáticos, entre o motivo inconsciente, por um lado, e as relações fisiológicas e psicofísicas favoráveis que vêm a seu encontro, por outro, permanecerá em aberto a questão de saber se, dentro da faixa da normalidade, haverá ainda outros fatores capazes de produzir, tal como faz o motivo inconsciente e em lugar dele, atos falhos e atos sintomáticos por meio dessas relações. Não é minha tarefa responder a essa pergunta.

Tampouco é meu propósito [1] exagerar as diferenças, que já são suficientemente grandes, entra a visão popular e a visão psicanalítica dos atos falhos. Preferiria chamar atenção para os casos em que essas diferenças perdem muito de sua nitidez. No que concerne aos exemplos mais simples e mais inconspícuos de lapsos da fala ou da escrita, nos quais talvez haja apenas uma contração de palavras ou uma omissão de palavras e letras, as interpretações mais complexas de nada servem. Do ponto de vista da psicanálise, cabe afirmar que *algum* distúrbio da intenção revelou-se nesses casos, mas não se pode dizer de onde proveio a perturbação e qual era seu objetivo. É que ela não conseguiu outra coisa senão manifestar sua existência. Nesses casos também se pode ver como o ato falho é favorecido por circunstâncias de valor fonético e por associações psicológicas próximas, fato esse jamais contestado por nós. Contudo, é uma justa exigência científica que tais casos rudimentares de lapsos da fala ou da escrita sejam julgados com base nos casos mais expressivos, cuja investigação produz conclusões tão inequívocas sobre a causação dos atos falhos.

(F) Desde a discussão dos lapsos da fala [em [1]], vimo-nos contentando em demonstrar que os atos têm uma motivação oculta, e com a ajuda da psicanálise abrimos caminho para o conhecimento dessa motivação. Até aqui, deixamos quase sem consideração a natureza geral e as peculiaridades dos fatores psíquicos que se expressam nos atos falhos, ou pelo menos ainda não tentamos defini-los mais de perto nem comprovar sua normatividade. Tampouco tentaremos agora abordar o assunto exaustivamente, já que nossos primeiros passos logo nos ensinariam que é melhor explorar esse campo por outro ângulo. Podem-se levantar aqui diversas questões que quero pelo menos mencionar e descrever em linhas gerais. (1) Quais são o conteúdo e a origem dos pensamentos e moções que se insinuam por meio do atos falhos e dos atos casuais? (2) Quais são as condições que compelem e habilitam um pensamento ou uma moção a se servirem desses atos como meio de expressão? (3) Haverá possibilidade de estabelecer relações constantes e inequívocas entre o tipo de ato falho e as qualidades daquilo que se expressa através dele?

Começarei por reunir algum material para responder à última pergunta. Na discussão dos exemplos de lapsos da fala [em [1]], consideramos necessário ir além do conteúdo daquilo que se tinha a intenção de dizer, e fomos obrigados a procurar a causa da perturbação do dito em alguma coisa fora da intenção. Essa causa era óbvia numa série de casos e era conhecida pela consciência do falante. Nos exemplos que pareciam mais simples e transparentes, ela era uma outra versão do mesmo pensamento, que soava igualmente autorizada [a

externá-lo] e perturbava a expressão dele, sem que fosse possível explicar por que uma versão sucumbira e a outra viera à tona (são as “contaminações” de Meringer e Mayer [em [1]]). Num segundo grupo de casos, o motivo da derrota de uma versão era uma consideração que, não obstante, não se revelava suficientemente forte para conseguir uma continência completa (“para vir [à] *Vorschwein*” [em [1]]). A versão retida era também claramente consciente. Só a respeito do terceiro grupo pode-se afirmar sem restrições que o pensamento perturbador diferia do pensamento intencionado, e apenas nesses casos parece possível traçar uma distinção essencial. Ou o pensamento perturbador relaciona-se com o pensamento perturbado por associações de pensamento (perturbação por contradição interna), ou então lhe é essencialmente alheio, e a palavra perturbada só se liga ao pensamento perturbador — que é com frequência inconsciente — por uma estranha associação *externa*. Nos exemplos que extraí de minhas psicanálises, o dito inteiro está sob a influência de pensamentos que se tornaram ativos mas que, ao mesmo tempo, permaneceram inteiramente inconscientes; estes se denunciam pela própria perturbação (“*Kalapperschlange*” — “*Kleopatra*” [em [1]]) ou exercem uma influência indireta, possibilitando às diferentes partes do dito conscientemente intencionado se perturbarem entre si. (“*Ase natmen*”, por trás do qual estão a “rua *Hasenauer*” e as reminiscências de uma francesa [ver em [1]-[2]].) Os pensamentos retidos ou inconscientes dos quais decorre a perturbação da fala são das mais diversas origens. Esta sinopse, portanto, não nos revela nenhuma generalização.

O exame comparativo de meus exemplos de lapsos da leitura e da escrita leva às mesmas conclusões. Como acontece com os lapsos da fala, certos casos parecem originar-se de um trabalho de condensação sem nenhuma outra motivação (p. ex., o “*Apfe*” [ver em [1]-[2]]). Mas agradaria saber se não é necessário preencher algumas condições especiais para que ocorra essa condensação, que é normal no trabalho do sonho, mas constitui uma falha em nosso pensamento de vigília; e dos próprios exemplos não extraímos nenhum esclarecimento sobre isso. Eu me recusaria a concluir disso, entretanto, que não existe nenhuma outra condição, senão, por exemplo, o relaxamento da atenção consciente, já que sei por outras fontes que são justamente as atividades automáticas as que se caracterizam por serem corretas e dignas de confiança. Preferiria enfatizar que aqui, como é tão freqüente na biologia, as circunstâncias normais ou próximas do normal são objetos de investigação menos propícios do que as patológicas. Espero que o que permanece obscuro na elucidação dessas perturbações mais leves seja esclarecido pela explicação das perturbações graves.

Tampouco nos lapsos da leitura e da escrita faltam exemplos em que possamos discernir uma motivação mais remota e complicada. “Num barril pela Europa” [ver em [1]] é uma perturbação da leitura que se esclarece pela influência de um pensamento remoto e essencialmente alheio, surgido de uma moção recalçada de inveja e ambição, e que utilizou uma “reviravolta” [*Wechsel*] da palavra “*Beförderung*” para estabelecer um vínculo com o tema indiferente e inocente que estava sendo lido. No caso de “Burckhard” [ver em [1]], o próprio nome constitui uma dessas “reviravoltas”.

É inegável que as perturbações das funções da fala ocorrem com maior facilidade e exigem menos das forças perturbadoras do que as perturbações em outras funções psíquicas. [em [1]-[2].]

Situamo-nos em outro terreno quando de trata de examinar o esquecimento em seu sentido estrito, ou seja, o esquecimento das experiências passadas. (Para distingui-los desse esquecimento em sentido estrito,

poderíamos dizer que o esquecimento de nomes próprios e de palavras estrangeiras, descrito nos Capítulos I e II, é um “lapso de memória”, e que o esquecimento de intenções é uma “omissão”.) As condições básicas do processo *normal* de esquecimento são desconhecidas. Também convém lembrar que nem tudo o que se supõe esquecido realmente o está. Nossa explicação refere-se aqui apenas aos casos em que o esquecimento provoca estranheza, na medida em que infringe a regra de que as coisas sem importância são esquecidas, mas as importantes são preservadas pela memória. A análise dos exemplos de esquecimento que parecem requerer uma explicação especial revela que o motivo do esquecimento é invariavelmente o desprazer de lembrar algo que pode evocar sentimentos penosos. Chegamos à conjectura de que esse motivo aspira a se manifestar universalmente na vida psíquica, mas outras forças que agem em sentido contrário impedem-no de se efetivar regularmente. O alcance e a significação desse desprazer em recordar impressões penosas parecem merecer o mais cuidadoso exame psicológico; além disso, não se pode separar desse contexto mais amplo a questão de saber quais as condições particulares que possibilitam em cada caso esse esquecimento, que é uma aspiração universal.

No esquecimento das intenções outro fator passa ao primeiro plano. O conflito, apenas conjecturado no recalçamento daquilo que era penoso lembrar, torna-se aqui palpável e, na análise dos exemplos, é possível reconhecer regularmente uma contravontade que se opõe à intenção sem aboli-la. Como nos atos falhos já descritos, também aqui é possível reconhecer dois tipos de processos psíquicos [ver em [1]-[2]]: ou a contravontade se volta diretamente contra a intenção (nos propósitos de alguma importância), ou é essencialmente alheia à própria intenção e estabelece um vínculo com ela por meio de uma associação *externa* (no caso de intenções quase indiferentes).

O mesmo conflito rege o fenômeno dos equívocos na ação. O impulso que se manifesta na perturbação do ato é freqüentemente um impulso contrário, mas, com freqüência ainda maior, é um impulso inteiramente alheio, que apenas aproveita a oportunidade para se expressar perturbando a ação enquanto ela é realizada. Os casos em que a perturbação resulta de uma contradição interna são os mais significativos e abrangem também os atos mais importantes.

Nos atos casuais ou nos atos sintomáticos o conflito interno passa a ser muito menos importante. Essas manifestações motoras, à quais a consciência dá pouco valor ou que ignora por completo, servem assim para expressar uma ampla variedade de moções inconscientes ou contidas; em sua maioria, são representações simbólicas de fantasias ou desejos.

Quanto à primeira questão, sobre a origem que teriam os pensamentos e moções que se expressam nos atos falhos [em [1]], pode-se dizer que numa série de casos é fácil mostrar que os pensamentos perturbadores provêm de moções suprimidas da vida anímica. Nas pessoas sadias, os sentimentos e impulsos egoístas, invejosos e hostis, sobre os quais recai o peso da educação moral, não raro se valem dos atos falhos como o caminho para expressarem de algum modo seu poder, que inegavelmente existe mas não é reconhecido pelas instâncias anímicas superiores. O consentimento nesses atos falhos e atos casuais equivale em boa medida a uma cômoda tolerância do imoral. Entre essas moções suprimidas não é pequeno o papel desempenhado pelas várias correntes sexuais. É um acidente de meu material que justamente elas apareçam tão raramente entre os pensamentos revelados pela análise em meus exemplos. Como tive de submeter à

análise exemplos retirados sobretudo da minha própria vida anímica, a escolha foi parcial desde o início e visou a excluir o sexual. Em outras ocasiões, parece que os pensamentos perturbadores brotam de objeções e considerações perfeitamente inocentes.

Chegamos agora ao momento de responder à segunda pergunta, ou seja, que condições psicológicas vigoram para compelir um pensamento a buscar sua expressão não numa forma completa, mas como que parasitariamente, como um modificação e perturbação de outro pensamento [em [1]]. Os exemplos mais destacados de atos falhos sugerem que essas condições devem ser buscadas numa relação com a admissibilidade à consciência, no caráter mais ou menos decidido com que trazem a marca do “recalcado”. No entanto, se seguirmos esse caráter ao longo da série de exemplos, veremos que ele se dissolve em indícios cada vez mais vagos. A inclinação a descartar algo como perda de tempo — a ponderação de que um certo pensamento realmente não vem ao caso para o assunto em pauta — parece desempenhar, como motivo para repelir um pensamento que então fica destinado a se expressar através da perturbação de outro, o mesmo papel que a condenação moral de um impulso emocional rebelde ou que a proveniência de cadeias de pensamentos totalmente inconscientes. O discernimento da natureza genérica do condicionamento dos atos falhos e dos atos casuais não pode ser obtido dessa maneira. Um único fato significativo emerge dessas investigações: quanto mais inocente é a motivação do ato falho, e quanto menos objetável, e portanto menos inadmissível à consciência, é o pensamento que nele se expressa, maior é a facilidade de explicar o fenômeno quando se volta a atenção para ele. Os casos mais leves de lapsos da fala são notados de imediato e corrigidos espontaneamente. Quando a motivação provém de emoções realmente recalcadas, faz-se necessária para a solução uma análise cuidadosa, que às vezes pode até tropeçar em dificuldades ou fracassar.

É inteiramente justificado, portanto, que tomemos o resultado desta última investigação como indício de que a explicação satisfatória das condições psicológicas dos atos falhos e dos atos casuais deve ser buscada por outro caminho e por uma abordagem diferente. Por conseguinte, queira o indulgente leitor ver nestas discussões a indicação das linhas de fratura ao longo das quais este tema foi arrancado, de maneira bastante artificial, de um contexto mais amplo.

(G) Cabe dizer algumas palavras ao menos para indicar a orientação desse contexto mais amplo. O mecanismo dos atos falhos e dos atos casuais, tal como passamos a conhecê-lo mediante o emprego da análise, exhibe em seus pontos mais essenciais uma conformidade com o mecanismo da formação do sonho, que discuti no capítulo intitulado “O trabalho do sonho”, em meu livro *A Interpretação dos Sonhos*. Em ambos os casos se encontram condensações e formações de compromisso (contaminações); a situação é a mesma: por caminhos incomuns e através de associações externas, os pensamentos inconscientes expressam-se como modificação de outros pensamentos. As incongruências, absurdos e erros do conteúdo do sonho, em consequência dos quais é difícil reconhecer o sonho como um produto da atividade psíquica, originam-se da mesma maneira — embora, decerto, com uma utilização mais livre dos recursos existentes — que os erros comuns de nossa vida cotidiana; tanto aqui quanto ali, *a aparência de uma função incorreta explica-se pela peculiar interferência mútua entre duas ou mais funções corretas*.

Dessa conformidade é possível extrair uma importante conclusão: o modo peculiar de trabalho cuja mais notável realização se discerne no conteúdo dos sonhos não pode ser atribuído ao estado de sono da vida anímica, uma vez que temos nos atos falhos provas tão abundantes de que ele também opera durante a vida



de vigília. A mesma relação também nos proíbe de presumir que esses processos psíquicos que nos parecem anormais e estranhos sejam condicionados por uma desintegração radical da atividade anímica ou por estados patológicos de funcionamento.

Só poderemos ter uma visão correta do singular trabalho psíquico que produz tanto os atos falhos quanto as imagens oníricas quando tivermos conhecimento de que os sintomas psiconeuróticos, e especialmente as formações psíquicas da histeria e da neurose obsessiva, repetem em seu mecanismo todas as características essenciais desse modo de trabalhar. Portanto, este é o ponto de partida para o prosseguimento de nossas investigações. Para nós, contudo, há ainda outro interesse especial em considerar os atos falhos, os atos casuais e os atos sintomáticos à luz desta última analogia. Se os compararmos aos produtos das psiconeuroses, os sintomas neuróticos, duas afirmações freqüentemente repetidas — a saber, que a fronteira entre a norma e a anormalidade nervosas é fluida e que todos somos um pouco neuróticos — adquirirão sentido e fundamento. *Antes mesmo de qualquer experiência médica, podemos construir diversos tipos dessas doenças nervosas meramente insinuadas — de *formes frustes* das neuroses: casos em que os sintomas são poucos, ou ocorrem raramente ou sem gravidade; em outras palavras, casos cuja moderação está no número, na intensidade e na duração de suas manifestações patológicas. Por conjectura, entretanto, talvez nunca se chegasse justamente ao tipo que mais freqüentemente parece constituir a transição entre a saúde e a doença. De fato, o tipo que estamos considerando, cujas manifestações patológicas são os atos falhos e sintomáticos, caracteriza-se pelo fato de os sintomas se localizarem nas funções psíquicas menos importantes, ao passo que tudo aquilo que ode reivindicar maior valor psíquico permanece livre de perturbações. Uma distribuição dos sintomas contrária a essa — seu aparecimento nas funções individuais e sociais mais importantes, a ponto de serem capazes de perturbar a alimentação, as relações sexuais, o trabalho profissional e a vida social — é própria dos casos graves de neurose e os caracteriza melhor do que, por exemplo, a multiplicidade e o vigor de suas manifestações patológicas.*

Mas o caráter comum a todos os casos, tanto os mais leves quanto os mais graves, e que é igualmente encontrado nos atos falhos e nos atos casuais, é que *os fenômenos podem ser rastreados a um material psíquico incompletamente suprimido, o qual, apesar de repelido pela consciência, ainda assim não foi despojado de toda a sua capacidade de se expressar.*